

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MONALISA LOPES DOS SANTOS COELHO

A REVISTA DO ENSINO (MG) (1925-1940) E AS REPRESENTAÇÕES DE
DOCÊNCIA COMO SACERDÓCIO: MODELOS NORMATIVOS
CONVERGENTES ENTRE ESTADO E IGREJA CATÓLICA

Uberlândia, MG
2025

MONALISA LOPES DOS SANTOS COELHO

A REVISTA DO ENSINO (MG) (1925-1940) E AS REPRESENTAÇÕES DE
DOCÊNCIA COMO SACERDÓCIO: MODELOS NORMATIVOS
CONVERGENTES ENTRE ESTADO E IGREJA CATÓLICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Educação da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para obtenção do
título de doutorado em educação.

Linha de pesquisa: História e historiografia da
educação

Orientador: Sauloéber Tarsio de Souza

Uberlândia, MG
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- C672r
2025
- Coelho, Monalisa Lopes dos Santos, 1992-
A Revista do Ensino (MG) (1925-1940) e as representações de docência como sacerdócio [recurso eletrônico]: modelos normativos convergentes entre Estado e Igreja Católica / Monalisa Lopes dos Santos Coelho. - 2025.
- Orientador: Sauloéber Tarsio de Souza.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2025.5530>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.
1. Educação. 2. Historiografia. 3. Sacerdócio. 4. Educação e Estado. 5. Igreja Católica - Educação. I. Souza, Sauloéber Tarsio de, 1970-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Educação. Programa Pós-graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Rejane Maria da Silva
Bibliotecária-Documentalista – CRB6/1925

MONALISA LOPES DOS SANTOS COELHO

A REVISTA DO ENSINO (MG) (1925-1940) E AS REPRESENTAÇÕES DE
DOCÊNCIA COMO SACERDÓCIO: MODELOS NORMATIVOS
CONVERGENTES ENTRE ESTADO E IGREJA CATÓLICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de doutora em educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação

Uberlândia, MG, 22 de agosto de 2025

DEFESA DE TESE

Membros da banca

Prof. dr. Sauloéber Tarsio de Souza — orientador
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. dra. *Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro* — membro interno
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. dr. *Armando Quilici Neto* — membro interno
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. dra. Evelyn de Almeida Orlando — membro externo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. dra. Maurilane de Souza Biccás — membro externo
Universidade de São Paulo



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 27/2025/458, PPGED				
Data:	Vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	[14h02min]	Hora de encerramento:	[18h20]
Matrícula do Discente:	12113EDU029				
Nome do Discente:	MONALISA LOPES DOS SANTOS COELHO				
Título do Trabalho:	"A Revista do Ensino (Minas Gerais: 1925-1940) e as Representações da Docência como Sacerdócio: Modelos Normativos Convergentes entre Estado e Igreja Católica"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Representações de Imprensa: o Universo Escolar nas Páginas de Jornais do Triângulo Mineiro (1950-1970)"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/sala/sauloeber-tarsio-de-souza>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Evelyn de Almeida Orlando - UERJ; Maurilane de Souza Biccás - USP; Armindo Quillici Neto - UFU; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU e Sauloéber Tarsio de Souza - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Sauloéber Tarsio de Souza, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sauloeber Tarsio de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/08/2025, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/08/2025, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Armindo Quillici Neto, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2025, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evelyn de Almeida Orlando, Usuário Externo**, em 24/09/2025, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maurilane de Souza Bicas, Usuário Externo**, em 10/10/2025, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6588098** e o código CRC **BD888781**.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, por ter me fortalecido e me ajudado em todos os momentos de minha vida. Este trabalho é mais uma de suas bênçãos em minha existência.

Ao meu esposo Janderson, que sempre me apoiou para que eu não desistisse, sendo exemplo de superação para mim e um companheiro compreensivo e alegre. Mesmo tendo enfrentado uma cirurgia em junho de 2019, nunca perdeu o encantamento pela vida, a fé e a esperança, o amor a Deus, e o amor por mim; e encontra-se vitorioso em seu processo de reabilitação. Obrigada por poder estar ao seu lado.

À minha querida ajudante Maria que está conosco em minha casa, obrigada pela sua lealdade, seu carinho, acolhimento e amor constante. A Maria é como um anjo, que cuida do meu lar e cuida do meu esposo para que eu vencesse esse curso de formação em minha vida fosse bem-sucedida. Obrigada por existir na minha vida como uma mãe.

Ao pastor Valdênio da minha comunidade de fé evangélica, a Primeira Igreja Batista de Ituiutaba, que sempre esteve ao meu lado e ao lado do meu marido como um pai e conselheiro amigo, e que nos momentos de grandes dificuldades e doenças físicas e emocionais muito colaborou para que conseguíssemos superar todas elas, obrigada pela sua lealdade, honestidade e idoneidade admirável, e pela sua prontidão em socorrer as pessoas em angústia.

À minha mãe, Líbia, ao meu irmão, Irineu, e aos meus sogros, Jonas e Dayse, que me apoiaram nessa trajetória nos anos de 2019, 2020, e fevereiro de 2021 até hoje em 2025 para que eu conseguisse transpor diversos obstáculos e terminar o meu curso.

Ao meu querido e estimado orientador Sauloéber, por seu tratamento humanizado e sua orientação muito atenciosa que contribuiu para que chegássemos a esta versão do trabalho. Te admiro. Você me animou e me motivou para que eu jamais desistisse, em especial nos momentos mais difíceis da minha vida, onde passei por desafios de saúde, além de tentar aliar o trabalho docente como professora substituta no Curso de Pedagogia da UFU, Campus do Pontal. Enfrentei desafios e venci todos eles, e você jamais deixou de acreditar em mim e no meu potencial, e esperar o meu tempo para ter condições de me dedicar aos meus estudos. Sempre reconheceu os meus esforços, meu empenho e minha dedicação; e acompanhou a minha trajetória acadêmica desde a graduação. Sinto gratidão pelo seu incentivo e confiança em mim depositada.

Aos membros da banca examinadora, que se dispuseram a avaliar a minha pesquisa desde o exame de qualificação, com conselhos e direcionamentos que pude

utilizar para reorganizar e finalizar este trabalho. E aos novos membros que aceitaram contribuir com o trabalho neste momento da defesa. Agradeço a todos por todas as contribuições e orientações acadêmicas.

À CAPES pela bolsa de doutorado concedida durante os meses de agosto de 2021 a agosto de 2023, sendo ela muito importante para que eu pudesse prosseguir com o curso e a pesquisa, com êxito durante este tempo.

Aos secretários do PPGED-UFU James e Ali que sempre se mostraram cordiais e atenciosos para comigo mesmo com a grande demanda de estudantes, obrigada pela dedicação a nós alunos da Pós-Graduação.

Obrigada ao Curso de Pedagogia UFU Campus do Pontal, pela oportunidade a mim concedida de ser docente substituta de julho de 2023 até julho de 2025. Eu aprendi muito. Serei para sempre grata. Não ganhei apenas como professora, ganhei grandes amizades com colegas verdadeiramente inspiradores, e ganhei o carinho e respeito dos meus alunos que jamais esquecerei em minha vida. Obrigada queridas e estimadas coordenadoras do curso Lucinha e Cida Satto por toda a amorosidade de vocês comigo.

Também agradeço a você querida professora Betânia por me apoiar desde a minha graduação neste mesmo curso que um dia me tornou professora universitária. Obrigada por ter investido em mim, seu tempo e orientações tão atenciosas, em tantos trabalhos e projetos de pesquisa, TCC e Mestrado em Educação. Te admiro. A Senhora marcou a minha trajetória e também faz parte desse meu sucesso formativo e profissional no Ensino Superior.

A todos vocês: minha profunda gratidão!

*Ao meu orientador Prof. Sauloéber. Ao meu marido, Janderson
— grande companheiro e meu melhor amigo!*

*À minha querida ajudante Maria, ao pastor Valdênio, à minha
mãe Libia, ao meu irmão Irineu, aos meus sogros, Jonas e
Dayse, eu dedico com carinho este trabalho.*

RESUMO

Este trabalho vincula-se à linha de pesquisa História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. A temática abordada trata da imprensa periódica especializada em educação, onde a Revista do Ensino de Minas Gerais foi eleita como fonte e objeto de estudo, um periódico longo produzido pela Imprensa Oficial mineira que circulou no período (1925-1971). A primeira fase dela (1925-1940) foi selecionada para a investigação. A tese defende que a representação social de professor como sacerdote possui origens históricas medievais no catolicismo, e sobreviveu ao tempo, materializando-se nesse veículo oficial onde o ideário católico evocou modelos docentes sacrificiais para o magistério primário. A principal pergunta que impulsiona a pesquisa é: como a docência era representada pelo ideário católico nos textos publicados na Revista do Ensino (MG)? Após essa, outras perguntas surgiram: Quais os tipos de representações de professora primária o ideário católico mais explicitava? Como eram os conteúdos pedagógicos católicos direcionados especificamente às normalistas e às professoras primárias? Sobre o que eles mais versavam? Como era a iconografia deles? Como a materialidade desta revista comunicava-se com esse público? O objetivo central é analisar as representações de docência construídas pelo ideário católico na Revista do Ensino (MG). Os objetivos secundários são: investigar as primeiras revistas de educação e ensino que surgiram no mundo, no Brasil e em Minas Gerais; averiguar o surgimento da revista em análise, e expor suas principais características materiais. Esta pesquisa histórica e documental seguirá os postulados e os procedimentos teórico-metodológicos da História Cultural, para examinar os 175 números publicados na primeira fase deste impresso educacional oficial, cujo trabalho se valeu do conceito de representação amplamente discutido por Roger Chartier. No 1º capítulo estudou-se o contexto de criação das primeiras revistas de educação e ensino, das estrangeiras até a criação/ressurgimento da Revista do Ensino (MG). No 2º capítulo estudaram-se as características da materialidade deste impresso oficial: as principais capas e mudanças editoriais sofridas diante das políticas e reformas educacionais existentes em seu tempo, quantas páginas produzidas, quantas abordavam sobre o ideário católico, quantos textos foram publicados, e a subsequente análise da materialidade dos enunciados católicos, e por último a identidade dos articulistas destas publicações. Já no 3º capítulo o foco das investigações foram as representações sobre a docência feminina. As categorias analíticas em destaque foram: a) representações de docência como sacerdócio; b) representações de mulher-esposa-mãe; c) a feminização do magistério em Minas Gerais; d) representações de: mulher-professora em geral; mulher-professora-mãe; e mulher-professora-solteirona (com instinto maternal); e) a Pedagogia de Jesus Cristo; e f) representação de professora/normalista como sacerdotisas. Os resultados demonstraram que a maioria das publicações foi feita pelas autoridades educacionais representantes dos interesses do Estado. O ideário católico se serviu das páginas da Revista do Ensino (MG) como um canal de comunicação para a divulgação das suas ideias e prescrições direcionadas às professoras e às normalistas, construindo para esse público representações de como ele deveria ser e estar no mundo. Foram publicados conteúdos que instruíam estas educadoras a se inspirarem no arquétipo docente da figura de Jesus Cristo, visto como o modelo normativo ideal de mestre e pedagogo. A partir deste modelo elas eram chamadas de mestras, e eram incentivadas a se sentirem como sacerdotisas, contentando-se com a baixa remuneração nesta carreira, pois a ênfase destas publicações estava na abnegação e no amor pelas crianças para o desempenho da “sagrada” missão pedagógica. Por fim considerou-se que os interesses entre Estado e Igreja Católica foram conciliados na representação da imagem docente feminina como um verdadeiro sacerdócio, pois a Igreja ensinava restaurar o seu rebanho, e as professoras seriam as porta-vozes da disseminação desse ideário religioso na educação. E ao Estado interessava contratar uma mão de obra barata para o ensino público oficial.

Palavras-Chave: Representações de docência. Sacerdócio. Ideário católico. Imprensa pedagógica. *Revista do Ensino* (MG).

ABSTRACT

This work is linked to the research line History and Historiography of Education of the Graduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia. The theme addressed deals with the periodical press specializing in education, where the *Revista do Ensino de Minas Gerais* (Minas Gerais Teaching Magazine) was chosen as the source and object of study, a long-running periodical produced by the Minas Gerais Official Press that circulated during the period (1925-1971). Its first phase (1925-1940) was selected for the investigation. The thesis argues that the social representation of teachers as priests has medieval historical origins in Catholicism and has survived over time, materializing in this official vehicle where Catholic ideology evoked sacrificial teaching models for primary education. The main question driving the research is: how was teaching represented by Catholic ideology in the texts published in *Revista do Ensino* (MG)? After that, other questions arose: What types of representations of primary school teachers did Catholic ideology most explicitly convey? What were the Catholic pedagogical contents specifically aimed at teacher training college students and primary school teachers like? What did they focus on most? What was their iconography like? How did the materiality of this magazine communicate with this audience? The central objective is to analyze the representations of teaching constructed by Catholic ideology in *Revista do Ensino* (MG). The secondary objectives are: to investigate the first education and teaching magazines that appeared in the world, in Brazil, and in Minas Gerais; to investigate the emergence of the magazine under analysis, and to expose its main material characteristics. This historical and documentary research will follow the postulates and theoretical-methodological procedures of Cultural History to examine the 175 issues published in the first phase of this official educational publication, whose work drew on the concept of representation widely discussed by Roger Chartier. The first chapter studied the context of the creation of the first education and teaching magazines, from foreign ones to the creation/resurgence of *Revista do Ensino* (MG). The second chapter studied the characteristics of the materiality of this official publication: the main covers and editorial changes undergone in the face of the educational policies and reforms existing at the time, how many pages were produced, how many addressed Catholic ideology, how many texts were published, and the subsequent analysis of the materiality of Catholic statements, and finally the identity of the writers of these publications. In the third chapter, the focus of the research was on representations of female teachers. The analytical categories highlighted were: a) representations of teaching as a priesthood; b) representations of woman-wife-mother; c) the feminization of teaching in Minas Gerais; d) representations of: female teachers in general; female teachers who are mothers; and female teachers who are spinsters (with maternal instincts); e) the Pedagogy of Jesus Christ; and f) representation of female teachers/normalists as priestesses. The results showed that most of the publications were made by educational authorities representing the interests of the State. Catholic ideology used the pages of *Revista do Ensino* (MG) as a channel of communication to disseminate its ideas and prescriptions aimed at teachers and teacher trainees, constructing representations for this audience of how they should be and behave in the world. Content was published that instructed these educators to draw inspiration from the teaching archetype of Jesus Christ, seen as the ideal normative model of a teacher and pedagogue. Based on this model, they were called teachers and encouraged to feel like priestesses, content with the low pay in this career, as the emphasis of these publications was on self-sacrifice and love for children in order to perform the “sacred” pedagogical mission. Finally, it was considered that the interests of the State and the Catholic Church were reconciled in the representation of the female teaching image as a true priesthood, as the Church sought to restore its flock, and teachers would be the spokespersons for the dissemination of this religious ideology in education. And the State was interested in hiring cheap labor for official public education.

Keywords: Representations of teaching. Priesthood. Catholic ideology. Pedagogical press. *Revista do Ensino* (MG).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1- A INVENÇÃO DAS REVISTAS DE EDUCAÇÃO E ENSINO: DAS ESTRANGEIRAS ATÉ A REVISTA DO ENSINO (MG)	42
1.1 As revistas de educação e ensino pioneiras no mundo	44
1.2 Gênese das revistas de educação e ensino no Brasil	52
1.2.1 As Revista(s) de/do Ensino criadas no Brasil.....	71
1.3 As precursoras revistas de educação e ensino em Minas Gerais	81
1.4 A criação da <i>Revista do Ensino</i> (MG) em 1892 e o seu ressurgimento em 1925	92
CAPÍTULO 2 - CARACTERÍSTICAS DA MATERIALIDADE DA REVISTA DO ENSINO (MG) (1925-1940)	101
2. 1 Formas de distribuição, acesso e aquisição pelos leitores	103
2.2 A periodicidade geral da revista	107
2.3 As principais capas no contexto geral de edição	110
2.4 Medida geral do total de páginas produzidas	121
2.5 Número de páginas que veicularam o ideário católico.....	125
2.6 Número de textos católicos publicados	127
2.7 As seções da Revista do Ensino (MG) na primeira fase	130
2.8 A materialidade dos enunciados católicos: capas, imagens e sumários com elementos religiosos.....	136
2.9 A identidade dos articulistas.....	149
CAPÍTULO 3 - AS REPRESENTAÇÕES SOBRE DOCÊNCIA FEMININA MANIFESTAS PELO IDEÁRIO CATÓLICO NA REVISTA DO ENSINO (MG) (1925-1940).....	159
3.1 Gênese da representação de professor sacerdotal e missionário	160
3.2 O papel social feminino no contexto republicano	165
3.3 Conteúdos que forjavam identidades docentes femininas.....	169
3.3.1 Representação geral de mulher-professora.....	170
3.3.2 Representações de mulher-professora-mãe	192
3.3.3 Representação de mulher-professora-solteirona de instinto maternal	196

3.4 Conteúdos pedagógicos que forjaram modelos normativos para a docência	202
3.4.1 A pedagogia de Jesus Cristo pelo olhar da Revista do Ensino (MG).....	209
3.5 O chamamento de professora sacerdotisa no periódico	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
REFERÊNCIAS	232
FONTES	245
ANEXO A	250
ANEXO B	252
ANEXO C	255
ANEXO D	265
ANEXO E.....	271

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	<i>A Escola: Revista Brasileira de Educação e ensino</i> (SP), 1877	59
FIGURA 02	Capa da revista <i>O Estudo</i> , nº 2-3, Porto Alegre (1928)	78
FIGURA 03	Modos de assinatura da revista.....	103
FIGURA 04	Capa do nº 1 (1925)	110
FIGURA 05	Capa do nº 10 (1926)	110
FIGURA 06	Capa do nº 12 (1926)	111
FIGURA 07	Capa do nº 14 (1926)	112
FIGURA 08	Capa do nº 19 (1926)	112
FIGURA 09	Capa do nº 26 (1928)	115
FIGURA 10	Capa do nº 98-99-100 (1934)	117
FIGURA 11	Capa do nº 174-175 (1940)	117
FIGURA 12	Capa do nº 11 (1926)	135
FIGURA 13	Capa do nº 16–17 (1926)	136
FIGURA 14	Capa do nº 75 (1932)	141
FIGURA 15	Capa do nº 76 (1932)	141
FIGURA 16	A 2ª e a 4ª Lição de catecismo no nº 74 (1932)	142
FIGURA 17	A 14ª e a 15ª lição de catecismo do número 76 (1932)	144
FIGURA 18	Capa do nº 134-135.....	146
FIGURA 19	Capa do nº 158-163.....	146
FIGURA 20	Corpo docente, diretor e inspetor no Grupo Escolar de Curvelo-MG...	171
FIGURA 21	Alunas da Escola Normal Modelo em Belo Horizonte.....	174
FIGURA 22	A Escola Antiga versus a Escola Moderna.....	175
FIGURA 23	Jesus e Maria num santuário	196
FIGURA 24	O Menino Jesus e a Virgem Maria	196
FIGURA 25	<i>A Oração do Mestre</i> página inicial	205
FIGURA 26	<i>A Oração do Mestre</i> página final	205
FIGURA 27	Imagem alusiva aos ensinamentos de Jesus aos pequeninos.....	210
FIGURA 28	Jesus ouvindo e ensinando as crianças	211
FIGURA 29	Jesus abençoa os pequeninos	211
FIGURA 30	Capa do nº 179 (1946)	273
FIGURA 31	Capa do nº 184 (1947)	273
FIGURA 32	Capa do nº 219 (1964)	274

FIGURA 33	Capa do nº 209 (1961)	275
-----------	-----------------------------	-----

LISTA DOS QUADROS

QUADRO 01	Trabalhos acadêmicos sobre a <i>Revista do Ensino</i> (MG) (1925-1971)	31
QUADRO 02	Quantidade geral de trabalhos sobre a <i>Revista do Ensino</i> (MG) (1925-1971)	31
QUADRO 03	Teses sobre a <i>Revista do Ensino</i> (MG) (1925-1940)	32
QUADRO 04	Dissertações sobre a <i>Revista do Ensino</i> (MG) (1925-1940)	33
QUADRO 05	Primeiras revistas criadas na Europa (século XVII)	45
QUADRO 06	Revistas de educação e ensino da França (século XIX)	47
QUADRO 07	Revistas de educação e ensino em Portugal, séculos XIX e XX	49
QUADRO 08	Primeiras revistas pedagógicas do Rio de Janeiro e de São Paulo.....	64
QUADRO 09	Algumas revistas católicas republicanas que tratavam de Pedagogia.....	77
QUADRO 10	Primeiras revistas mineiras com assuntos educacionais	83
QUADRO 11	<i>Revista do Ensino</i> (MG): números publicados na primeira fase (1925-1940)	107
QUADRO 12	Números da revista, de exemplares e de páginas (1925-1940)	120
QUADRO 13	Número de páginas com temáticas católicas na <i>Revista do Ensino</i> (MG) (1925-1940)	123
QUADRO 14	Número anual de artigos católicos na <i>Revista do Ensino</i> (MG) (1925-1940)	125
QUADRO 15	Todas as seções da <i>Revista do Ensino</i> (MG) (1925-1940)	130
QUADRO 16	Número de textos católicos nas seções	132
QUADRO 17	Capas que exibiam enunciados católicos em seus sumários (1925-1940)	139
QUADRO 18	Autoridades eclesiásticas que publicaram no periódico (1925-140)	148
QUADRO 19	Autoridades educacionais que publicaram no periódico (1925-1940)	150
QUADRO 20	Professoras que publicaram artigos católico no periódico (1925-1940)	153
QUADRO 21	Articulistas católicos de identidade desconhecida (1925-1940)	155

QUADRO 22 Livros, capítulos e artigos sobre a <i>Revista do Ensino</i> (MG) (1925-1971)	248
QUADRO 23 Primeiras revistas educacionais criadas na Região Norte	250
QUADRO 24 Primeiras revistas educacionais da Região Nordeste do Brasil	250
QUADRO 25 Primeiras revistas educacionais da Região do Centro-Oeste	251
QUADRO 26 Primeiras revistas e outros periódicos educacionais da Região Sul do Brasil	251
QUADRO 27 Levantamento geral dos 120 textos católicos na <i>Revista do Ensino</i> (MG) (1925-1940)	253
QUADRO 28 Levantamento dos trechos católicos endereçados às professoras e às normalistas na <i>Revista do Ensino</i> (MG) (1925-1940)	263
QUADRO 29 Números publicados na segunda fase da <i>Revista do Ensino</i> (MG) (1946-1971)	269

GRÁFICO

GRÁFICO 01 Quantidade de textos sobre temas variados publicados nas seções131

INTRODUÇÃO

Este trabalho vincula-se à linha de pesquisa História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. A pesquisa contou com apoio financeiro do órgão de fomento CAPES que concedeu bolsa de setembro de 2021 a agosto de 2023 no curso de Doutorado em Educação.

O tema abordado trata sobre a imprensa periódica especializada em educação, onde a *Revista do Ensino* de Minas Gerais foi eleita como fonte e objeto de investigação, um periódico longo produzido pela Imprensa Oficial que circulou no estado no período (1925-1971). O objeto de estudo envolve as representações de docência no magistério primário construídas pelo ideário católico e veiculadas no periódico.

A *Revista do Ensino* (MG) pertencia à Diretoria de Instrução Pública do Estado, criada em 1892 e extinta em 1893. Ela alcançou sua efetiva produção e circulação a partir de março de 1925. Sua produção foi interrompida em junho de 1940. E depois da interrupção por 6 anos consecutivos, ela só foi reativada novamente no bimestre janeiro-fevereiro de 1946. Sua extinção completa deu-se no primeiro semestre de 1971. Seus arquivos foram acessados em contato por e-mail com o Arquivo Público Mineiro.

O interesse por esse periódico educacional mineiro surgiu enquanto estudante do Curso de Pedagogia da UFU (Campus do Pontal) (2014 -2018). O contato inicial com essa fonte histórica ocorreu durante 2 projetos de Iniciação Científica (IC)¹, que inspiraram a construção de TCC², e depois o trabalho de dissertação. No ano de 2019, deu-se o ingresso no curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED/UFU, na Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação.

¹ Os 2 projetos de ICs são respectivamente: o primeiro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/Universidade Federal de Uberlândia (PIBIC/FAPEMIG/UFU), como bolsista foi de março de 2016, a fevereiro de 2017; e o segundo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Universidade Federal de Uberlândia (PIBIC/CNPq /UFU), como bolsista de agosto de 2017, a julho de 2018. Ambos os projetos são da PROPP – Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFU.

² No primeiro projeto de IC em 2017 foram lidos os 52 números dela que circularam nos primeiros 6 anos de existência (1925-1930), pesquisando-se a figura da professora primária. No segundo projeto de IC (2017-2018) investigou-se como o ensino profissional em Minas Gerais era descrito nela. O relatório final desse projeto transformou-se depois no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Ensino profissional na Primeira República: representações manifestas na Revista do Ensino de Minas Geraes (1925–1930)* defendido em 2018.

Após essa trajetória acadêmica³ trilhada, atualmente ainda perdura o interesse em pesquisar esse impresso pedagógico.

No curso de doutoramento, iniciado em 2021, pretendia-se em princípio realizar um estudo comparado entre 3 revistas oficiais que apresentassem um viés pedagógico católico, sendo cogitadas a *Revista do Ensino (MG)*, a *Revista do Ensino* do Rio Grande do Sul e a *Revista de Educação* de São Paulo, no interregno (1930-1945). Porém, os rumos da pesquisa foram modificados. A coleção da revista riograndense está incompleta no Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conforme resposta do setor de atendimento de lá, e os exemplares infelizmente estão incompletos nos outros acervos digitais. Além dessa, da *Revista de Educação* de São Paulo obteve-se apenas acesso aos sumários⁴ de alguns números seus, com a pesquisadora doutora Regina Gualtieri, porque a coleção está incompleta nos acervos da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Infelizmente os primeiros anos da pesquisa foram afetados pelo contexto da pandemia do Corona vírus (Covid 19), por conta do fechamento presencial dos acervos históricos, cujo acesso foi limitado ou totalmente interrompido pelas restrições sanitárias. Esse foi o caso do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), cuja comunicação por e-mail revelou que lá existem todos os 51 números da *Revista de Educação* (1927-1943), porém, eles só estão disponíveis fisicamente no acervo (não estão digitalizados), e só poderiam ser acessados presencialmente quando o acervo estivesse aberto. Assim, o plano de visita ao acervo foi abortado, por conta desse fechamento intermitente.

No decorrer da pesquisa, em contato com a bibliografia proposta pelo orientador, percebeu-se que outras revistas pedagógicas oficiais com o título de *Revista do Ensino* e *Revista de Ensino* também existiram noutros estados brasileiros como Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Pará, Amazonas, Alagoas, Paraíba, e Rio Grande do Sul que financiaram oficialmente suas próprias revistas assim como Minas Gerais. A partir dessa descoberta, empreendeu-se a busca pelas revistas destes respectivos estados no *site* da Hemeroteca Digital, em *sites* de diferentes hemerotecas estaduais, no *site* do Repositório Institucional da UFSC, e em outros *sites* de acervos institucionais. Também foram

³ Nessa trajetória acadêmica, ressalta-se que desde as 2 ICs, TCC, até a defesa da dissertação dentre outras pesquisas, todos os trabalhos foram orientados pela professora doutora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, que corroborou com a motivação em pesquisar esse periódico e muito contribuiu com toda a trajetória estudantil empenhada.

⁴ Nos números da *Revista de Educação* de São Paulo fornecidos pela Regina Gualtieri não há textos especificamente de natureza católica nessa revista segundo o olhar dela, e na leitura dos sumários fornecidos por ela não se observou nenhuma ligação com a educação católica.

exaustivamente procuradas em outros acervos digitais o título: *Revista de Educação*, que ocorreram em São Paulo, Espírito Santo, e Goiás.

No balanço geral das buscas por todas essas revistas estaduais foram achados alguns números avulsos da *Revista do Ensino* (PA) (1911-1919), e da *Revista do Ensino* (AM) (1920). Quanto à *Revista de Educação* (GO) (1937-1962) foram acessados 52 exemplares seus, e 24 números da *Revista do Ensino* (AL) (1927-1931). Em síntese, ao examinar cada uma delas, infelizmente nenhum conteúdo pedagógico católico foi encontrado em suas páginas, e por isso, essas fontes foram desconsideradas.

Diante dessas frustrações, a nova estratégia foi tentar estabelecer contatos por e-mail com tutores de teses e dissertações de revistas pedagógicas estaduais⁵, e contatos com outros doutorandos⁶. Em resumo, infelizmente todos indicaram a ausência de conteúdos católicos nas revistas examinadas por eles.

Esse percurso da pesquisadora estava gerando perda de tempo pela procura de tantas revistas educacionais, além dos indícios de que nelas provavelmente não existiriam conteúdos católicos expressivos. Por este motivo, a segunda fase da *Revista do Ensino* (MG) (1946-1971)⁷ com 66 números foi examinada, porém, como foram encontrados pouquíssimos enunciados católicos nela, o foco da investigação foi reconduzido para a primeira fase dela (1925-1940). Essas decisões foram tomadas conjuntamente com o orientador que direcionou todas essas mudanças ao longo da pesquisa. Assim, a concordância foi por realizar o aprofundamento na pesquisa iniciada no mestrado, cujo foco permanece com a investigação do ideário católico na primeira fase da revista, tomada como fonte e objeto de estudo. Só que agora, a tentativa envolve a análise das representações de docência construídas por esse viés religioso nas páginas do periódico.

Dessa forma, prosseguimos com o trabalho discutindo-se conceitos importantes para os objetivos da pesquisa. A imprensa como fonte histórica é produtora de significados, se por um lado ela apenas se ocupa de “informar sobre fatos, opiniões e

⁵ A doutora Geciane Soares do Nascimento respondeu que trabalhou apenas com fragmentos da *Revista de Educação* Espírito Santo (1934-1937) em seu doutoramento, e não possui toda a coleção dela, e não sabe afirmar se nela há conteúdos ligado à educação católica. Essa revista infelizmente não foi localizada.

⁶ Dentre os doutorandos que pesquisam revistas pedagógicas, a Michele Castro Lima que está trabalhando com a *Revista de Educação* (GO) (1937-1962) forneceu os 52 números dela, e embora a coleção esteja incompleta, examinou-se que nesta revista oficial não existem conteúdos sobre educação católica ou ensino do catecismo.

⁷ Todas as reflexões escritas sobre a segunda fase da *Revista do Ensino* (MG) (1946-1971) foram deixadas ao final desse trabalho no Anexo E (o último) para outros pesquisadores interessados.

acontecimentos” por outro lado, “procura engendrar uma mentalidade -uma certa maneira de ver- no seu destinatário, constituindo um público leitor (Bastos, 2002c, p. 151-152).

E para o estudo da imprensa periódica educacional, este trabalho apoia-se em Caspard e Caspard (2002, p. 46) que consideram as revistas de educação e ensino como “um dos melhores observatórios do movimento social na obra da escola e da formação”. Também se fundamenta em Catani (1996; 2013), que considera as revistas educacionais especializadas como uma instância “[...] privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional” (Catani, 1996, p. 117); e em Bastos (2002a, 2002b, 2002c), que reconhece a importância do estudo das revistas educacionais, enquanto fontes documentais significativas muito úteis para desvelar o passado educacional. Assim, compartilha-se do mesmo entendimento de que uma revista pedagógica, “se apresenta como importante fonte de informação para a história da educação”, quando “submetida ao crivo da crítica histórico-documental” (Bastos, 2002a, p. 49).

Esta pesquisa histórica e documental seguirá os postulados e os procedimentos teórico-metodológicos da História Cultural, para examinar os 175 números publicados na primeira fase (1925-1940) da *Revista do Ensino* (MG). Para o desenvolvimento da pesquisa científica, este trabalho se valerá do conceito de representação amplamente discutido por Roger Chartier, e por Sandra Pesavento.

Em Pesavento (2003; 2006) reconheceu-se que as representações sociais são construídas pelos homens para atribuir sentido e significados às coisas e aos objetos que permeiam o mundo, assim, essas representações são também o imaginário social construído pelos seres humanos para produzir sentido para os objetos que existem no mundo. “As representações deram a chave para a análise deste fenômeno presente em todas as culturas ao longo do tempo: os homens elaboram ideias sobre o real, que se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais” (Pesavento, 2006, p. 49). Desta forma, as representações qualificam o mundo e também orientam a maneira como os sujeitos percebem esta realidade, porque elas são:

[...] uma construção social da realidade, obra dos homens [...] que se dá a partir do real, que é recriado segundo uma cadeia de significados partilhados. Entre estas formas de recriação do mundo, de forma compreensiva e significada [...] como diferentes discursos portadores de um imaginário (Pesavento, 2003, p. 35).

Esse imaginário, ou representação social da realidade de quando as pessoas leem os objetos impressos (como revistas, jornais e livros) dão sentido, e até múltiplos sentidos para o leitor. Este sentido por sua vez, é produzido a partir da intencionalidade dos produtores desses impressos, que tentam despertar a atenção dos seus leitores para que eles façam a apropriação⁸ dessas representações veiculadas em suas páginas. Além disso, é bom considerar quais são as concepções educacionais e religiosas do corpo editorial de um impresso, e das instâncias governamentais ou institucionais que o controlam, já que serão eles quem decidirão o que será ou não publicado.

Inspirando-se em Chartier (1988; 1991; 2002; 2004; 2009), historiador cultural da imprensa, compreendeu-se que é fundamental considerar três polos: “o texto, o objeto que lhe serve de suporte, e a prática que dele se apodera. Das variações deste relacionamento triangular dependem, com efeito, mutações de significado [...]” (Chartier, 1988, p. 127). Pensando nisto, esta pesquisa se propõe a examinar a *Revista do Ensino (MG)* entendendo-a como um suporte material que portava textos diversos, e apregoava práticas educacionais.

A opinião de Roger Chartier sobre a história do livro pode ser útil para o caso da história das revistas. Quanto a esse material, algumas questões precisam ser observadas pelos pesquisadores. São elas:

[...] o processo pelo qual os diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem e leem. Os textos não existem fora dos suportes materiais [...] de que são os veículos [...] é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados. O “mesmo” texto, fixado em letras, não é o “mesmo” caso mudem os dispositivos da sua escrita e de sua comunicação (Chartier, 2002, p. 61-62).

Pensando nisso, a *Revista do Ensino* mineira é interpretada aqui como um artefato cultural, que só tem sentido se for apreciada dentro do suporte material em que era publicada, ou seja, uma revista oficial impressa. Também considerando Chartier (1988; 1991; 2002; 2004; 2009), entende-se que este impresso era um produto resultante das aspirações, dos interesses e das crenças dos grupos sociais específicos/distintos que o

⁸ Entende-se o termo “apropriação” a partir de Chartier (1995, p. 185): “A apropriação tal como entendemos visa a elaboração de uma história social dos usos e interpretações, relacionadas às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os constroem. Prestar, assim, atenção às condições e aos processos que muito concretamente são portadores das operações de produção de sentido, significa reconhecer [...]”.

produziram e, dentre os diferentes grupos que a produziram, havia o grupo dos defensores da Pedagogia Católica.

Neste sentido, assim como Silva (2015, p. 20), acredita-se que esse periódico educacional é “capaz de retratar, não somente os fatos como um dia se quis, mas, sobretudo os anseios, desejos, convicções e conveniências de determinados grupos sociais, que imprimiram seus pensamentos e paixões” em suas páginas.

Em Coelho (2021a), na dissertação publicada pela pesquisadora, percebeu-se que essa revista pedagógica mineira foi amplamente marcada pela recorrência de textos produzidos intencionalmente para exporem um sentido educacional religioso católico. E essa condição editorial foi reconhecida durante cada um dos anos do período (1925-1940), sobretudo, no período (1932-1934), que “pode ser considerado o ápice do crescimento da quantidade de conteúdos pedagógicos católicos publicados [...]” (Coelho, 2021a, p. 100). Esses conteúdos foram encontrados e referenciados no trabalho, que localizou 121 textos educacionais católicos veiculados.

Diante desse exame documental faz sentido observar que tais conteúdos pedagógicos construíram, e ainda constroem representações de docência, de educação, de ensino religioso, de cultura e de como ensinar em sala de aula. E estas representações podem ser entendidas como dispositivos de conformação das práticas pedagógicas dos professores e professoras que viviam naquele tempo, cujas mensagens possuíam um sentido religioso explícito para o leitor: recomendar a educação cristã e católica no seio da escola.

Deste jeito, a presente pesquisa se preocupará, sobretudo, com o entendimento das representações sobre a docência, cujo trabalho se fundamenta em Schueler (2005), que no estudo da imprensa pedagógica imperial diz ser possível apreender as “divergências a respeito dos múltiplos significados possíveis de educação e de instrução primárias” e das distintas “representações atribuídas ao ser professor e professora” (p. 381).

Esta pesquisa também se fundamenta em Bastos (1994), que se apoiou em Roger Chartier para usar o conceito de representação da docência, ao analisar então que “a história das representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos [...] permite melhor compreender como se estabelecem e circulam os discursos de formação da identidade do professor” (p. 135).

Fundamenta-se ainda em Bastos (2002c), que elucida que as revistas educacionais funcionavam para oferecer orientação aos professores, mas por outro lado, tentavam conformar suas práticas sociais e escolares, sob um modelo ideal de professor imaginado

por uma determinada sociedade. Por estas razões, fica claro que esses materiais além de “selecionar os professores e de (in)formá-los segundo um certo modelo de bom professor vêm se constituindo historicamente e convergindo para o delineamento da representação da docência” (Bastos, 2002c, p. 156).

E é buscando fundamentação neste arcabouço teórico, que se pretende aqui analisar como o ideário católico representava a docência nas páginas da *Revista do Ensino* de Minas Gerais.

Nesta pesquisa pretende-se contextualizar historicamente o surgimento das primeiras revistas de educação e ensino pelo mundo, pelo Brasil e em Minas Gerais, para depois explanar sobre o contexto de surgimento dessa revista mineira enfocada. O fio condutor que unirá essas discussões será a explicação do movimento histórico observado à nível mundial, nacional e estadual que impulsionou, de fato, a criação e a multiplicação das revistas de educação e ensino, que coincidentemente tinha a mesma intencionalidade: a criação de revistas técnico pedagógicas para oferecer formação docente. Elas serviriam de manuais didáticos para a sala de aula e para informes oficiais e sociais, expondo a cultura e as teorias pedagógicas de seu tempo. Esse é o ponto nevrálgico que unifica e justifica a contextualização histórica aqui erigida: o levantamento do surgimento das primeiras revistas educacionais mundiais (europeias), brasileiras e mineiras, e da *Revista do Ensino* (MG) só tem sentido porque aquilo que todas elas têm em comum é o fato de terem sido criadas com um mesmo propósito: formar e instrumentalizar a docência.

Essas questões serão conciliadas com o estudo da materialidade do referido periódico oficial mineiro, que comunicava diferentes pensamentos educacionais durante o tempo em que circulava, e os modos do fazer docente nele prescritos. E essa materialidade comunicava-se com os professores, as professoras primárias e com as normalistas, determinadas mensagens que serão analisadas neste trabalho. E assim, toda essa explanação sobre o contexto de surgimento de diferentes periódicos, e a investigação da materialidade desse suporte impresso aqui focalizado, será útil para finalmente se chegar às análises dos textos pedagógicos católicos contabilizados, direcionados para esse público docente em apreço.

Considerando esse fio condutor que interligará os capítulos a serem desenvolvidos, o presente trabalho defende a seguinte **tese**: a representação social de professor como sacerdote tem origens históricas medievais no catolicismo, cujos defensores da Pedagogia Católica ao longo do tempo no Brasil e em Minas Gerais encontraram na imprensa periódica educacional, no caso das revistas impressas, um

suporte físico adequado para materializarem e fazerem circular entre os educadores, sobretudo, professores e professoras e normalistas, suas concepções e pressupostos sobre como deveria ser desempenhado o exercício do magistério na prática, sugerindo modelos (arquétipos) simbólicos para doutrinar a postura social e pedagógica docente.

Para melhor compreensão da tese, é preciso argumentar inicialmente que essa representação de docência como um verdadeiro sacerdócio⁹ remonta à Idade Média na Europa, e se originou com alguns dos primeiros padres da Igreja Católica, os filósofos Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, conforme será debatido posteriormente no último capítulo, considerando-se Rodríguez (2008), Kreutz (1986), Gomes (2020) e Altino Filho et al. (2017). Até mesmo a origem do termo ‘professor’ deriva desse ideal de indivíduo comprometido com a religiosidade, pois, para tornar-se professor, antes era preciso que leigos e/ou padres literalmente ‘professassem’ a fé na religião cristã católica, conforme asseguram Kreutz; Kuiava e Nodari (2011) e Kreutz (1986).

Considerando isso, o presente trabalho defende que historicamente o ideário católico já reforçava a representação de docência como sacerdócio desde a gênese da imprensa pedagógica brasileira, pois, descobriu-se que desde o nascimento d’ *A Instrução Pública* (RJ) (1872-1875), da *Revista do Ensino* de Alcides Catão (1886-1889), e da *Revista do Ensino* (RS) (1932-1942), e possivelmente em outras, esse imaginário social já circulava nas páginas desses impressos (nacionais e estaduais). Deste modo, em meio a este contexto de invenção das revistas técnico-pedagógicas, pretende-se demonstrar que essa representação sobreviveu ao tempo, e também foi propalada nas páginas da *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940), o periódico oficial examinado; onde o ideário católico encontrou um espaço editorial propício e receptivo para a publicação de conteúdos pedagógicos que pretendiam associar o magistério à uma imagem de sacrifício, doação, entrega e renúncia pessoal, e que sugeriam o aceite da chamada sagrada missão pedagógica (Lopes, 2017) de se ensinar o público infantil.

Caminhando sob este entendimento, compreendeu-se que desde a colonização do Brasil, quando os padres jesuítas vieram para a América Portuguesa, esses já eram vistos como os sacerdotes de Cristo (Schueler, 2005), e ao passar pelo chamamento de sacerdotes alguns padres se tornaram professores primários no Império, cujo chamamento continuou com a massificação dos professores na República. Essa associação de ideias

⁹ Aqueles que quisessem se tornarem professores na época medieval, antes era necessário assumirem o hábito (a roupa de padre), vincularem-se à Igreja Católica, seguirem o celibato (voto de castidade), cumprirem os ritos, e a atividade do ensino da religião.

foi se fortalecendo historicamente, e apareceu várias vezes na revista *A Instrução Pública* (RJ) (1872-1875), segundo a autora, e provavelmente em outras. Esta foi a primeira revista nacional que propalou essa concepção. Na sequência, considerando que o campo da educação primária com o passar dos anos foi se feminizando cada vez mais, a partir das primeiras décadas republicanas, observou-se que os ideais de “sacerdócio”, “sacrifício”, “missão” e “vocação” se fixaram no interior desse campo, onde as professoras passaram a ser retratadas como sacerdotisas, no desempenho da sagrada missão pedagógica.

Nessa atmosfera à nível nacional e à nível estadual se desenrolava uma movimentação histórica em torno da criação e multiplicação de revistas pedagógicas oficiais e particulares para a formação de professores, a ser estudada neste trabalho.

Nesse universo, investigou-se que o imaginário da figura do mestre sacerdotal sacrificado também foi encontrado em Minas Gerais no nascimento da imprensa pedagógica imperial, localizada de maneira explícita na *Revista do Ensino* de Alcides Catão (1886-1889). Verificou-se, na sequência, que essa idealização sobreviveu durante a Primeira República, e se aglutinou na educação nas décadas de 1930 e 1940 em diante, sendo encontrada também na *Revista do Ensino* (RS) (1932-1942), que reconhecia as professoras primárias como as pessoas mais aptas ao desempenho do magistério, necessitando mostrarem-se sacrificadas e devotadas à sua missão. Esse impresso gaúcho faz parte do contexto histórico brasileiro republicano de quando muitos governos estaduais se mobilizaram para criarem e multiplicarem as suas próprias revistas oficiais de formação docente, com nomenclaturas adjacentes à esta, a fim de oferecerem material didático em massa para suprirem a grande carência de livros e manuais ainda escassos, e de alto custo para o governo e os professores.

Desta forma, a percepção desse ideal de magistério primário como um ato sacerdotal não é sem motivo, mas sim, fruto de um imaginário coletivo histórico que o legitimava. Logrando êxito em se perpetuar na educação, ele pôde ser reconhecido na imprensa educacional imperial e republicana, e foi encontrado nessas 4 revistas acima explicitadas.

No Brasil, as raízes desse imaginário social começaram com o catolicismo construindo esse entendimento coletivo no uso do termo “sacerdote” nas revistas mencionadas acima, que chegavam aos trabalhadores do magistério. Tal construção cultural e social se perpetuou com o passar do tempo, e foi detectada no interior da *Revista do Ensino* (MG). De maneira que, essa idealização do mestre-escola sacerdotal, e das

figuras da professora primária e da normalista como verdadeiras sacerdotisas puderam ser interpretadas, tendo em vista a construção histórica de Minas Gerais, que conservava a tradição católica na educação, na política e na imprensa há tempos, o que em muito favoreceu a construção dessas narrativas.

E, especificamente no caso da *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940), a veiculação dessa representação docente, e também de outras representações que serão desveladas no último capítulo de discussão, serão analisadas neste estudo por terem circulado em diferentes anos desse suporte material. Essas ocorrências podem ser entendidas por conta das raízes históricas do ideário católico cristalizado na sociedade brasileira, e mineira, sobretudo, e pelo contexto histórico, cultural, social e educacional dos últimos anos do Império e décadas iniciais da República que concordava com essas concepções.

Outra movimentação histórica importante, e que não pode deixar de ser mencionada, é a restauração católica. A separação entre o Estado e a Igreja Católica Apostólica Romana promovida pela Constituição Federal de 1891, levou esta instituição à perda de privilégios e subvenções do governo, e à exclusão do ensino religioso das escolas públicas, tais condições foram impostas à Igreja pelo regime republicano, que a fariam reagir com todas as suas forças, para tentar reassumir a sua influência sobre o Estado e sobre a política, já que por parte da sociedade brasileira ainda ela continuava dispondo de grande apoio (Araújo, 1986; Azzi, 1977).

A maioria dos defensores da Pedagogia Católica era contrária à escola laica, pública, gratuita e mista (coeducação entre os sexos). No olhar da Igreja, essas condições ameaçavam diretamente o monopólio das escolas confessionais particulares, e também refletiriam paulatinamente na desistência dos princípios e valores católicos cristãos por gerações de professores e alunos nas escolas oficiais, e por muitas pessoas na sociedade com o tempo (Carvalho, 2001). Assim, na nova configuração republicana, essa instituição religiosa lutaria para restaurar os seus princípios cristãos no seio da sociedade, cujos debates contrários à escola laica seriam armados também contra a Escola Nova, Escola Ativa ou Escola Renovada.

O movimento da Escola Nova, do final do século XIX em países da Europa e nos Estados Unidos, propunha a inovação das concepções educacionais. No começo do século XX, o Brasil foi buscar em autores estrangeiros propostas de renovação pedagógica, que pretendiam superar a escola tradicional e antiga (onde se subentende a Pedagogia Católica), privilegiar o aluno, colocando-o no centro da aprendizagem, incentivar os docentes a usarem novos métodos de ensino, agregando a ciência da Psicologia em seus

fundamentos. Tais delineamentos se fizeram sentir na organização dos Grupos Escolares pelo país. E esses princípios educacionais foram defendidos pelos Pioneiros da Educação Nova aqui no Brasil, que manifestaram a sua ampla defesa em prol da escola pública, laica, gratuita, mista e obrigatória, que claramente contrariavam os interesses católicos sobre a educação oficial, e dificultaria a reconquista da sua influência social, cultural, política e pedagógica da qual gozava no Império (Saviani, 2008).

Em Minas Gerais, a Reforma Francisco Campos (1927) encontrou inspiração e embasamento nos princípios da Escola Nova para reformar a educação. Entretanto, como esse lugar sempre fora historicamente bastante apegado às tradições católicas, observou-se que essa reforma não abriu mão do catolicismo, e produziu discursos que propunham a incorporação dos valores cristãos à essa renovação (Vidal; Faria Filho, 2005). Ou seja, a proposta era inovar sem se desvencilhar do passado religioso, cuja conciliação se traduziria na chamada “Escola Nova Cristã” (Carvalho, 1989). Acredita-se que essa coalisão pedagógica seja também um sinal do movimento da restauração católica se flexibilizando, para recristianizar toda a sociedade brasileira, na tentativa de manter a tradição religiosa na política, na imprensa e na educação.

Nesse contexto republicano, uma das estratégias utilizadas pela Igreja no movimento da restauração católica para a manutenção dos seus princípios na educação foi a utilização da imprensa para publicar seus discursos pedagógicos religiosos. Para tanto, o ideário católico penetrou na imprensa secular brasileira de alguns impressos públicos, revistas oficiais, jornais e boletins, mobilizando também a sua própria imprensa católica para veicular os seus pressupostos cristãos a fim de alcançar o público dos trabalhadores da escola (Saviani, 2008; Carvalho, 1989). Deste público, as professoras primárias e as normalistas se tornariam a maioria, sendo, sobretudo, para elas o enfoque dos discursos emitidos, que idealizavam a docência como uma profissão de renúncias e sacrifícios, como um sacerdócio, e as conclamava a direcionarem a infância e a sociedade nos caminhos da religião, para a manutenção dos valores morais, cívicos e cristãos na população brasileira.

Como Minas Gerais conservava uma forte tradição religiosa na política, na sociedade, na educação e na imprensa, reparou-se que essa condição favoreceu ainda mais a internalização desse imaginário pela sociedade, e acabou se tornando um paradigma educacional. Especialmente por conta das relações políticas amistosas entre os governantes mineiros, com os ocupantes de cargos políticos e educacionais, e com os líderes católicos mineiros foram articuladas várias estratégias editoriais junto à Imprensa

Oficial deste estado. No caso dos produtores da revista, essa colaboração mútua propiciou que os conteúdos pedagógicos católicos fossem amplamente disseminados no interior dela, embora fosse um periódico oficial republicano (Coelho, 2021a).

Dito isto, este estudo analisará a *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940), que associava a imagem da professora primária à de uma sacerdotisa sacrificial, dentre outras representações docentes veiculadas a serem examinadas.

Considerando o contexto histórico relatado, a principal **pergunta** que impulsiona a presente pesquisa é: Como a docência era representada pelo ideário católico nos textos publicados na *Revista do Ensino* (MG)? Após essa, outras perguntas adjacentes podem ser feitas tais como: Quais os tipos de representações de professora primária o ideário católico mais explicitava? Como eram os conteúdos pedagógicos católicos direcionados especificamente às normalistas e às professoras primárias? Sobre o que eles mais versavam? Como era a iconografia deles? Como a materialidade desta revista comunicava-se com esse público?

Desta forma, o **objetivo** central da pesquisa é analisar as representações de docência construídas pelo ideário católico na *Revista do Ensino* (MG). Os objetivos secundários são: investigar as primeiras revistas de educação e ensino que surgiram no mundo, no Brasil e em Minas Gerais; averiguar o surgimento da revista em análise, e expor suas principais características materiais.

Como já explicitado, as origens da associação do sacerdócio à figura da professora primária atravessaram o tempo e se fixaram nas páginas dessa revista educacional mineira. Dos 121 conteúdos pedagógicos católicos nela localizados, esta pesquisa irá mostrar que 36 textos se dirigem especialmente às professoras primárias e às normalistas, onde o viés católico as conclamava, enquanto mestras, a seguirem o modelo do Mestre Jesus Cristo no magistério terreno.

Após essa delineação introdutória da investigação construída, a partir daqui será exposto o levantamento das pesquisas acadêmicas que já utilizaram esse mesmo periódico como fonte documental histórica. E o encerramento da introdução se dará com a explicação da organização textual proposta para os capítulos 1, 2 e 3 da pesquisa.

Tratar-se-á agora dos trabalhos acadêmicos que já pesquisaram esta revista oficial mineira no Brasil de 1980 até 2024.

Foram localizados vários estudos, e notou-se que a maioria deles utilizou essa revista apenas como fonte secundária, com trabalhos dessa natureza sendo providenciados desde a década de 1980 no Brasil, como é o caso das dissertações: A

reforma educacional Francisco Campos - Minas Gerais, governo Presidente Antônio Carlos, escrita em 1983 por Ana Maria Casasanta Peixoto; *O trabalho de ensinar: pedagogia para a professora*, escrita em 1988 por Marisa Ribeiro Teixeira Duarte; e *A introdução oficial do movimento de escola, o ensino público de Minas Gerais: a Escola de Aperfeiçoamento*, realizada por Maria Helena Oliveira Prates em 1989.

Já no início do século XXI novas teses e dissertações continuaram sendo produzidas, utilizando a *Revista do Ensino* mineira apenas como fonte secundária, dentre os tantos trabalhos, 2 exemplos de teses recentes são: *Entre, o prescrito, o lido e o possível: novas ideias pedagógicas disseminadas pelos impressos educacionais e suas formas de apropriação no fazer do Grupo Escolar de Ibiá-MG, 1932 a 1946*, defendida em 2019 por Adilour Nery Souto; e *A aritmética, os centros de interesse e o saber profissional do professor que ensina matemática 1920-1940*, defendida em 2020 por Juliana Fernandes.

Dada a vasta gama de trabalhos¹⁰ encontrados, o presente levantamento adotou como critério de exclusão a dispensa desses trabalhos que só utilizaram essa revista como fonte documental secundária. E como critério de inclusão a seleção de pesquisas que contêm a expressão “*Revista do Ensino de Minas Gerais*” nos títulos das produções. Isso permite pressupor que o periódico foi realmente utilizado como fonte documental primária, ou pelo menos tenha feito parte do objeto de estudo das produções. Deste modo, foram levantados: teses, dissertações, artigos científicos publicados em periódicos, livros, e artigos publicados como capítulos de livros.

Buscou-se pelas palavras-chave: “*Revista do Ensino de Minas Gerais*” em 4 plataformas: 1ª) o *site* do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES¹¹, sendo consultadas as 10 primeiras páginas de resultados; 2ª) o *site* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) – desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – consultando-se a plataforma (BDTD/IBICT)¹² nos resultados das 10 primeiras páginas; 3ª) o *site* do *Google Acadêmico*¹³ consultando-se as 20 primeiras páginas de resultados; 4ª) o *site* do Portal de

¹⁰ Para maiores informações conferir Britto (2020) que destinou 36 páginas de anexo listando o levantamento de pesquisas que já utilizaram a *Revista do Ensino* como fonte documental primária e secundária. Mesmo que Vidal e Faria Filho (2005) não tenham mencionado a revista no título do trabalho, todavia, esses autores apresentam muitas informações sobre o periódico.

¹¹ O *site* do Catálogo de Teses e dissertações da CAPES está disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>.

¹² O *site* do BDTD/IBICT está disponível em: <<https://bdtb.ibict.br/vufind/>>.

¹³ O *site* do *Google Acadêmico* está disponível em: <<https://scholar.google.com/>>.

Periódicos da CAPES¹⁴, onde consultou-se as 10 primeiras páginas de resultados. Em termos gerais, viu-se como válido o levantamento em 4 plataformas diferentes, para não ficarem de fora trabalhos acadêmicos que só são apontados num único catálogo de busca, pois isso invalidaria o rastreo da quantidade geral das produções.

Abaixo segue o primeiro quadro do levantamento geral efetuado até 2024.

QUADRO 01 – Trabalhos acadêmicos sobre a *Revista do Ensino* (MG) (1925-1971)

	Teses	Dissertações
Catálogo CAPES	Britto (2020)	Santos (2019); Rodrigues (2018); Guimarães (2011a); Faria (2009); Reis (2006); e Souza (2001).
BDTD/IBICT	Britto (2020)	Michel Júnior (2020); Santos (2019); Rodrigues (2018); Silva (2018); Caputo (2017); Dias (2013); Guimarães (2011a); Faria (2009); Souza (2001); e Borges (1993).
Google Acadêmico	Britto (2020); Assis (2019); e Biccass (2001)	Coelho (2021a); Michel Júnior (2020); Santos (2019); Silva (2018); Caputo (2017); Dias (2013); Faria (2009); Reis (2006); e Souza (2001).
	Livros	Capítulos de livro
	Assis (2020); e Biccass (2008)	Assis (2021); Coelho (2021c); Biccass (2006); e Biccass (2002).
	Artigos científicos em periódicos	
	Coelho (2021b); Michel Júnior e Costa (2021); Britto e Gomes (2019); Pereira (2018); Abreu Júnior e Guimarães (2011); Guimarães (2011b); Rodrigues e Biccass (2015); Guimarães (2013); Vago (2006); e Biccass (2005).	
Portal de Periódicos CAPES	Ribeiro, Silva e Almeida (2022); Britto e Gomes (2021); Coelho (2020); Britto e Gomes (2019); Pereira (2018); Britto e Gomes (2016); Guimarães (2011b); Rodrigues e Biccass (2015); Guimarães (2013); Vago (2006); Borges (2006); Assunção (2006); e Biccass (2005).	

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa

No levantamento reconheceu-se que os trabalhos mais recentes são do ano de 2021 e 2022 como: Assis (2021), Coelho (2021a; 2021b, 2021c), Michel Júnior e Costa (2021), Britto e Gomes (2021), e Ribeiro, Silva e Almeida (2022). Já o mais antigo é Borges (1993). Nos *sites* consultados notou-se que existem trabalhos disponíveis em apenas um único site, mas, por outro lado, há trabalhos que se repetem em mais de um site. Por essa razão, eles foram contabilizados uma única vez no total geral, e somadas no quadro 02 apresentado a seguir.

QUADRO 02 – Quantidade geral de trabalhos sobre a *Revista do Ensino* (MG) (1925-1971)

¹⁴ O site do Portal de Periódicos da CAPES está disponível em: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>>.

Plataformas de buscas	Teses	Dissertações	Artigos em periódicos	Livro	Capítulos de livro
Catálogo CAPES	1	6	0	0	0
BDTD/IBICT	2	11	0	0	0
Google Acadêmico	3	9	15	2	4
Portal de Periódicos CAPES	0	0	6	0	0
Trabalhos repetidos em diferentes plataformas e, por isso, contabilizados uma vez cada um.	1	10	6	0	0
Total geral das pesquisas	3	12	16	2	4
Total de pesquisadores da revista	24				

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa

No quadro, acima considerando as teses e dissertações, verificou-se que a plataforma BDTD/IBICT foi a que listou o maior número de dissertações, chegando a 11, em detrimento das outras plataformas que listaram 6 e 9 trabalhos, respectivamente. Ao todo, desconsiderando-se os trabalhos repetidos em diferentes plataformas, foi possível realizar a contagem atenta do total geral das produções encontradas, que foi de 37 trabalhos organizados em: 3 teses, 12 dissertações, 16 artigos científicos, 2 livros e 4 capítulos de livro. Estes números deixam claro que os artigos e as dissertações foram as modalidades acadêmicas que mais se dedicaram a abordar temas vinculados à *Revista do Ensino* (MG).

Outro aspecto observado é que nem todo trabalho de tese tornou-se livro, apesar do seu aprofundamento e rigor científico, pois esta condição depende do convite de organizadores, de editais para produção de livros, ou do pagamento de taxas para editoras especializadas em obras acadêmicas, isso explica o fato de apenas Biccás (2001) e Assis (2019) serem as únicas teses que se tornaram livros: Biccás (2008) e Assis (2020).

A seguir, exhibe-se a listagem das teses encontradas, organizadas em ordem decrescente do ano de produção, de autor, e da sua instituição de origem.

QUADRO 03 – Teses sobre a Revista do Ensino (MG) (1925-1940)

Título	Autor / Ano	Instituição
As representações sobre a aritmética e seu ensino veiculadas na <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1925-1940)	Britto (2020)	UFMG
Monumentos ao/do saber, tempos de ensinar, escolarização e magistério: a institucionalização dos grupos escolares mineiros nas páginas da <i>Revista do Ensino</i> .	Assis (2019)	UFF
O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da <i>Revista do Ensino</i> (1925-1940)	Biccás (2001)	USP

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa

Biccas (2001) foi a única autora que estudou a materialidade desse impresso pedagógico mineiro, na tese ela analisou elementos como periodicidade, seções, capas, sumários, cores, dimensões físicas, diagramação, fotografias, ilustrações e anúncios, abordando esses elementos e os cruzando com o contexto histórico, político e educacional de quando o periódico circulava na sua primeira fase. Mas, as análises mais detalhadas e ampliadas encontram-se, de fato, em Biccas (2008).

Britto (2020) analisou as representações sobre a aritmética e seu ensino veiculadas na primeira fase do periódico, e localizou 376 textos que tratam da matemática, sendo que 166 desses focalizam especificamente a aritmética ou seu ensino. As representações foram identificadas em quatro categorias, representações sobre: 1) a aritmética; 2) sobre o papel do ensino da aritmética no curso primário; 3) sobre abordagens teórico-metodológicas para o ensino e aprendizagem da aritmética; e 4) sobre formação de professores e outros profissionais da educação quanto à aritmética e seu ensino. Ela entendeu que, apesar das variações, as representações mais frequentes estavam alinhadas com o discurso que circulava em outros periódicos brasileiros sob a legislação oficial que orientava o ensino primário em Minas Gerais.

Assis (2019) analisou o periódico em relação à escolarização, à docência e aos docentes no interregno (1925-1930). Considerando a Reforma João Pinheiro (1906), a Reforma Mello Vianna (1924) e a Reforma Francisco Campos (1927), a autora acredita que o discurso jurídico destas reformas educacionais se sobrepôs ao discurso pedagógico veiculado nesse impresso, e assim, ela analisou o funcionamento do periódico enquanto instrumento linguístico e instrumento de manualização. Além disso, ela investigou a consolidação da escolarização primária nos moldes republicanos em Minas Gerais, a monumentalização do saber, a feminização do magistério, a profissionalização e a moralização da docência, e a burocratização das atividades do professor no estado.

Abaixo apresenta-se o próximo quadro com as dissertações localizadas e organizadas em ordem decrescente do ano de produção, seguida pelo autor e instituição de origem.

QUADRO 04 – Dissertações sobre a Revista do Ensino (MG) (1925-1940)

Título	Autor / Ano	Instituição
Presença do ideário católico na <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1925-1940)	Coelho (2021a)	UFU

Os saberes profissionais para o ensino de geometria e desenho presentes na <i>Revista do Ensino (MG)</i> na década de 1920	Michel Júnior (2020)	UFSC
A educação da anormalidade na <i>Revista do Ensino</i> em Minas Gerais (1925-1940)	Santos (2019)	UFOP
Saberes geométricos na <i>Revista do Ensino (MG)</i> no Período de 1925 a 1932	Silva (2018)	UFSC
Saberes geométricos na <i>Revista do Ensino (MG)</i> nas décadas de 1940 e 1950	Rodrigues (2018)	UFJF
O saber desenho no ensino primário a partir das <i>revistas do ensino</i> de Minas Gerais (1925 a 1932): sua concepção e as profissionalidades	Caputo (2017)	UFJF
Discursos acerca da educação da infância e da educação Física dedicados aos jogos na <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1925-1940)	Reis (2016)	UFVJM
Linguagens lúdicas como estratégia metodológica para a geografia escolar na <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1925-1935)	Dias (2013)	UFPB
“Tudo presta a quem tudo precisa”: discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1925-1930)	Guimarães (2011a)	UFSJ
A educação física na <i>Revista do Ensino</i> : produção de uma disciplina escolar em Minas Gerais (1925-1940)	Faria (2009)	UFMG
Sujeitos da educação e práticas disciplinares: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da <i>Revista do Ensino</i> (1925-1930).	Souza (2001)	UFMG
A ideologia do caráter nacional da educação em Minas: <i>Revista do Ensino</i> (1925–1929).	Borges (1993)	UEC

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa

Uma observação pertinente é que a maioria dos mestres acima (11 pessoas) se titulou em universidades federais, e apenas 1 se titulou em universidade estadual: Borges (1993) na UEC. Isso também ocorreu com os doutores, pois 2 pessoas se doutoraram em universidades federais, e só 1 em universidade estadual: Biccás (2001) na USP, e os demais se tornaram mestres pelas federais. Isso demonstra que a revista, ao longo dos anos, vem sendo majoritariamente debatida no âmbito das universidades federais do país, aliás de 2002 até 2024 apenas nessas instituições que as teses e dissertações têm se concentrado. A seguir, será relatado o que cada dissertação pesquisou.

Coelho (2021a) estudou sobre a presença do ideário católico no periódico durante a primeira fase, analisando conteúdos pedagógicos católicos publicados, demonstrando como eles se apresentavam ao professorado mineiro (catequista e não católico) no interior da revista. Procurou-se reconhecer como tais conteúdos legitimavam o magistério como sinônimo de missão, vocação, destino, sacrifício, e lugar da mulher. Seguiu-se a perspectiva do materialismo histórico dialético, focalizando as contradições, os conflitos, os embates, e os antagonismos nas relações políticas, religiosas e educacionais existentes à nível nacional e estadual. Os resultados demonstraram que o clero encontrou uma sociedade mineira de tradição católica conservadora e governos estaduais sucessivos dispostos a colaborar com a Igreja ao direcionarem a educação. Nessa abertura, esse ideário pedagógico religioso foi amplamente divulgado nessa revista educacional oficial,

para o alcance dos mestres, das normalistas e das professoras primárias, principalmente, que as incentiva a se inspirarem na chamada *Pedagogia de Jesus Cristo*.

Michel Júnior (2020) analisou os saberes profissionais para o ensino de Geometria e Desenho sistematizados pela professora Emilia Truran na década de 1920. O autor considerou que esses saberes profissionais estão estreitamente ligados às diretrizes do Programa do Ensino Primário de 1925, no que tange ao ensino de Geometria (classificação de retas, ângulos e o estudo dos quadriláteros), e a utilização da técnica do lápis para o ensino de Desenho. Também na Reforma Francisco Campos houve a implementação do estudo de sombras e a integração do ensino de observação visual, tais orientações foram encontradas no periódico e analisadas.

Santos (2019) analisou as concepções de educação dos sujeitos denominados como anormais em Minas Gerais, por meio dos artigos escritos por educadores, políticos e intelectuais publicados na primeira fase da revista. A autora também investigou a articulação desses artigos com as reformas educacionais ocorridas no Brasil e em Minas Gerais, expondo a invisibilidade e apagamento dos sujeitos rotulados como anormais, especiais, deficientes, envolvendo todas as pessoas com deficiência.

Silva (2018) estudou sobre como o ensino dos saberes geométricos se mostrava em relação às concepções de elemento (conhecimento abstrato e racional), e as concepções de rudimento (do conhecimento concreto e prático, e da experiência); investigando os saberes, os conteúdos, e as orientações (chamados de profissionalidade), que estavam presentes nesse impresso educacional em (1925-1932) direcionados aos professores normalistas de 1º e 2º graus.

Rodrigues (2018) adotou as décadas de 1940 e 1950 para compreender como o ensino dos saberes geométricos se apresentava no interior da revista. Considerando as concepções de elemento e rudimento, a autora também buscou compreender quais as profissionalidades sobre o tema dos saberes geométricos apareciam no periódico.

Caputo (2017) estudou igualmente sobre os saberes geométricos em voga nesse contexto histórico e explicitados pelo referido impresso pedagógico, só que explorou o período (1925-1932) quando estavam em voga as propostas escolanovistas, analisando historicamente o saber desenho no ensino primário. A autora se preocupou com os conceitos de elemento, rudimento e profissionalidades. E concluiu que o desenho, ora era usado como metodologia, ora era usado como um recurso, a fim de servir para a vida prática, o que fez dele um saber para ensinar e um componente da prática do professor.

Reis (2016) investigou como a revista apresentava os discursos sobre a infância e os jogos como componentes da Educação Física, e explicitou como os artigos publicados nesse impresso pedagógico, que tratavam sobre a criança e sobre os jogos, foram introduzidos e legitimados nos ensinos pré-primário e primário de 1925 a 1940.

Dias (2013) problematizou o lúdico enquanto metodologia de ensino, entendendo-o no contexto do movimento da Escola Nova, que pretendia a renovação escolar, sobretudo a renovação das relações às práticas metodológicas dos professores. Assim, a autora focalizou as instruções metodológicas lúdicas para a Geografia escolar, que estavam contidas no periódico, examinando-o no período (1925-1935).

Guimarães (2011a) investigou os discursos moral, médico e da Psicologia direcionados à educação da infância pobre, veiculados nesta revista educacional mineira. Em seus resultados, ela considerou que o discurso moral produziu a infância indigente, que o discurso médico produziu a infância desvalida e doente, e que o discurso da Psicologia produziu a infância anormal, que deveria ser corrigida pelos professores que liam o periódico de 1925 a 1930.

Faria (2009) pesquisou sobre a circulação das prescrições de práticas educacionais na revista e o que a disciplina de Educação Física representou para os sujeitos escolares, sobretudo para alunos e professores nesse periódico de formação docente no período (1925-1940).

Souza (2001) trata das concepções disciplinares presentes nas propostas das reformas educacionais mineiras, para isto, a autora focalizou os sujeitos envolvidos na missão disciplinar e educadora da escola, bem como as discussões disciplinares que envolviam a criança em meio ao movimento da Escola Nova. Assim, ela analisou no impresso pedagógico de 1925 a 1930, preocupando-se com a divulgação frequente dos preceitos disciplinares das reformas educacionais mineiras divulgados em suas páginas.

Borges (1993) estudou sobre a face ideológica e autoritária da pedagogia escolanovista que se baseava em teorias educacionais dos Estados Unidos e da Europa. Sem definir claramente um interregno, objetivou compreender a difusão da ideologia do caráter nacional da educação, na fala da elite política e cultural mineira presente na revista que veiculou conteúdos pedagógicos fundamentados na Escola Nova.

Ao todo, no quadro 02 indicou-se que a quantidade total de pessoas que já publicaram suas pesquisas até o momento desse levantamento até 2024 é de 21

pesquisadores¹⁵. Esse dado revela a riqueza histórica e documental para História da Educação que essa fonte possui e que suscitou diversos trabalhos acadêmicos, diferentes análises e enfoques com temas como: Matemática e Aritmética, Educação Física, Geografia, educação e infância, práticas disciplinares, ensino religioso católico e outros.

Considerando somente as teses e dissertações produzidas foi possível perceber em relação às temáticas mais debatidas pelos autores que: o tema da Matemática foi o mais debatido nestas pesquisas, totalizando 5 estudos, que incluem a Aritmética (1 tese) e os saberes geométricos e/ou ensino de Geometria e Desenho (4 dissertações). O tema da Educação Física sob o olhar da revista foi o segundo mais debatido (2 dissertações). Dessas duas, uma delas, juntamente com outra dissertação, trataram sobre temas ligados à educação e escolarização da infância. 2 dissertações focalizaram o tema das reformas educacionais mineiras (uma fala das práticas disciplinares e a outra sobre a ideologia nacional presente na educação mineira). Apenas 1 tese tratou sobre o tema do magistério/grupos escolares, somente 1 dissertação abordou sobre o tema da anormalidade, só 1 dissertação abordou o tema da Geografia escolar, e exclusivamente 1 dissertação abordou sobre o tema do ensino religioso católico na revista. Essa enumeração demonstra que esses últimos assuntos foram os menos debatidos, porém, acredita-se que eles apresentem grande potencial para suscitar novas pesquisas, bem como os demais.

Nesse levantamento, no caso dos artigos científicos, livros e capítulos de livro elaborou-se um quadro contendo o título desses trabalhos que foi colocado no Anexo 1 da pesquisa. Optou-se por colocá-lo em anexo pelo fato de serem trabalhos resultantes das próprias teses e dissertações desses mesmos autores que já foram mencionados até aqui. Contudo, há algumas novidades nesses artigos: existem 2 novos temas nunca antes

¹⁵ Os 24 pesquisadores da *Revista do Ensino* (MG) são: **1)** Monalisa Lopes dos Santos Coelho com dissertação em 2021, capítulo de livro, e artigos em revista em 2021 e 2020; **2)** Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, **3)** Elizabeth Farias da Silva, e **4)** Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida num artigo em revista de 2022; **5)** Robert Rene Michel Júnior fez dissertação em 2020, e em coautoria com **6)** David Antônio Costa publicou artigo em periódico em 2021; **7)** Thaís Reis de Assis fez tese em 2019 que virou livro em 2020, e capítulo de livro em 2021; **8)** Maria Laura Magalhães Gomes em coautoria com Flávia Brito publicaram artigos em periódicos em 2021, em 2019, e em 2016; **9)** Maurilane de Souza Biccás fez tese em 2001 que virou livro em 2008, capítulos de livro em 2002 e em 2006, além de artigo em periódico em 2005; **10)** Flávia Aparecida Britto fez tese em 2020; **11)** Elaine Rodrigues publicou em parceria com Biccás artigo em revista em 2015; **12)** Paula Cristina David Guimarães fez dissertação em 2011, e artigo em revista em 2013, e em 2011. Os autores que fizeram somente dissertações são: **13)** Eli Ribeiro dos Santos em 2019; **14)** Adriele Cristine Domingos Rodrigues em 2018; **15)** Nicolly Peçanha do Nascimento Silva em 2018; **16)** Débora Rodrigues Caputo em 2017; **17)** Tacimara Cristina dos Reis em 2016; **18)** Angélica Mara de Lima em 2013; **19)** Miguel Fabiano Faria em 2009; **20)** Rita de Cássia de Souza em 2001; já os autores que publicaram individualmente artigos em periódico são: **21)** Denise Perdigão Pereira em 2013; **22)** Maria Madalena Silva de Assunção em 2006; e **23)** Tarcísio Mauro Vago em 2006. Por último viu-se que, **24)** Vera Lúcia Abrão Borges tem artigo em revista de 2002, e fez dissertação em 1993.

abordados pelos estudiosos do periódico, são eles: o ensino de Arte e a Escola Nova em Minas Gerais na perspectiva do periódico em (1927-1933) de Pereira (2018); e os editoriais da revista preocupados com a modelagem das professoras, de Assunção (2006), num recorte histórico pouquíssimo pesquisado: (1925 –1970), que envolve praticamente todos os anos de circulação dela. Aliás esse artigo, e o artigo de Britto e Gomes (2019) foram os 2 únicos trabalhos que estudaram o periódico para além dos anos de 1940. Elas examinaram os 66 números que circularam entre (1946-1971), com exceção do último exemplar, o nº 239 (1971), que está desaparecido; e por isso, o recorte estudado pelas autoras abordou apenas o intervalo (1946-1970).

Esses dados revelam que a *Revista do Ensino* (MG) foi pouquíssimo estudada em recortes históricos posteriores à década de 1940. Inclusive nem teses e dissertações, que têm maior fôlego no aprofundamento teórico e analítico, se aventuraram nessa tarefa. Porém, mesmo sendo difícil trabalhar com um recorte histórico tão amplo (1925-1971), e aí reside um novo desafio da expansão dos estudos históricos envolvendo a periodicidade completa de todos os anos de circulação desse impresso que se abre aos pesquisadores do campo da imprensa pedagógica na História da Educação.

Em suma, o balanço geral desse levantamento das 3 teses, 12 dissertações, 2 livros, 4 capítulos de livros e 15 artigos científicos acessados, demonstrou as seguintes características: i) artigos e dissertações foram as modalidades acadêmicas que somaram mais trabalhos investigativos sobre a revista; ii) o tema da Matemática foi o assunto mais debatido pelos pesquisadores dentre teses e dissertações; (iii) de todos os trabalhos, o recorte histórico (1925-1940) foi o período mais contemplado nas pesquisas, pois os recortes (1925-1930), (1927-1933), (1933-1940) e outros estão limitados à primeira fase de circulação dela. Ou seja, de todos os trabalhos encontrados só 2 se situam entre (1925-1970) e (1925-1971). Isso significa que, como a revista fornece um amplo acervo histórico de assuntos pedagógicos variados da educação mineira, torna-se muito mais complexo explorar todo esse vasto material, num recorte tão amplo, e em pesquisas de maior aprofundamento acadêmico. Deste modo, até agora em 2024, pouquíssimos estudos visitaram todos os 239 exemplares que circularam nas duas fases dela.

Ademais, esse levantamento extensivo das pesquisas acadêmicas entre (1980-2024) foi realizado com a intencionalidade de demonstrar que o objeto de pesquisa do ideário católico nesse periódico oficial mineiro só foi estudado pela dissertação de Coelho (2021a), e pelos artigos de Coelho (2021b; 2021c). Assim, a pesquisadora foi a única

estudiosa que explorou a temática do ensino religioso católico nessa revista até o ano de 2024, onde nenhuma tese encontrada se dispôs a debater sobre esse tema selecionado.

Pensando nisso, a pesquisa atual se dispôs a pensar em novas possibilidades de escrita para se distanciar da estrutura textual feita na dissertação de Coelho (2021a). Por este motivo, o presente trabalho de doutoramento pretende-se inédito pelos seguintes motivos: apresenta um levantamento histórico das primeiras revistas de educação e ensino que surgiram no mundo, no Brasil e em Minas Gerais, e estuda a gênese da *Revista do Ensino* (MG) em 1892 e a sua reativação a partir de 1925 no capítulo 1, e no capítulo 2 estuda as principais características da materialidade dela. E o outro diferencial adotado é a adoção dos postulados e os procedimentos teórico-metodológicos da perspectiva da Nova História Cultural, (antes o prisma era o materialismo histórico dialético), ao ancorar o centro das investigações na descoberta das representações de docência construídas pelo ideário católico nas páginas dessa revista pedagógica. Desta maneira, o atual trabalho se distancia essencialmente da dissertação de Coelho (2021a), ao adotar outro prisma investigativo.

No capítulo 1 serão expostas as primeiras revistas pedagógicas criadas internacionalmente no Brasil em Minas Gerais, sob uma perspectiva do geral ao particular, expondo o contexto histórico de surgimento delas que possibilitou não apenas essas aparições, mas também a multiplicação desses suportes materiais formativos e informativos para a instrumentalizarem a docência, historicamente marcada pelo baixo investimento das autoridades educacionais em melhorar essa carreira profissional em termos de remuneração, formação e condições de trabalho. Abordar-se-á sobre as mobilizações dos defensores da Pedagogia Católica para propagarem seus pressupostos na imprensa, e alcançar os profissionais da educação durante as primeiras décadas do período republicano. E por último, se verá que o contexto de criação dessas outras revistas listadas possui elementos que se relacionam com o contexto de surgimento da *Revista do Ensino* mineira, além das peculiaridades históricas existentes nesse estado que interferiram nas condições de produção editoriais dela.

No capítulo 2 serão adensadas as análises sobre a materialidade da revista, serão elucidadas as principais reformas e políticas educacionais que direcionaram a construção material dela. Se examinará as suas principais características como: periodicidade geral, formas de acesso, assinaturas, capas, sumários, quais eram as seções, entre outros aspectos editoriais. E depois se demonstrará como essa materialidade foi afetada pelas

estratégias editoriais católicas mobilizadas que garantiram ao ideário católico 120 publicações educacionais dentro desse periódico oficial mineiro.

O capítulo 3 contemplará o alcance do objetivo central da pesquisa ainda mais de perto, com as análises dos conteúdos pedagógicos católicos voltados diretamente aos professores, às professoras primárias e às normalistas que as chamavam de sacerdotisas do magistério. Lá pretende-se examinar os tipos de representações docente manifestas pelo ideário católico na *Revista do Ensino* (MG) no recorte (1925-1940), desvelando as prescrições, as orientações e as formas de persuasão aplicadas nos artigos educacionais religiosos voltados para esse público, que ajudaram a construir a idealização da docência como sacerdócio na mentalidade da escola mineira no período analisado.

CAPÍTULO 1

A INVENÇÃO DAS REVISTAS DE EDUCAÇÃO E ENSINO: DAS ESTRANGEIRAS ATÉ A REVISTA DO ENSINO (MG)

Esse primeiro capítulo se compromete a expor as perspectivas históricas da pesquisadora acerca do surgimento das revistas educacionais pioneiras erigidas à nível mundial, nacional e regional.

É importante reiterar que todo o esforço feito por localizar tantas revistas fez sentido para o presente estudo devido às seguintes razões: reconheceu-se a ocorrência de um movimento histórico que impulsionou a criação e a multiplicação de revistas de educação e ensino, cuja gênese, em geral, sempre tinha a mesma intencionalidade: criar revistas técnico pedagógicas para a formação docente. Elas funcionavam como manuais didáticos, serviam para divulgar informes oficiais e sociais, e expunham a cultura e as teorias pedagógicas existentes em seu tempo. Além disso, pesquisar a história do surgimento das primeiras revistas de educação e ensino mundiais (europeias), brasileiras e mineiras, e da *Revista do Ensino* (MG) foi útil para demonstrar a descoberta de que a representação de professor como sacerdote foi detectada desde a gênese da imprensa periódica educacional nacional e mineira.

Dito isso, é preciso explicar que lá no início dessa pesquisa uma das primeiras perguntas a serem feitas foi: “O que são propriamente revistas de educação e ensino?” Este trabalho entende que são revistas educacionais, didáticas ou pedagógicas produzidas pela imprensa periódica especializada nessa temática, configurando-se como fontes privilegiadas para estudo, pesquisa e entendimento da multiplicidade de sentidos e nuances existentes no campo educacional. Para Nóvoa et al. (2002), elas são o melhor meio para se compreender o funcionamento desse campo. Para Bastos (2007, p. 167), elas têm a intenção principal de guiar a prática cotidiana dos professores, além de oferecerem “informações sobre o conteúdo e o espírito dos programas oficiais, a conduta em classe e a didática das disciplinas”.

Assim, por meio desses autores pode-se afirmar que as revistas pedagógicas se constituem em fontes históricas privilegiadas para os pesquisadores da História da Educação que ensejam entender o passado, e por meio delas tentar compreender, em parte, como funcionava o ensino, as políticas educacionais, as escolas e outros assuntos relativos à educação em determinado tempo histórico. Nesta seara a imprensa periódica educacional permite ao pesquisador: “estudar o pensamento pedagógico de um

determinado setor ou de um grupo social a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos [...]” (Bastos, 2007, p. 167).

Acredita-se então, que as revistas pedagógicas sejam, de fato, relevantes para as pesquisas em História da Educação, porque ao mesmo tempo em que elas eram especializadas em assuntos educacionais, tais assuntos são extremamente diversificados em cada revista. Além disso, elas podem ajudar a refletir sobre o passado educacional dos lugares onde elas circulavam, não veiculando, logicamente, tudo o que ocorria, mas, veiculando parte de como a realidade educacional era vista e noticiada na ótica daqueles que as produziam.

Desta maneira, concorda-se com Catani (1996; 2013) e Catani e Bastos (2002) quando defendem que esse tipo de revistas especializadas em educação são realmente importantes por causa dos seguintes motivos: há uma multiplicidade de informações que elas fornecem sobre trabalho pedagógico, sobre práticas docentes, sobre o ensino específico de conteúdo e disciplinas escolares, sobre o magistério, sobre os sistemas de ensino, sobre as políticas educacionais vigentes de quando elas circulavam, e sobre os tantos outros temas educacionais que elas veiculavam.

Além disso, percebeu-se que estudar o ciclo de vida de uma revista pedagógica permite conhecer os conflitos e disputas inerentes ao campo educacional, que procuravam obter legitimidade dentro no espaço escolar, além de se poder conhecer os diferentes tipos de orientações e prescrições didáticas comuns de determinado tempo histórico, e as correntes pedagógicas que embalavam os movimentos educacionais de tantos períodos.

Assim, as revistas de educação e ensino embora já tenham parado de circular, elas permanecem contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas histórico-educacionais. Conforme Catani e Bastos (2002, p. 5), elas podem ser utilizadas tanto como fontes históricas, quanto como núcleos informativos para o exame de discursos, e práticas educacionais, funcionando como “um guia prático do cotidiano educacional e escolar”.

Abundantes, ricas e diversas, as revistas pedagógicas para Caspard e Caspard (2002, p. 46) são “uma mídia muito mais interativa que os tratados ou os manuais, e dessa maneira constituem um dos melhores observatórios do movimento social na obra da escola e da formação”.

Neste sentido, compreendeu-se que a imprensa periódica especializada em educação é, de fato, uma fonte documental histórica que revela múltiplas possibilidades de interpretação, pois, ela pode conter os diversos olhares de quem a produziu, mostrados o que era ou não aprovado pelos seus redatores, e exibindo o pensamento dos seus

articulistas, que eram geralmente professores, diretores, inspetores de alunos, técnicos em educação, secretários da educação, e também alunos. Deste modo, uma revista pode expressar a visão e o pensamento político, doutrinário e até religioso dos seus produtores, porque eram fruto de entidades sociais como: órgãos educacionais vinculados ao Estado, escolas, associações, grêmios, denominações religiosas, partidos políticos, etc. E como um produto dos seus editores, veiculavam o que eles decidiam.

Dito isto, durante os próximos tópicos a seguir será apresentado um breve histórico sobre o surgimento das primeiras revistas educacionais pelo mundo, pelo Brasil e em Minas Gerais, para só depois tratar-se do surgimento da *Revista do Ensino* mineira.

1.1 As revistas de educação e ensino pioneiras no mundo¹⁶

Apoiando-se em Cecon (2021) e em Freitas (2005), pode-se afirmar que o contexto histórico do surgimento das primeiras revistas pelo mundo concentrou sua ocorrência no século XVII na Europa. Surgiram especificamente revistas científicas, cujo intuito primordial era a divulgação da ciência que estava em ascensão, elas emergiram em meio à considerável expansão e consolidação das academias científicas (universidades, especializadas em filosofia da natureza, em ciência experimental, em medicina, em letras, em artes etc.).

Na Europa, a partir do século XVIII, segundo Pallares-Burke (1998, p. 145-146), o jornalismo (com numerosos jornais a princípio) e depois com algumas revistas emergindo funcionou como um “poderoso instrumento do projeto iluminista de mudar as ideias e maneiras das pessoas comuns”, e a imprensa periódica era vista como útil para educar a população.

O Iluminismo se preocupava com o aprofundamento científico na tarefa do entendimento dos fenômenos naturais, físicos e filosóficos, ao invés do homem se guiar pela visão teológica para entender esses fenômenos. Segundo Pallares-Burke (1998), a imprensa seria um dos melhores meios de divulgação para disseminar essa nova visão de mundo, sob uma intencionalidade educadora/civilizatória. Essa nova interpretação, ancorada na ciência e no antropocentrismo, estava se consolidando na Europa e uma característica dessa imprensa iluminista europeia era a educação sob:

¹⁶ No mundo ocidental. Esta pesquisa considerou apenas o lado ocidental do planeta, nele, o primeiro continente a inventar revistas pedagógicas foi o continente europeu.

[...] a crença no poder das ideias de aprimorar a sociedade e a convicção de que a imprensa periódica, veiculando ideias, tinha grande potencial para educar o público. Os periódicos eram muitas vezes descritos como eficientes “difusores de luz”, como “propagadores de ideias” pela sociedade e como indispensáveis instrumentos de progresso (Pallares-Burke, 1998, p. 147).

Desta maneira, a autora argumenta que essa função educativa conferida à imprensa tornara esse seu papel insubstituível na sociedade, por causa da ausência de outros meios educativos, cujo papel estava sendo cumprido informalmente pela imprensa, como explicita Pallares-Burke (1998).

Nesta ambiência histórica, as condições que deram origem aos jornais e revistas científicos envolviam a necessidade de melhorar a comunicação entre os cientistas vinculados às universidades. Freitas (2005, p. 9) explica que antes do surgimento dos periódicos científicos, quem fazia a divulgação de notícias sobre a ciência eram os “panfletos volantes e jornais cotidianos”, porque o “conhecimento especializado era comunicado através de correspondências entre os cientistas ou enviadas às agremiações científicas”. Desta maneira, essas correspondências particulares entre os estudiosos deram origem ao jornalismo científico delineado para alcançar um público maior, só que especificamente afinado com a ciência.

Nesse tempo de busca pelo conhecimento e aprofundamento científico ocorrendo na Europa, as chamadas sociedades científicas¹⁷ deram origem às universidades (academias científicas modernas). E foi em meio à criação das universidades que o jornalismo científico foi inventado, onde os cientistas além de acessarem livros e publicá-los, agora poderiam contar com novos suportes para publicizarem seus trabalhos, sendo também uma forma de garantir a autoria e de exporem resultados de experimentos, observações e novidades científicas. Assim, sucedeu-se a cultura dos jornais especializados: “acabara se tornando um formato de sucesso. O hábito de obter e publicar informações por meio de artigos em jornais especializados acabou por influenciar a forma como os intelectuais e pensadores lidavam com o conhecimento” (Cecon, 2021, 14). Desta forma, foi na ambiência das universidades europeias que esses periódicos de

¹⁷ Algumas sociedades científicas na Europa originaram as universidades, como foi na França a *Académie Royale des Sciences* em 1666, dentre tantas outras academias de música, letras, pintura e escultura; na Itália a *Accademia della Crusca* em 1585, e a *Accademia del Cimento* (1657-1667) dentre tantas outras; na Inglaterra a *Royal Society*, oficialmente estabelecida como sociedade real de ciências em 1662; e na Alemanha a Universidade de Leipzig em 1409, e a *Academia de Berlin* em 1700, dentre outras. Todas elas foram surgindo nos séculos anteriores e alcançaram seu ápice no século XVII, conforme Cecon (2021).

orientação científica surgiram: jornais, revistas, boletins e folhas, uma forma de comunicação mais inovadora do que os livros na visão desse autor.

Freitas (2005) explicita que no século XVII, quando essas publicações científicas periódicas surgiram, elas veiculavam:

[...] os debates que ocorrem nas academias e agremiações científicas, divulgam os mais novos experimentos, narram as viagens dos naturalistas e historiadores, as impressões mais atuais dos médicos e dos engenheiros. Divulgando novidades, temas e autores diversos, representam o novo [...] (Freitas, 2005, p. 5).

Nesse contexto, verificou-se que as primeiras revistas científicas do mundo surgiram inicialmente na França, e depois na Inglaterra, na Itália, na Alemanha, na Holanda, na Bélgica e em Portugal, bem como em outros países.

A primeira revista científica criada no mundo foi a *Journal de Sçavans*, ela surgiu em janeiro de 1665 na França, conforme Cecon (2021) e Freitas (2005). O nome dela se manteve o mesmo até 1790, mas, de 1791 até 1830, ela passou a se chamar *Journal des Savans*, que divulgava assuntos científicos diversos, com publicação semanal, algo que para a época fora uma inovação surpreendente na Europa e tornou a França pioneira no lançamento do primeiro periódico especializado em divulgação científica. A segunda revista científica do mundo é a *Philosophical Transactions*, criada na Inglaterra em março de 1665, e que continua sendo produzida até os dias atuais. Divulgava experimentos científicos, com publicação mensal. Abaixo segue o quadro com as demais revistas pioneiras.

QUADRO 05- Primeiras revistas criadas na Europa (século XVII)

Nome	Ciclo de vida	Local	Outras informações
<i>Journal de Sçavans</i> / <i>Journal des Savans</i> .	(1665-1790) (1791-1830)	França	Criada por Denis de Sallo (membro do parlamento francês). Periódico focado estritamente na ciência com sinopses de livros, trabalhos e experimentos de física, química, descobertas nas ciências e artes, máquinas inventadas, observações astronômicas, fenômenos meteorológicos e anatomia animal. Trazia também decisões de tribunais e universidades, e acontecimentos do mundo literário.
<i>Philosophical Transactions</i>	(1665-continua)	Inglaterra	Periódico oficial da <i>Royal Society of London</i> , a academia de ciência inglesa, criada pelo seu secretário Henry Oldenburg. Era especializada na divulgação de dados experimentais, e temas como filosofia natural.
<i>Saggi di naturali esperienze</i>	(1666-?)	Itália	Revista educacional da cidade de Florença criada pela <i>Accademia del Cimento</i> , e por Lorenzo Magalotti, era publicada por Giuseppe Cocchini

			all'Insegna della stella, e tratava de temas como: História e Cultura, Física, e Ciências Naturais.
<i>Giornale de Letterati di Roma</i>	(1668-1670)	Itália	Revista educacional e científica de Roma. Seu intuito era estimular os cientistas a difundirem suas pesquisas, já que o trabalho da ciência era visto como “glorioso” em prol da humanidade. Seus artigos estavam em latim, com assuntos teológicos, de medicina, de direito e de filosofia experimental.
<i>Acta Eruditorum</i>	(1682-1782)	Alemanha	Criada pelo cientista Otto Mencke. Revista escrita em latim, que versava sobre ciência, teologia e história da Igreja, direito, medicina e ciências naturais, matemática, história e geografia, filosofia e filologia.
<i>Nouvelles de la République des Lettres</i>	(1684-1718)	Holanda	Era uma revista da capital Amsterdam, tinha edições bimestrais, trimestrais e quadrimestrais, e apesar de ser holandesa estava escrita em francês. Versava sobre assuntos ligados à ciência, sobretudo, letras.

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa, de Cecon (2021), Freitas (2005), e Kampmann (2023).

Nesse contexto do século XVII, os periódicos científicos do quadro acima criados na Itália, na Alemanha e na Holanda, segundo Freitas (2005), se guiavam fielmente pelo modelo editorial das primeiras revistas da França e da Inglaterra. E Cecon (2021, p. 14) também atesta isso dizendo que: “O *Journal des Savants* era usado como modelo de periódico de assuntos mais amplos e para um público mais geral, e o *Philosophical Transactions* como padrão para as publicações das sociedades científicas”. Assim, estes dois modelos acabaram por inspirar e orientar o restante da imprensa periódica da Europa.

Após digitar seus nomes na *internet*, e visualizar as capas e o interior delas na *internet*, ficou claro que eram idênticas aos livros e jornais dessa época, com uma formatação igual a deles, sobretudo, a forma dos livros. Elas expunham basicamente notícias e textos sobre ciência, textos contínuos e poucas ilustrações.

Quanto ao surgimento específico das primeiras revistas de educação e ensino propriamente, observou-se que elas ocorreram na França. Aliás, em toda a Europa, a França, em especial, manifestou um pioneirismo singular no campo da imprensa periódica pelos seguintes motivos: i) nela foi criada a primeira revista científica do mundo; ii) nela foram criadas as primeiras revistas pedagógicas do mundo; e iii) nela foram criados também os primeiros estudos historiográficos no mundo voltados para o exame específico dessas revistas especializadas em educação.

Catani e Bastos (2002) indicam que é no século XVIII, a partir de 1789, o nascimento das primeiras revistas educacionais da França. Em relação aos primeiros estudos preocupados em examinar tais periódicos especializados, Catani (1996), Catani e Bastos (2002) e Fernandes (2008) apontam que foi Buisson em 1887, o historiador

pioneiro que fez o *Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*. Em seguida veio Beurrier em 1889 que sistematizou informações sobre periódicos escolares franceses (1789-1889). Na sequência veio outro precursor dessa discussão: Pierre Caspard, que construiu um repertório analítico sobre a imprensa de educação ensino em volumes publicados entre os anos de 1986 a 1991 denominado *La Presse d'éducation et d'enseignement: Répertoire analytique XVIII siècle – 1940*. Infelizmente não foi possível o acesso a essas obras, mas, acessou-se Caspard e Caspard (2002), que analisaram 305 revistas educacionais francesas, e indicam que na sequência histórica depois de Pierre Caspard veio D'Alméras em 1900, que também escreveu sobre a história da imprensa educacional francesa.

As condições históricas que originaram e promoveram o crescimento das revistas pedagógicas na França estão vinculadas à história de formação de professores desse país. Segundo Caspard e Caspard (2002), antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) metade dos docentes do ensino primário não era formada em Escolas Normais, daí essas revistas surgiram como um material didático prático e útil para orientar, fundamentar e melhorar a formação de professores, e ainda instruir aqueles mestres que já tinham passado pelo molde das Escolas Normais, estavam há muitos anos sem estudar e precisavam melhorar a prática pedagógica. Deste modo, a imprensa educacional francesa foi concedendo espaço às revistas pedagógicas com a intenção de melhorar a formação contínua de professores, formatando-a para atender aos interesses do mundo do trabalho capitalista na Europa. Neste âmbito, elas foram se consolidando em meio à história do ensino primário, porque este na ocasião da Lei de François Guizot (1833), que regulava esse nível da educação mandou acelerar a criação dessas revistas, e pelos anos subsequentes elas enfrentaram oscilações, mas, em geral continuaram crescendo (Caspard, Caspard, 2002). Após essa breve contextualização, segue abaixo os primeiros nomes do contexto francês dos anos 1800.

QUADRO 06 - Revistas de educação e ensino da França (século XIX)

Nome	Ciclo de vida	Local	Outras informações
<i>Revue Pédagogique</i>	1878-1940	Paris/França	Revista pedagógica que tratava de assuntos como o ensino primário, formação de professores, reformas educacionais, etc.
<i>Le Progrès de L'École</i>	1883-1884	França	(não foi localizada)
<i>Revue D'Éducation</i>	1886-?	França	Revista de educação e instrução sobre o ensino primário produzida por professores

<i>L'Instituteur</i>	1886-1888	França	Revista de educação e ensino editada mensalmente, e a partir de setembro de 1888 passou a ser quinzenalmente
<i>L'Institution Primaire</i>	1879-1900	Belin/ França	Revista de educação prática para professores e diretores de escolas primárias.
<i>Bulletin de L'Instruction Primaire</i>	1854-1858	França	Revista de educação e ensino, editada pelo Ministério da Instrução Pública
<i>Le Petit Provincial</i>	1893-1907	França	Revista política, literária e educacional de edição semanal
<i>L'École Nouvelle</i>	1897-1914	França	Edição semanal sobre educação primária

Fonte: Caspard e Caspard (2002) e Dessauw (2020).

Observando o quadro acima, e também o estudo de Caspard e Caspard (2002), é possível perceber que, em geral, as revistas educacionais francesas obtiveram uma explosão editorial, de fato, no século XIX, e prosseguiram pelo século XX.

Segundo Catani (1996), no caso da Bélgica também ocorreu o mesmo: os séculos XIX e XX marcaram a exata aparição e grande crescimento das revistas pedagógicas. Na Bélgica foi feito um outro estudo precursor realizado pelo pesquisador Maurits De Vroede. Ele organizou o primeiro repertório analítico sobre a imprensa periódica educacional belga relativa aos séculos XIX e XX. Fernandes (2008) também explicou estas mesmas informações. Contudo, a presente pesquisa não conseguiu localizar nenhuma revista pedagógica belga.

Considerando que não é possível descrever o contexto específico da gênese das revistas educacionais de cada país europeu, porque esse não é o foco desta pesquisa, a seguir falar-se-á apenas de mais um outro país pioneiro nesse sentido, que foi Portugal.

As primeiras revistas pedagógicas portuguesas começaram a ser editadas a partir de 1818, segundo Catani (1996). Embasando-se também em Boto (2000), em Nóvoa et al. (2002), e nas pesquisas do próximo quadro a seguir, observou-se que assim como estava ocorrendo nos países europeus até aqui mencionados, foi nos séculos XIX e XX que se consolidaram a criação e a expansão das revistas educacionais em Portugal.

Quanto às condições históricas que favoreceram a origem e o crescimento dessas revistas portuguesas, entendeu-se por meio de Boto (2000, p. 1), que no século XIX se acreditava na “necessidade de desenvolver o país pela via da educação”, e que o projeto de escola que almejava melhorar os atrasos na área da educação precisava ser expresso e divulgado, fundamentalmente por meio da “voz de jornais e de revistas que corriam à época”. Assim, conforme a autora, a imprensa periódica educacional era voltada principalmente para os educadores, com alguns periódicos para pais e alunos, e tinham

como função melhorar a educação portuguesa e “conduzir o país ao ingresso na modernidade”, pois, nos anos de 1850 em Portugal, a escola era vista como “atrasada e presa a padrões arcaicos de ciência e de mundo”.

Segundo Boto (2000, p. 2), “O século XIX desenhava assim sua escola nas revistas”, porque como neste contexto havia uma carência na formação de professores, as revistas pedagógicas surgiram como um meio de melhorar a formação docente. Neste tempo, o debate sobre os problemas educacionais passou a ocupar espaço nas revistas e jornais especializados em educação da época:

Entrava na moda a dissertação sobre questões metodológicas. No plano da educação, divagava-se menos para propor com maior intensidade técnicas e recursos cuja aplicação traria a eficácia almejada. A partir daqueles anos 50, uma orientação de cunho didático passaria [...] a tomar conta dos debates educativos das revistas e jornais especializados (Boto, 2000, p. 12).

Considerando essa realidade portuguesa, António Nóvoa despontou como um renomado pesquisador pioneiro que organizou, em 1993, o “Repertório Analítico da Imprensa de Educação e Ensino (séculos XIX - XX)”, um trabalho que inventariou jornais e revistas de educação e ensino portuguesas com questões educacionais. Não se conseguiu acessar esse repertório, mas, acessou-se Nóvoa et al. (2002). E embora estes autores infelizmente não forneçam exatamente o nome de nenhuma delas, o quadro abaixo foi construído por meio da localização do Catálogo dos periódicos portugueses feito por Rafael e Santos (1998), e das outras pesquisas referenciadas abaixo do quadro 07, que expõe os nomes das prováveis primeiras revistas educacionais desse país:

QUADRO 07 - Revistas de educação e ensino em Portugal, séculos XIX e XX

Nome	Ciclo de vida	Local	Outras informações
<i>Revista pedagógica</i>	1871-1876	Lisboa-PT	Periódico redigido por professores e outros homens de letras, dedicado a melhorar a instrução popular.
<i>Revista Municipal</i>	1876-1876	Lisboa-PT	Dedicada às câmaras, e à educação popular. O diretor era F.J. Pinto Coelho Lisboa. Tipografia lisbonense, publicação quinzenal, de março a dezembro de 1876
<i>O Ensino</i>	1885-1890	Lisboa-PT	Revista de Instrução Primária, que fornecia informações sobre atos oficiais, frequência escolar, e assuntos ligados às disposições legislativas ou regulamentares
<i>Fröebel</i>	1882-1884	Lisboa-PT	Revista de Instrução Primária
<i>Revista de Educação e Ensino</i>	1886-1900	Portugal	Voltada para assuntos pedagógicos, científicos, e culturais, com críticas ao sistema educacional vigente.

<i>Revista Nova</i>	1893-1894	Lisboa-PT	Dirigida por Alfredo da Cunha e Trindade Coelho, a partir de 1894 seu responsável foi Antônio Maria Pereira. Circulou de novembro de 1893 a março de 1894.
<i>Revista das escolas</i>	1895-?	Portugal	Publicação voltada para orientação de professores, demais educadores, e também para pais de alunos.
<i>Educação Nacional</i>	1896-1976	Portugal	Publicação voltada para o ensino primário e para as demandas de professores, com críticas às políticas educacionais
<i>Revista Escolar</i>	1921-?	Elvas-PT	Publicação mensal de educação e ensino
<i>Revista Escolar</i>	1922-?	Vila Franca de Xira-PT	Publicação mensal de educação e ensino
<i>Educação Social</i>	1924-1926	Portugal	Revista de pedagogia e sociologia
<i>Escola Açoreana</i>	1929-?	Ponta Delgada-PT	Revista quinzenal votada aos interesses da educação e do ensino, com assuntos de interesse geral
<i>A Escola Portuguesa</i>	1934-1946	Portugal	Boletim oficial produzido pela Direção Geral do Ensino Primário

Fonte: Rafael e Santos (1998); Gouvêa (2008); Boto (2000); e Ferreira; Mota e Vilhena (2019).

E em meio à expansão dessas primeiras revistas educacionais em Portugal, outros países da Europa também iam criando suas revistas localmente. Depois, essa “publicação do gênero revista teve seu início no século XIX [...] que ultrapassou o continente europeu e chegou ao território brasileiro” (Fraga, 2013, p. 71). Desta forma, se consolidaram novos modos de produção da imprensa no papel, por causa de um novo tipo de leitor apressado, superficial e preocupado com as últimas notícias do momento passou a emergir esses impressos no Brasil, desta maneira:

Concomitante ao aumento da demanda leitora de imprensa periódica, de semanários e de revistas ilustradas, o investimento em tecnologia de reprodução dos textos e das ilustrações foi incentivado. Foi criada a linotipia, a litografia, a fabricação de rolos de papel contínuo e o aparecimento da prensa rotativa, que possibilitaram imprimir, dobrar e cortar dezenas de milhares de exemplares a cada hora (Fraga, 2013, p. 71).

Quanto ao surgimento das primeiras revistas brasileiras, importa destacar o fio condutor explicitado na introdução da pesquisa, de que essas revistas educacionais europeias e brasileiras surgiram com o mesmo propósito: oferecer formação pedagógica para professores, funcionando como suporte material barato para custeio dos governantes, dado o contexto de precariedade de materiais didáticos para os professores nos contextos francês e português e também brasileiro. Ou seja, o que todas essas revistas têm em comum é o fato de terem sido criadas com a mesma finalidade: a formação docente.

Para a localização dessas revistas pedagógicas pioneiras da Europa e do Brasil, a presente pesquisa fez um levantamento na Hemeroteca Digital¹⁸, em outros *websites* e outras referências, e conseguiu localizar muitos arquivos de revistas históricas digitalizadas, cujos nomes delas foram organizados em quadros ao longo desse e do próximo tópico de discussão.

1.2 Gênese das revistas de educação e ensino no Brasil

Neste item decidiu-se apresentar primeiro algumas reflexões sobre a gênese da organização da imprensa no Brasil, para depois elucidar sobre o surgimento das revistas pedagógicas brasileiras.

Notou-se que no Brasil, desde a colonização do país até o século XIX, o desenvolvimento da imprensa se deu em circunstâncias políticas, pois Portugal a controlava e a censurava por aqui (Bastos, 2002a). Mas, a partir do século XIX, a imprensa brasileira, propriamente dita, foi inaugurada após a vinda da corte portuguesa da família real de Dom João VI para cá em 1808, que autorizou a criação da chamada Imprensa Régia, “fato que favoreceu o surgimento de inúmeros jornais na capital do reino e também nas províncias: Bahia, Pernambuco, Maranhão, São Paulo” (Capelato, 1988, p. 38).

A Imprensa Régia foi estabelecida pelo Decreto de 13 de maio de 1808. Para Bastos (2002a), a chegada de Dom João VI no território brasileiro implicara em significativas transformações na vida administrativa, social e cultural no Brasil, inclusive na imprensa, ao começar a produção de diversos tipos de periódicos como gazetas, almanaques e jornais, que eram ou científicos, ou literários, ou políticos.

Tanto Bastos (2002a), quanto Silva (2015) apontam que o início da imprensa brasileira se deu em 10 de dezembro de 1808 com *A Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal que tratava de informar os atos oficiais do governo.

Deste jeito, nas primeiras décadas do século XIX, começaram a surgir os primeiros periódicos brasileiros, que segundo Silva (2015) tinham como função não apenas trazerem notícias e informações, mas também intencionavam formar e civilizar os seus leitores, revelando traços do ideário iluminista.

¹⁸ No portal da Hemeroteca Digital foram digitadas expressões como “Revista de Educação”, “Revista de Ensino”, “Revista do Ensino”, “Revista Pedagógica”, entre outros termos afins nas buscas em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 20 dez. 2022.

Para Capelato (1988, p. 46), em nosso país “o ideário iluminista é reproduzido [...] com o intuito de mostrar que o país entrará definitivamente na era do Progresso. Tinha como meta equiparar o Brasil ao “Primeiro Mundo”. Desta forma, assim como era na Europa, no Brasil o Iluminismo na imprensa era um princípio fundamental, com valores e ideias preocupadas em educar o público leitor para um projeto civilizatório e moralizador.

E pensando na educação, Pallares-Burke (1998) expõe que, após a independência do Brasil de Portugal, o viés da imprensa iluminista europeia orientava a imprensa por aqui, que passou a ser “constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso para influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas” (Pallares-Burke, 1998, p. 147). Deste modo, a autora sinaliza uma grande quantidade de periódicos brasileiros e latino-americanos do período que deixavam claro a intencionalidade educativa e civilizatória que eles detinham, privilegiando o elemento moralizador da educação.

O Iluminismo foi abraçado pela recém-república brasileira a partir de 1889, cujos discursos pretendiam civilizar e educar a sociedade, e inclusive os professores, para que esses também educassem os seus alunos, a fim de que se pudesse alcançar uma nação mais civilizada e escolarizada.

E nesse contexto do século XIX, na imprensa brasileira propriamente dita, “o número de impressos em circulação nos surpreende se considerarmos uma população majoritariamente analfabeta” (Carvalho; Machado, 2022, p. 14). Segundo os autores, a tríade urbanização, escola e imprensa formavam um conjunto com notável interdependência, porque os órgãos de imprensa ficavam nas capitais das províncias, sobretudo nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, que eram as mais populosas e com maior público leitor. Com isso, nesses locais e em outros pelo Brasil, a educação seria de alguma forma alcançada pela imprensa à medida que ia se expandindo a escolarização, porque no século XIX no Brasil “Sedimentou-se a cosmovisão cultural europeia de que abrir escolas públicas primárias seria o equivalente a civilizar”, e assim, “a educação disseminada sobre toda a população seria imprescindível para a inserção do país no cenário internacional como nação próspera e civilizada” (Mendes, 2013, p. 5).

E paralelamente a esta visão educacional, que pretendia o aumento das escolas, de outro lado a imprensa brasileira foi tornando-se paulatinamente o meio de comunicação mais eficaz na sociedade brasileira, na visão de Silva (2015). Mesmo que ela fosse apenas utilizada por “uma minoria letrada, a imprensa foi também um “espaço” de produção de

ideias e exposição dos discursos políticos acerca da realidade observada pelos seus redatores” (Silva, 2015, p. 20).

Para o entendimento da relação entre imprensa e escolarização no Brasil no século XIX, pode-se dizer que com o aumento das escolas, além da criação de legislações, de debates e de discursos educacionais, os impressos pedagógicos serviram justamente nesse processo de escolarização, se comportando como agentes construtores das ideias e das representações sobre a docência e outros temas educacionais (Pasche; Teixeira; Souza, 2018). Ou seja, examinando a imprensa podemos conhecer essas representações docentes e compreender melhor o contexto educacional no qual elas se inscreveram.

Na opinião de Fraga (2013), o fato de a imprensa periódica no país começar a ser produzida ao mesmo tempo em que ocorria o aumento da escolarização e alfabetização acarretou diversas modificações na aprendizagem da leitura e nos usos e práticas sociais feitos a partir dessa imprensa. Carvalho e Machado (2022) explicitam que a partir do fim do século XIX e começo do XX, a escolarização no Brasil estava se tornando uma pauta bastante em voga nas discussões da agenda pública, e por isso “Pela imprensa os intelectuais transmitiam seus projetos educativos, civilizatórios” e pela escola “os professores instruíam os futuros leitores”, na tentativa de orientar, sobretudo, “a instrução primária” (Carvalho; Machado, 2022, p. 7-8).

Abordando agora especificamente sobre o surgimento da imprensa pedagógica brasileira, importa salientar, a princípio, que Bastos (2002a) fez um levantamento de revistas, jornais de educação e livros didáticos criados de 1808 a 1944 no Brasil, e entendeu que os impressos dessa época são pouco acessados pelos pesquisadores da atualidade, porque muitos circularam por um curtíssimo espaço de tempo, e a maioria deles era descartada com o passar dos anos. Assim, reconheceu-se que, por causa destes fatores, diversos impressos foram desaparecendo no tempo.

Isso se harmoniza com o que argumentam Catani (1996) e Sousa e Catani (1994), ao reclamarem sobre a existência de esparsas notícias relativas ao surgimento das primeiras revistas pedagógicas brasileiras. É que como muitos impressos educacionais foram se deteriorando e se perdendo com o tempo, tal condição implica na dificultosa localização de informações sobre elas, e também sobre o seu contexto de surgimento. E essa realidade foi duramente experimentada por esta pesquisa, que conseguiu elaborar com muito esforço o debate entre os autores a seguir.

Em Bastos (2002a) compreendeu-se que a ampliação gradativa da instrução pública primária no Brasil a partir da segunda metade do século XIX se deu, sobretudo,

por meio da expansão dos colégios particulares (liceus), que ensejavam a preparação intelectual dos professores, que por conseguinte necessitavam de periódicos e de livros didáticos para darem aulas. Em consequência, nasce uma considerável demanda desses materiais pelo país.

Mas, o Estado brasileiro durante o governo imperial também cuidou da formação inicial de professores primários, pública e gratuita, ainda que de maneira descentralizada. Segundo Gondra e Uekane (2005), pela primeira vez, por meio do Ato Adicional de 1834, foi ordenado que as Províncias se encarregassem de desenvolver o ensino primário e secundário em seus territórios. A província do Rio de Janeiro foi a primeira do Império a criar uma Escola Normal em 1835. Extinta em 1851, em 1880 criou-se a Escola Normal da Côrte. Por outro lado, ressalta-se que as Escolas Normais confessionais católicas privadas se mantinham à frente do Estado no que se refere à formação dos normalistas/mestres do ensino primário.

Já os professores que não podiam acessar aos cursos normais, porque eram poucos, caros e/ou porque eram distantes (situados nos grandes centros), atuavam sem formação mesmo nas escolas como professores adjuntos¹⁹, forjados no dia a dia do chão da sala de aula. Estes se preparavam em contato com os demais mestres mais experientes auxiliando-os, à medida que persistiam na carreira, em pouco tempo já estavam prontos para regerem uma classe. Em muitos casos os próprios filhos dos professores primários, a partir dos 12 anos de idade, já começavam a trabalhar como professores adjuntos seguindo a carreira dos pais, carreira aliás mal remunerada, embora construísse gerações de professores (Schueler, 2005).

E em meio a essa conjuntura histórica educacional no Império surgiram os primeiros periódicos educacionais no Brasil, quando imprensa e escolarização se expandiam e se consolidavam paralelamente (Jinzenj, 2012). Neste tempo, os periódicos se multiplicariam para divulgarem sobre a instrução pública. Catani (2013) alega que os impressos pedagógicos existentes estavam basicamente voltados para os professores primários: por um lado haviam aqueles vinculados às associações profissionais, e por outro, os que eram produzidos pelo Estado (impressos oficiais).

¹⁹ Os professores adjuntos eram a regra no Império. Gondra e Uekane (2005) explicam que a Lei de 17 de fevereiro de 1854 instituiu um outro mecanismo de formação de professores primários, preocupada muito mais com a prática educativa dentro das salas de aula, vigorando na Côrte a classe desses mestres. O modo como este modelo de formação se desenvolveu revela que eram suficientes as noções de primeiras letras, e um relativo domínio dos métodos utilizados nas escolas. Porém, a moralidade era um pré-requisito indispensável para estes se verem qualificados para o exercício do magistério. Este modelo de formação foi normatizado pela Côrte de 1854 a 1879, e fez parte dos chamados oitocentos à fora.

Bastos (2002a) detalha que os jornais eram bastante utilizados no Brasil para a formação de professores, assim como compêndios, livros escolares e manuais. No entanto, os mestres dispunham de poucos recursos para assinarem jornais daqui ou da Europa, e não possuíam bibliotecas escolares, nem materiais para lecionarem.

Em geral, pode-se dizer que os jornais educacionais surgiram antes do aparecimento das revistas pedagógicas, que vão alcançar sua efetiva produção e circulação a partir das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, sendo esse entendimento construído a partir de Bastos (2002a, 2002b, 2002c), Fraga (2013), Catani (1996), Sousa e Catani (1994) e Catani (2013).

“A publicação do gênero revista teve seu início no século XIX e, com o passar do tempo, se transformou em um suporte de textos e de leitura cada vez mais presente [...]” (Fraga, 2013, p. 71). Fundamentando-se na autora, pode-se afirmar que, no começo do século XX, em relação ao gênero revista, as ilustradas eram as que mais se destacavam, e que podem ser analisadas enquanto veículo de comunicação e suporte de leitura específico.

Por meio de Warde (2021), viu-se que dos periódicos educacionais adotados no Brasil, muitos já circulavam há muito tempo nos Estados Unidos e na Europa, e no caso dos professores, as revistas especificamente serviriam para instrumentá-los dentro da sala de aula. “Com isso, é quase certo que no Brasil os títulos das revistas tenham se inspirado nos seus equivalentes estadunidenses e europeus, assim como esses se copiavam” (Warde, 2021, p. 22).

Localizou-se informações sobre 3 revistas de educação e ensino que podem ser consideradas as pioneiras desse gênero em nosso país. Silva (2013) indica a *Revista da Instrução Pública*²⁰ criada na Bahia, que circulou no período (1854-1861). Após esse intervalo localizou-se na Hemeroteca Digital que ela continuou na Bahia em (1870-1873) e em (1877-1878). Em São Paulo foi criada a *Instrução Publica* (1872-1889), uma publicação particular feita por professores primários. Contudo, Bastos (2002a, 2009) e Silveira (2006) concordam em dizer que a primeira revista pedagógica brasileira foi *A Instrução Pública* (1872-1875) criada no Rio de Janeiro, produzida por José Carlos

²⁰ A *Revista da Instrução Pública* da Bahia (1854-1861) e (1870-1873) era produzida pela Instrução Pública do Estado da Bahia, editada por Sacramento Blake, o então diretor da Instrução Pública. Segundo Bastos (2002a), esse era um periódico oficial destinado exclusivamente ao desenvolvimento da instrução popular, de publicação quinzenal, cujo custeio vinha da assinatura de professores. Ao encontrar essa revista com números do recorte (1877-1878) digitalizados no site da Hemeroteca Digital, percebeu-se que nestes anos sua publicação era mensal.

Alambary Luz, reconhecido por Silveira (2006) como o fundador da imprensa didática no país, além de professor da Escola Normal do Rio de Janeiro. O docente Alambary Luz manifestava neste periódico várias denúncias sobre as péssimas condições das escolas primárias e sobre a escassa formação de professores primários nas Escolas Normais, ainda bastante incipientes pelo território brasileiro (Silveira, 2006).

Desta maneira, a presente pesquisa admitiu que as 3 primeiras revistas pedagógicas criadas no país foram a *Revista da Instrução Pública* (BA) (1854-1889), *Instrução Publica* (SP) (1872-1889) e *A Instrução Pública* (RJ) (1872-1875).

Analizou-se em geral, que a maioria das primeiras²¹ revistas brasileiras não era pedagógica propriamente, porque antes da década de 1870, ainda não existia público suficiente no Império que demandasse um crescimento de revistas com esse enfoque. Bastos (2002a) afirma que a imprensa didática no Brasil só apareceu no ano de 1876. Porém, este trabalho se atreve a contestar essa autora, demonstrando que em 1854 foi criada a *Revista da Instrução Pública* (BA), mas, percebendo que a imprensa pedagógica brasileira começou a se firmar e se expandir pelo Brasil, de fato, a partir de 1872, considerando-se o surgimento da *Instrução Publica* (SP) e d'*A Instrução Pública* (RJ), ambas criadas em 1872.

Nesse contexto, semelhantemente ao que estava ocorrendo na Europa, conforme já demonstrado no item anterior da pesquisa, durante os séculos XIX e XX os países europeus (principalmente França e Portugal) estavam experimentando um crescimento abundante de criação e expansão das revistas educacionais. E aqui no Brasil elas também estavam se erigindo e se multiplicando com o mesmo propósito: formar professores. Esse entendimento justifica a contextualização histórica aqui construída, porque as revistas levantadas neste estudo tinham todas em comum o mesmo propósito: funcionarem como suportes materiais de formação docente, para serem usadas por professores em sala de aula, na maioria dos casos.

Nas Províncias Brasileiras pouquíssimos eram os professores formados pelas Escolas Normais. Porém, muitos deles já estavam exercendo o magistério sem formação

²¹ As primeiras revistas surgidas na corte imperial brasileira no Rio de Janeiro foram: a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* criada em 1839 (continua sendo publicada até os dias atuais), a *Revista Popular* (1859-1862), a *Revista Universal Brasileira* em 1848, a *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil* em 1861, e a *Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro* (1867-1906). No entanto, todas elas não são revistas estritamente pedagógicas, pois abordam temas/assuntos variados. Por isso, elas não entraram na lista de periódicos voltados à educação e formação docente.

pedagógica, além de enfrentarem no campo de trabalho a escassez de materiais didáticos (os livros, compêndios e manuais) muito caros para serem adquiridos por eles.

Schueler (2005, p. 387) confirma a pobreza dos docentes primários para adquirirem tais suportes materiais: “Os professores, pobres diabos, não possuíam tempo nem dinheiro para compra de livros e manuais que visassem aprimorar seus estudos, suas técnicas e suas metodologias de trabalho”.

Desta forma, estas revistas surgiram como manuais didáticos para preencherem essa lacuna pedagógica, funcionando como materiais de ensino e pesquisa bem mais baratos que os materiais convencionais. Além disso, possuíam a vantagem de andarem sempre atualizadas, estampando as últimas notícias sobre educação, reformas educacionais e as mais recentes teorias pedagógicas da Europa e Estados Unidos.

Catani (2013, p. 115-116) acrescenta que “neste quadro, a produção de conhecimentos especializados para formar e orientar o exercício da docência” se multiplicam pelo país, com a emergência de “revistas, manuais de formação, palestras, boletins oficiais e anuários disseminam-se nessa época”. Na opinião de Bastos (2002b), o surgimento desses materiais pedagógicos também foi motivado pela organização incipiente do campo do magistério por aqui, que realizava tímidos investimentos na profissionalização docente, e por isso precisava de material didático barato para oferecer aos professores. Então a melhor saída foi ampliar a criação de revistas educacionais oficiais com essa finalidade.

No tocante às representações sobre a docência, esta pesquisa descobriu que nas páginas das revistas pedagógicas pioneiras do Brasil começaram a surgir as primeiras divulgações do imaginário social que tomava o magistério primário como sacerdócio. Defende-se que essa representação da docência se perpetuou com o tempo no campo da educação e no campo da imprensa pedagógica brasileira, ganhando força na imprensa pedagógica de Minas Gerais e floresceu na *Revista do Ensino* por conta da tradição católica deste estado. Por esse viés, o magistério primário, que já era visto socialmente como sacerdócio e missão, ganhou ainda mais legitimidade e embasamento no discurso do ideário católico cristalizado na sociedade, e conseguiu penetrar nessa revista oficial.

E a origem histórica da representação da docência no ensino primário como sacerdócio tem sim, de fato, uma raiz no catolicismo, que construiu uma representação social coletiva do mestre-escola como sacerdote. Essa associação é explicada devido ao fato de no exercício do magistério público imperial os homens inicialmente predominarem, e entre eles haverem alguns padres (Schueler, 2005; Kreutz, 1986). Por

isso, essa idealização foi ganhando cada vez mais legitimidade e sentido de ser no campo da educação, reproduzida também no campo da imprensa.

Este trabalho entende que a revista *A Instrução Pública* (1872-1875) foi a primeira que propalou essa concepção docente em suas páginas. Schueler (2005, p. 386) examinou como a docência e o magistério primário eram representados, e deixou claro que na sociedade imperial, no interior da instrução pública para as crianças pequenas especialmente, a ideia de sacerdócio, sacrifícios e vocação “cobriam as representações sobre o ofício dos mestres, relacionando-os aos combatentes soldados que lutaram pela honra da pátria e pelo bem nacional”.

E essa associação da figura dos sacerdotes à figura dos professores não era sem motivo, pois por aqui fundou-se uma tradição dos primeiros mestres brasileiros (oriundos de ordens religiosas como a dos jesuítas) serem considerados os soldados de Cristo na Terra de Santa Cruz. Dizendo isto, Schueler (2005, p. 386) prossegue explicando que “[...] o processo de estatização e a laicização da escola primária, desde fins do século XVIII no Ocidente” foi influenciado pela moral e religiosa católica “no caso das disciplinas pedagógicas”, que acabou por associar “a imagem do professor ao do missionário”, decidido a se sacrificar pela causa da instrução pública popular.

Bastos (2009, p. 6) também verificou que a revista *A Instrução Pública* (RJ) (1872-1875) concebia o magistério primário como “um sacerdócio ao qual estão confiados os interesses da infância, o progresso dos discípulos e o futuro do país [...] Missão espinhosa, tarefa melindrosíssima [...] [de] elevado alcance”.

As reflexões feitas até aqui permitem pressupor que essas idealizações estavam vinculadas ao catolicismo, cujos textos pedagógicos dessa publicação usavam termos como sacerdócio, discípulos, missão, valores morais, entre outras palavras que expressavam o sentido sacrificial que o magistério adquirira nesse tempo; sendo um trabalho pouco remunerado, porém socialmente aceito como a nobre missão de educar e plasmar as almas pueris nos caminhos de Deus e nas primeiras letras.

Pasche, Teixeira e Souza (2018) asseguram a existência de conteúdos pedagógicos sobre a temática do ensino religioso católico publicados em algumas revistas criadas no final do Império e início da Primeira República, como *O Ensino primário* (1884), *Revista Pedagógica* (1890), *Educação e Ensino* (1897) e a *Revista da Liga do Ensino* (1884). Especialmente no caso dessa última, os autores sinalizam que a primeira edição dela já tratava de assuntos como “leis do ensino” e “ensino moral e religião”, e garantem que na

província do Rio de Janeiro, na metade do século XIX, o ensino religioso (católico cristão) aparecia em outros periódicos educacionais imperiais.

E essa presença marcante do ideário católico em revistas educacionais desse período pode ser facilmente explicada por causa do regime de padroado²² entre a Igreja Católica e o Estado Brasileiro. Na monarquia, a Lei de 15 de outubro de 1827

Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império [...] Artigo 1º Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias [...] Artigo 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, *os principios de moral christã e de doutrina da religião catholica e apostolica romana* [sic] (Brasil, 1827, p. 71-72, grifos meus).

Nota-se nesta lei que os mestres do ensino de primeiras letras, além dos conteúdos básicos, também ensinavam os valores do Cristianismo, e que a presença da religião católica na educação pública financiada pelo Estado era garantida constitucionalmente. Aliás, a religião oficial do Império era o catolicismo.

O Brasil imperial pretendia uma certa consonância com os estados modernos e republicanos europeus com a implantação da Constituição federal de 1891, que decretou oficialmente a separação entre Estado e Igreja Católica. Mas, embora a educação tenha se tornado responsabilidade do Estado, o catolicismo ainda conservava o seu prestígio e influência nas instituições públicas. De acordo com Mendes (2013, p. 6), ele podia ser claramente percebido “na feitura das leis educacionais, nos regulamentos escolares e nas falas dos homens públicos” que destoavam totalmente “das projeções pedagógicas das *Luzes* que propunham uma escola “de caráter menos religioso e mais mundano”.

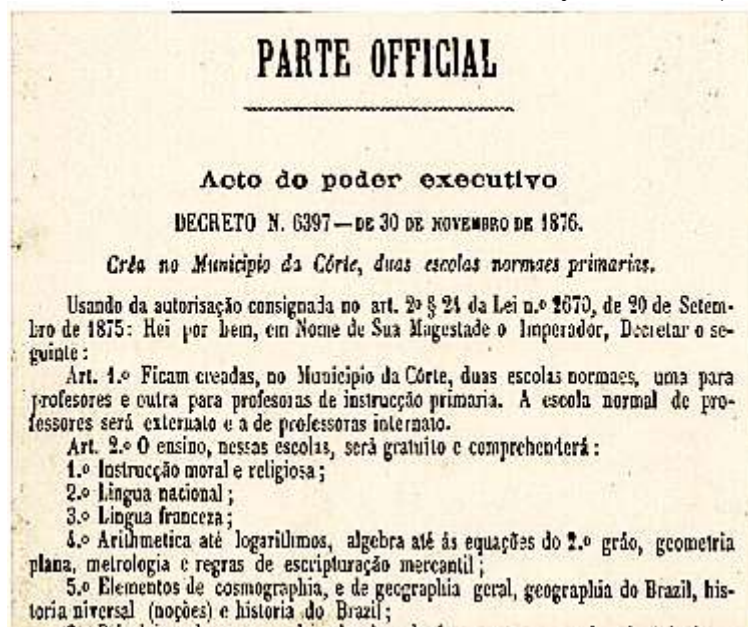
Tais pressupostos iluministas defendiam uma educação laica e gratuita para todos sob o encargo dos Estados, algo que era totalmente contrário aos interesses confessionais católicos na educação. Ainda assim, durante o Império brasileiro o campo da educação seguiu, em termos práticos, conduzido pelas “rédeas” do catolicismo ao monopolizá-lo, dada a configuração de união entre Igreja e Estado.

Outras 2 revistas do gênero pedagógico que merecem destaque são *A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino* (1877-1878), uma criada no Rio de Janeiro e a

²² O regime de Padroado permitia a aliança entre o Estado representado pelo Imperador e a Igreja Católica lhe dando vantagens e subvenções financeiras, além de muitos membros da hierarquia católica serem investidos na política.

outra criada em São Paulo, com esse mesmo nome e recorte de circulação. No caso da paulista, um fragmento dela constata que a educação católica estava estruturada no seio da instrução pública imperial.

FIGURA 01 – *A Escola: Revista Brasileira de Educação e ensino* (SP), 1877



Fonte: (Gondra, 2018, p. 35)

A imagem acima divulga que na Lei nº 2670 de 20 de setembro de 1875, o então Imperador Dom Pedro II ordenou, por meio do Decreto nº 6397 de 30 de novembro 1876, que no Rio de Janeiro fossem criadas 2 Escolas Normais²³, uma para professores (no formato de externato) e a outra para formar professoras de instrução primárias (internato) (Brasil, 1875).

Vale a pena destacar que esse decreto mencionado no texto destacado acima alega que o ensino primário deveria compreender, em primeiro lugar, a “instrução moral e religiosa”. E desse ordenamento legal salienta-se a permissão oficial para o funcionamento do ensino religioso católico nas poucas escolas públicas primárias imperiais, já que as demais escolas restantes eram confessionais.

²³ No entanto, essas 2 Escolas Normais nem chegaram a existir. Gondra e Uekane (2005, p. 58) explicam que embora votado em lei, este decreto acima citado não foi cumprido pela falta de recursos para fundar tais escolas. Por conta desses problemas, a implementação da chamada Escola Normal ficou para 1880, quando finalmente o “decreto de 19 de abril reformou o ensino primário e secundário na Corte, e superior em todo Império determinando que a formação dos professores primários deveria ser feita no interior das Escolas Normais”. Essa situação de descontinuidade demonstra que as escolas de formação docente eram bem escassas no Império, restritas sobretudo à capital do Brasil, e às capitais das Províncias mais populosas como São Paulo e Minas Gerais anos mais tarde.

Desta forma, é plausível pensar que, se o ensino de catecismo era privilegiado nas escolas primárias mantidas pelo governo e escolas confessionais, podia ser que na imprensa periódica educacional oficial e privada contemporâneas à década de 1870 em diante no Brasil, também houvesse textos pedagógicos para os mestres com princípios religiosos católicos, porque as revistas (suportes materiais mais baratos), dada a sua efervescência pelo país, poderiam ser úteis na manutenção da doutrinação católica na educação desse tempo.

Merece destaque o primeiro número d' *A Escola: Revista Brasileira de Educação e ensino* (SP), cujo primeiro editorial (que revela o cartão de boas-vindas dela e apresenta a visão dos editores sobre o seu conteúdo) trazia o título “Deus o quer...”, explicitando uma clara alusão à religião católica. Essa ocorrência localizada por Gondra (2018) na revista, manifesta, aos olhos da presente pesquisa, a incursão do ideário católico num periódico oficial que não era religioso, mas sim, de caráter educativo e doutrinário. Ou seja, isso significa entender que o catolicismo estava publicizando seus pressupostos não apenas na sua própria imprensa, mas também havia conquistado espaço na imprensa educacional oficial. E nas palavras do autor essa iniciativa periódica sinalizava um caráter missionário e evangelístico dizendo aos professores frases como “mesmo diante dos obstáculos, dificuldades, embaraços, temores e da esterilidade dos esforços de outros não deveriam desanimar os “Soldados da instrução” (Gondra, 2018, p. 35).

No final do primeiro editorial desse impresso pedagógico, segundo Gondra (2018, p. 35), estava escrito que “o plano é vasto, a missão difícil, as forças reunidas insuficientes “mas Deus o quer...”, assim, na leitura do autor “Tais elementos doutrinários [são] retomados ao longo da existência da revista [...]”. Com isto, o presente estudo supõe que, se o editorial e os demais exemplares dela aludiam a conformação dos educadores à aceitação da vontade divina, seria possível que houvesse defensores do ideário católico entre os articulistas e o corpo editorial do periódico. Além disso, se esse texto conclama os educadores a se submeterem ao querer divino, é possível inferir a existência de outros textos voltados aos professores, com instruções pedagógicas católicas nesse impresso. Desta forma, os indícios citados por Gondra (2018) permitem supor a possibilidade de a doutrinação católica ter logrado algum êxito na imprensa periódica educacional paulista.

Além desses casos, uma localização importante no âmbito da imprensa católica desse período imperial foi a de uma revista de assuntos educacionais chamada *A Semana: revista catholica, litteraria e de instrucção publica* (1856), uma publicação semanal criada no Rio de Janeiro. Na leitura de 2 números dela confirmou-se que na instrução

pública em geral do país faltavam compêndios para os professores (conforme já elucidado), e que ela trazia recomendações aos professores e reflexões em torno do ensino religioso no seio da sociedade. Outra revista católica desse tempo foi *A Cruz: Revista Catholica* (1890-1891) de Goiás, embora ela não fosse estritamente pedagógica, nela continham diversos textos direcionados aos professores da época. Num de seus fragmentos, até observou-se que ela lamentava a exclusão do ensino religioso nas escolas públicas decretada pela Constituição Federal de 1891, e incentivava os professores a não se tornarem ateus e a perseverarem na educação religiosa (ambas as publicações foram encontradas na Hemeroteca Digital).

Explicitou-se até este ponto da pesquisa como o ideário católico se articulou no território da imprensa para se manter influente na educação, demonstrando que esse cenário histórico-educacional imperial favoreceu o desenvolvimento dessas ações nas revistas expostas.

Nesta pesquisa se pretende demonstrar que essas representações de docência como sacerdócio que apareciam desde as primeiras revistas pedagógicas imperiais como *A Instrução Pública* (RJ) (1872-187), entre outras, atravessaram o tempo e perduraram durante o começo da Primeira República, sendo encontradas no interior da *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940). Nela foram publicados conteúdos educacionais de natureza católica que representavam a docência como sacerdócio, e que inclusive idealizavam as professoras primárias e normalistas como as sacerdotisas do magistério primário. Por isso, a proposta para o capítulo 3 é a de examinar esses textos que veiculavam esse ideal.

Continuando o debate em torno do contexto de surgimento das chamadas revistas de educação e ensino propriamente, importa também pensar em como nascera a carreira do magistério primário no período imperial. Conforme já fora exposto, o crescimento desses impressos pedagógicos se deu em meio ao relativo aumento da escolarização no país, politicamente incentivada, onde tais revistas no Brasil se erigiam para atender à crescente demanda por formação de professores primários, que majoritariamente eram leigos. Por essa razão, segundo Catani (2013), havia aí uma expectativa em torno da futura consolidação do magistério, pois com o aumento das escolas começara a acontecer, ainda que de forma bastante incipiente, começava a ordenação legal do trabalho, da carreira e da formação docente no país, havendo uma crescente expectativa de que essa carreira fosse valorizada.

Assim, neste tempo a docência no ensino primário no olhar de Silva (2013, p. 260) estava adquirindo maiores contornos profissionais, com “uma organização no exercício

do magistério já na segunda metade do século XIX [...] como categoria profissional”. Schueler (2005, p. 382) também confirma esse “avanço significativo no movimento oitocentista de profissionalização da carreira docente”. Desta maneira, “a questão da instrução pública estava na ordem do dia e ganhava visibilidade por meio de diferentes projetos e iniciativas que propunham a necessidade de reformar o ensino e lutar contra o analfabetismo, dentre outras” (Silva, 2013, p. 260). Essas pautas, segundo ela, estavam sendo bem discutidas pelos parlamentares e responsáveis pela educação pública deste momento, e apareciam constantemente na imprensa, em artigos publicados em jornais e em revistas, escritos por professores e, sobretudo, por intelectuais da educação.

Especialmente a década de 1890 marcou a realização de investimentos na estruturação do campo educacional brasileiro sendo, portanto, a partir daí que “reconhecemos as marcas dessa organização nas iniciativas de produção dos periódicos” (Catani, 2013, p. 116) para a formação docente no Brasil.

Em contato com o referencial teórico aqui mobilizado também ficou claro que, os educadores deste tempo reclamavam recorrentemente por melhorias na formação e nas condições de trabalho, sobretudo os professores primários, nas revistas pedagógicas que surgiam e se estruturavam no país.

Schueler (2005), Silva (2013) e Bastos (2009) encontraram diversas reivindicações de professores primários por melhores condições de trabalho inscritas em revistas pedagógicas do período imperial. Sobretudo na revista *A Instrução Pública* (RJ) (1872-1875), estes 3 autores individualmente demonstram que os mestres primários tornavam-se frequentemente autores em artigos, publicando diferentes tipos de textos que manifestavam suas reivindicações.

Num momento onde havia uma efervescente discussão sobre a instrução pública, a fala de intelectuais da época, as palavras de Alambary Luz (também professor na Escola Normal do Rio de Janeiro), além da fala de outros professores, denunciavam as péssimas condições de trabalho dos educadores que envolviam baixos salários e a parca infraestrutura escolar:

A ação dos professores na imprensa tinha como pautas constantes a bandeira da instrução pública enquanto a primeira necessidade dos povos, com destaque principal para a instrução primária, a mais negligenciada de todas, a base indispensável para todas as outras. (Silva, 2013, p. 259).

Compreendeu-se então que as revistas pedagógicas deste contexto funcionaram como verdadeiros porta-vozes das denúncias de professores sobre as condições laborais docentes precárias que enfrentavam, veiculando seus desabafos e exigências ao governo por melhorias na educação, ficando claro o seguinte na referida publicação:

[...] escolas sem apropriada mobília, organização pedagógica defeituosa
[...] professores que formam a si próprios, ausência de método para o ensino, falta absoluta de um programa e livros para desenvolver a inteligência dos alunos, por toda parte desgosto, impaciência, desânimo... eis o que se encontra quase na totalidade de nossas casas de educação pública! (Silva, 2013, p. 260)²⁴

Com base em Schueler (2005), Silva (2013) e Bastos (2009), pode-se dizer que essas elucidações feitas até aqui constatarem as péssimas condições de trabalho e de remuneração no magistério primário do período imperial, embora este campo estivesse tentando se estruturar como carreira profissional. E essas exposições demonstram que as representações sociais constituídas em torno da docência nesse espaço o caracterizavam como um sacerdócio. Pois, desde o início os professores primários historicamente não são bem remunerados no Brasil, trabalham em condições precárias e têm que realizar inúmeros sacrifícios e renúncias pessoais. No entanto, os mestres de níveis mais avançados eram melhor remunerados.

Contudo, apesar do cenário dos baixos salários, poucas infraestruturas de trabalho no magistério da escola pública, aqueles que encarariam essa profissão deveriam representá-la culturalmente e socialmente como uma vocação, justamente por causa da conotação desse conceito perpassar pela religiosidade cristã (como é no caso dos padres que se sentem vocacionados para se tornarem sacerdotes, pois é sabido que a maioria deles não deveria enriquecer, mas sim servir as pessoas, sendo essa a recompensa moral e social deles).

Deste modo, esse conceito de sacerdócio com sentido católico ancorado no imaginário social da população brasileira, acabou também servindo historicamente para representar a profissão do magistério primário, uma profissão cheia de renúncias, que não enriquecerá os professores, ao contrário, como seu viu até aqui, os professores e as professoras são relativamente pobres, porque a recompensa moral e social deles será a de servir e ajudar as crianças a lerem e a escreverem, na esperança de um futuro melhor para a sociedade.

²⁴ Silva (2013) retirou esse fragmento de *A Instrução Pública*. Rio de Janeiro, nº1, 13. abr. 1872.

Após essa contextualização histórica que mostrou em parte a ambiência do surgimento das primeiras revistas de educação e ensino brasileiras, compreendeu-se ainda que no cenário nacional, São Paulo e Rio de Janeiro (na Região Sudeste) foram as Províncias que mais concentraram essa produção de periódicos. E as razões para isso envolvem a expressividade desses estados que “remetem à condição privilegiada ocupada pela região em geral [...]”. Neles, estava concentrado o maior volume de capital econômico o que lhes confere grande margem de poder na cena política” (Warde, 2021, p. 28). Sendo assim, a seguir expõe-se o levantamento das primeiras revistas educacionais erigidas nestes dois lugares nos séculos XIX e XX.

QUADRO 08 - Primeiras revistas pedagógicas do Rio de Janeiro e de São Paulo

PIONEIRAS NO RIO DE JANEIRO – SÉCULO XIX		
Nome	Ciclo de vida	Outras informações
<i>A Instrução Pública</i>	1872-1875 1887-1888	Era uma publicação semanal, dirigida por José Carlos de Alambary Luz, de abril de 1872 até julho de 1875, com 166 números até ser interrompida. Depois recomeça de março de 1888 a agosto de 1888. Ao todo foram 185 números publicados. Tipografia Cinco de Março. Recebia apoio financeiro com garantida subscrição oficial e distribuição gratuita para professores.
<i>Instrução Nacional: Revista de Pedagogia, Sciencias e Letras</i>	1873-1874	(Dois) Professores públicos da Corte Imperial
<i>Instrução Nacional</i>	1874-?	Revista de ciências e letras, escrita em colaboração com professores e literatos. Diretores Antonio Estevan da Costa e Cunha e Augusto Candido Xavier Cony. Responsável: Quirino F. do Espírito Santo
<i>A Crença</i>	1874-1875	Revista produzida pela Escola Politécnica que pertencia aos estudantes da instituição. Tipografia Fluminense
<i>A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino</i>	1877-1878	Collaborada por professores e litteratos. Sob a redação dos professores: Joaquim José de Amorim carvalho, Manoel José Pereira Frazão. Diretor: Dr. Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira. Editor: Serafim José Alves.
<i>O Ensino</i>	1878-?	Publicação semanal redigida por diversos professores públicos do Rio de Janeiro. Tipografia Popular de Christovão M. do Amaral Vasconcelos
<i>Pharol</i>	1881-?	Órgão dedicado aos interesses dos alunos da Escola Normal da Corte / Tipografia do Brasil Cathólico
<i>O Ensino Particular</i>	1883-1883	Revista mensal da Associação dos Professores Particulares. Redatores: João Pedro de Aquino, Limeira de Andrade e Menezes Vieira. Na capa dessa revista consta que era possível assiná-la na Livraria Nicolau Alves.
<i>O Ensino Primário</i>	1883-1884	O redator da revista era o professor Luiz Augusto dos Reis
<i>Revista do Ensino - Rio de Janeiro (DF)</i>	1883-1885	Segundo Warde (2021), esta revista era produzida por um professor-padre, e por um dono de editora. Bastos (2002a) aponta como redator dela M. Neville.

<i>Revista da Liga do Ensino (ou Liga do Ensino)</i>	1884-1884	Produzida pela Sociedade Liga do Ensino no Brasil. Possuía números mensais de 28 páginas cada, e era dirigida e redigida principalmente por Ruy Barbosa, presidente da Liga, por Rodolfo Epifânio de Souza Dantas e por José Balduino Coelho. Sua pretensão era falar de educação e ciência em seus debates.
<i>Ensino Primário</i>	1884-1885	Grupo de professores
<i>Revista Pedagógica</i>	1890-1896	Revista que funcionava como o veículo de divulgação do <i>Pedagogium</i> , o Museu Pedagógico Brasileiro, criado em 1890. Era dirigida pelo médico-educador Menezes Vieira. Circulou de novembro de 1890 a e setembro de 1896, com 49 números, possuía uma parte oficial, seção de pedagogia, crônica do Interior e do Exterior, variedades e anúncios. Figurava como um órgão oficial e tinha distribuição gratuita aos professores públicos primários e secundário, e nos estabelecimentos oficiais de ensino.
<i>O Progresso Educador</i>	1894-1894	Lançado em julho de 1894, foi o primeiro impresso criado no Brasil por mulheres professoras, as responsáveis eram Teresa Gandini e Regina Gherda, além de ser um periódico dedicado unicamente à educação.
<i>Educação e Ensino: Revista Pedagógica da Instrução Pública Municipal do Distrito Federal</i>	1897-?	Instrução Pública do Rio de Janeiro/DF. Revista Pedagógica produzida pela Diretoria Geral da Instrução Pública Municipal do Distrito Federal. Na capa do nº 1 (julho de 1897) consta que era uma publicação mensal, dirigida pelo Diretor Geral da Instrução Pública e pelo Diretor do <i>Pedagogium</i> .
PIONEIRAS NO RIO DE JANEIRO – SÉCULO XX		
<i>Eschola</i>	1900-1900	Órgão da Associação dos Professores do Brasil
<i>O Estudo</i>	1908-1910	Sociedade de Estudos Pedagógicos de Professores do Distrito Federal. Revista da Sociedade de Estudos Pedagógicos de Professores do Distrito Federal, que circulou de agosto de 1908 até março de 1910
<i>Educação Nacional: educação, ensino, administração local</i>	1907-1907 1907-1910	Livraria Francisco Alves com participação de pessoas de projeção na educação e na cultura. Circulou de julho a dezembro de 1907, e de outubro de 1908 a dezembro de 1910 voltou a circular sob o título de <i>Educação Nacional: educação, ensino, administração, bibliografia</i> .
<i>Magistério: revista pedagógica, didáctica e literária</i>	1909-1909	Associação dos Professores do Brasil (associação formada por alunos da Escola Normal do Rio de Janeiro) recebia apoio de docentes e professores primários
<i>Revista do Magisterio: periódico didático, pedagógico e literário</i>	1915-1916	Centro dos Professores Municipais
<i>Escola Primária</i>	1916-1938	Sociedade Anônima. Produzida pelos inspetores escolares do Distrito Federal
<i>O Ensino</i>	1919-1920	Órgão da Liga de Professores (abril de 1919 a junho de 1920)
<i>A Educação</i>	1922-1925	Revista mensal dedicada à defesa da Instrução no Brasil (agosto de 1922 a novembro de 1925)
<i>Escola Normal - Revista de Educação</i>	1924-1925	Órgão dos corpos docente e discente da Escola Normal do Distrito Federal e de suas congêneres nos Estados
<i>A Escola de Adultos</i>	1925-1925	Órgão do Centro de professores e Coadjuvantes. (setembro a novembro de 1925)
<i>Revista Escola Argentina</i>	1929-1935	Escola Argentina da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal/Departamento de Educação do Distrito Federal

<i>Boletim de Educação Pública</i>	1930-1935	Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal / Departamento de Educação do Distrito Federal
<i>Formação</i>	1931-1954	Revista brasileira de educação (agosto de 1931 a dezembro de 1954)
<i>Revista Nacional de Educação</i>	1932-1934	O Ministério da Educação e Saúde Pública editava em nível nacional essa revista, sob a responsabilidade do Museu Nacional do Rio de Janeiro
<i>Arquivos do Instituto de Educação</i>	1934-1936	Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro
<i>O Ensino</i>	1936-1941	Órgão oficial do Instituto de Professores Públicos e Particulares (junho de 1936 a maio de 1941)
<i>Educação</i>	1939-1942	Órgão da Associação Brasileira de Educação (novembro de 1939 a julho de 1940; e depois de janeiro a dezembro de 1942)
<i>O Ensino</i>	1942-1958	Revista pedagógica, didática e noticiosa administrativa (abril de 1942 a dezembro de 1958)
<i>Revista de Educação Pública</i>	1943-1958	Secretaria Geral de Educação e Cultura do Rio de Janeiro
<i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i>	1944-continua	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação e Cultura (INEP/MEC)

PIONIERAS EM SÃO PAULO – SÉCULO XIX

Nome	Ciclo de vida	Outras informações
<i>Instrução Publica</i>	1872-1889	Publicada por professores públicos primários de São Paulo.
<i>A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino</i>	1877-1878	Circulou de janeiro de 1877 a junho de 1878, teve 78 números. Com caráter enciclopédico, sua missão e foco envolviam oferecer instrução popular às classes menos favorecidas economicamente, fornecendo aos professores notícias e informações acerca dos sistemas e métodos de ensino, além de focalizar os interesses do magistério público e particular.
<i>A Eschola Publica</i>	1893-1894 1896-1897	Editada por um grupo de professores, sofreu várias interrupções e em alguns momentos chegou a contar com o apoio do Estado. Na 1ª Fase teve 11 números produzidos com Tipografia Hennies e Winiger, e 2ª fase teve 10 números com Tipografia da Industrial de São Paulo. Esta revista era editada por um grupo de professores, sofreu várias interrupções na produção, e em alguns momentos chegou a contar com o apoio do Estado.
<i>Revista do Jardim da Infância</i>	1896-1897	Publicação oficial ligada à Escola Normal da Capital, com 3 números produzidos. Divulgava métodos e materiais de educação pré-escolar utilizados no Jardim de Infância anexo à Escola Normal, editada por Gabriel Prestes e produzida por Caetano de Campos, com Tipografia a Vapor Espindola, Siqueira & Com.

PIONIERAS EM SÃO PAULO – SÉCULO XX

Nome	Ciclo de vida	Outras informações
<i>Educação</i>	1902-1903	Revista de assumptos gerais e pedagógicos. Associação Beneficente de Educação. Duprat & Comp. Teve 14 números produzidos.

<i>Revista de Ensino</i> (SP)	1902-1919	Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo e Diretoria Geral da Instrução Pública. Segundo Monarcha (2018) teve 17 números produzidos inicialmente, depois mais 22, e por fim mais 26 números, totalizando 65 números. Tipografia do Diário Oficial; tipografia Guimarães a Vapor Hennies Irmãos; tipografia Tolosa; tipografia Helvetia de A. Otto Uhle.
<i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i>	1916-1922	Professores da Escola Normal de São Carlos. Orgam de propriedade e redacção do corpo docente. A Graphica Marra & Filhos
<i>Revista de Educação</i>	1921-1923	Professores da Escola Normal de Piracicaba. Orgam da Escola Normal de Piracicaba e Escolas Anexas. Tipografia do Jornal de Piracicaba. Fundada por Lourenço Filho (maio de 1921 a setembro de 1923)
<i>Revista da Sociedade de Educação</i>	1923-1924	Sociedade de Educação. Sob a responsabilidade de Monteiro Lobato e Companhia Editores
<i>Patrocínio</i>	1924-1955	Órgão das alunas do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, de Itu, da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry
<i>Revista Escolar</i>	1925-1927	Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo
<i>Educação</i> 1927-1930	Ao todo 1927-1947	<i>Educação</i> (1927-1930) - Diretoria Geral da Instrução Pública/Sociedade de Educação de São Paulo. Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz
<i>Escola Nova</i> 1930-1931	1927-1930 1930-1931 1931-1932 1933-1943 1944-1947	A revista <i>Escola Nova</i> (1930-1931) foi a segunda fase da revista <i>Educação</i> , produzida pelo Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, e pela Diretoria Geral do Ensino. Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz.
<i>Educação</i> 1931-1932		Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, com 5 números produzidos
<i>Revista de Educação</i> 1933-1943		<i>Educação</i> (1933-1943), foi a terceira fase dessa mesma publicação produzida pelo Órgão da Diretoria Geral do Ensino de São Paulo, quando passou a ser produzida no Estabelecimento Gráfico Siqueira. Teve 33 números produzidos
<i>Revista de Educação</i> 1944-1947		A <i>Revista de Educação</i> (1933-1943) passou a ter esse nome em sua quarta fase, sendo produzida pelo Órgão da Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo /Departamento de Educação do Estado de São Paulo. Estabelecimento Gráfico Garraux e outros. Teve 21 números produzidos
		A <i>Revista de Educação</i> (1944-1947) na sua quinta e última fase passou a ser produzida pela Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo/Departamento de Educação do Estado de São Paulo/Órgão do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, tendo apenas 2 números produzidos

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa, e de Silva (2013); Warde (2021); Schueler (2005); Gondra (2018); Bastos (2000; 2002a, 2009); Sousa e Catani (1994); Catani (1996); Monarcha (2004; 2018); Carvalho e Machado (2022).

Ao se pesquisar sobre as publicações reunidas no quadro acima, notou-se que tanto os intelectuais brasileiros defensores ou não de ideários religiosos, quanto os

ocupantes de cargos da educação pública no Brasil utilizavam a imprensa pedagógica para: publicizarem suas ideias, propostas, instruções didáticas, diretrizes, notícias das políticas educacionais e reformas educacionais, novas teorias educacionais e outros informes que julgavam relevantes de acordo com a ótica deles nessas revistas, de modo a orientarem a educação brasileira.

Em suma, depreendeu-se que o contexto de criação da maioria das revistas educacionais brasileiras descrita até aqui, como se pode ver no quadro acima, remete às décadas de 1870, 1880 e 1890 no Brasil Império, e às primeiras décadas após a proclamação da República 1910, 1920 e 1930.

No entanto, na prática, os autores existentes na virada do século XIX para o século XX ainda eram os mesmos, e por isso as mesmas pretensões de modernidade, instrução e civilidade do final do império continuaram pela República afora (Bastos, 2009; Fernandes, 2006). Essas condições remetem ao ideário iluminista influenciando a educação nesse tempo em que se pretendia educar e civilizar a população por meio da imprensa. Para Fernandes (2006), civilizar significava assemelhar-se aos padrões da Europa no que se refere ao saber técnico-científico especializado, cujo saber seria a base do paradigma moderno. E no campo da educação, a escola “funcionaria como instituição civilizadora das massas, modernizadora social” (Bastos, 2009, p. 5).

Para tanto, o projeto republicano de educação nacional foi melhor delineado com a criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 1890, com o ministro Benjamin Constant. A partir deste mesmo ano, ele efetuou uma ampla reforma em todos os níveis da instrução pública. Os princípios dessa reforma se baseavam na laicidade, na gratuidade do ensino primário, na liberdade de ensino e na ciência como a base da organização curricular (Fernandes, 2006). Embora, obviamente tais princípios mencionados contrariassem fundamentalmente ao ideário católico, ainda muito arraigado na sociedade brasileira que também pretendia moralizar e civilizar a população ao educá-la, só que utilizando para tanto os princípios religiosos e teocêntricos no ensino desenvolvido na instrução pública.

Do outro lado, uma revista fruto desse contexto que pretendia a laicidade na educação era *Revista Pedagógica* (1890-1896), editada pelo *Pedagogium* – Museu Escolar do Distrito Federal no Rio de Janeiro – órgão criado em 1890 um museu pedagógico do Rio de Janeiro. Esta revista defendia o projeto de educação nacional continuado após a proclamação da República, sendo que os editores dela aspiravam a

construção da modernidade, para que o Brasil pudesse participar do “concerto das nações civilizadas” (Fernandes, 2006, p. 49).

Nesta pesquisa, observou-se que o pioneirismo da *Revista Pedagógica* reside especificamente no fato de ela ter sido a primeira a emitir orientações educacionais de caráter nacional a partir de 1890 (Catani, 1996; Sousa e Catani, 1994; Bastos, 2002a). Ela foi uma exceção em seu tempo, porque as demais revistas pedagógicas de caráter nacional só se manifestaram e se consolidaram no Brasil a partir da década de 1940 (Catani, 1996).

Para mencionar o caso do Espírito Santo, esta pesquisa não encontrou revistas educacionais do século XIX, só do século XX, que são a *Revista Pedagógica* (1924-?), produzida pela Escola Normal e anexa do Espírito Santo e a *Revista de Educação* (ES) (1934-1937), publicada pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do Departamento de Educação em Vitória (Nascimento, 2014).

No caso das primeiras revistas pedagógicas criadas nos outros estados das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, e Sul, efetuou-se também um levantamento das pioneiras dessas regiões. Todavia, por causa da ocupação de grande espaço nos quadros organizados com tais informações, estes foram inseridos no Anexo 2 desse texto, em ordem cronológica e crescente do aparecimento daquelas que foram achadas.

A seguir, esta pesquisa se concentrará no debate específico das revistas que sinalizavam em seus títulos tratarem exclusivamente de assuntos de educação e ensino, demonstrando o seu caráter técnico e pedagógico para os leitores.

1.2.1 As Revista(s) de/do Ensino criadas no Brasil

No final do século XIX para o século XX houve uma verdadeira multiplicação dos impressos de educação e ensino pelo país. E a partir da década de 1880, identificou-se uma mobilização de diferentes estados brasileiros para a produção das chamadas Revista(s) de/do Ensino.

De acordo com Bastos (2002a) e Catani (1996), essa nomenclatura foi utilizada pela primeira vez no estado do Rio de Janeiro, ao ser lançada em 1883 a *Revista do Ensino* do Rio de Janeiro (DF). Descobriu-se que após essa surgiram novas Revista(s) do Ensino noutros estados como Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Pará, Amazonas, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Sul. Tais revistas em ordem cronológica são, respectivamente: *Revista do Ensino* (BA) (1892-1893); *Revista do Ensino* (MG) criada em 1892, e efetivamente produzida de 1925 a 1971; *Revista de Ensino* (SP) (1902- 1918); *Revista do Ensino* (PA)

(1911-1919); *Revista do Ensino* (AM) (1920-1920); *Revista do Ensino* (AL) (1927-1931); *Revista do Ensino* (PB) (1932-1942); e *Revista do Ensino* (RS) (1939-1992). Os ciclos de vida dessa revista gaúcha se deram nos recortes (1939-1942), (1951-1978) e (1989-1992).

Dentre todas, destaca-se a considerável sobrevivência editorial da *Revista do Ensino* (MG) (47 anos), e da *Revista do Ensino* (RS) (53 anos). Essas 2 revistas são as que apresentam maior longevidade em detrimento das outras acima, que em poucas décadas, ou até mesmo em poucos anos de vida foram extintas. Mesmo assim, em geral, é possível afirmar, embasando-se em Carvalho e Machado (2022), que tais revistas se tornaram verdadeiras porta-vozes das Inspetorias da Instrução Pública e das secretarias de educação no século XX.

E é justamente a partir dessa década de 1920 que começam a surgir no país várias reformas educacionais estaduais que pretendiam reescrever a história do ensino primário e da instrução pública no país, porque a maioria da população ainda era analfabeta. Em São Paulo houve a Reforma Sampaio Dória em 1921; no Ceará a Reforma Lourenço Filho em 1922; na Bahia aconteceu a Reforma Anísio Teixeira em 1925; em 1927 começara a Reforma Francisco Campos em Minas Gerais, em 1928 ocorreu a Reforma Fernando de Azevedo no Distrito Federal (Rio de Janeiro, enquanto capital do Brasil); e em 1929 se deu a Reforma Carneiro Leão em Pernambuco.

Vale ressaltar que todas essas reformas educacionais estaduais se baseavam nos princípios da Escola Nova, que pretendia o rompimento com os métodos tradicionais e a imediata renovação desses métodos de ensino pelos professores, a centralidade na aprendizagem do aluno, sob um embasamento científico na Psicologia, dentre outros aspectos.

Tais reformas foram criadas para repararem o quadro caótico do cenário educacional brasileiro, que possuía, além da supracitada falta de materiais didáticos “a inconsistência dos métodos, a inadequação das instalações e a ineficiência do ensino [...] altos índices de analfabetismo (em torno de 80%)” sendo que nestes casos, “esse era o diagnóstico reiterado na grande e pequena imprensa e nos periódicos pedagógicos” (Vidal; Faria Filho, 2005, p. 7-8) do Distrito Federal e de Minas Gerais.

Diante desses altos índices de analfabetismo, a ampliação da escolarização era a resposta do Estado para mitigar esses índices, que requeria com ela uma grande demanda de professores primários. No entanto, conforme já elucidado, as condições de formação docente eram parcas para contemplar este público, então os governantes estaduais, para tentarem sanar a explicitada carência de livros e de manuais didáticos, optaram pela

produção e disseminação das revistas pedagógicas, porque elas demandavam um baixo custo de produção para o governo (em detrimento dos outros materiais didáticos). Os estados geralmente as distribuíam gratuitamente nas escolas para os professores em muitos casos, mas, em geral, tais revistas eram de baixo valor também para os professores(as) que quisessem adquiri-las individualmente, ou assiná-las, já que a profissão docente primária não era bem remunerada.

Isso é confirmado por Bastos (2002b, p. 48) ao dizer que a *Revista do Ensino* (RS) (1939-1942) (sua primeira fase) possuía um “custo realmente acessível, dentro, portanto, das possibilidades econômicas do magistério; preenchendo as necessidades não só do professor formado, mas também do aluno de Escola Normal”, além de argumentar que as normalistas precisavam de um “material farto e variado para as suas pesquisas durante o curso [normal]”.

Jinzenj (2012) expõe que é, de fato, na Primeira República que se dá o fortalecimento e desenvolvimento da imprensa educacional no Brasil, para a divulgação das ações das Escolas Normais, os mais recentes debates educacionais, as notícias sobre essas reformas educacionais etc.

No caso específico da *Revista do Ensino* (RS) (1939-1942), Bastos (2002b) reitera que a motivação para a criação desse impresso pedagógico oficial gaúcho fora o contexto dos pouquíssimos livros didáticos docentes, que eram caros. E embora saiba-se que as Escolas Normais de formação docente estivessem aumentando pelo país nas primeiras décadas da República, a formação docente continuada ainda era deficiente, dada essa configuração histórica que combinava:

A insuficiência do curso de formação de professores para embasar de conhecimentos o professor; a dificuldade do professor em frequentar cursos de especialização; o custo elevado dos livros, bem como a dificuldade de tradução de livros estrangeiros; a superação em curto prazo do livro didático pela descoberta de novas técnicas de ensino; a carência de ofertas de cursos de atualização para o professor. (Bastos, 2002b, p. 47).

Neste sentido, é possível observar uma semelhança histórica entre realidade do período imperial que motivara a criação das primeiras revistas pedagógica no Brasil para formar professores, por conta da escassez de materiais didáticos, com essa realidade republicana das primeiras décadas do século XX. Resguardadas as devidas proporções, no ano de 1939 esta revista gaúcha foi criada para suprir essa necessidade histórica de formação docente.

O governo sul-rio-grandense acreditava que ao criar a *Revista do Ensino* (RS), tais problemas relatados poderiam ser resolvidos se ele financiasse uma revista técnica e pedagógica, que na ótica dos seus criadores seria realmente indispensável por apresentar as seguintes características:

[...] grande variedade de assuntos em suas diversas seções [...] diretrizes que regem as mais modernas técnicas de ensino [...] notícias comentários sobre os cursos de atualização [...] artigos estrangeiros [traduzidos e adaptados] de interesse; [...] oferta de material didático em forma de cartazes e painéis, auxílio valiosos e de grande utilidade; [...] ilustrações apresentadas que facilitam a leitura e a compreensão dos conteúdos [...] (Bastos, 2002b, p. 47-48).

Reparou-se neste fragmento elucidativo que a *Revista do Ensino* (RS) (1939-1942) possui grandes semelhanças com a *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940), porque todos os aspectos acima relatados estão presentes nesta outra. Ambas funcionaram como manuais pedagógicos para orientar os mestres moralmente e profissionalmente, elas condensavam os discursos das autoridades educacionais, teorias pedagógicas, notícias sobre as reformas educacionais e “[...] modelos a serem replicados nas aulas. Trata-se de uma lição ideal que pode ser literalmente repetida, no que tange ao que os professores devem dizer e ao que os alunos devem responder” (Catani, 2013, p. 120).

Em síntese, reconheceu-se que tais revistas funcionaram como dispositivos de orientação oficial para o magistério primário do seu tempo, portando informações e formação contínua de professores. Neste sentido, acredita-se que todas as revistas listadas neste tópico funcionavam como manuais didáticos de como fazer em sala de aula, fornecendo instruções morais e pedagógicas, críticas aos professores, lições e orientações de como ser um(uma) mestre/mestra competente, na ótica dos seus editores.

Uma questão importantíssima a ser ressaltada nesta pesquisa é a interligação das primeiras revistas pedagógicas do Império como *A Instrução Pública* (RJ) (1872-1875) e a *Revista do Ensino* (RS) (1939-1942) – republicana – sob a percepção de que ambas divulgavam o imaginário social e coletivo da figura do professor primário como sacerdote. Nessa revista republicana a docência era idealizada como “uma “obra mais divina que humana”, exigindo uma postura de doação, sacrifício, abnegação, como um sacerdote da educação que “o amor e a vocação animam” (Bastos, 1994, p. 136-137).

Essa representação docente como sacerdócio legitimava na mentalidade da sociedade que os professores poderiam continuar mal remunerados, mesmo que o novo regime político republicano implantado com Getúlio Vargas, a partir de 1930, erigisse

um discurso de defesa pela valorização da figura do professor como um importante elemento para a reconstrução e progresso nacional. Se por um lado a figura docente era exaltada, por outro, legitimava-se que essa profissão requeria “vocacionados”. Assim, interessar-se por altos rendimentos para desempenhar essa função de apóstolo ou “missionário da educação” seria ironicamente um ato de mesquinha, o professor “sacerdote” deveria renunciar a um alto salário, sacrificando-se, como fica claro a seguir:

O modelo de professor, centrado no “espírito de sacrifício” e de “apostolar dedicação ao ensino”, punha em destaque a função docente como sacerdócio. Mas enquanto era reforçada a “abnegação”, o “sacrifício” da ação docente, a questão salarial configurava-se como uma questão menor, subvalorizada e diminuída pelo discurso oficial, em frases como: “sua alta missão transcende os limites do mesquinho interesse individual”; “o professor, que exerce o seu magistério não com fins lucrativos”; “não se confundindo nunca com os professores burocratas, que consideram seu ministério simples meio de vida”; “ao ensino se deve ir só quando uma vocação definida nos impele, jamais em busca de um negócio” (Bastos, 1994, p. 137).

Também importa enfatizar nessa pesquisa, que nas décadas de 1930 e 1940 ocorria o fenômeno da feminização do magistério (Schueler, 2005; Vidal; Faria Filho, 2005; Louro, 2001 e Almeida, 2004; 2014). Esse fenômeno escolar tem total relação com o objeto de estudo da presente pesquisa, porque se elas eram o público maior, cativá-lo envolvia a elaboração de discursos específicos sensíveis a ele como a maternidade, por exemplo. Reconheceu-se que a *Revista do Ensino (RS)* representava as professoras primárias nos discursos publicados como as missionárias da educação, evocando a figura do sacerdote nessa construção da imagem docente, da mesma maneira como ocorria nas páginas da *Revista do Ensino (MG)* e que se pretende examinar no 3º Capítulo.

E o desenvolvimento da docência no contexto gaúcho era cheio de inúmeros desafios, cuja representação de professorinha abnegada escondia os percalços da profissão:

A idealização da professorinha velava a realidade cotidiana. Alguns depoimentos expressam o isolamento, o abandono a que estavam sujeitas, enviadas às zonas inóspitas, em que o único contato, com a sede do município, se dava uma vez por semana, quando o ônibus passava, trazendo correspondências, jornais, notícias. As professoras moravam em pensões ou em casas de famílias de colonos. (Bastos, 1994, p. 138).

Além dessas condições precárias de acesso ao trabalho, e de formação docente também, há que se confirmar que o ideário católico incidia sobre a revista gaúcha. Não

se sabe em que medida essa incursão se processou, mas se sabe que a religiosidade era um dos elementos moralizadores e até santificadores da profissão utilizados nos discursos que construíam as representações sociais sobre a docência. E essa idealização profissional seria bem sucedida, pois a religião católica predominava na população brasileira, como se lê nas citações abaixo:

A imagem do professor é marcada por metáforas religiosas que convertem o trabalho docente em atividade sagrada, por atitudes de renúncia e solidariedade, e por seus objetivos: modelagem de almas, humanização e regeneração da sociedade. (Bastos, 1994, p. 138, grifos meus).

[...] As imagens não se acumulam indiscriminadamente: apesar de sua multiplicidade, elas aparecem selecionadas e articuladas de modo especial, pondo-se em realce aquelas mais caras ao imaginário religioso e católico do povo brasileiro (Bastos, 1994, p. 141, grifos meus).

Sendo assim, até aqui ficou claro que, além de dispor dessa adesão religiosa junto à população brasileira, a Igreja Católica, representada pelos defensores da sua pedagogia, se valeu da imprensa no Brasil como uma estratégia eficiente para aumentar o seu alcance na difusão de suas ideias, dogmas e orientações na sociedade brasileira. E, para tanto, a imprensa educacional foi uma das áreas sociais onde se concentrou essa disseminação, para o alcance dos professores e, sobretudo das professoras das escolas públicas e das católicas, já que elas eram maioria no magistério.

Neste sentido, é preciso refletir sobre a maneira como a imprensa foi utilizada pelos católicos na Primeira República, e mais especificamente sobre a utilização das revistas por eles, porque este tipo de suporte material (assim como jornais, almanaques, boletins e outros) serviu para a reiteração do discurso católico na educação deste tempo.

E para contextualizar o recorte histórico da pesquisa faz-se importante expor que, após a implantação do regime republicano em 1889, a Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil perdeu a sua primazia no campo educacional por ocasião da Constituição Federal de 1891, que extinguiu o ensino religioso das escolas públicas e decretou a separação entre Igreja e Estado.

Conforme Azzi (1977; 1994), apesar do distanciamento político com o Estado, a Igreja reagiu na busca de unificar o episcopado brasileiro para restaurar o seu poder de influência sobre o Estado e sobre a sociedade brasileira.

Dentre as perdas de privilégios sofridas, a proibição do ensino religioso nas escolas oficiais foi algo que a Igreja Católica jamais aceitou. Tal condição fez com que ela se mobilizasse com todas as suas forças para reaver a sua hegemonia sobre o campo educacional (Saviani, 2008).

E o movimento da restauração católica é justamente esse processo de mobilização da Igreja que foi chamado por Araújo (1986) e por Azzi (1977; 1979; 1994) de restauração, e por Saviani (2008) de resistência ativa, ou reação católica, um movimento pacífico envolvendo manifestações individuais, e especialmente a criação de organizações coletivas. Este autor elucida que as estratégias mobilizatórias se articularam de duas maneiras: no campo da educação a pressão pelo retorno do ensino religioso às escolas públicas; e no campo da imprensa a difusão do seu ideário católico através da imprensa católica e até na imprensa oficial.

Nas primeiras décadas do século XX, em síntese, as estratégias dos católicos foram bem diversificadas, eles aproximaram-se do Estado, produziram documentos de doutrinação católica oficiais como cartas pastorais e encíclicas papais, acionaram a intelectualidade católica brasileira inspirando-a a difundir a doutrina religiosa pelo país, interferiram na política educacional e utilizaram a imprensa (Coelho, 2021a).

Nessa conjuntura republicana é sabido que os católicos discordavam da Escola Nova que lutava em prol da escola laica, pública e gratuita, e da coeducação escolar. A partir de 1928 foram criadas diversas Associações de Professores Católicos (APCs), que se tornaram mais tarde a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE) em 1933. Os militantes católicos e leigos reunidos nessas instituições criaram bibliotecas pedagógicas, além de cursos e conferências para lutarem contra o fascínio das ideias da Escola Nova em torno dos professores (Carvalho, 1989).

Essa autora explica que, embora alguns líderes católicos defendessem o combate sem descanso à Escola Nova, com o tempo permaneceu a tendência de a educação católica modernizar-se. Desta maneira, muitos intelectuais defensores da Pedagogia Católica se apropriaram de alguns pressupostos da Pedagogia Nova, mas excluía de seus escritos as ideias contrárias aos preceitos cristãos da encíclica *Divini Illius Magistri* do Papa Pio XI, de 1929, e essa coalização pedagógica pode ser chamada de Escola Nova Cristã, cujo tema, em especial, foi localizado em publicações da *Revista do Ensino* mineira que estão indicadas no Capítulo 3.

Além disso, analisou-se que na Primeira República a imprensa católica acionou a criação e a manutenção de revistas, boletins, semanários e jornais, além daqueles

impressos e revistas católicas que tratavam vez por outra de assuntos educacionais. Com tais impressos, ela poderia alcançar tanto os professores das escolas católicas, quanto os professores das escolas públicas, por meio da divulgação dos seus princípios cristãos (Coelho, 2021b).

Neste quesito, Matos (1990) assegura que a imprensa católica foi um exímio instrumento da restauração católica no Brasil, que ocupou a partir da década de 1920 um lugar central na defesa das tradições religiosas, sendo considerada pelos católicos, como “arma” poderosíssima para defender a Igreja dos inimigos da religião. O fundamento dos periódicos católicos envolvia a crítica à laicidade, à apostasia aos valores cristãos e à promoção da obra recristianizadora no Brasil.

No que se refere à produção de revistas católicas propriamente, *A Ordem* (1921-1990) foi um veículo expressivo de comunicação criada por intelectuais e militantes defensores desse ideário. Não se pode ignorar a pujança dessa imprensa religiosa, bastante expressiva e volumosa que destinava e, em muitos casos, abordava sobre assuntos educacionais fundamentados no catecismo. Reconheceu-se que haviam impressos mais voltados à área educacional como a revista *A Ordem*, por exemplo, e outros que enfatizavam mais o aspecto doutrinário e religioso simplesmente.

Abaixo apresenta-se um quadro simples que lista algumas revistas católicas que, embora não fossem estritamente pedagógicas, na prática veiculavam inúmeros conteúdos educacionais. A *Revista Auxilium* (1930-1960) e a *Revista Brasileira de Pedagogia* (1934-1938) eram até utilizadas nas escolas por professores na preparação de aulas, contendo informes, artigos de ensino e educação, ensino religioso etc. (Sousa, 2002; Sousa e Catani, 1994).

QUADRO 09 – Algumas revistas católicas republicanas que tratavam de Pedagogia

Nome	Ciclo de vida	Outras informações
<i>A Ordem</i>	1921-1990	Departamento Editorial do Centro Dom Vital. Revista católica não especializada em educação, mas, que versava constantemente sobre o tema. Sua periodicidade era mensal, foi extinta em 1990, gozando a longevidade de 69 anos de produção.
<i>Lourdes</i>	1925-?	Criada em Belo Horizonte-MG.
<i>Festa</i>	1927-1928 1934-1935	Criada e publicada por um grupo de escritores católicos no Rio de Janeiro, eles se diziam caudatários do “modernismo”, que “procuravam se distinguir das correntes paulistas desse movimento, invocando uma estética espiritualista que estaria na raiz de uma “tradição brasileira autêntica”, conforme Miceli (1979, p. 52).
<i>Revista Auxilium</i>	1930-1960	Produzida pelo Colégio Santa Inês (Instituto Educacional das Filhas de Maria Auxiliadora) em São Paulo. Os 200 exemplares

		encontrados por Sousa (2002) vão de junho de 1930 a junho/dezembro de 1960.
<i>Boletim da Associação de Professores Católicos.</i>	1932-1933	Embora fosse um boletim funcionava como revista divulgada pela APC (Associação de Professores Católicos) no Distrito Federal.
<i>Revista Brasileira de Pedagogia</i>	1934-1938	Produzida pela Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), no Rio de Janeiro, divulgava ações desenvolvidas por escolas e professores membros da CCBE, falava sobre os eventos, publicava artigos sobre ensino e educação, listas de colégios católicos, notícias sobre cursos de aperfeiçoamento, e outros informes segundo Sousa e Catani (1994).
<i>Boletim Catequético</i>	1936-1941	Apesar do nome de Boletim, esta era uma revista catequética produzida em 1936, em Belo Horizonte, pelo Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso, seu propósito era dar formação docente às catequistas, preparando-as para trabalharem nas escolas. Seu editor era o padre Álvaro Negromonte.
<i>Revista Mariana</i>	1941-?	Produzida pelo Centro Apostólico de Mariana-MG.

Fonte: Silveira (1926), Carvalho (1989), Miceli (1979), Carvalho (2001), Saviani (2008), Warde (2021), Sousa (2002), Sousa e Catani (1994), Orlando (2014) e Biccás (2008).

Embora a maioria desses impressos católicos possuísse ciclo de vida muito breve, e outra já tenha gozado de grande longevidade como a *Revista Auxilium* e *A Ordem*, ressalta-se que a imprensa católica muito contribuiu para a área da educação no contexto da restauração católica, inscrevendo em seus suportes materiais conteúdos pedagógicos que foram úteis para a formação de professores católicos.

Além das revistas listadas acima, o ideário católico foi veiculado em espaços editoriais de outras revistas brasileiras de educação no período republicano. Algumas eram particulares e outras públicas. Um exemplo é a revista *O Estudo* (1922-1931), da Região Sul do país, escrita pelas alunas do Grêmio de Estudantes da Escola Complementar ou Escola Normal de Porto Alegre/RS. Segundo Fraga (2013), a revista além de veicular assuntos de orientação laica e falar do civismo nacional expondo imagens e artigos inerentes a eles, ela também publicava textos e imagens de sentido religioso católico. E isso pode ser verificado na iconografia da capa do nº 2-3 (1928), que estampa duas fotos da nova Catedral de Porto Alegre em 1928.

FIGURA 02 – Capa da revista *O Estudo*, nº 2-3, Porto Alegre (1928)



Fonte: Fraga (2013, p. 77)

As duas fotos que aparecem na capa acima tratam da Catedral de Porto Alegre e da Basílica de São Pedro em Roma, que um dia já foi o Seminário de Porto Alegre. Exibir essas edificações religiosas nessa revista poderia representar para os leitores que a leem, a importância que esse assunto poderia ter para o corpo editorial que a produziu, porque: “As capas também se reportam ao conteúdo da revista, apresentando-o ao leitor [...] Outras vezes as capas homenageiam professores ou dão destaque a determinados prédios religiosos e locais do Estado” (Fraga, 2013, p. 77).

No estudo do periódico, a autora alega que havia o discurso em prol da educação pública e laica de responsabilidade do Estado republicano, porém vinculada aos princípios educativos do catolicismo cristalizados no tripé civilidade, moralidade e religião. Esse tripé também aparecia no seio das escolas republicanas como a Escola Complementar/Normal de Porto Alegre, que mantinha dentro dela imagens sacras e de locais religiosos (Fraga, 2013).

Desta maneira viu-se que esses elementos materiais e simbólicos representavam a força da religião dentro das escolas. Com base em Fraga (2013) ficou claro que esses

elementos simbólicos apareciam tanto no território da imprensa pública, quanto no território das escolas públicas. Sendo assim, ressalta-se que embora a Primeira República se dissesse laica, na prática ela ainda estava permeada pela materialidade dos símbolos do catolicismo, revelando que este ideário religioso ainda se mantinha vivo nas concepções educacionais praticadas dentro das escolas do Estado, e por isso, ele ainda era defendido pelos produtores de alguns periódicos da imprensa pública gaúcha conforme já salientado também sobre a *Revista do Ensino* (RS), e provavelmente deve ter aparecido nas revistas públicas de outros estados.

Até aqui, esta pesquisa tentou apresentar uma breve perspectiva histórica de como os católicos utilizaram a imprensa católica no Brasil para divulgar seus princípios religiosos visando atingir os professores.

As primeiras revistas a surgirem em Minas Gerais serão abordadas no próximo item do trabalho, nelas sim, pode-se inferir uma maior possibilidade de publicações pedagógicas de sentido religioso católico. Isto é plausível, à medida que se compreende que este estado era conservador da tradição religiosa, onde Igreja e Estado estabeleceram uma colaboração mútua, com alianças sucessivas junto aos governantes estaduais mineiros, que atendiam aos interesses católicos (Coelho, 2021a).

Essa colaboração teve consequências que reverberaram na educação e na imprensa, como se verá mais detalhadamente no 3º capítulo. Sendo a *Revista do Ensino* (MG) justamente produzida nesse contexto de alianças, servindo como suporte material para veiculação desse ideário religioso na escola pública.

1.3 As precursoras revistas de educação e ensino em Minas Gerais

É importante reiterar que no Brasil a imprensa pedagógica havia sido implantada nos idos de 1872, sendo as primeiras revistas pedagógicas brasileiras a *Revista da Instrução Pública* (1854-1861) da Bahia, *A Instrução Pública* (1872-1875) do Rio de Janeiro e a *Instrução Publica* (1872-1889) de São Paulo, Províncias pioneiras na criação deste gênero editorial aqui abordado.

Mas, antes de adentrar ao debate das pioneiras em Minas Gerais, falar-se-á do surgimento da imprensa, porque nesse lugar “a imprensa foi um pilar para a política, comércio e cultura no centro de gravidade do estado, em nível local” (Wirth, 1982, p. 131). Segundo o autor, nas primeiras décadas do século XX, Minas chegou a ocupar o

segundo lugar na publicação de periódicos do Brasil, o primeiro lugar era ocupado por São Paulo, e o terceiro pelo Rio de Janeiro. A imprensa mineira começou em 1823, em Ouro Preto (a então capital), com o jornal *O Compilador Mineiro*.

Reconheceu-se que a história da imprensa daí se fez intimamente relacionada à história da instrução pública, semelhantemente ao que estava ocorrendo no restante do país nas Províncias mais populosas, quando o crescimento da imprensa avançava à medida em que se delineava a expansão inicial da escolarização primária.

Quanto a esse processo de consolidação dessa escolarização, reitera-se que o Ato Adicional de 1834 desresponsabilizou o Estado de organizar a educação e conferiu às Províncias o poder de legislar sobre a instrução pública primária e secundária.

Sobre este assunto Faria Filho (2001) salienta que precisamente em 1835, no tocante à história da educação mineira e brasileira dessa época, havia uma expressiva “luta política por afirmar a importância da instrução pública no processo de consolidação do estado nacional e na expansão entre nós, do ideário civilizatório e cientificista do século XIX” (Faria Filho, 2001, p. 137), sendo por meio da imprensa que o Iluminismo apregoava a civilização do povo por intermédio da instrução pública.

No dizer de Faria Filho (2001), parte do contexto histórico educacional mineiro era veiculada pela imprensa, ao examiná-la, ele tentou entender como a educação era vista pelo olhar da elite. No jornal mineiro *O Universal* criado em 1835, o autor notou que a notícia do momento envolvia a grande importância conferida ao processo de expansão da instrução pública, ou primeiras letras, que estava sendo preparada pelas autoridades para ser ofertada ao maior número possível de pessoas das classes desfavorecidas. Nesse jornal, a instrução pública mineira e brasileira eram vistas “como única forma de construir uma nação civilizada”, no entanto, “não era consensual, entre os grupos dominantes, a defesa da escolarização” (Faria Filho, 2001, p. 137). E essa discordância se dava porque, de um lado alguns da elite pensavam que a instrução era proveitosa para manter a ordem, e por outro lado, alguns acreditavam que ela representava um perigo por querer aumentar o número de pessoas instruídas.

Este contexto de polêmica demonstra a disposição das autoridades políticas em ampliar a instrução pública mineira, apesar desses embates. Mas, reitera-se que o processo de ampliação da escolarização (ainda que tímido) estava se desenvolvendo de forma paralela à implantação e consolidação da imprensa mineira.

Imprensa e escola tampouco disputam espaços; constituíam alianças. Em outras palavras, pode-se perceber os jornais tomando para si a responsabilidade no desenvolvimento da instrução pública, irradiando discussões em torno dessa nascente instituição, seus rituais e conjugando-os ao seu discurso reformador, civilizador, modernizador (Jinzenj, 2012, p. 157-158).

Há que se acrescentar que os pressupostos iluministas como modernidade e civilidade por intermédio da educação, também fizeram parte desta conjuntura histórica mineira do final do século XIX e início do século XX. Sobre isso, Borges (2006, p. 10) atesta que as diversas reformas realizadas pelos iluministas mineiros mesclavam “o humanismo herdado do velho mundo com certos aspectos da ciência moderna”. Estes homens consideravam a imprensa “como um dos principais difusores das luzes pela sociedade, além de representar um instrumento de suporte para a melhoria da instrução pública” (Jinzenj, 2012, p. 156), assim as escolas funcionariam como “a via principal para se sair do atraso e atingir o progresso, a modernização, a inserção no mundo civilizado” (Borges, 2006, p. 13).

Assim sendo, compreendeu-se que a configuração histórica dos primeiros periódicos educacionais do Brasil, neste trabalho debatida, também estava se repetindo em Minas Gerais. Eles serviam para a divulgação de assuntos da instrução pública primária aos educadores e demais pessoas que soubessem ler.

Nesse tempo, a figura de José Pedro Xavier da Veiga também foi expressiva, enquanto precursor do jornalismo mineiro e autor do livro *Imprensa em Minas Gerais 1807-1897* (Veiga, 1898), que marcou a história da gênese da imprensa periódica mineira. Ao localizar o livro na Hemeroteca Digital, informações valiosas foram extraídas dele. Destaca-se que este homem também fundou o Arquivo Público Mineiro em 1895 e foi o seu primeiro diretor, e em 1896 criou a *Revista do Arquivo Público Mineiro*²⁵. Mas essa publicação em especial, assim como tantas outras da época, versava sobre temas diversificados, como é caso das revistas culturais²⁶, acadêmicas, literárias, de

²⁵ A *Revista do Arquivo Público Mineiro* (1896-2015), de Ouro Preto/MG, divulgava acontecimentos históricos de Minas Gerais, contém transcrições de documentos do período colonial, memórias, biografias e histórias municipais, bastante longa com 119 anos de produção pela Imprensa Oficial de Minas Gerais.

²⁶ Um exemplo é a *Revista* (1925-1926) fundada por Carlos Drummond de Andrade, criada em Belo Horizonte/MG, teve apenas 3 números. Com a Typografia do Diário de Minas, era modernista, e divulgava as novidades culturais da época, como a *Semana de Arte Moderna* em 1922 (Biccas, 2008).

generalidades, ou de variedades²⁷, ou de instituições beneficentes²⁸, por isso, tais periódicos não foram colocados no quadro abaixo por não se tratarem de impressos educacionais.

A partir da década de 1880 começaram a surgir as primeiras revistas pedagógicas propriamente ditas. Observa-se uma movimentação histórica, em nível nacional e também estadual, se produzir em maior número as propaladas revistas pedagógicas de formação docente. No entanto, observou-se que em Minas Gerais esse movimento foi um pouco diferente, onde as que mais assumiram esse compromisso pedagógico no estado foram as *Revista(s) do Ensino* (1886-1889) e (1925-1971) e a *Revista Educando* (1940-1946) propriamente. As demais, vez por outra, abordavam sobre assuntos de pedagogia, além de outros temas diversificados (Biccas, 2008).

Apresenta-se agora o levantamento das primeiras revistas mineiras com assuntos pedagógicos. Este tópico de discussão exigiu bastante esforço, porque há uma escassez de trabalhos acadêmicos que abordam especificamente sobre isso, funcionando como um verdadeiro quebra-cabeça para a pesquisadora montá-lo. O quadro abaixo foi elaborado com base nas fontes históricas de Veiga (1898) e Silveira (1926) do livro *Minas Gerais em 1925*, e na pesquisa feita por Martins Filho (2014) chamada *Livraria Mineira: catálogo da notável e preciosa biblioteca mineiriana do Instituto Cultural Amílcar Martins*, além de consultas ao portal da Hemeroteca Digital e aos estudos citados abaixo do quadro.

QUADRO 10 - Primeiras revistas mineiras com assuntos educacionais

Nome	Ciclo de vida	Cidade/Estado	Outras informações
<i>Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto</i>	1881-1885 1902-1947 1956-1961	Ouro Preto/MG	Revista educacional sobre mineralogia, geologia, topografia, metalurgia, física, química, matemática, mecânica, e contava como andavam as explorações das minas no Brasil. Se diferenciava dos jornais e revistas da época, pois, a diagramação dela seguia a dos livros, pelo caráter formal e acadêmico da escola que a editava. Desde o primeiro número já publicava lições de química, matemática,

²⁷ 2 revistas de variedades de iniciativa privada, em Belo Horizonte foram a *Revista Forense* (1920-?), produzida pelo Dr. Mendes Pimentel e a *Revista da Academia Mineira de Letras*, produzida pelo órgão dessa associação literária. Algumas outras revistas de artes e letras famosas eram: a *Risos e Sorrisos* (1920-?), produzida por A. Dumanoir; e a *Voce Latina* (1920-?) (Silveira, 1926). Martins Filho (2014) relata que nas obras literárias e históricas de Minas Gerais que existiram dezenas de revistas de variedades durante os séculos XIX e XX.

²⁸ A *Revista da Associação Beneficente Typographica* (1911-1925) é um exemplo, ela era produzida em Belo Horizonte/MG pela referida Associação e saía em edições comemorativas para noticiar as obras sociais desenvolvidas, seus aniversários e outros informes.

			geologia e demais assuntos, lições com a apresentação dos conteúdos, cálculos e experimentos, conceituações, informes, etc.
<i>Revista do Ensino</i>	1886-1889	Ouro Preto/MG	Revista educacional, dirigida pelo professor Alcides Catão (setembro de 1886 a julho de 1889), de periodicidade quinzenal, com algumas oscilações. (privada)
<i>A Escola</i>	1920-1921	Uberlândia/MG	Revista que tratava de instrução, lavoura, comércio, indústria, ciências, artes, etc. Teve 9 números. Antes de ser revista, era um tabloide fundado em 1908. Dirigida por Honório Guimarães, professor, era impressa na Tipografia Guimarães em Ribeirão Preto/SP, mas, a sua sede ficava em Uberlândia atual Uberlândia-MG. (privada)
<i>Revista do Ensino (MG)</i>	1925-1940 1946-1971	Belo Horizonte/MG	Diretoria de Instrução Pública / Inspeção de Instrução Pública / Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de Minas Gerais.
<i>Revista Phoenix</i>	1928-?	Belo Horizonte/MG	Revista de letras, artes, humorismo, educação, esportes, mudanismo, etc. Órgão da Academia do Comércio de Belo Horizonte (privada).
<i>Revista – Asas</i>	1933-1938	Belo Horizonte/MG	Revista de literatura, pedagogia e variedades. Órgão do Grêmio Literário-Pedagógico da Escola Normal.
<i>Revista Educando</i>	1940-1946	Belo Horizonte/MG	Revista educacional (orientação técnico pedagógica). Órgão da Associação dos Professores Primários de Minas Gerais (Arquivo Público Mineiro). Teve 39 exemplares, de fevereiro de 1940 até o primeiro semestre de 1946.

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa, e de Brasil (2014), Martins Filho (2014), Warde (2021), Biccias (2008), Catani (1996), Silveira (1926) e Araújo (2002).

Com base nas anotações de Veiga (1898) acredita-se que a pioneira provavelmente tenha sido a *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto* (1881-1961), produzida pela Escola de Minas de Ouro Preto²⁹, encontrada na Hemeroteca Digital. Em Brasil (2014) descobriu-se que os estudantes e o diretor dessa escola eram os próprios articulistas dela, e as publicações envolviam lições de conteúdos científicos úteis nas aulas de professores. Essa revista pedagógica portava “notícias e programas de ensino da Escola de Minas” e trazia “artigos, estudos, leis e disposições oficiais, relatos, experiências, estatísticas, textos transcritos de outras publicações, gráficos, gravuras, mapas e plantas relativos às áreas de pesquisa da escola” (Brasil, 2014, p. 1).

O quadro anterior expõe em 2º lugar a *Revista do Ensino* (1886-1889) encontrada na Hemeroteca Digital. Ela foi uma revista pedagógica particular que alcançou uma certa expressividade social e editorial, já que conseguiu sobreviver durante 4 anos, produzindo

²⁹ A Escola de Minas de Ouro Preto fora organizada e dirigida por Claude Henri Gorceix, idealizada por Dom Pedro II, foi a primeira escola no Brasil a realizar estudos geológicos, mineralógicos e metalúrgicos, e a valorizar o trabalho de campo, criada em 1876, ela decidira inovar pedagogicamente tornando-se contra ao ensino livresco, dedicado à leitura de textos, privilegiando nela as aulas práticas (Brasil, 2014).

com êxito 24 números, o que é muito, considerando-se o alto custo envolvido e a receita vir unicamente de assinaturas e anúncios. A redação e a direção ficavam a cargo do seu proprietário Alcides Catão da Rocha Medrado, professor do Liceu Mineiro. As irregularidades na periodicidade aconteciam devido ao custeio particular das impressões, que mesmo contando com a tipografia do jornal *O Liberal Mineiro*, uma gráfica particular, ainda assim existia uma “indisponibilidade de artigos para publicação, uma vez que os colaboradores atuavam sem recebimentos” (Assis, 2021, p. 394).

Na leitura dos números acessados digitalmente é perceptível que a *Revista do Ensino* (1886-1889) tinha um caráter pedagógico, pois abordava basicamente sobre assuntos ligados à instrução pública. Emitia orientações aos professores e educadores em geral, e informava-os sobre as notícias educacionais do momento.

Nessa revista de Alcides Catão veicula-se o mesmo debate recorrente na imprensa pedagógica do Império: notícias sobre instrução pública e discursos de professores primários reclamando das péssimas condições de trabalho existentes nas escolas primárias onde lecionavam.

O criador da revista *A Instrução Pública* (1872-1875), professor Alambary da Escola Normal da Corte no Rio de Janeiro, também publicava constantemente sobre este mesmo assunto, e ele foi mencionado nesta *Revista do Ensino* de Alcides Catão (1886-1889), que reiterava a realidade precária das escolas das Províncias e até das da Capital, reprovando os programas do ensino primário:

Antes do mais cumpre nos confessar e com a maior franqueza, que os programas organizados para esta exposição, quer pelo senhor doutor Alamberry Luz, quer pelos professores das escolas públicas não estão de harmonia com o verdadeiro estado da instrução primária, tanto da Corte como das Províncias. Sejam sinceros, reconheçamos publicamente que a instrução primária entre nós não se acha em atraso, pelo menos encontra-se em um estacionamento deplorável vizinho de próximo e grandes descalabro [...] (Catão, 1889, p. 6).

Uma importantíssima questão a ser ressaltada aqui é a interligação entre as primeiras revistas pedagógicas do Império. Reconheceu-se que tanto *A Instrução Pública* (RJ) (1872-1875), quanto a *Revista do Ensino* (1886-1889) divulgavam o imaginário social e coletivo da figura do professor primário como sacerdote. Nesta, um professor foi chamado de ilustre sacerdote do ensino, ele atuava num Jardim de infância³⁰ educando

³⁰ Jardins de Infância eram instituições que acolhiam as crianças pequenas durante os 3 anos que antecediam a entrada delas nos grupos escolares onde “se ministravam lições permanentes de ensino intuitivo e

crianças pequenas juntamente com sua esposa professora, realizando, na ótica do periódico, um trabalho pedagógico excelente, como se lê abaixo:

Repetimos, o Jardim de Infância dessa senhora [d. Maria de Andrade], estabelecido no Cattete, é o único que na Côrte merece esse nome. O dr. Menezes Vieira, depois que este *illustre sacerdote do ensino* e sua digna esposa se retiraram do estabelecimento, degenerou completamente; é hoje um colégio para primeira infância, mui habilmente dirigido, mas não se pode mais considerar como Jardim de Infância [sic] (Catão, 1889, p. 6, grifos meus).

Essa alusão à figura do sacerdote pretendia construir, por um lado, a imagem social dos professores como trabalhadores honrosos, dignos e indispensáveis para formação da sociedade; mas, por outro lado, essa imagem docente forjada no imaginário dos leitores da revista de Alcides Catão, também estava associada ao ministério da missão religiosa feita por vocação, sensibilizando os professores a abnegarem-se e sacrificarem-se em todos os sentidos pelo magistério, sobretudo no que se refere à má remuneração.

Observa-se na verdade, que essa representação docente de sacerdote construída nessa revista estava apenas reproduzindo o modo como a sociedade mineira (tradicionalmente católica que era) enxergava o trabalho docente com as crianças pequenas. Por isso, cabe lembrar as explicações de Kreutz, Kuiava e Nodari (2011) que indicam que esse ideário começara na Idade Média desde a Europa, e também as elucidações de Schueler (2005), de que no Brasil esse tipo de representação coletiva teve, de fato, sua origem no discurso católico, desde a chegada dos padres jesuítas, e anos mais tarde durante o Império já se referia aos padres como sacerdotes, tanto pelo desempenho do ministério religioso, quanto pelo exercício do magistério primário.

Examinou-se que na *Revista do Ensino* (1886-1889) apareceram textos fundamentados no ideário católico. A reprodução desse discurso histórico foi novamente encontrada numa poesia, onde os mestres são claramente chamados de sacerdotes. Nela se defende que na educação das crianças, a luz que faltava seria dada pela religião, em meio a um jogo de palavras que tenta vincular o trabalho docente aos elementos simbólicos do catolicismo (catedral e hóstia):

Voz, que busca acenda da esperança ponto, entrai., aqui a mundos luminosos no céu, que a mão, por mais pequena, alcança (...) Da cidade moderna é luz o monte, que na porta da entrada arde e flammeja!

estimulavam sua inteligência, tornando-as assim mais habilitadas a receberem os ensinamentos mais amplos ensinados pelos professores dos grupos escolares” (Biccas, 2008, p. 40).

Entrae! *A escola é cathedral, egreja. Hóstia - a sciencia - O Mestre – Sacerdote* [sic] (Delfino, 1889, p. 9).

Estes fragmentos encontrados nessa revista de Alcides Catão foram expostos para demonstrar que o ideário católico incidia sobre a imprensa de Minas Gerais, um espaço com discursos formatados pela Igreja Católica desde os tempos imperiais. Segundo Coelho (2021a), clérigos mineiros e católicos leigos se lançavam há tempos na política e na educação, sem contar as diversas incursões do papado romano por aqui, explicitadas nessa dissertação, que também manifestavam sua catolicidade no campo da imprensa. Considerando a influência dos princípios religiosos católicos na sociedade mineira, pode-se notar o seu aparecimento desde a gênese da imprensa da Província de Minas Gerais:

[...] desde 1889, a imprensa periódica [...] da nova orientação jornalística, em Minas-Geraes, [...] franca e efflcazmente instituída pela Constituição do Estado (promulgada a 15 de Junho de 1891) [...] achando-se simultaneamente tutelados pelo Governo e pela Assembléa Legislativa Provincial [...] [se preocupa com [...] os interesses e melhoramentos moraes das respectivas zonas e do Estado em geral, interesses e *melhoramentos ligados á educação e ensino do povo, á religião, á policia, ás instituições de beneficencia e caridade, e a assumptos idênticos ou co-relatos, que [...] traduzem as mais accentuadas aspirações dos espiritos superiores, as mais legitimas necessidades sociaes* [sic] (Veiga, 1898, p. 89, grifos meus).

No trecho acima, Veiga (1898) ressalta seu desejo pessoal de ver o ensino mineiro melhorar por meio da moral e da religião católica, alvos das aspirações dessa sociedade. Aí, fica evidente a presença do catolicismo no direcionamento da instrução pública de Minas Gerais, cujos sentimentos do editor e jornalista José Veiga, que escreve em nome da imprensa oficial, parecem expressar os sentimentos da maioria dos cidadãos mineiros. No texto abaixo ele defende a necessidade da doutrinação cristã católica na educação, para civilizar as classes menos favorecidas economicamente na escola pública:

Oxalá todos os honrados jornalistas mineiros encaminhem sempre o melhor de seus esforços por essa *rota civilisadora e christã*, — doutrinando com perseverança e paciência as classes illetradas, as mais numerosas e desfavorecidas, e, do mesmo modo, reclamando para aquelles altos interesses as providencias possíveis dos poderes publicos [...] [sic] (Veiga, 1898, p. 89, grifos meus).

Ao contrário do ideário iluminista deste período que também pretendia a civilização do povo por meio da educação, o ideário cristão católico ensejava a civilidade por meio da reafirmação da religião no seio da sociedade, por meio da imprensa e da educação, como se lê acima.

Ademais, Wirth (1982) mostra que a imprensa religiosa em Minas Gerais (essencialmente católica) ocupava o primeiro lugar entre as publicações de interesse especializado, e em segundo lugar vinham os jornais de literatura e humor. Mas, existiram algumas revistas católicas³¹ que se especializaram em educação social e familiar. Deste jeito, não se pode ignorar a imprensa católica e nem a presença desse ideário religioso veiculado pelos periódicos mineiros desse tempo, que portavam enunciados pedagógicos catequéticos.

Além desses aspectos, importa explicitar que, na conjuntura histórica desse momento, a Constituição Federal de 1891 havia decretado a separação entre a Igreja Católica e o Estado. Porém, a igreja buscava restaurar sua influência sobre a brasileira como um todo, na política, na sociedade e na educação. Todavia, com a sociedade mineira as relações entre igreja não precisavam de restauração, mas sim de manutenção.

Essa sociedade rejeitou veementemente a Constituição de 1891 por causa da sua catolicidade histórica, onde a igreja contava com o apoio da maioria da população, ainda bastante arraigada ao Catolicismo (Matos, 1990; Vidal e Faria Filho, 2002; 2005). Os políticos mineiros, na maioria católicos, reagiram contra a Constituição de 1891, por meio do Congresso Constituinte de Minas Gerais, que no dia 15 de junho de 1891, promulgou a chamada Constituição Mineira “em nome de Deus Todo Poderoso”, essencialmente contra a laicidade e a favor da religião católica. E assim, pode-se dizer que aí foram bem sucedidas as ações da igreja contra o Estado laico, para a manutenção de sua influência sobre os sucessivos governos mineiros, tentando perpetuar sua posição de influência política, onde as ações no campo da educação e da imprensa produziram resultados significativos (Coelho, 2021a).

Esses governantes, desde a década de 1890, pretendiam ampliar a escolarização primária, entretanto, suas ações na prática apoiavam muito mais as instituições confessionais privadas, a maioria católicas, que superavam em número as poucas escolas públicas oficiais (Borges, 2006).

Desta forma, demonstrou-se que a Província de Minas Gerais era conservadora da tradição católica no campo da educação, da imprensa e da política.

³¹ Algumas revistas católicas mineiras especializadas em educação são: *O Lar Catholico* (1891-1957) localizada na Hemeroteca Digital, produzida em Juiz de Fora/MG, de caráter educativo, embora não voltada para a docência, versava sobre instrução e educação familiar, alcançando 66 anos de existência (Silveira, 1926); e a *Revista Mariana* (1941-?) mencionada por Biccás (2008), produzida em Mariana/MG, uma revista literária, recreativa, social, missionária e pedagógica a cargo do Centro Apostólico da cidade.

O ano de 1889 marca a extinção da revista de Alcides Catão, e marca também a ruptura política com o regime imperial brasileiro, com a inauguração do regime republicano. Daí se depreende que essa descontinuidade editorial tenha se dado em decorrência dessa mudança política. Já que logo em seguida, Minas Gerais se alinharia com os princípios da Reforma de Afonso Penna de 1892, que também criaria a *Revista do Ensino* (MG), um impresso oficial do governo, de produtividade e alcance assegurados, não sendo talvez possível a continuação dessa linha editorial particular por tais motivos.

No que se refere à manutenção do nome *Revista do Ensino* usado inicialmente pelo periódico do Alcides Catão, cabe pensar que a escolha por aproveitá-lo pode ter se dado pelo relativo sucesso do periódico. Mas, não se restringe apenas ao alcance obtido por essa publicação anterior, de propriedade particular, porque esta não chegava a todas as regiões do território mineiro, apesar de tratar de assuntos de educação e ensino de forma pioneira. Acredita-se que a reutilização desse nome se deva ao contexto histórico do período, que vivia a efervescente criação de impressos educacionais.

Conforme Faria Filho (2001), dar nomes a periódicos ligados ao ensino era uma prática recorrente nos demais impressos imperiais que debatiam sobre a instrução pública primária constantemente. E como já fora exposto nessa pesquisa, essa nomenclatura fazia parte das mobilizações estaduais pelo país dos governantes interessados em produzirem suas próprias revistas pedagógicas oficiais de formação e orientação docente por causa do seu baixo custo, já que nessa conjuntura histórica a primeira *Revista do Ensino*, criada com esse nome, nascera em 1883, no Rio de Janeiro.

Em Minas Gerais permaneceram o nome e os objetivos estritamente pedagógicos da revista de Alcides Catão, que coincidem com a extinção dessa publicação de iniciativa particular em 1886. Nascia agora, por conta da Reforma educacional Afonso Penna, uma nova revista educacional pública em 1892 e de propriedade oficial do Estado.

Considerando as outras revistas em circulação entre (1920-1940), sabe-se que elas somavam um pequeno número. A maioria delas pertencia à iniciativa privada, e eram bem poucas as revistas de pedagogia (Biccas, 2006, 2008). No quadro apresentado neste item, e nas outras revistas listadas em notas de rodapé, analisou-se que elas possuíam ciclos de vida muito breves, algumas chegavam a circular só por poucos meses, outras nem se sabe quando desapareceram.

Ao contrário da *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto* (1881-1861), da *Revista do Ensino* (1886-1889), d' *A Escola* (1920-1921), da *Revista Phoenix* (1928-?),

da *Revista – Asas* (1933-1938) e da *Revista Educando* (1940-1946), todas privadas, o único periódico oficial era *Revista do Ensino* (MG) (1925-1971).

Além disso, excetuando a *Revista do Ensino* de Alcides Catão, a *Revista do Ensino* (MG) e a *Revista Educando*, todas especializadas em educação, observou-se que todas as outras abordavam sobre assuntos variados. Ou seja, ao mesmo tempo em que tratavam de pedagogia, elas tratavam de outros assuntos, e isto não favorecia aqueles leitores que procuravam apenas por assuntos educacionais e buscavam informações para atuarem em sala de aula, como era o caso das professoras e professores primários, secundários e os/as normalistas.

No entanto, a *Revista do Ensino* (MG) se diferenciou dentre todas as demais revistas pedagógicas mineiras por causa da sua especificidade, além de tratar somente de educação, ela era produzida pelo governo estadual, que assegurava a manutenção da sua produtividade no período (1925-1940), quando nenhuma outra revista pedagógica conseguiu competir por tanto tempo com essa publicação da Imprensa Oficial do Estado. Assim, ela se sobrepôs a todos os demais impressos e revistas a ela contemporâneos, para oferecer, em primeira mão, formação docente oficial e atualizada em suas páginas. (Assis, 2019; 2021; Biccás, 2008).

De março de 1925 até o bimestre maio/junho de 1940 foi produzida a sua primeira fase de circulação. Interrompida em 1940, ela só foi retomada depois de 5 anos e meio mais tarde, no bimestre janeiro/fevereiro de 1946, que inaugurou a sua segunda fase, editada de janeiro/fevereiro de 1946 até janeiro/julho de 1971, quando foi totalmente extinta.

Nesse período de 5 anos e meio, de quando a *Revista do Ensino* (MG) foi interrompida por causa da Segunda Grande Guerra Mundial, surgiu no estado a *Revista Educando* (1940-1946). Segundo Biccás (2008), essa era uma publicação privada de professores primários associados, que foi desenvolvida justamente para suprir a lacuna deixada pela revista pedagógica oficial. Mas, quando esta foi novamente reativada pela imprensa oficial em 1946, a *Revista Educando* foi imediatamente extinta em fevereiro deste mesmo ano, já que não conseguiria apresentar forte concorrência com a imprensa do Estado.

Adiante segue a história do surgimento desse impresso educacional oficial mineiro de formação docente tão longo (1925-1971) e fonte histórica primária da pesquisa.

1.4 A criação da *Revista do Ensino* (MG) em 1892 e o seu ressurgimento em 1925

Examinou-se que todas as dissertações que já pesquisaram essa revista como fonte primária antes dessa pesquisa, como Michel Júnior (2020), Santos (2019), Silva (2018), Rodrigues (2018), Caputo (2017), Reis (2016), Dias (2013), Guimarães (2011a), Faria (2009), Souza (2001) e Borges (1993) abordam bem superficialmente sobre o surgimento da revista, alguns estão restritos ao ano da criação dela, e a lei que a fundou. Só as teses de Britto (2020), Assis (2019) e livros e capítulos como Assis (2019, 2020, 2021) e Biccás (2002, 2008), que expõem informações mais detalhadas sobre o contexto de surgimento dela. E além desses dados, aqui se pretende trabalhar com dados inéditos.

Considerando que o governo de Minas Gerais, nos anos finais do Império e início da República, precisava aumentar as escolas públicas primárias para o melhoramento da educação, seria necessário reorganizar a formação do docente de maneira mais efetiva. E por isso foram feitas reformas educacionais para o atendimento dessas demandas, ao menos é o que consta na letra da lei, mas, na prática, nem sempre elas se realizavam.

O ideal seria que os professores pudessem se preparar nas Escolas Normais para o exercício do magistério, no entanto, os professores que possuíam o título de normalista eram pouquíssimos. Não existiam Escolas Normais suficientes, por isso a maioria dos mestres era leiga (formada em meio à prática em sala de aula). E estes que já atuavam na profissão “estavam acostumados ao ritmo das escolas isoladas ou domésticas provenientes do império. Fazia-se urgente ‘romper’ com o passado dos tempos imperiais rumo ao dito ‘glorioso e moderno’ futuro republicano” (Assis, 2021, p. 387).

Deste modo, a pretensão de alguns políticos era uniformizar a docência e institucionalizar os chamados grupos escolares, monumentos majestosos e idealizados como os mais adequados para o desenvolvimento da escolarização primária (Assis, 2019, 2021). E essa movimentação em torno da construção destes prédios imponentes, da criação de novas Escolas Normais, bem como as notícias das reformas de ensino apareciam nas páginas das *Revista(s) do Ensino* (1886-1889) e (1925-1971).

O então Presidente da Província de Minas Gerais Afonso Augusto Moreira Penna³² era conselheiro de Estado em 1888, e fora convidado para compor a comissão da

³² Afonso Penna, nascido em Santa Bárbara-MG, foi um político influente. Além da sua postura católica na política, ele “Empenhou-se na construção da nova capital [...] na fundação da Faculdade de Direito de Minas” (Viscardi, 2006, p. 1). Em 1899 foi senador estadual, em 1895 foi presidente do Banco do Brasil, o Banco da República, foi vice-presidente da República em 1903, e em 1906, tornou-se presidente da República com mandato até 1910 (Silveira, 1926).

reformulação do Código Civil Brasileiro, comissão esta que foi desfeita em meio ao golpe militar que implantou a República no Brasil em 15 de novembro de 1889. E, logo após esta mudança do regime político do país, ele continuou no cenário político e tornou-se Presidente do Estado de Minas Gerais, de 1892 a 1894. Ele reformou o ensino público daqui criando novos grupos escolares nas cidades do interior (Viscardi, 2016).

Ao promulgar a Lei nº 41, de 03 de agosto de 1892, Afonso Penna realizou a primeira reforma educacional mineira na República, juntamente com o seu Secretário de Interior Francisco Silvano de Almeida Brandão. Essa legislação implantava mudanças nas Escolas Normais, como a ampliação do número de cadeiras, ou disciplinas que seriam cursadas pelos professores, e pretendia que estas escolas de formação aumentassem, bem como a qualidade do ensino oferecido (Minas Gerais, 1892).

A criação da *Revista do Ensino* (MG) foi anunciada por essa Lei no título VI, artigo 325, que deveria ser uma publicação técnica sobre a instrução pública, um instrumento jurídico-administrativo, que servia para informação, manifestação e defesa pública dos profissionais da educação, conforme o parágrafo 18 do artigo 27 da Lei (Minas Gerais, 1892). O fragmento abaixo consta no artigo 190, mas, é comentado por Mourão (1962) que explica resumidamente as funções do periódico nesse tempo:

[...] além de reproduzir todos os atos oficiais referentes à instrução e de “vulgarizar o conhecimento dos processos pedagógicos mais modernos e aperfeiçoados”, serviria para a publicação da defesa de funcionários e professores condenados disciplinarmente e ainda para se justificarem os candidatos “reprovados ou prejudicados na classificação das provas em concurso”! (Mourão, 1962, p. 35).

Em 1893, a assinatura seria obrigatória para todos os professores e funcionários da instrução pública, mas, contraditoriamente para as autoridades inspetoras do ensino, justamente composta pelos profissionais que eram bem mais remunerados que os professores, ela seria enviada gratuitamente. A impressão e a administração econômica da revista seriam tarefas da Imprensa Oficial do Estado, que a produziria mensalmente ou a cada 15 dias. Os colaboradores deveriam ser os próprios professores públicos do Estado, com redação e revisão a cargo de um professor do *Gymnasio* da Escola Normal ou da de *Pharmacia* da Capital previamente escolhido (Minas Gerais, 1892).

Essa lei previa que a produção deveria ser encetada em janeiro de 1893. Contudo, na prática ela não obteve êxito. Ressalta-se que os 3 números iniciais dela foram descontinuados. Aliás, estes 3 exemplares estão desaparecidos. Não foram localizados

nem no *site* do Arquivo Público Mineiro e nem por nenhum dos pesquisadores citados na introdução da pesquisa.

No que se refere ao contexto histórico da formação de professores na Província Mineira, em leitura da Lei nº 41/1892, na Reforma Afonso Penna, observa-se a intenção do poder público em aprovar um programa de ensino para as Escolas Normais, bem como em organizar o regimento interno e os programas das escolas primárias (Minas Gerais, 1892). Esta gestão, de fato, até abriu novas escolas primárias e novas Escolas Normais nas cidades de interior para a formação de normalistas, mas ainda eram poucas, considerando a dimensão do território mineiro.

Neste tempo, erigia-se na República a monumentalização dos Grupos Escolares, construídos geralmente nas capitais e em cidades mais populosas. São Paulo foi pioneiro ao criar, em 1893, esse modelo de escola primária (Assis, 2019; 2020; 2021). E em Minas Gerais, a Reforma João Pinheiro, em 1906, assumia compromisso com esse modelo escolar que pretendia reorganizar esse espaço, definindo métodos de ensino e novas mudanças na carreira do magistério primário (Britto, 2020).

Apesar disso, a criação dessa publicação oficial, em 1892, é um acontecimento marcante na história da imprensa educacional mineira, que marcou inclusive a história da formação docente no estado. O jornal *Minas Gerais*, que trazia assuntos desse tema também em suas páginas, inicialmente era o único impresso a circular em todo o território mineiro, e tinha uma tiragem de 4100 exemplares (Wirth, 1982). Ele foi criado em 1892, no mesmo ano da *Revista do Ensino* (MG), e ambos impressos estavam ligados. E, embora os 3 primeiros números dela, produzidos em 1893, tenham sido descontinuados e tenha ocorrido um intervalo de 32 anos até que ela fosse reativada em 1925.

Quando a produção foi reiniciada em 1925, os primeiros 10 números³³ dela que saíram, ainda estavam vinculados ao jornal *Minas Gerais*, impressos na forma de encartes anexados ao jornal. Como a distribuição dela vinculava-se a esse periódico oficial, compreendeu-se o porquê dessa revista conseguir chegar a todas as escolas mineiras.

Em 1920, Arthur Bernardes tentou retomar essa produção, mas não conseguiu reativá-la. Segundo Britto (2020), embora esse político, por meio da Lei 800 de setembro

³³ A partir de 1925, os primeiros 10 números da *Revista do Ensino* (MG) ainda eram vinculados ao jornal *Minas Gerais*, que eram impressos na forma de encartes anexados ao jornal. A partir do n. 11 (1926) ela tornou-se independente do jornal e passou a ser distribuída nas instituições públicas de ensino de maneira avulsa, sem vínculo com este outro impresso. Contudo, a revista continuou a chegar em todos os estabelecimentos de ensino oficiais, porque ela assim como o referido jornal, ambos eram produzidos pela Imprensa Oficial e tinham a sua produção e distribuição asseguradas (Biccas, 2008).

de 1920, propusesse a reorganização do ensino primário em Minas Gerais, a colaboração dos professores na revista (embora descontinuada) com o envio de redações e textos didáticos era considerada como um dos critérios de desempate nas seleções docentes para as escolas primárias.

Observando esse critério de seleção, percebeu-se que essa revista, ao longo de sua história editorial, sempre fez questão de contar com a participação dos professores primários e secundários em suas páginas. Aliás, esse é um traço editorial marcante desse impresso pedagógico, que estimulava a participação docente nele por meio de concursos, que visavam fortalecer a apropriação cultural e pedagógica dos conteúdos publicados por parte dos seus principais leitores: os docentes. Após vencerem os concursos, eles podiam publicar textos de opinião, aulas inteiras, planejamentos, projetos reais e autorais. E até mesmo aqueles que não ganhavam, talvez poderiam ler de igual forma esses conteúdos publicados, considerando o significativo engajamento docente causado por essa política editorial.

Considerando que na década de 1920 cerca de 79% da população era analfabeta, estes altos índices eram vistos como a causa de todos os males da sociedade brasileira e mineira (Assis, 2019; 2020; 2021). A gestão de Arthur Bernardes pretendia mudar esses índices, mas, quem conseguiu, de fato, implementar a próxima reforma educacional mineira foi o Presidente Mello Vianna.

Por meio do Decreto nº 6655, de 18 de agosto de 1924, esse novo governante promulgou o novo regulamento do ensino primário. Essa seria a nova reforma da instrução pública, a qual finalmente reativaria a *Revista do Ensino* (MG). No artigo 479 desse decreto foi instituído que a Diretoria da Instrução Pública seria a responsável por esta publicação, de periodicidade mensal (embora na prática, sua periodicidade tenha oscilado conforme se discutirá no 2º Capítulo da pesquisa), ela seria destinada a “orientar, estimular e informar os funcionários do ensino e os particulares interessados” (Minas Gerais, 1924, p. 1).

Percebeu-se em contato com a bibliografia consultada, assim como no olhar de Assis (2019; 2021), que quando se trata da Imprensa Oficial e dos demais periódicos da época, e do livro chamado *Minas Gerais em 1925* (fonte secundária), escrito por Silveira (1926), que não existe nenhuma alusão à existência da *Revista do Ensino* (1886-1889) de Alcides Catão, e que nem sequer também são mencionados aqueles 3 números iniciais da *Revista do Ensino* (MG) produzidos e extintos em 1893, na gestão de Afonso Penna.

Além disso, assim como Assis (2019), percebeu-se que estes 3 exemplares de 1893 foram também totalmente omitidos no interior dos números da *Revista do Ensino* (MG) lançados a partir de 1925 na gestão de Mello Vianna, que conseguiu reativá-la. Interpreta-se que este político pode ter decidido desconsiderar estas informações anteriores a 1925, porque ele queria taxar o ano de 1925 como o marco zero dessa publicação, situando esse ano como o ano da efetiva produção e plena circulação. Ou seja, ele invisibilizou essas outras edições históricas a fim de ser lembrado como o político que não só reativou essa revista, mas também aquele que fez dela a publicação oficial mais importante da história da imprensa pedagógica mineira, considerando-se o seu grande alcance e impacto na construção da docência nesse estado brasileiro.

Retomada a sua efetiva produção em março de 1925, a partir daí a distribuição dela seria feita nas seguintes instituições educativas:

[...] em 1925, a *Revista do Ensino* chegava a todas as 3.146 casas de ensino existentes nesse período: grupos escolares (196), escolas estaduais (1666), escolas municipais (579), escolas particulares (695), escolas infantis (3) e escolas mantidas pelo Governo Federal (7). Como a distribuição era feita para todas as escolas e grupos escolares estaduais, pelo menos 2.451 instituições e funcionários do ensino público tinham acesso direto e gratuito à Revista. As 695 escolas particulares também tiveram acesso à Revista da mesma forma que o público em geral, ou seja, comprando o *Jornal Minas Gerais* de maneira avulsa ou por meio de assinatura (Biccas, 2008, p. 86).

Na edição de número 1 (1925), a Diretoria da Instrução Pública responsável pela editoração dela estabeleceu as seguintes diretrizes:

A *Revista do Ensino* deverá constar: **1º** de uma parte doutrinária destinada a: **a)** dirigir o professorado público do Estado, harmonizando seus esforços; **b)** pô-los ao corrente da evolução do ensino primário em todos seus aspectos; **c)** publicar-lhes os trabalhos ou extratos destes, quando de evidente interesse didático; **2º** de uma parte noticiosa destinada a publicar: **a)** fatos e ocorrências locais, nacionais ou estrangeiras, que possam orientar os funcionários do ensino; **b)** dados estatísticos relativos à instrução; **c)** atos oficiais que interesse aos funcionários do ensino conhecer (*Revista do...*, 1925, p. 1).

Agora, nessa nova fase editorial inaugurada em 1925, a *Revista do Ensino* (MG) se tornaria técnica e pedagógica: técnica no sentido de noticiar todos os atos oficiais dos governos que a produziram, publicar textos relativos às reformas da educação aprovadas (Biccas, 2005); e pedagógica, no sentido de que ela se dedicava a tratar de assuntos didáticos, funcionando como um verdadeiro manual de como ensinar (Assis, 2019; 2021).

Desta forma, ela se distanciou totalmente do caráter técnico e burocrático que tinha quando fora criada.

Uma característica proeminente dela é o fato de, além do *Boletim Voz da Escola*³⁴, ela ter sido a única revista pedagógica produzida pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais em seu tempo.

Cabe acrescentar que em Minas Gerais, além das revistas citadas no último quadro, entre as décadas de 1920 e 1940, também circulavam outras revistas pedagógicas do Rio de Janeiro, de São Paulo e até de outros países da América Latina, América do Norte e da Europa (Biccas, 2008).

Porém, a revista oficial analisada era um impresso pedagógico destinado especificamente a tratar só de educação, destacando-se em seu tempo, por causa da formação docente atualizada que disponibilizava em suas páginas, além do fato de chegar gratuitamente nas instituições escolares de todo o território mineiro. E isso não acontecia com as demais revistas apresentadas aqui, já que a maioria delas era particular, conforme indicado no quadro passado.

Outro diferencial dela, em relação às demais revistas a ela contemporâneas, reside na forma como havia sido desenhada pelas reformas educacionais do seu tempo, que além de organizarem a formação de professores, também determinavam o seu *layout*, suas capas, e, sobretudo, os seus conteúdos. Pode-se dizer que desde a sua gênese, ela funcionou como um produto da Reforma Afonso Penna (1892), da Reforma Mello Vianna (1924) e da Reforma Francisco Campos (1927), muito propaladas em suas páginas e modificadoras dos rumos da educação mineira.

Cabe destacar ainda, que uma das suas principais marcas é o fato dela nunca ter mudado de nome. Este se manteve inalterado durante todo o período (1925-1940), e também depois durante o período (1946-1971). Ou seja, desde a sua gênese em 1892, até ser finalmente extinta em 1971, a Imprensa Oficial sempre utilizou o mesmo nome.

E em síntese, ao longo de toda a sua história, sobretudo, na história da sua primeira fase, a *Revista do Ensino* (MG) tornou-se uma das revistas pedagógicas mais expressivas de Minas Gerais, talvez até a mais importante do estado, dado o seu amplo alcance e o

³⁴ O *Boletim Voz da Escola* (1929-1929) era produzido pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte/MG, e editado pelo Órgão da Escola de Aperfeiçoamento para difundir as realizações dessa Escola Normal num só número de dezembro de 1929, baseado nos princípios da Escola Nova da Reforma Francisco Campos. Mas, como esse *Boletim* acabou representando uma concorrência à revista, porque também era produzido pela Imprensa Oficial, segundo Biccas (2008), ele foi rapidamente extinto por este motivo; e então toda a produção didática desenvolvida pelos/pelas professores (as) e normalistas da Escola de Aperfeiçoamento passaram a se concentrar apenas na revista oficial mineira.

fato de oferecer formação de professores gratuitamente, conseguindo por isso projetar-se historicamente como a mais influente do campo da formação docente no estado (Biccas, 2002; 2005; 2006; 2008).

Desta maneira, compreendeu-se que esse periódico oficial foi bastante relevante para a conformação do campo educacional mineiro e para a construção e representação da docência no imaginário social dos seus leitores.

E para terminar este primeiro capítulo, por último, é preciso pensar, em termos gerais, sobre a identidade religiosa dos produtores dessa revista educacional. Desde a dissertação de Coelho (2021a) foi percebido que os seus produtores se diziam católicos, mas isto não é de se estranhar, já que Minas Gerais historicamente sempre foi um estado bastante apegado à tradição religiosa cristã católica (Matos, 1990). Observou-se que desde o contexto da sua gênese eram visíveis as incursões católicas na história editorial dela. A década de 1890 estava permeada pela postura reacionária da Igreja Católica contrária à Constituição de 1891 (Araújo 1986; Azzi, 1977). Assim, reconheceu-se, portanto, que ela foi criada em 1892, pelas mãos de Afonso Pena, um político católico. Este homem posicionava-se como um fiel arraigado à religião e simpatizante da instituição monárquica. Ele compartilhava das ações reacionárias da Igreja Católica na política brasileira, e em nada se opôs à manutenção da catolicidade mineira, quando essa sociedade rejeitara a Constituição de 1891 na questão da laicidade (Viscardi, 2006).

Mello Vianna, o político que fez a reativação dessa revista educacional, era um político ainda mais comprometido com a religião católica na visão de Silveira (1926), que detalha vários atos religiosos e políticos na sociedade desse governante mineiro, além das relações amistosas que mantinha com os representantes da hierarquia católica mineira e com o papado romano. E tais relações fizeram é estreitarem-se ainda mais mesmo em tempos republicanos (Coelho, 2021a).

Em resumo, verificou-se que o bom relacionamento dos políticos mineiros com os representantes da Igreja Católica, marcou a construção do projeto editorial da revista em análise, desde a sua gênese até 1940, porque o ideário católico permeava a vida pessoal e pública dos seus produtores, e quem estava à frente dela eram homens que professavam a fé católica (Viscardi, 2006; Silveira, 1926). Os governantes citados a seguir, eram autoridades políticas e educacionais que defendiam princípios religiosos, e eles estabeleceram em seu tempo, simultaneamente, uma política de colaboração mútua com os interesses da religião no campo da educação, e isso afetou a produção desse artefato cultural. Criada por Afonso Penna, reativada por Mello Vianna, a revista passou

por Lúcio José dos Santos³⁵ (diretor de Instrução Pública que produzia o impresso), por Sandoval de Azevedo³⁶ (Secretário de Interior) e por Noraldino de Lima³⁷ (diretor da Imprensa Oficial). Na gestão de Antônio Carlos de Andrada³⁸ (1926-1930), ela passou pelas mãos do Secretário de Interior Francisco Campos³⁹, que implantou uma das maiores reformas educacionais do estado com o seu nome, juntamente com Mario Casasanta, Inspetor Geral da Instrução Pública. Na sequência, o periódico mineiro vivenciou a gestão de Olegário Maciel (1930-1933), que teve Guerino Casasanta⁴⁰ como Inspetor de Instrução Pública e Noraldino de Lima no cargo de Secretário da Educação e Saúde Pública, além de Manual Casasanta como Assistente Técnico de Ensino. Depois, a revista passou a ser produzida entre (1934-1940), no governo de Benedito Valadares⁴¹. Em geral, pode-se dizer que as boas relações com as autoridades eclesásticas católicas permaneceram, e o atendimento aos interesses católicos na educação pública e confessional feitos por esse e pelos outros governos anteriores continuaram (Coelho, 2021a).

Essa explicação permite o reconhecimento da influência do catolicismo na política, na imprensa e na educação mineira. Aliás, a publicação dos conteúdos

³⁵ Lúcio José dos Santos publicou trechos de sentido católico nas seguintes edições: número 1 (1925); número 2 (1925); número 3 (1925); número 18 (1926); e número 19 (1926). Ele foi escritor, professor de ciências, jornalista e um homem católico comprometido com essa religião, foi o diretor da Instrução Pública durante o governo Mello Vianna (1924-1926), e colaborou nesse impresso durante os seus primeiros quinze anos de existência (Biccas, 2008, p. 38).

³⁶ Sandoval Soares de Azevedo publicou um texto de sentido católico no número 23 (1926). Ele foi secretário de Interior na gestão Mello Vianna (1924-1926). Logo após, foi deputado federal até 1930. Em Biccas (2008) viu-se que ele contribuiu para a formação dos professores mineiros, participando da reforma educacional das Escolas Normais, promovendo conferências em Belo Horizonte, e convidando especialistas para ensinarem às professoras os novos métodos de testes, e enviando professores para instituições de ensino estrangeiras.

³⁷ Noraldino de Lima publicou textos de sentido católico no número 78 (1932); número 79 (1933); número 97 (1933); número 73 (1934); número 76 (1934); e número 109 (1934). foi advogado, professor, escritor e farmacêutico. De acordo com Biccas (2008) era um católico fervoroso. Segundo Silveira (1926) de 1914 a 1918, foi Secretário de Finanças do governo, em 1922 deputado estadual. No governo Antônio Carlos (1926-1930) foi diretor da Imprensa Oficial. De 1931 até 1935, foi secretário da Educação e Saúde Pública.

³⁸ Antônio Carlos Ribeiro de Andrada veio de família renomada na política, foi jornalista, professor, advogado. Foi promotor, Secretário estadual de finanças, Secretário Interino do Interior, da Agricultura e de Obras Públicas, além de ministro da Fazenda. Como político foi vereador, prefeito, senador estadual, deputado federal e deputado estadual (Coelho, 2021a).

³⁹ Francisco Luís da Silva Campos teve um discurso seu publicado no número 32 (1930), simpatizando com a educação católica. foi deputado estadual e federal, Secretário do Interior e Ministro da Educação. Também foi Consultor-geral da República, e Ministro da Justiça (Coelho, 2021a).

⁴⁰ Guerino Casasanta publicou textos de sentido católico no número 27 (1928); número 78 (1928); número 89 (1933); número 90-91 (1933), irmão de Mario Casasanta e Manuel Casasanta eram uma família tradicional da política mineira.

⁴¹ Benedito Valadares segundo Coelho (2021a) foi advogado, escritor, prefeito de Pará de Minas, e realizou um governo interventor em Minas Gerais, este político governou o estado de 1933 até 1937, durante o governo provisório de Vargas, e durante o Estado Novo (1937-1945).

pedagógicos católicos pela maioria destes homens no interior da revista é considerável. Assim, graças às alianças entre a Igreja e os integrantes da política mineira, os defensores da Pedagogia Católica obtiveram uma abertura singular na imprensa oficial, usada e manipulada ao seu favor.

E essa incursão do ideário católico no periódico se harmoniza com o movimento da restauração católica, que pretendia reconquistar sua primazia no campo da formação normalista, porque os professores(as) eram o público leitor central da revista, além dos demais profissionais da educação (Coelho, 2021b). Desse público, as professoras primárias eram a maioria. Por esse motivo, assegurar um grande número de publicações nesse canal de comunicação tão profícuo pelo seu amplo alcance e oficialidade, permitiria (isso era o que os católicos almejavam) a reconquista e a manutenção da doutrinação pedagógica sobre esse público, e finalmente a reconquista da sociedade em geral.

Essas publicações serão o alvo das análises estabelecidas no 3º capítulo do trabalho. No 2º capítulo a seguir se discutirá a materialidade da revista, entremeada pelo contexto e os sujeitos históricos que a produziram, ressaltando-se que o projeto editorial dela foi montado em meio às reformas educacionais, que dirigiram a formação docente no estado e orientavam em primeira mão como deveria ser a prática pedagógica dos(as) professor(as) mineiros, além de evidenciar como a materialidade do periódico comunicava-se com as professoras primárias em exercício.

CAPÍTULO 2

CARACTERÍSTICAS DA MATERIALIDADE DA REVISTA DO ENSINO (MG)

(1925-1940)

Por meio dos estudos realizados por Santos e Egido (2018) e Fraga (2013), a pesquisadora compreendeu que estudar a materialidade de um objeto impresso é estudar a forma, a estética, ou a aparência gráfica que os textos impressos assumiram dentro do suporte material específico chamado revista, que portava/carregava tais textos. Dito de outro modo, significa estudar a forma que o texto adquiriu visualmente quando foi impresso nesse suporte material após publicado.

Fraga (2013, p. 73) explicita que o gênero editorial chamado revista “é um veículo de proposta ligeira, condensada [...] e, portanto, de maior facilidade à leitura”. Capelato (1988) assegura que o gênero editorial classificado como revista impressa distingue-se dos demais gêneros publicados pela imprensa, que são também objetos impressos como jornais, boletins e outros. As revistas são formatadas em brochura, onde não se usam geralmente folhas soltas, mas sim agrupadas e sequenciadas, sempre apresentam capas, e a periodização é espaçada (Fraga, 2013).

Conforme Araújo (2002), o gênero das revistas impressas procura, sempre que possível, tratar dos acontecimentos de uma maneira encadeada, sistematizada, e costuma construir textos-reportagens mais ou menos completos sobre um dado assunto, possibilitando deste jeito ao leitor uma noção geral de determinado assunto. Assim, “o artigo de uma revista encadeia relações e análises que possibilitam interpretações sobre um dado tema” (Araújo, 2002, p. 99).

Para Martins (2008), as revistas além de noticiarem conteúdos de divulgação imediata, abordam sobre temas variados, trazem informações mais elaboradas e conseguem “condensar numa só publicação, uma gama diferenciada de informações, sinalizadoras de tantas inovações propostas pelos novos tempos”, elas se propõem a alcançar e ampliar o seu público leitor e tentam cativar “o consumidor do noticiário ligeiro e seriado, diversificando-lhe a informação”, além do “custo baixo, configuração leve, de poucas folhas, leitura entremeada de imagens, distinguiu-a do livro, objeto sacralizado, de aquisição dispendiosa e ao alcance de poucos” (Martins, 2008, p. 40).

Em face dessas características do suporte material caracterizado como revista, o foco da investigação deste Capítulo 2 será o de estudar a materialidade da *Revista do*

Ensino (MG) (1925-1940), que conforme já explicitado no capítulo anterior, nasceu historicamente como um suporte material barato para ser custeado pelo governo estadual, utilizado para oferecer gratuitamente formação e informação docente de maneira atualizada.

Esta revista educacional será tomada como fonte e objeto de análise em que se examinará algumas das suas principais características gerais, entendendo-a sempre como um objeto cultural, cuja materialidade é inseparável dos textos que nela foram publicados, e do contexto histórico em que foi produzida.

A materialidade de um objeto impresso pode ser reconhecida “por sua forma e por sua composição gráfica” permitindo que “os textos sejam lidos e manuseados [...]” (Fraga, 2013, p. 73). Acrescenta-se a esse entendimento que a materialidade também se comunica visualmente e verbalmente com o leitor.

Importa esclarecer que Biccas (2001; 2002; 2005; 2006; 2008) já estudou profundamente a materialidade da *Revista do Ensino* (MG) no período (1925-1940). Só que estudar a materialidade desse periódico foi e é uma tarefa árdua, porque a situação do acesso às fontes é desafiadora. A pesquisadora Britto (2020) encontrou as mesmas dificuldades e limitações vivenciadas na presente pesquisa, porque o acesso físico às fontes impressas originais, que tinham alguns exemplares coloridos, não foi possível, e o trabalho historiográfico e documental teve que ser realizado apenas com o acesso às fontes digitalizadas (no formato/extensão de arquivo “.pdf”) e em preto e branco:

[...] encontramos limitações para a realização de considerações a esse respeito [...] consultamos as versões digitalizadas dos números da Revista, as quais não continham informações sobre as características originais (tamanho, cores, gramaturas de papel, encartes...), inviabilizando uma observação mais cuidadosa de aspectos da materialidade (Britto, 2020, p. 40).

Pensando nisso, ao considerar que apenas a pesquisadora Maurilane Biccas em seus trabalhos mencionados foi a única que já debateu minuciosamente sobre a materialidade desse impresso pedagógico. Assim, o foco da discussão da presente pesquisa deve ser outro: realizar um estudo geral e resumido sobre a materialidade da revista, apresentando as suas principais características e especificidades dela, para depois, finalmente se chegar ao foco de interesse desse capítulo, que é estudar a materialidade das capas e dos conteúdos pedagógicos católicos voltados aos professores, sobretudo para as professoras primárias e normalistas.

Assim sendo, este capítulo foi organizado da seguinte forma: se examinará de maneira geral, como era a distribuição, o acesso e aquisição pelos leitores, em seguida se exporá sucintamente como se comportou a sua periodicidade geral. Logo após serão analisadas quais capas marcaram as principais mudanças editoriais sofridas diante das políticas e reformas educacionais existentes em seu tempo. Na sequência se discutirá quantas páginas foram produzidas. Do total geral de páginas impressas, examinar-se-á o percentual das que só abordavam sobre o ideário católico. Quantos textos foram publicados. Depois será analisada a materialidade dos enunciados católicos.

Por último serão elucidados quem eram os articulistas. Eles foram separados em três grupos: a) autoridades ligadas à hierarquia da Igreja Católica (Bispos, Arcebispo, Padre, Cônego, entre outros religiosos); b) autoridades ligadas à área da educação Presidente(s) de Minas Gerais; Secretários da Educação, Diretor(es) da Instrução Pública, Inspetor(es) Geral da Instrução Pública; Inspetor(es) de ensino, Assistentes Técnicos de ensino; Diretores de Grupo(s) Escolar(es); e c) e os professores(as), dentre outros autores desconhecidos.

2. 1 Formas de distribuição, acesso e aquisição pelos leitores

Conforme discutido no capítulo 1, cabe lembrar que as características mais marcantes da *Revista do Ensino* (MG), que a distinguia das demais revistas a ela contemporâneas, referem-se ao fato de ela ser um impresso pedagógico financiado pelo Estado, por isso sua periodicidade e circulação estavam asseguradas pela Imprensa Oficial, diferentemente das outras publicações privadas. Desta maneira, ela se configurou como a revista oficial mais relevante do seu tempo, sendo um veículo especializado em educação, por isso contava com um público alvo bem definido: os (as) professores(as). Além disso, ela pôde circular até as regiões mais longínquas do território mineiro no dizer de Biccás (2002; 2008), e se tornou o canal de comunicação oficial do governo mais eficiente para divulgar as novidades educacionais que estavam ocorrendo, emitindo instruções e formação docente atualizadas.

Segundo Bastos (2002b, p. 54), “A tiragem é um significativo indicador da repercussão da revista no meio educacional, regional e nacional [...] um importante, e muitas vezes único meio de (in) formação à disposição do professor e de utilização na sua prática cotidiana”.

Assim, observou-se que as edições publicadas a partir de 1925, enquanto a revista era anexa ao *Jornal Minas Gerais*, ela chegava a todas as instituições públicas onde esse jornal era assinado, sendo distribuída em todas as instituições escolares e aos funcionários públicos que mantinham a sua assinatura (Biccas, 2008). Em 1925, conforme a autora, a revista alcançava todas as 3.146 instituições de ensino do estado, sendo: 196 grupos escolares, 1666 escolas estaduais, 579 escolas municipais, 7 escolas do governo federal, 695 escolas particulares e 3 escolas infantis.

[...] a distribuição era feita para todas as escolas e grupos escolares estaduais, pelo menos 2.451 instituições e funcionários do ensino público tinham acesso direto e gratuito à *Revista*. As 695 escolas particulares também tiveram acesso à *Revista*, da mesma forma que o público em geral, ou seja, comprando o jornal *Minas Gerais* de maneira avulsa ou por meio de assinatura (Biccas, 2008, p. 86).

Nestes termos, reitera-se como já dito no capítulo passado, que os funcionários do ensino público tinham acesso gratuito a ela, e também as instituições de ensino público a recebiam gratuitamente e os professores podiam lê-la sem custos. Em 1926, em torno de 5.000 exemplares chegavam de graça a todas essas instituições públicas de ensino, conforme a autora.

Sobre o processo geral de distribuição, Biccas (2008) argumenta que nos anos que se seguiram à sua reativação e pujante circulação, o periódico era entregue a todos os estabelecimentos de ensino públicos em Minas Gerais, e em alguns particulares. Além disso, a autora argumenta que a partir de 1924, como foram feitos muitos investimentos na construção de estradas e ferrovias para melhorar o desenvolvimento econômico e comercial do estado, ele era distribuído em todo território mineiro.

Da leitura das páginas desse impresso verificou-se que o sistema de assinaturas começou só a partir do nº 40 (1929). Os professores poderiam assiná-lo, em 1929, de duas maneiras: nas instituições de ensino públicas ou privadas onde os professores trabalhavam; ou se quisessem, eles poderiam realizar uma assinatura mensal, ou anual para a Imprensa Oficial do Estado. Esse tipo de aquisição foi criado por duas razões: a primeira por causa da procura dos professores por números específicos, com possíveis temas úteis para a sua atuação em sala de aula; e a segunda, era a possibilidade de os educadores poderem comprar exemplares avulsos, sem precisarem ter que se comprometer com uma assinatura (Biccas, 2002).

Neste quesito é importante esclarecer o motivo pelo qual este impresso começou a ser vendido, e/ou assinado, já que desde a reativação dele em 1925 e ao longo de toda a sua história ele sempre foi gratuito. As assinaturas só existiram para complementar a receita do periódico. Além de gratuito, ele era enviado a todas as instituições de ensino, assim, as assinaturas e venda de exemplares avulsos foram criadas como uma forma de angariar recursos para a produção do impresso.

A possibilidade de assinatura surgiu diante do contexto da crise econômica a partir da década de 1930. Porque embora fosse um periódico oficial, totalmente subsidiado pelo governo de Minas Gerais desde a sua gênese, por conta dessa crise, os recursos que entravam com a sua venda eram destinados para a sua produção, na tentativa de garantir a sua continuidade (Biccas, 2002). Na figura abaixo, segue um exemplo bastante recorrente a partir de 1930 nas páginas do periódico.

FIGURA 03 – Modos de assinatura da revista

ASSIGNATURA DA "REVISTA"	
Anno	24\$000
Semestre	12\$000
Numero avulso, 2\$000	
Collecção de um anno. . .	25\$000
Os pedidos devem ser enviados à Directoria da "Revista do Ensino", na Secretaria da Educação e Saude Publica, Belo Horizonte.	

Fonte: *Revista do Ensino* (MG) (1934, nº 104).

Conforme o anúncio publicado no nº 104 (julho, 1934), o valor da assinatura anual custaria (24\$000) vinte e quatro mil réis, já a assinatura por semestre custaria (12\$000) doze mil cruzeiros, e se o desejo fosse a aquisição de uma única unidade, ela custaria então (2\$000) dois mil réis. E para se adquirir uma coleção anual inteira, o valor a pagar seria de (25\$000) vinte e cinco mil réis. Para tanto, antes de qualquer aquisição, era preciso enviar um pedido à Secretaria da Educação e Saúde Pública para solicitar a aquisição. Esse anúncio foi republicado novamente em algumas edições de 1936 ⁴².

⁴² De acordo com a Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, o salário mínimo no Brasil nesse tempo deveria obedecer ao mínimo de 50\$000 (cinquenta mil réis) e ao máximo de 2:000\$000 (dois contos de réis) por mês (Brasil, 1936).

Trazer essas informações enriquece o conhecimento sobre como uma professora primária e as normalistas, por exemplo, poderiam acessar a revista, pois sabe-se que elas poderiam acessá-la gratuitamente nas escolas em que trabalhassem, ou, se quisessem poderiam comprá-las, assiná-las, ou adquirirem exemplares avulsos. Se uma professora ganhasse, por exemplo, um salário mínimo mensal de 50\$000 (cinquenta mil réis), comprar uma coleção anual seria muito caro, mas adquirir apenas um número solo seria mais fácil de fazê-lo porque custava (2\$000) dois mil réis.

Assim, a Secretaria da Educação desenvolveu uma estratégia para que a revista mineira fosse adquirida por elas, que era a concepção de descontos nas assinaturas, dado o grande interesse do governo em fazer chegar este impresso educacional às mãos delas, e fazer com que estas se apropriassem dos seus conteúdos, dos preceitos das reformas educacionais, orientações e instruções didático-pedagógicas:

A Secretaria de Educação, de um lado, buscou uma forma de dinamizar a parte comercial da *Revista*, ampliando mesmo com desconto o número de assinantes. De outro lado, possibilitava o acesso e ao mesmo tempo a divulgação junto aos professores do interior e às normalistas, em formação, dos princípios e diretrizes pedagógicas em vigor nas escolas públicas (Biccas, 2008, p. 94).

Pensando nas formas de acesso e aquisição desse impresso, e na facilitação para que as professoras e professores pudessem comprá-lo ou lê-lo gratuitamente, pondera-se que, mesmo com tanto incentivo, não se pode afirmar com plena certeza que a maioria dos professores realmente a lia, e muito menos se elas faziam a apropriação dos seus conteúdos.

Aliás, Britto (2020) demonstra indícios de que talvez o periódico fosse pouco lido por alguns educadores e educadoras na época do seu primeiro ano de edição. Ela localizou um trecho que revela que alguns educadores às vezes nem chegavam a abri-lo, embora a disponibilidade desse impresso fosse assegurada pelo governo estadual nas escolas públicas. É o que se pode observar no nº 7 (setembro, 1925) no artigo chamado *A Revista do Ensino nas escolas e nos Grupos*, em que fica explícito o reforço da Secretaria do Interior em reafirmar a importância da leitura da revista por todos os professores do estado e diretores de grupos escolares:

Sendo, pois, um trabalho de leitura necessária e vantajosa para o todo o professorado do estado, e, contendo sempre os avisos da administração a respeito do ensino e seu melhoramento, a Secretaria recommenda aos directores de grupos e a todos os professores que, tanto nos grupos

como nas escolas, não deixem faltar números da Revista, de tal modo que elles estejam sempre á mão para consultas ou leitura [sic] (Revista do..., 1925, p. 206-207).

Este mesmo artigo foi publicado novamente no nº 11 (1926, p. 64). Dessa maneira, percebeu-se o grande interesse, por parte dos responsáveis pela educação em Minas Gerais, em fazer com que esse impresso chegasse a todas as escolas mineiras, além de exigir que a fiscalização, por meio dos inspetores de ensino verificasse, de fato, se ela estava disponível nas escolas para acesso.

Desta maneira, é válido pensar que, embora existisse a expectativa dos produtores de que ela fosse lida e utilizada pelos profissionais da educação em suas práticas pedagógicas escolares, mesmo assim não é possível garantir que todos os professores faziam a apropriação dos conteúdos da revista. Por outro lado, também é válido pensar que a disponibilidade dos seus números nas diferentes escolas de Minas Gerais, de forma gratuita, era um estímulo, sem dúvida, para que os educadores pelo menos folheassem as páginas desse impresso. Mas, como esse ainda era o primeiro ano de produção, talvez pelos próximos anos seguintes o hábito de lê-la tenha se popularizado mais.

2.2 A periodicidade geral da revista

A seguir apresenta-se o quadro geral, elaborado para indicar todos os números publicados em cada mês e ano de produção ao longo da periodicidade geral dela. Para o desempenho dessa tarefa se buscou inspiração em Sousa (2002, p. 97), que trabalhou com o mapeamento dos exemplares da *Revista Auxilium* (1930-1960) uma revista católica. Deste modo, elaborou-se o quadro abaixo, organizando-se os exemplares por volumes⁴³, anos e meses.

Observou-se que, embora o Decreto nº 6655/1924 pelo qual Mello Vianna reativou a *Revista do Ensino* (MG) estabelecesse no artigo 479 que a Diretoria da Instrução Pública deveria produzi-la com periodicidade mensal (Minas Gerais, 1924), notou-se o contrário disso: a periodicidade mensal só aconteceu de março a setembro de 1925 e durante o ano de 1929. Porém, nos demais anos subsequentes, verificou-se que a periodicidade geral dela foi bastante irregular, ocorrendo o lançamento de números

⁴³ A organização por volumes foi pensada com base nos números fornecidos pelo Arquivo Público Mineiro por e-mail, que nomeou os arquivos digitais indicando o nome, depois o volume, seguido pelo respectivo número do exemplar, e ano da publicação, como no exemplo: <revista_do_ensino_vol6_n76_1932.pdf>.

bimestrais, trimestrais, quadrimestrais, semestrais e até anuais, conforme demonstra-se no próximo quadro a seguir.

QUADRO 11 - Revista do Ensino (MG): números publicados na primeira fase (1925-1940) ⁴⁴

VOLUME		ANO	MÊS											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
v. 1	Anno I	1925			nº 1	nº 2	nº 3	nº 4	nº 5	nº 6	nº 7	nº 8		nº 9
v. 2	Anno II	1926	nº 10	nº 11	nº 12	nº 13	nº 14	nº 15	nº 16-17			nº 18		nº 19
v. 3	Anno III	1927				nº 20	nº 21			nº 22		nº 23	nº 24	
		1928	nº 25									nº 26		
v. 4	Anno IV	1928											nº 27	nº 28
		1929	nº 29	nº 30	nº 31	nº 32	nº 33	nº 34	nº 35	nº 36	nº 37	nº 38	nº 39	nº 40
v. 5	Anno V	1930	nº 41	nº 42	nº 43	nº 44	nº 45	nº 46	nº 47	nº 48	nº 49	nº 51-52-53		
v. 6	Anno VI	1931	nº 53-54-55			nº 56-57-58			nº 59-60-61			nº 62-63-64		
		1932	nº 65-66-67			nº 68-69-70			nº 71-72-73			nº 74	nº 75, e nº 76	nº 77, e nº 78
v. 7	Anno VII	1933	nº 79, e nº 80	nº 81, e nº 82	nº 83, e nº 84	nº 85, e nº 86	nº 87-88	nº 89	nº 90-91, e nº 92	nº 93	nº 94	nº 95	nº 96	nº 97
v. 8	Anno VIII	1934	nº 98-99-100			nº 101	nº 102	nº 103	nº 104	nº 105	nº 106	nº 107	nº 108	nº 109
v. 9	Anno IX	1935	nº 110	nº 111	nº 112	nº 113	nº 114-115		nº 116-117		nº 118	nº 119	nº 120-121	
v. 10	Anno X	1936	nº 122-123		nº 124	nº 125-126-127			nº 128-133					
v. 11	Anno XI	1937	nº 134-135-136			nº 137-138-139			nº 140-141-142			nº 143-144-145		
v. 12	Anno XII	1938	nº 146-147		nº 148	nº 149-150-151			nº 152-153-154			nº 155-156-157		
v. 13	Anno XIII	1939	nº 158-163						nº 164-169					
		1940	nº 170-171-172			nº 173	nº 174-175							

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

⁴⁴ Observou-se que a instabilidade dos números publicados na segunda fase (1946-1971) foi ainda maior, porém, essa fase já não é mais objeto dessa pesquisa. Diferentemente da primeira fase (1925-1940), como se quadro vê acima, onde não ocorreram interrupções em nenhum dos anos sequer, na segunda fase ocorreram muitas irregularidades. E o quadro anteriormente produzido sobre essa periodicidade foi realocado para o Anexo E deste trabalho, juntamente com algumas reflexões sobre algumas capas desse recorte histórico, que ficarão para a consulta de outros pesquisadores interessados. Em geral, foram observadas oscilações na periodicidade geral dessa outra fase, onde algumas edições tinham que esperar cinco, seis, sete meses ou até um ano para serem lançadas. Ao longo desses anos a revista se manteve ativa nos primeiros sete anos (1946-1952), em seguida ela foi desativada por três anos consecutivos (1953-1955), depois foi reativada para funcionar por mais três anos (1956-1958). Logo após isso, ela sofreu a sua última interrupção (1959-1960), sendo reativada em 1961, produzindo por mais onze anos seguidos (1961-1971), e foi finalmente extinta com o lançamento do nº 239 (1971).

Na organização apresentada no quadro acima é preciso explicar que os “anos” marcados em algarismos romanos correspondem, na verdade, aos volumes das edições. Um volume seria o conjunto dos fascículos lançados no período de um ano, mas esse tempo variou na revista. Apenas no início dela, em 1925 e 1926, que cada “anno” correspondia-se realmente com cada ano de publicação do impresso. Mas, de 1927 em diante essa correlação mudou totalmente, e esses algarismos romanos deixaram de acompanhar a sequência ordinal dos anos convencionais do calendário civil. Por isso, há um certo estranhamento quando se olha no quadro acima, porque não é possível ligar esses algarismos romanos aos anos efetivos de produção do impresso. Isso confunde o leitor hodierno que se depara com tantos exemplares. Deste modo, a melhor maneira encontrada para realizar a organização desse quadro foi a consideração dos volumes. A primeira coluna indica os respectivos volumes, mas sem omitir a organização editorial própria do periódico que usava esses algarismos romanos. E nas colunas subsequentes são apresentados os meses nos quais os números foram lançados.

Observou-se no quadro acima que ao longo da produção do periódico, ele apresentou uma periodicidade irregular em geral, lançando números que funcionavam como edições bimestrais, trimestrais, quadrimestrais, semestrais e até anuais.

Outro comportamento editorial recorrente observado no quadro acima foi a junção de dois, três, quatro, cinco ou seis números compilados numa mesma edição, por exemplo, como foi o caso do nº 16-17, do nº 134-135-136, e do nº 158-163 (que aglomerou neste fascículo a junção de seis números juntos: 158-159-160-161-162-163). Deste modo, num sentido panorâmico pode-se dizer, em síntese, que a periodicidade geral da *Revista do Ensino* (MG) se mostrou bem constante, não havendo nenhuma interrupção durante o período (1925-1940), apenas a diminuição da produção de exemplares durante os últimos anos desse período. E a explicação sobre a política editorial praticada na produção destes números será realizada durante os próximos itens a seguir.

2.3 As principais capas no contexto geral de edição

A partir deste ponto da escrita, a presente pesquisa buscou inspiração no estudo de Santos e Egido (2018) para poder examinar a materialidade do periódico mineiro e organizar a análise sobre o exame documental das capas. Neste item serão apresentadas as capas que, segundo a ótica da presente pesquisa, foram aquelas que mais marcaram a história desse impresso pedagógico oficial devido às mudanças materiais percebidas.

No geral, reconheceu-se que ele foi remodelado várias vezes segundo os interesses dos seus editores que realizaram reformas e políticas educacionais que reconfiguraram a materialidade desse suporte, com a intenção de atraírem o público docente para se interessar pelos seus conteúdos, preceitos e instruções didáticas.

Observou-se que as transformações materiais nas capas não correspondem necessariamente às mudanças políticas ocorridas em meio ao lançamento de cada exemplar. Mas, mesmo assim, com o intuito de diferenciar-se dos densos trabalhos construídos por Biccás (2001; 2002; 2005; 2006; 2008) e Rodrigues e Biccás (2015), que já detalharam as diferentes transformações materiais da revista em meio ao contexto político do recorte estudado, a partir deste tópico em diante, essa pesquisa tentará exibir as principais capas que marcaram as maiores mudanças vivenciadas no formato do impresso, em meio às principais trocas de governo.

Conforme já elucidado no capítulo 1, vale relembrar resumidamente que a *Revista do Ensino* (MG) foi criada e modelada em meio a diferentes reformas educacionais. A primeira foi a Reforma Afonso Penna que a criou em 1892. Depois de 33 anos, por meio da Reforma Mello Vianna (1924), a revista foi reativada, e em março de 1925 ela iniciou a sua efetiva produção, quando foram totalmente desconsiderados aqueles três números lançados outrora em 1893, e se estabeleceu um marco zero a partir de 1925, cujo ano marcou a contagem oficial dos primeiros lançamentos oficiais.

No mundo dos impressos, características específicas são criadas e a capa é uma delas. Ela se torna essencial no gênero revista, proporcionando-lhe um perfil e uma marca distintiva, principalmente para se diferenciar do jornal. Uma capa pode ser composta por elementos linguísticos verbais e não verbais, que compõem a diagramação da mesma, tais como, imagens [...] formato [...] (Fraga, 2013, p. 73).

Na capa do nº 1 apresentada na figura 04 abaixo aparecem publicados à esquerda o retrato do Presidente de Província Mello Vianna e do seu Secretário de Interior Sandoval de Azevedo, governo este que pretendia ser lembrado como aquele que implantou a efetiva produção desse impresso pedagógico oficial de Minas Gerais. Nessa gestão, Noraldino de Lima também foi nomeado como Diretor da Imprensa Oficial em 1926 (Silveira, 1926). Do nº 1 (1925) até o nº 10 (1926), ele circulava como um encarte anexado ao jornal *Minas Gerais*, funcionando como um suplemento deste.

FIGURA 04 – Capa do nº 1 (1925)



Fonte: Revista do Ensino, v. 1, nº 1, 1925

FIGURA 05 – Capa do nº 10 (1926)



Fonte: Revista do Ensino, v. 2, nº 10, 1926

Analizou-se que do nº 1 até o nº 10, não havia uma identidade definida para as capas, porque a própria capa já funcionava ao mesmo tempo como a primeira página dos exemplares, que já introduziam a apresentação de textos a partir da própria capa. Ou seja, já nas próprias capas já se iniciavam a distribuição dos conteúdos dali para baixo, dispostos em duas colunas, e os sumários não eram fixos nesse período. Segundo Biccass (2006; 2008), na gestão Mello Vianna uma característica material marcante da revista eram as suas dimensões físicas: 24 centímetros de altura, por 18 centímetros de largura: (24x18) cm. Em março de 1926, saiu o nº 12, exibido a seguir, e nele se nota uma mudança significativa.

FIGURA 06 – Capa do nº 12 (1926)



Fonte: *Revista do Ensino*, v. 2, nº 12, 1926.

O nº 12 marcou a adoção da primeira capa, considerada como a mais definidora da identidade do periódico até então, pois as anteriores ora apresentavam textos nas capas, ora sumários. Nessa capa acima, vê-se que já não existem mais textos sendo iniciados nela, o padrão agora seria o de publicar os conteúdos só a partir da página seguinte, considerada a partir daí como a primeira página após a capa.

Observou-se que depois desse número houve a inserção de sumários nessa e nas capas das próximas edições, os sumários eram contornados por um quadrado, como se estivessem emoldurados, para serem destacados, que se tornaram fixos na maioria das capas entre 1926 a 1940.

Assis (2019) considera que a partir do nº 12, o periódico conseguira finalmente se distanciar da aparência do jornal *Minas Gerais*, para assumir as feições de uma revista com identidade própria. Desse jeito, ela se tornou mais independente “passando a ser distribuída em outros espaços que não só os do jornal [...] O fato de ter ganhado uma capa trouxe uma nova identidade [...] passou a ter uma aparência similar às suas congêneres” (Biccas, 2006, p. 85). O fato de não sair mais como um encarte significa dizer que todas as edições subsequentes passaram a ser impressas individualmente. Desta forma, considerou-se que este exemplar acima foi um divisor de águas na materialidade desse suporte material.

Do nº 14 (1926) até o nº 25 (1926) é o momento onde mais foram editados números que exibiam capas com ilustrações, que ao invés de colocarem o sumário na capa, o substituíam por fotos e gravuras de prédios monumentais ligados à educação oficial, que tentam transparecer essa ideia de que as autoridades da educação pública estavam tentando melhorar o ensino e a formação de professores(as) no estado, cujo interior dos exemplares é marcado pela discussão destes temas. Em geral, elas exibiam imagens de prédios educacionais republicanos majestosos construídos em meio às políticas educacionais que pretendiam retirar o país do analfabetismo por meio da ampliação da quantidade dos Grupos Escolares e das Escolas Normais para a formação e aperfeiçoamento docente, políticas educacionais estas, que já vinham sendo construídas desde a Reforma João Pinheiro (1906) e continuaram durante a Reformas Mello Vianna (1924) e Francisco Campos (1927), respectivamente (Assis, 2021).

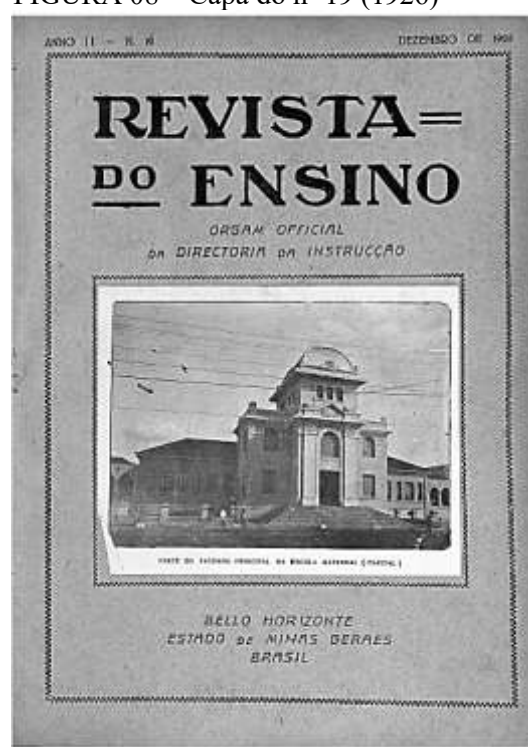
A seguir são exibidas duas capas relativas ao prédio da Escola Normal da Capital (Belo Horizonte) em 1926.

FIGURA 07 – Capa do nº 14 (1926)



Fonte: *Revista do Ensino*, v. 2, nº 14, 1926.

FIGURA 08 – Capa do nº 19 (1926)



Fonte: *Revista do Ensino*, v. 2, nº 15, 1926.

As capas do nº 14 e do nº 19 (1926) expõem, respectivamente, a foto da lateral do prédio da Escola Normal na Capital e uma foto da fachada deste mesmo prédio, um símbolo republicano que retrata toda a beleza e grandiosidade dos prédios monumentais

erguidos nesta época. Em 1926, “além da Escola Normal Modelo, da Capital” havia “a Escola Normal de Ouro Fino [...] e umas 40 equiparadas” (Silveira, 1926, p. 136).

É importante ressaltar que os 11 números que apresentaram capas ilustradas⁴⁵ são bem poucos, são exceções. Do volume total de 175 números do recorte (1925-1940), eles não passam de 6,3%. Ao observar-se atentamente a capa de cada edição, reparou-se que a aparência geral, na maioria dos casos, mantém uma aparência semelhante àquela do nº 12, que apresenta o título do impresso com letras grandes, e logo após segue-se a exposição de um sumário contornado por 4 linhas que formam um quadrado em torno dele, emoldurando-o, com a diagramação desse sumário em duas colunas.

Reitera-se que os lançamentos anuais dos exemplares da *Revista do Ensino* (MG) não correspondem exatamente às mudanças dos Presidentes de Províncias. Assim, reconheceu-se que do nº 1 (março, 1925) até o nº 16-17 (julho/agosto, 1926), quem estava à frente do governo era o Presidente Mello Vianna. Mas, ainda em 1926, a Presidência mudou em setembro para as mãos de Antônio Carlos, que a partir daí lançou outros números na sequência.

De acordo com Carvalho, Gonçalves Neto e Carvalho (2016), quando Antônio Carlos (1926-1930), juntamente com o seu Secretário do Interior Francisco Campos e Mario Casasanta, Inspetor da Instrução Pública, estiveram à frente do governo de Minas Gerais, eles realizaram as seguintes mudanças no campo da educação pública: reformaram o ensino primário e normal através de regulamentos e de decretos como o nº 7.970 de 15 de outubro de 1927 e o nº 8.162, de 20 de janeiro de 1928; adotaram os princípios da Escola Nova para embasar a nova reforma; constituíram um corpo de inspetores do ensino normal, que realizavam a fiscalização e a assistência técnica e permanente às Escolas Normais; e também colocaram em funcionamento a Escola de

⁴⁵ Reconheceu-se que os exemplares que traziam algum tipo de ilustração em suas capas eram os seguintes: o nº 14 (1926) – com foto da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte; o nº 15 (1926) – com foto do novo Ginásio da Capital; o nº 16-17 (1926) – com pintura de uma cachoeira que representa a primeira missa rezada no Brasil; o nº 18 (1926) – com foto da fachada do Conservatório de Música existente na capital; o nº 19 (1926) – com foto da fachada principal da Escola Maternal existente na capital; o nº 20 (1927) – com uma pintura chamada Casa de Varginha; o nº 21 (1927) – com foto do edifício da Câmara dos Deputados; o nº 22 (1927) – com foto do Grupo Escolar Sandoval de Azevedo; o nº 23 (1927) – com foto do imperador Dom Pedro I na edição especial comemorativa do centenário do ensino primário no Brasil; o nº 24 (1927) – com um desenho intitulado “Reconstituição de Wolffe” que retratava um cenário da Escola Antiga cuja placa escolar indicava “Escola Régia”; o nº 25 (1928) – com a pintura de um quadro intitulado “Solar tradicional”, um quadro histórico do professor Anibal Mattos que inaugurou a Pinacoteca Mineira; e o nº 74 (1932) – que mostra uma gravura no centro do final da capa de uma menina e um menino lendo ao seu lado de cabeças abaixadas (essa gravura não tem relação com o cristianismo, mas, no interior desse exemplar há 7 lições de catequese que serão exploradas mais adiante no texto).

Aperfeiçoamento⁴⁶. A Reforma Francisco Campos pretendia, pelo menos no discurso, lutar pela redução do analfabetismo, modernizar e renovar os métodos de ensino, democratizar a educação e ampliar a mão de obra desse setor etc. (Carvalho; Gonçalves Neto; Carvalho, 2016).

Neste contexto, “onde em 1926, cerca de 80% da população em Minas Gerais era analfabeta” (Vidal; Faria Filho, 2002), essa reforma tentou melhorar a formação de professores para melhorar a educação pública. E a *Revista do Ensino* (MG) foi usada para divulgar as novas mudanças.

Os reformadores apostaram na ideia de oferecer um veículo moderno, atualizado, com uma periodicidade definida e já legitimada pelos professores. A escolha dessa política, de veicular a Revista, deu-se tanto pela necessidade de estabelecer um diálogo com o professorado, como pela natureza das questões teórico metodológicas a serem discutidas. Uma revista seria o instrumento ideal, por suas características, periodicidade e estrutura, para informar e formar rapidamente, de maneira eficaz e prazerosa, os professores que necessitavam ser atualizados e modelados pelos preceitos propostos pela reforma do ensino (Biccas, 2008, p. 57).

Após a posse da equipe gestora de Antônio Carlos, o nº 18 (outubro, 1926) foi lançado. Desse exemplar até o nº 25 (janeiro, 1928), as capas ilustradas continuaram, mas desaparecem após o lançamento do nº 26, que pode ser considerado como mais um marco na história da materialidade desse impresso pedagógico.

⁴⁶ A Escola de Aperfeiçoamento já ensaiava os seus primeiros passos “em 1906, com João Pinheiro que legislou sobre a possibilidade de um Curso Normal Superior”, em 1925 Mello Vianna “criou em lei a Escola Normal Superior”, mas foi no “programa de reformas de Francisco Campos” que essa ideia saiu do papel, sendo essa escola “implantada pelo decreto n. 8.987, de 22/02/1929. O objetivo principal da escola era preparar e aperfeiçoar, do ponto de vista técnico e científico, os candidatos ao magistério normal, à assistência técnica do ensino e às diretorias dos grupos escolares [...] [ela] constituiu-se num laboratório de pesquisa [...] destinava-se a dar aos professores primários uma técnica moderna de ensino [...]” (Carvalho, Gonçalves Neto; Carvalho, 2016, p. 261).

FIGURA 09 – Capa do nº 26 (1928)



Fonte: *Revista do Ensino*, v. 3, nº 26, 1928.

A partir do nº 26 (outubro, 1928) aconteceram mudanças materiais significativas. A primeira mudança foi na instituição produtora. Reconheceu-se em todas as capas do nº 1 (março, 1925) até o nº 25 (janeiro, 1928) que até então, a revista era produzida pela Diretoria de Instrução Pública de Minas Gerais. Mas, com o lançamento do nº 26 é anunciado na capa, após o título do periódico, que a partir dessa edição, a responsabilidade pela produção ficaria a cargo da Inspetoria Geral da Instrução Pública.

Considerando Assis (2021) e Biccás (2008), compreendeu-se que a extinção dessa Diretoria para dar lugar à nova Inspetoria são reflexos da Reforma Francisco Campos, que para imprimir as marcas dessa nova orientação educacional fez mudanças consideráveis na materialidade da *Revista do Ensino* (MG). A outra modificação trazida com o lançamento do nº 26 foi a alteração das dimensões físicas: de (24x18 cm) para (17x11 cm). Esse novo tamanho manteve-se inalterado a partir daí em todas as edições subsequentes até o nº 174-175, o último publicado em 1940. As outras modificações se referem à reorganização dos conteúdos que seriam publicados, que passaram a focalizar mais os pressupostos educacionais da Escola Nova e a divulgação das novidades da Reforma Francisco Campos.

Fundamentando-se em Assis (2019; 2020; 2021) pode-se afirmar que, como Francisco Campos queria inaugurar uma nova fase na administração da educação, ele estabeleceu todas essas transformações na formatação da revista para a distinguir da

gestão anterior. Desse modo, considera-se que essa reforma mineira foi a que mais marcou a materialidade desse impresso oficial.

Já no recorte (1930-1933), sob o governo de Olegário Maciel, não se fizeram reformas no ensino propriamente, pois a nova política educacional implantada tentou seguir os princípios pedagógicos da reforma anterior (Coelho, 2021). Porém, nesse momento havia um cenário de instabilidade política e de dificuldades econômicas enfrentadas pelo país após a crise internacional de 1929, e a crise do café em 1930. Conforme Biccás (2008), nesse contexto foi criada a Secretaria da Educação e Saúde pública que, a partir de 1931, passou a adotar uma política restritiva para a educação; e assim, a revista acabou sofrendo com cortes orçamentários na educação e na Imprensa oficial. E por isso estabeleceu-se, a partir daí, uma política de fiscalização e controle da qualidade do ensino por meio da Inspetoria Geral da Instrução Educação Minas Gerais, que produziu a revista, ao mesmo tempo em que inspecionava os estabelecimentos públicos de ensino.

Percebeu-se que uma das principais mudanças editoriais operadas foi a adoção da estratégia de juntar três, quatro ou cinco números juntos numa única edição. A primeira edição trimestral lançada foi o nº 50-51-52 (1930). Em face desse contexto histórico de crises que havia se instaurado no estado, percebeu-se que a revista optou pela produção de edições trimestrais e quadrimestrais, para a diminuição das custas editoriais e a economia de recursos públicos, combinadas à estratégia de protelar o lançamento de novos exemplares. Outra atitude tomada foi a venda de números individuais e de coleções semestrais e anuais por meio de pedidos e assinaturas, para aumentar a receita do periódico.

Do nº 26 (outubro, 1928) até o nº 97 (dezembro, 1933), a Inspetoria Geral da Instrução Pública estava incumbida pela produção, conforme verificado em todas as capas. Na sequência, em 1934 houve uma nova transição: a responsável por editar a revista se tornou a Secretaria da Educação. Sobre este contexto, importa esclarecer que:

A Instrução Pública em Minas Gerais até 1930 era competência da Secretaria do Interior cuja documentação registra as ações relativas à administração e ao funcionamento de Escolas Normais, Grupos Escolares, Ginásios e Faculdades. Com a aprovação da Lei nº 1.147, de 06/09/1930 foi criada a Secretaria de Educação e Saúde Pública. Normativas subsequentes promoveram mudanças estruturais nos órgãos responsáveis pelo ensino no estado. Em 1933, pelo Decreto 19.850, são criados os Conselhos Federais e Estaduais de Educação que passaram a funcionar efetivamente a partir de 1934. A Lei estadual nº 212, de 30/10/1937 reorganiza os serviços da Secretaria e cria o

Departamento de Educação ao qual ficaram sujeitas sete Inspetorias responsáveis pelos serviços administrativos da política nacional (Arquivo Público..., 2024, p. 1).

De 1934 a 1940, enquanto Benedito Valadares estava no poder, na opinião de Biccás (2008), o protagonismo pela produção da revista se concentrou na pessoa do Noraldino de Lima, que na função de Secretário de Educação a transformou no Órgão Técnico da Secretaria da Educação. A capa do nº 98-99-100 (1934), na figura 10, após o título denota essa transição na produção da revista. A partir daí, verificou-se que Noraldino de Lima realmente se manteve no controle da produção do impresso até o último exemplar lançado em 1940, o nº 174-175.

FIGURA 10 – Capa do nº 98-99-100 (1934)



FIGURA 11 – Capa do nº 174-175 (1940)



Fonte: *Revista do Ensino*, v. 8, nº 98-99-100, 1934.

Fonte: *Revista do Ensino*, v. 13, nº 174-175, 1940.

Três contrastes gerais foram reconhecidos nas capas entre 1934 a 1940. Como se vê acima: o nome da revista passou a ser destacado com letras ainda maiores que as capas editadas anteriormente; e os sumários receberam uma nova diagramação, todos foram formatados em duas colunas, divididos por uma linha ao meio, ou não, para indicarem os títulos das principais reportagens; e a última mudança foi o aumento do tamanho das letras dos nomes das seções da revista, escritas em letras maiúsculas nos sumários. De 1932 a 1940 a visibilidade das seções ficou mais fácil. Na figura 10, na primeira coluna

do sumário há os nomes das seções *Redação* e *Colaboração*, e na segunda coluna as seções *Traduções*, *Nossas Atividades* e *Noticiário*. Na figura 11 apareceu somente a seção *Colaboração* na primeira coluna.

Além de mudar as capas e o interior das edições, Noraldino Lima elaborou uma nova política educacional de redução de gastos, em virtude do contexto de turbulência econômica sentida pelos reflexos da crise de 1929, e da turbulência política após a Revolução de 1930 etc. (Biccas, 2008). Deste modo, a partir de 1934, observou-se que ele construiu um programa para implantar uma nova organização para a *Revista do Ensino* (MG), no qual ela serviria para propagandear as ações da Secretaria da Educação, assumindo a ideologia da eficiência⁴⁷.

Diante desse cenário, como se viu, as feições da revista mudaram, só que pela última vez durante a primeira fase, assumindo uma identidade mais técnica. No começo do nº 98-99-100 (1934) há um trecho onde a revista avisa que o então Secretário da Educação havia elaborado esse programa para redefini-la, guiando-se pela ideologia da eficiência, como se lê abaixo:

O dr. Noraldino de Lima [...] organizou um programa que será forte garantia de eficiência da revista como órgão de propaganda e de divulgação do que está fazendo e do que se quer fazer para o aperfeiçoamento do aparelho responsável pela educação pública em Minas gerais [...] aplicando o dinamismo e o rendimento de sua função orientadora e essencialmente técnica (Revista do..., 1934, p. 1).

Nesse sentido, durante o recorte (1934-1940) o novo programa do Noraldino de Lima, preocupado com a eficiência da educação e do periódico, ordenou a partir daí, segundo Biccas (2008), que se passasse a publicar todo o trabalho desempenhado pelos Assistentes Técnicos da Educação junto às escolas, como relatórios, dados estatísticos e outros informes que versavam sobre o andamento das experiências escolares alinhadas com essa ideologia. Além disso, os docentes também eram incentivados a enviarem suas práticas pedagógicas para a publicação.

⁴⁷ “[...] o conceito de eficiência [...] possibilita ao governo não só restringir aos órgãos técnicos, mas interferir na prática desenvolvida nas escolas [...] para permitir que se coloque a educação a serviço do Estado na solução das questões sociais. Os testes as classes homogêneas, com o seu ensino diferenciado, as atividades de socialização, a ênfase na aquisição de hábitos de higiene e de conduta, etc. [...] em relação à escola [...] permitem ao Estado utilizá-la como instrumento de controle social, transferindo-lhe, do ponto de vista formal, funções como classificar, e hierarquizar, distribuir indivíduos na estrutura social [...] mais importante que aprender a ler, escrever e contar é comemorar o aniversário do presidente, o dia da árvore e outras Datas É Desfilas Nas Ruas, Empunhando Bandeiras E Flâmulas Com Retrato Das Autoridades [...] (Peixoto, 2000, *Apud* Biccas, 2008, p. 114).

Outra característica dessa nova política educacional implantada pela Secretaria da Educação era o seu caráter nacionalista e patriótico. Ainda no nº 98-99-100(1934) se lê o seguinte: “Aos que se interessam pelo [...] destino da nacionalidade – aos professores, aos técnicos, aos pedagogos – o nosso apelo [...] fazer [com que] [...] esta publicação [...] realize a sua patriótica finalidade” (Revista do..., 1934, p. 2). Esse caráter patriótico e nacionalista estava alinhado ao regime autoritário do Estado Novo (1937-1945) que estaria por vir. Peixoto (2000) explica que, quando o regime autoritário vigorou no país, Minas Gerais, na gestão de Benedito Valadares, já era uma casa pronta, porque já havia aderido à ideologia da eficiência, à ideologia nacionalista e à burocratização do Estado na educação. Desta maneira, o periódico seguiu sendo editado e orientado conforme essa ótica até 1940, quando precisou ser interrompido em virtude da 2ª Grande Guerra Mundial deflagrada em setembro de 1939.

No último ano de produção, esse impresso conseguiu lançar só mais três edições: uma no primeiro trimestre, o nº 170-171-172 (1940), uma no mês de abril, o nº 173 (1940), e a derradeira de maio a junho: o nº 174-175 (1940), que marcou a estagnação da sua produtividade, resumindo-a ao primeiro semestre desse ano. Vale lembrar que a próxima reativação gastou cinco anos e meio para acontecer, ocorrendo apenas em janeiro de 1946, após a cessação da 2ª Guerra em 1945.

Sendo assim, em síntese, até aqui tentou-se abordar brevemente as principais mudanças sofridas na materialidade na *Revista do Ensino* (MG), segundo o olhar dessa pesquisa documental, ao longo do recorte temporal (1925-1940). Assim, foram expostas as capas vistas como as mais definidoras das mudanças nesse intervalo, ordenadas pelas reformas mineiras e as políticas educacionais citadas, que modificaram as dimensões físicas dela, a diagramação e a orientação pedagógica a ser seguida.

Dito isso, importa ressaltar que todas as capas expostas até aqui demonstravam que o ideário católico não estava nelas, mas sim o reforço da escola pública e laica. Por este motivo, decidiu-se organizar no item denominado “A materialidade dos enunciados católicos: capas, imagens e sumários com elementos religiosos”, a exposição das capas que apresentaram esse viés.

2.4 Medida geral do total de páginas produzidas

Os dados reunidos abaixo foram organizados para demonstrar com precisão quantos números, exemplares e páginas saíram a cada ano do recorte apreciado. Depois

do término das análises a seguir, seguirão as reflexões sobre a presença da Pedagogia Católica nesse impresso oficial.

QUADRO 12 – Números da revista, de exemplares e de páginas (1925-1940)

Ano	Números publicados	Quantidade de números	Quantidade de edições/exemplares	Quantidade de páginas por ano
1925	(n° 1) até (n° 9)	09	09	372
1926	(n° 10) até (n° 19)	10	09	412
1927	n° 20 até (n° 24)	05	05	190
1928	(n° 25) até (n° 28)	04	04	326
1929	(n° 29) até (n° 40)	12	12	1141
1930	(n° 41) até (n° 50-51-52)	12	10	964
1931	(n° 53-54-55) até (n° 62-63-64)	12	04	662
1932	(n° 65-66-67) até (n° 78)	14	08	717
1933	(n° 79) até (n° 97)	19	17	1089
1934	(n° 98-99-100) até (n° 109)	12	10	1179
1935	(n° 110) até (n° 120-121)	12	09	1217
1936	n° 122-123 até n° 128-133	12	04	831
1937	(n° 134-135-136) até (n° 143-144-145)	12	04	860
1938	(n° 146-147) até (n° 155-156-157)	12	05	600
1939	(n° 158-163) até (n° 164-169)	12	02	474
1940	(n° 170-171-172) até (n° 174-175)	6	03	247
Total		175 números	115 exemplares	11.281 páginas

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa.

A distinção feita acima entre a quantidade de números e a quantidade de exemplares foi pensada com a intenção de demonstrar que, embora tenham sido publicados ao todo 175 números na primeira fase, o total de exemplares físicos (impressos e palpáveis materialmente) foi menor, chegou a 115.

A explicação para essa observação é a seguinte: notou-se que a partir de 1931, a política editorial instaurada pretendia economizar os recursos públicos por conta da crise econômica, e por isso, a estratégia adotada foi a de lançar três, quatro, cinco, ou até seis números juntos reunidos num mesmo exemplar (que representavam um trimestre, um quadrimestre, um quinquemestre ou um semestre). E essa estratégia se repetiu outras vezes até 1940, por causa da ideologia da eficiência, que pretendia reduzir os custos da

Imprensa Oficial (Peixoto, 2000; Biccás, 2008). Mas, para compensar essa redução de números produzidos, os editores decidiram lançar vários números agrupados com um alto volume de páginas. Dessa forma, observou-se que, por causa dessas reduções nos lançamentos e o agrupamento de números juntos, as edições físicas impressas (palpáveis materialmente) chegaram a 115, embora o total de números indicado nas capas de cada exemplar da revista seja de 175.

Com relação ao total de páginas produzidas em cada ano do recorte estudado, por meio da leitura documental observou-se que o primeiro ano apresentou uma característica marcante: a ordem da contagem das páginas seguia uma sequência crescente, possivelmente para serem colecionados todos juntos e um após o outro. Ou seja, o nº 1 iniciava na página 1 e terminava na página 32, o nº 2, continuando da página 33 vai até a 48, o nº 3 continua a sequência indo da página 49 até a 80, e o mesmo ocorreu com os exemplares seguintes até o nº 9, que termina na página 272. E como em 1925 a *Revista do Ensino* (MG) ainda era um suplemento do jornal *Minas Gerais*, o que se pode supor é que a intenção dos produtores era fazer com que os leitores fossem colecionando todos os números desse ano, e se guiassem pela sequência dos deles e das páginas definidas.

Neste sentido, assim como Assis (2019, p. 94) acredita-se que como “as folhas eram disponibilizadas soltas ao público” enquanto era encarte desse jornal, estabelecer uma numeração sequencial “facilitava a coleção e a encadernação dos exemplares”. Por isso, intui-se que essa organização adotada talvez pudesse causar nos leitores uma empolgação em acessar toda coleção de 1925 (do nº 1 até o nº 9). Isso poderia fazer com que eles se engajassem em acompanhar os próximos lançamentos que chegariam gratuitamente nas escolas, ou os adquirissem individualmente para manterem toda a coleção reunida, atentando para os conteúdos publicados, ou pelo menos os folhassem.

Com as edições de 1926 ocorreu o mesmo, elas seguiram uma sequência de páginas iniciadas no nº 10 (p. 1-32), continuando no nº 11 (p. 33-64), seguindo no nº 12, com (p. 65-104), e perdurando pelos números seguintes, até chegar no último número desse ano: o nº 19, que terminava na página 412. Desta forma, todos eles poderiam ser colecionados todos juntos e em ordem crescente, acrescentando-se a novidade de que após o nº 12, embora as edições tivessem começado a serem impressas individualmente, elas ainda mantinham páginas sequenciadas como no ano anterior.

Em 1927, essa continuidade na contagem das páginas permaneceu, só que com uma novidade, os produtores resolveram protelar a contagem do ano anterior para esse ano também. Assim, o nº 20 continuava a partir da página 413 e ia até a 444. O nº 21

seguiu com (p. 445-476), o nº 22, continuou com (p. 477-508), o nº 23 com (p. 509-556), até se esgotar a contagem no nº 24 (p. 557-602). Ao todo em 1927 foram produzidas 190 páginas, essa foi a menor quantidade de páginas registradas dentre todos os anos, provavelmente por causa da Reforma Francisco Campos que estava remodelando a revista, reorganizando a materialidade dela a partir daí.

Observou-se que os exemplares de 1925, 1926 e 1927 podiam ser colecionados todos juntos em ordem anual, e em ordem de páginas.

Entretanto, de 1928 até 1934 estabeleceu-se um novo padrão, cada novo número lançado passou a ter a sua própria contagem de páginas individualizada, ou seja, a ordem da paginação se tornou independente. Esse foi o caso do nº 25 (p. 1-40), do nº 26, com (p. 1-112), do nº 27 (p. 1-95) e dos demais números de 1928, que totalizou a produção de 326 páginas. O ano de 1929, do nº 29 ao nº 40, alcançou o total de 1141 páginas. Em 1930, foram 964 páginas produzidas. Em 1931 a quantidade total foi de 662 páginas. Em 1932 foram 717 páginas. O ano de 1933 totalizou 1089 páginas, e em 1934 a produção chegou a 1179 páginas. Em 1935, voltou a antiga regra da contagem das páginas em sequência de uma edição para outra, para manterem a noção de continuidade entre os fascículos, e propiciarem o colecionamento dos exemplares em série. Nesse ano: o nº 110 (p. 1-101), o nº 112 (p. 102-200) e o nº 113 (p. 201-303) funcionaram como uma espécie de trilogia que alcançou 303 páginas; em seguida a outra trilogia foi do nº 113 ao nº 118 que juntaram 312 páginas seguidas, por fim, a nova sequência foi do nº 119 ao nº 120-121, com 320 páginas. 1935 totalizou 1217 páginas, viu-se que esse foi o ano que registrou a maior quantidade de páginas de toda a história do periódico estudada.

De 1936 a 1940 os produtores repetiram esse mesmo estilo na paginação dos fascículos. Em resumo, reconheceu-se que a estratégia de continuar a sequência das páginas de um exemplar para o outro seguinte era uma estratégia dos editores para incentivarem os leitores a continuar comprando, colecionando e lendo a sequência dos números produzidos, e os que a acessavam de modo gratuito também poderiam fazer o mesmo.

No balanço geral dos anos após a crise de 1929, observou-se que este contexto de crise econômica impactou a materialidade da revista. Desde então, foram produzidos só 12 fascículos, e a quantidade de exemplares anuais foi decaindo. Em 1930 reduziram para 10 exemplares, em 1931 diminuíram para 4 edições, e em 1932 voltaram a 8.

De 1934 a 1940, o periódico estava vivendo o programa estabelecido por Noraldino de Lima que se guiou pela ideologia da eficiência para reorganizá-la. Mas,

diante de um cenário de turbulências econômicas, políticas e militares, tanto locais quanto mundiais, observou-se por meio do quadro acima, que a Secretaria de Educação teve que reduzir drasticamente a quantidade de números lançados nos últimos quatro anos de produção do periódico. Em 1936 e em 1937 foram apenas 4, em 1938 somente 5, em 1939 saíram só 2 (um por semestre), e em 1940 saíram apenas 3 números. Além dessas reduções, tais lançamentos também experimentaram uma grande decadência no volume de páginas, que decresceram de 800 para 600 páginas, depois para 474, e findaram no último com 247 páginas.

Essa contagem minuciosa das páginas produzidas anualmente foi necessária para se chegar ao dado mais importante do quadro acima: toda a primeira fase totalizou 11.281 (onze mil duzentas e oitenta e uma) páginas. Esse dado é essencial para a próxima discussão.

2.5 Número de páginas que veicularam o ideário católico

Após a contagem geral de quantas páginas foram produzidas, procedeu-se com a organização dos dados abaixo, para mostrar com precisão quantas páginas católicas saíram em cada ano do recorte apreciado.

QUADRO 13 – Número de páginas com temáticas católicas na *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940)

Ano	Quantas páginas cada texto alcançou	Total anual
1925	3+2+3+1+6	15
1926	1+2+1+2+1+1+1+2	11
1927	1	1
1928	3+2	5
1929	5+1+1+3+6+5	21
1930	2+5+12	19
1931	2	2
1932	3+5+8+7+10+15+2+7+12+5+3	77
1933	13+11+1+8+1+1+1+4+4+12+2+4+1+17+6+19+2+5+6+1+2+13+5	139
1934	2+2+7+1+1+3+1+7+1+1+6+5+1+4+1+1+1+1+3	50
1935	1+1+3+15+7+8+8	43
1936	13+15+3+13	44
1937	2+17+1	20
1938	1+1+11+1+1+1+8+1+1+1	27
1939	5+15+1+1+1+3	26
1940	4	4
Total geral		504

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa.

No item anterior contabilizou-se que o total de páginas produzidas pelo periódico durante a sua primeira fase foi de 11.281 (onze mil duzentas e oitenta e uma) páginas. No quadro acima, contabilizou-se que a quantidade total de páginas destinadas a propagar conteúdos católicos chegou a apenas 504 (quinhentas e quatro) páginas. Do volume geral de 100% das páginas produzidas, calculou-se que as páginas católicas representavam somente 4,46% desse montante. Dessa forma, aferiu-se que a temática do ensino religioso católico nesse periódico oficial mineiro era um assunto secundarizado. Não era nem de longe o assunto principal.

Apesar disso, esse assunto ainda merece ser estudado, porque se por um lado ele era minoritário, por outro lado, ele era um tema relevante de certa forma dentro da revista. Na leitura documental dela, reparou-se que os editores cediam poucas páginas para tratar dos conteúdos educacionais em geral, em torno de 2 a 4 páginas em média. Pensando nisso, reconheceu-se que eram raras as publicações de textos muito longos. Entretanto, alguns dos artigos católicos encontrados eram bem extensos. Conforme mostrado no quadro acima, alguns deles chegavam a ocupar muitas páginas seguidas de conteúdo: 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17 e até 19 páginas contínuas (destacadas em negrito no quadro 13). Nesse sentido, compreendeu-se que esses conteúdos católicos se despontaram dentre os demais tipos de publicações gerais por causa da extensão de páginas que obtiveram.

Além disso, reconheceu-se que o triênio (1932-1933-1934) concentrou os anos que totalizaram as maiores quantidades de páginas católicas, dentre todos os anos examinados. Acima é possível ver que em 1932 foram lançadas um total de 77 páginas com viés católico. 1933 foi o ano que liderou a produção geral de páginas com esse viés, com 139 ao todo. E em 1934 saíram 50 páginas. Ou seja, esses três anos consecutivos registraram as maiores extensões de páginas ocupadas com ensino religioso dentre todos os anos examinados.

Em resumo, com a intenção de diferenciar-se da dissertação de Coelho (2021a), na presente pesquisa⁴⁸ empreendeu-se uma recontagem geral de todas as páginas do periódico analisada no item anterior e neste item apresentou-se a recontagem das páginas

⁴⁸ Após a releitura de todos os 120 conteúdos católicos encontrados no recorte em apreço, infelizmente identificou-se que alguns dados apresentados no gráfico publicado em Coelho (2021a, p. 95) possuem dois erros: o total de publicações católicas não é 121, é 120, e em 1938 não foram 10 artigos e sim 9. Por isso esse gráfico não foi reaproveitado no atual trabalho.

católicas. No próximo item as reflexões se darão em torno da quantidade de textos que saíram em cada ano, após ele, se demonstrará em quais seções eles foram publicados.

2.6 Número de textos católicos publicados

Abaixo segue um novo quadro elaborado para simular uma linha do tempo e demonstrar a frequência anual dessas publicações reconferidas na atual pesquisa:

QUADRO 14 – Número anual de artigos católicos na *Revista do Ensino* MG (1925-1940)

1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	4
5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
5	8	1	3	10	5	2	13	23	20	7	4	3	9	6	1
Total geral = 120															

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa.

O quadro acima fornece uma noção geral de quantos textos de natureza religiosa saíram em cada ano de produção. Nele é possível visualizar que foi a partir de 1929 que aconteceu o primeiro aumento expressivo dessas publicações, que subiu a 10. Em 1930 e 1931 houve um decréscimo para 5, e depois 2.

Apesar dessa queda, na sequência vê-se que o triênio (1932–1933–1934) pode ser considerado o apogeu das publicações católicas na revista. Em 1932 foram 13 publicações; em 1933 foi a maior quantidade registrada dentre todos os anos, quando foram veiculadas 23 publicações; e em 1934, elas continuaram numerosas chegando a 20. Dessa maneira, pode-se afirmar que esses três anos consecutivos foram os que mais marcaram a materialidade da revista, ao registrarem os maiores índices da *Pedagogia Católica* ao longo da primeira fase.

Embora os anos de 1935, 1936 e 1937 tenham apresentado queda (decrecendo para 7, 4 e 3, respectivamente), em 1938 observou-se uma pequena elevação nas publicações católicas que chegaram a 9. Em 1939, a quantidade de textos reduziu para 6, e em 1940, somente 1 texto foi registrado.

Considerando todas essas variações, em resumo interpretou-se que, apesar dessas quantidades terem sofrido oscilações anualmente, o mais importante a se evidenciar é que

essas publicações se fizeram presentes continuamente em cada um dos anos (1925-1940) e totalizaram 120 textos.

Cruzando-se os dados do quadro 13 com os dados do quadro 14, analisou-se que o triênio (1932–1933-1934) foi o período que mais se destacou por 2 motivos: nesses anos a disseminação de textos educacionais católicos foi a maior registrada; e o total de páginas católicas publicadas em cada um desses três anos também foram os maiores, chegando a 77, 139 e 50 páginas, respectivamente.

Reconheceu-se assim, que ao longo dos 16 anos da primeira fase (1925-1940), o ideário católico conquistou um espaço editorial relativamente considerável nesse impresso educacional oficial. Por isso, é um tanto incoerente que uma revista oficial financiasse a divulgação desse discurso religioso, que serviria para doutrinação docente, pois educação pública se pretendia laica após a inauguração da República em 1889.

Então, para entender os motivos que levaram à publicação desses 120 textos de natureza católica nesse veículo de comunicação oficial financiado pelo dinheiro público do Estado, que se dizia laico no discurso republicano, é necessário explicar que o contexto histórico analisado estava permeado por disputas ideológicas entre o Estado laico e a Igreja Católica à nível nacional. Mas, à nível local (em Minas Gerais) as relações entre essas duas instituições eram amistosas (Araújo, 1986; Matos, 1990).

O que estava acontecendo no país entre os anos finais do Império e começo da Primeira República era o movimento da restauração católica, conforme Araújo (1986) e Azzi (1977, 1979, 1994) estudado na dissertação de Coelho (2021a). Resumidamente, pode-se elucidar que com a separação entre Estado e igreja após a promulgação da Constituição de 1891, a igreja jamais aceitou a perda de privilégios sofridos, sobretudo, a extinção do ensino religioso das escolas públicas, e por isso ela reagiu com todas as forças para tentar restaurar a sua influência sobre o Estado para mudar as decisões dos rumos que a educação iria tomar. Assim, ela se articulou em três campos: no campo da política, da educação e da imprensa, traçando estratégias para tentar recristianizar a sociedade brasileira (Araújo, 1986; Matos, 1990; Saviani, 2008).

Mas, em Minas Gerais a configuração era outra. Para Araújo (1986), apesar de o Brasil ter decretado constitucionalmente a separação entre Estado e igreja na inauguração da República, no estado mineiro especialmente, ambas as instituições fizeram é aproximarem-se ainda mais, com o clero católico estabelecendo uma política de colaboração mútua junto aos governantes, por questões de conveniência.

Minas Gerais já recebia interferências religiosas desde os tempos imperiais, com clérigos mineiros e homens católicos leigos investidos como autoridades políticas, sem contar as incursões do papado romano, conforme asseguram Azzi (1979), Araújo (1986) e Matos (1990), que apontam para os sinais de uma verdadeira romanização por aqui.

Nem sequer a Constituição de 1891 foi bem aceita entre os políticos mineiros, majoritariamente católicos, que logo trataram de reagir contra ela por meio do Congresso Constituinte de Minas Gerais, que em 15 de junho de 1891 promulgou a chamada Constituição Mineira “em nome de Deus Todo Poderoso”, fundamentalmente contra a laicidade e favorável à religião católica (Matos, 1990).

Paralelamente, o movimento da restauração católica no território brasileiro também foi ganhando maiores proporções durante as primeiras décadas do século XX, e alcançou o seu fortalecimento, principalmente, nas décadas de 1930 e 1940 (Azzi, 1994). Saviani (2008) argumenta que as estratégias mobilizadoras dos católicos se arquitetaram nos seguimentos da educação e da imprensa. Na educação houve a pressão pelo retorno do ensino religioso às escolas públicas, e na imprensa houve a difusão da Pedagogia Católica por intermédio dos impressos periódicos.

Conforme já debatido no capítulo 1, nos primeiros anos da República, sabe-se que nem todos os estados brasileiros aceitavam a participação religiosa nas suas decisões políticas e educacionais, e implementaram novas reformas da educação baseadas nos princípios da Escola Nova, a partir da década de 1920, a favor da escola pública e laica.

Contudo, no território mineiro a Igreja Católica dispendeu menos esforços para construir boas relações com os governos republicanos constituídos, porque essa sociedade ainda era bastante arraigada à tradição católica (Vidal; Faria Filho, 2002; 2005).

Em Coelho (2021a) demonstrou-se que nesse estado especialmente, a Igreja Católica encontrou uma sociedade de tradição religiosa conservadora e sucessivos governos estaduais dispostos a colaborem com seus interesses. E assim, esta conjuntura favorável acabou reverberando na educação e na imprensa educacional oficial. Nesse território, compreendeu-se que o ideário católico não apenas conseguiu se introduzir na *Revista do Ensino* (MG) de maneira eficaz, como também marcou presença em todos anos de produção.

Como os políticos mineiros e os membros das suas equipes de governo à frente da educação pública quando a revista foi criada (1892), e também produzida (1925-1940) eram assumidamente católicos, (como Afonso Penna, Mello Vianna, Antônio Carlos, Francisco Campos; Olegário Maciel e Benedito Valadares, e os membros de suas equipes

de governo como Lúcio José dos Santos, Francisco Campos, Mario Casasanta, Guerino Casasanta, Noraldino de Lima, dentre tantos outros), o que se viu foi a perpetuação das boas relações amistosas entre essas autoridades educacionais e as autoridades eclesiásticas que já existiam historicamente (Araújo, 1986; Coelho, 2021a). Afinal, a maior parte da população mineira, no contexto histórico do recorte em estudo, era majoritariamente católica (Matos, 1990). Reconhecendo isso, é possível entender o porquê da ocorrência dos 120 conteúdos católicos encontrados nesse veículo educacional bancado pela Imprensa Oficial mineira.

Como se verá ainda neste capítulo, estes textos foram escritos tanto por essas e outras autoridades educacionais, quanto por autoridades eclesiásticas mineiras. Apresenta-se a seguir o exame das publicações católicas em relação às seções.

2.7 As seções da Revista do Ensino (MG) na primeira fase

Na análise documental do periódico reconheceu-se que a aparição dos nomes das seções geralmente ocorria nos sumários colocados nas capas. Observou-se que a indicação das seções começou na capa do nº 2 (1925), porém nas capas das edições desse ano e dos anos seguintes, os nomes das seções desapareciam e apareciam constantemente. A partir do nº 26 (1926) (na figura 09 – apresentada anteriormente), percebeu-se que a indicação do nome das seções ficou intermitente, aparecendo debaixo dos sumários, nessa figura é notável os nomes: *Secção do Centro Pedagógico Decroly* e *Informações Úteis*. Essa mudança foi mais uma daquelas mudanças gráficas operadas durante a Reforma Francisco Campos.

Após essa reforma, verificou-se que foi somente a partir do nº 75 (1932) que a revista passou a indicar os nomes das seções de maneira fixa, em letras maiúsculas, sempre dentro dos sumários diagramados em duas colunas. Examinou-se que essa formatação se tornou uma regra editorial permanente desse, até o último número de 1940. Na capa do nº 75 (figura 17 – exibida posteriormente) aparecem, na primeira coluna do sumário, os nomes das seções *Nossa Experiência* e *Notas e Comentários*, e na segunda coluna aparecem *Daqui e Dali*, *Noticiário* e *Administração do Ensino*. Na capa do nº 76 (figura 18 – exibida posteriormente) aparecem, na primeira coluna do sumário, as seções *Redação*, *Colaboração*, *Daqui e dali*, e na segunda coluna aparecem as seções *Notas e Comentários*, *Traduções*, *Administração do Ensino* e *Nossas Experiências*.

Considerando-se as pesquisas de Britto (2020), Rodrigues e Bicas (2015) e Bicas (2005; 2006; 2008), à primeira vista acreditou-se que existia um embate entre Britto e Bicas. Porque na tese de Britto (2020) apareceram alguns nomes de seções⁴⁹ que estranhamente contrariavam todos os trabalhos de Bicas, que não apresentou tais nomes. Por isso, decidiu-se realizar uma nova leitura documental mais atenta de todas as capas e do interior dos 175 números do recorte apreciado, e percebeu-se que Britto (2020) tinha razão em mencionar a existência dessas outras seções (apontando que nelas existiam conteúdos ligadas à aritmética), pois constatou-se que realmente elas existiam no periódico.

Na ótica do presente estudo, apesar de os títulos das seções aparecerem claramente nos sumários da maioria das capas editadas entre 1932 e 1940, todavia, tais títulos se apresentavam, às vezes, de maneira bem confusa dentro do periódico, porque eram escritos apenas com letras maiúsculas, ao mesmo tempo em que outros textos também faziam o mesmo. Por isso, essa confusão faz sentido.

Então, para tentar resolver essa divergência, retomou-se a leitura dos estudos mencionados, e encontrou-se em Bicas (2006) uma explicação convincente que pôde sanar essa divergência de nomes: algumas seções que já existiam mudaram de nome.

Entretanto, como a autora não diz claramente quais foram as que mudaram de nome em nenhum dos seus estudos, realizou-se outra conferência das seções, e depois montou-se o quadro 15 abaixo. Deduziu-se que a seção *Oficial* (1925) provavelmente passou a se chamar *Atos Oficiais* (1928-1930); a seção *Administração do Ensino* (1932-1933) às vezes também aparecia só com o nome *Administração*; a seção *Redação* (1932-1940) também se chamava *Da Redação*; e em relação à seção *Notas e comentários* (1927-1937), o nome dela foi alterado para *Noticiário* (1929-1939) porque ambos os nomes coexistiram nesse último intervalo. Acreditando nisso, o embate entre as autoras foi resolvido.

Dito isso, apresenta-se a seguir o quadro elaborado colocando todos esses nomes e recortes mencionados, que foi organizado respeitando a ordem cronológica em que as seções apareciam e desapareciam.

⁴⁹ As seções mencionadas somente por Britto (2020) são: *Atos oficiais* (1928-1930), *Administração* (1932-1933); *Da Redação* (1932-1940); *Nossa experiência* (1932-1940) e *Notas e comentários* (1927-1937).

QUADRO 15 – Todas as seções da *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940)

Ano	Nome da Seção				
1925	Oficial	Variedades	Recreativa	Higiene Escolar	Pedagogia
1925-1926	Páginas imortais				
1926	Canto nas Escolas		Aula Aritmética	Folk	Os grandes nomes da Pedagogia
1927-1928	Era uma vez				
1928-1930	Atos Oficiais				
1927-1930	Informações úteis				
1928-1929	Seção do Centro Pedagógico Decroly				
1928-1930	Atos oficiais				
1929-1930	Nossos Concursos		A Voz da Prática		
1927-1932	Notas				
1928-1933	Daqui e Dali				
1930	Escola moderna				
1931-1937	Noticiário				
1932-1933	Administração do Ensino / Administração				
1932-1934	Nossa experiência				
1932-1940	Redação / Da Redação		Traduções		Colaboração
1933	Movimento educacional				
1934-1940	Transcrições				
1934-1935	Exercícios escolares				
1936	Comunicado				
1937-1938	Bibliografia				
1939-1940	Nossas escolas				
1940	Homenagem				

Fonte: Quadro elaborado com base em Rodrigues e Biccás (2015), Biccás (2005; 2006; 2008) e Britto (2020).

Dos estudos citados acima não é possível afirmar categoricamente qual seção era mais importante do que outra, porque elas tinham enfoques diferentes. E como não é possível falar de todas, Biccás (2005) destaca duas que foram especialmente desenvolvidas para falar de professor para professor: *Nossos Concursos* e *A Voz da Prática*, ambas do período (1929-1930). Os produtores faziam concursos para que os professores se inscrevessem e ganhassem prêmios, e um dos prêmios era a publicação de seus escritos didáticos no periódico.

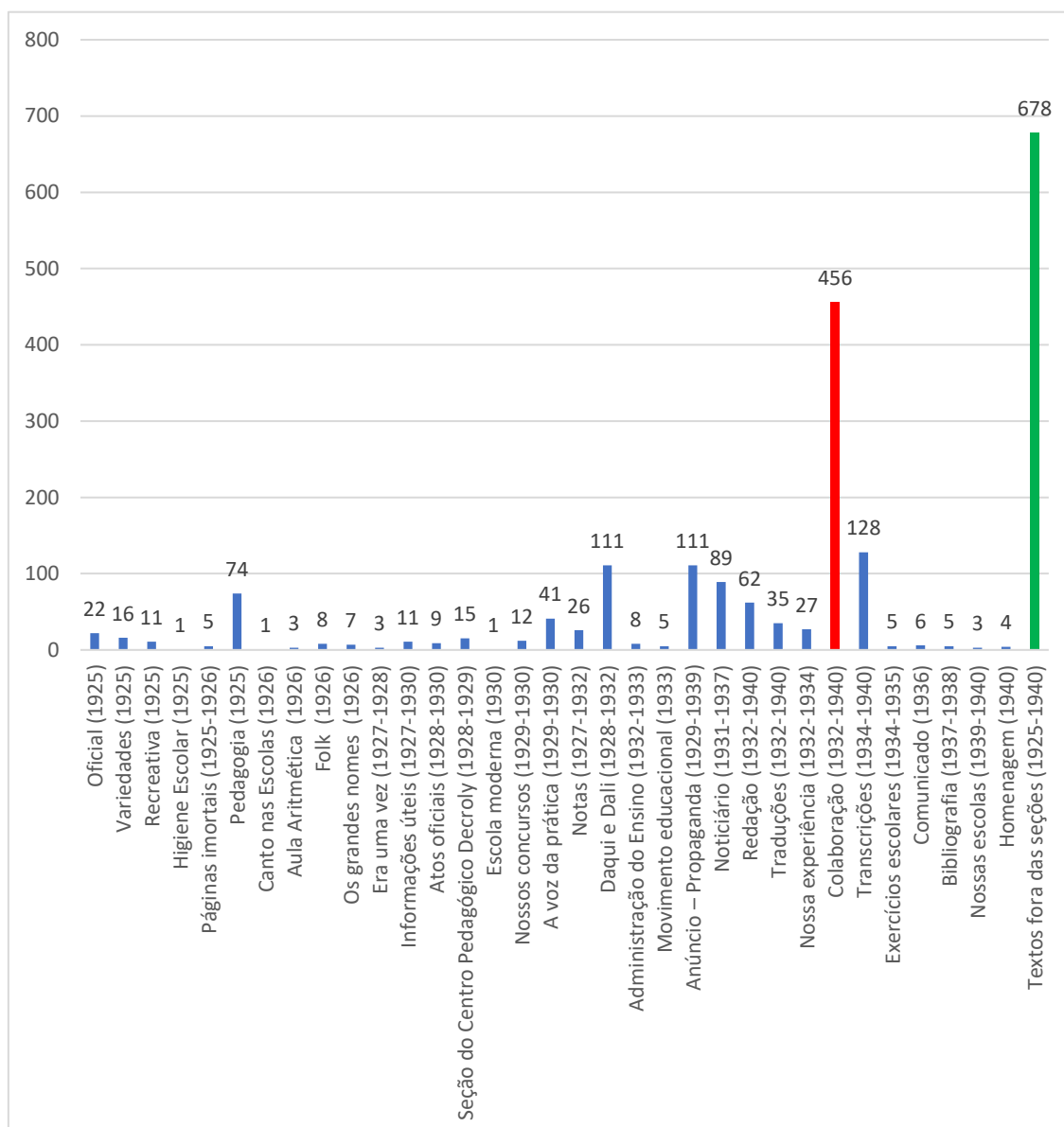
O uso e a forma que essas seções [*Nossos Concursos* e *A Voz da Prática*] passaram a ter na *Revista do Ensino* mostram uma intenção clara dos editores: a de assegurar um modo de inculcação e de apropriação dos novos preceitos pedagógicos apresentados nos regulamentos e programas do ensino primário. As seções foram

utilizadas como uma estratégia articulada para dar visibilidade às boas práticas produzidas por professores reais, que estavam dentro das salas de aula espalhadas por todo o Estado. (Biccas, 2005, p. 165).

Depois que as seções *Nossos Concursos* e *A Voz da Prática* foram extintas em 1930, ao que parece, a seção *Colaboração* assumiu, em parte, a finalidade dessas outras, só que sem os concursos, mas ela recebia a colaboração de trabalhos escritos por vários professores e professoras, além de receber artigos de autoridades educacionais e autoridades eclesiásticas para serem publicados.

A partir da elaboração do quadro 15, e com base em Rodrigues e Biccas (2015) e Biccas (2005; 2006; 2008), foi possível criar um gráfico para mostrar as quantidades de textos sobre assuntos variados que cada uma dessas seções veiculou:

GRÁFICO 01 – Quantidade de textos sobre temas variados publicados nas seções



Fonte: Gráfico elaborado com base em Biccás (2005; 2006; 2008).

É possível ver nesse gráfico que as seções *A Voz da Prática* com 41, e a *Nossos Concursos* com 12 receberam poucas redações. Já a seção *Colaboração* foi a que mais se destacou ao propagar 456 textos de assuntos variados (vide cor vermelha), essa foi a maior quantidade de textos inseridos em seções, por isso ela pode ser considerada como a seção mais pujante de todas.

Após a indicação dos nomes das seções, procurou-se examinar quantas publicações de natureza católica foram inseridas dentro delas. No anexo C desta pesquisa consta o quadro com o levantamento geral dos 120 textos católicos, e na última coluna dele exibe-se exatamente o nome de cada seção onde cada texto foi publicado, e também aqueles que ficaram de fora das seções. Por meio desse reconhecimento geral foi possível verificar que os artigos católicos só apareceram no interior de algumas seções descritas abaixo.

QUADRO 16 – Número de textos católicos nas seções

Ano	Nome da Seção	Quantidade
1925	<i>Pedagogia</i>	1
1926	<i>Os grandes nomes da Pedagogia</i>	2
1927	-	0
1928	-	0
1929	<i>Daqui e Dali</i>	4
	<i>Atos Oficiais</i>	1
1930	<i>A Voz da Prática</i>	3
1931	-	0
1932	<i>Traduções</i>	2
	<i>Colaboração</i>	4
	<i>Daqui e Dali</i>	1
1933	<i>Da Redação</i>	1
	<i>Daqui e dali</i>	1
	<i>Noticiário</i>	4
	<i>Colaboração</i>	13
	<i>Notas e Comentários</i>	1
	<i>Redação</i>	1
	<i>Colaboração</i>	17
1934	<i>Redação</i>	1
	<i>Traduções</i>	1
	<i>Redação</i>	1
	<i>Colaboração</i>	6
1935	<i>Transcrições</i>	1
	<i>Colaboração</i>	4
1936	<i>Colaboração</i>	2
	<i>Noticiário</i>	1
1937	<i>Colaboração</i>	8
	<i>Transcrições</i>	1
1938	<i>Colaboração</i>	5

	<i>Transcrições</i>	1
1940	<i>Homenagem</i>	1
Total		89
Textos sem indicação de seção		31

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa

Dos 120 textos com viés religioso católico encontrados na revista, descobriu-se que 89 deles estavam inseridos nas seções indicadas acima. Viu-se que foram somente 3 textos católicos postos em *A Voz da Prática* e nenhum na *Nossos Concursos*. Ou seja, nessas houve uma baixíssima inserção. E foi a *Colaboração* a que mais recebeu textos com esse viés e que se manteve fixa com esse comportamento de 1932 até 1939, publicizando 13 artigos em 1933, e 17 artigos em 1934, as maiores quantidades. Ou seja, justamente esses anos de 1933, 1934 e também o de 1932, conforme já elucidado até aqui, são os três anos que mais marcaram a materialidade desse impresso por causa do aumento e da concentração dessas publicações em seu interior.

Assim, no olhar da pesquisa, o fato de a maioria dos artigos católicos ter sido propagada majoritariamente na seção *Colaboração* significa dizer que eles receberam um destaque muito importante dentro desse suporte pedagógico, porque essa seção foi a que mais veiculou textos de diversos assuntos (vide cor vermelha no gráfico).

Por outro lado, também reparou-se que a prática editorial mais comum era a de alocar poucos textos dentro das seções (geralmente postos, ou no começo, ou na metade das páginas das edições), porque a maioria dos conteúdos de assuntos variados era distribuída fora das seções. E esses foram chamados por Biccás (2005, 2006, 2008) de *Sem indicação*. Possivelmente porque cada edição reunia assuntos tão diversificados entre si, que os editores não se importavam tanto em separá-los por seções. Essa autora contabilizou 678 textos fora das seções (vide cor verde no gráfico), e essa quantidade foi a maior de todas, como se pode notar acima. Considerando isso, a presente pesquisa também contabilizou 31 textos católicos que estavam fora das seções.

Em síntese, examinou-se que, embora a Pedagogia Católica tenha sido um assunto minoritário em termos de volume de páginas, ocupando menos de 5% do total de páginas produzidas, essa pedagogia soube se introduzir dentro desse suporte material oficial de maneira perspicaz, conquistando uma visibilidade privilegiada em locais estratégicos: publicou a maioria dos seus artigos dentro da seção *Colaboração* que era a mais pujante, obteve publicações longas que chegaram a alcançar de 5, 7, 9, 11, 15, 17 e até 19 páginas (em detrimento de outras que ocupavam em média só de 2 a 4 páginas); aproveitou a receptividade encontrada no triênio (1932-1933-1934) para acumular mais

espaço editorial; e também recebeu algumas aparições de destaque em algumas capas, além de publicar ilustrações no interior das lições de catecismo. Esses dois últimos aspectos mencionados serão examinados no item seguinte.

Deste modo, diante de todas essas estratégias editoriais reconhecidas por essa pesquisa, pode-se dizer que o ideário católico conseguiu afetar a construção material da revista.

2.8 A materialidade dos enunciados católicos: capas, imagens e sumários com elementos religiosos

Analisando-se todas as capas e o interior dos 175 números (ou 115 exemplares impressos fisicamente), a partir deste item apresentar-se-á uma linha do tempo para demonstrar que os conteúdos católicos estiveram presentes em capas de quase todos os anos do período (1925-1940), sendo encontrados elementos seus no recorte (1926-1939).

Observou-se que a capa do nº 11 (1926) é a primeira de todas as capas que divulgou um conteúdo alinhado ao ensino religioso. Trata-se de uma oração em tom de súplica feita por uma professora idealizada que suplica ao seu Senhor (subentendido por esta pesquisa como Jesus Cristo) que a ajudasse a exercer o magistério primário na terra.

FIGURA 12 – Capa do nº 11 (1926)



Fonte: *Revista do Ensino*, v. 2, nº 11, (1926, p. 33).

As análises do conteúdo da *Oração da Mestra* serão empreendidas de maneira detalhada no Capítulo 3 deste trabalho. Lá está exposta a citação completa de todo o artigo escrito nessa capa, porque tal texto, em especial, congregou nele duas importantes categorias analíticas que serão esmiuçadas no capítulo seguinte (as representações de mulher-professora-mãe, e de mulher-professora-solteirona de instinto maternal). Ou seja, tais categorias serão debatidas primeiro, depois feita a respectiva exposição e subsequente análise desse conteúdo, que aliás foi republicado no nº 95 (1933, p. 1-2), onde apenas o título *Oração da Mestra* foi trocado para *Oração do Mestre*, mas o texto em si propriamente, se manteve inalterado. Sendo assim, julgou-se mais apropriado organizar a pesquisa desta forma.

Por enquanto, importa enfatizar que a capa do nº 11 (1926) foi uma capa relevante por dois motivos: a) ela foi a primeira capa a veicular um conteúdo católico na revista; e b) este texto é a primeira mensagem de teor religioso registrada endereçada às professoras primárias e normalistas.

Já em relação àquelas capas que chegaram a ser ilustradas, é preciso considerar que alguns símbolos dão pistas ao leitor e tentam construir representações sociais sobre

determinados temas por intermédio das suas informações, porque “A imagem de uma capa de revista pode ser considerada um protocolo de leitura e, como tal, tem por propósito comunicativo sugerir ao leitor uma maneira de ler e produzir uma significação do texto” (Fraga, 2013, p. 74).

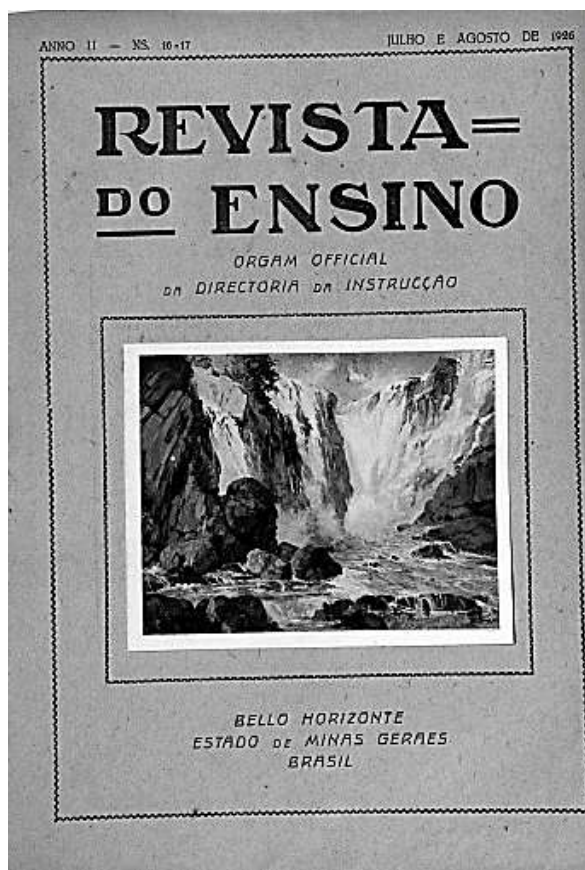
Examinando-se o interior desse periódico mineiro, reparou-se que, geralmente, as imagens se relacionam com os textos ao redor delas, chegando até mesmo a funcionar como complemento deles para atraírem o olhar dos leitores a perceberem essa iconografia e desejarem ler o texto vinculado a ela.

É nesse sentido que Chartier (2004) analisou as ilustrações de alguns livros em seu estudo, ele teceu algumas interpretações muito importantes para o entendimento da iconografia ressaltada na presente pesquisa. O que representa colocar uma imagem no começo de um texto impresso? Significa declarar que essa imagem é singular e importantíssima aos olhos dos seus editores, por isso foi posta ali, passando a funcionar como uma chave que destranca a compreensão do texto:

Quando a imagem é única, ela se encontra mais frequentemente ou nas primeiras páginas do livro ou na última. [...] Colocada no começo, a ilustração induz a leitura, fornecendo uma chave que diz através de que figura o texto deve ser entendido, seja porque a imagem leva a compreender o todo do texto pela ilustração de uma de suas partes, seja porque propõe uma analogia que guiará a decifração. [...] (Chartier, 2004, p. 276).

Considerando isso, reconheceu-se no recorte histórico analisado (1925-1940) que a capa do nº 16-17 é a única capa que divulga uma ilustração que contém elementos religiosos simbólicos. Eles foram colocados de maneira discreta, quase imperceptíveis à primeira vista. Quando se olha a imagem veiculada nessa capa abaixo, não se percebe nada de especial, a princípio pode parecer que ela é uma simples pintura de uma cachoeira, já que não existe nenhum título ou legenda explicando o sentido dela, como se vê abaixo:

FIGURA 13 – Capa do nº 16–17 (1926)



Fonte: *Revista do Ensino*, v. 2, nº 16-17, 1926.

Contudo, na leitura atenta ao interior desse exemplar, verificou-se que na última página dele, a própria redação da revista escreveu um trecho que explica com clareza o sentido católico que essa capa carrega:

A capa, em pequeno quadrilátero, mostra a primeira dessas produções em um belo pedaço de nossa natureza tropical e no texto se depara a reprodução de duas telas históricas: uma já celebre — *a primeira missa no Brasil* — e o julgamento de *Felippe dos Santos* de Antonio Parreiras, quadro executado por ordem de governo de Minas. Mas, a *Revista do Ensino* ao dar, nesta edição [...] quadros que relembram a nossa Historia, não visou, apenas, tornar-se mais interessante: a *Revista* endereça, especialmente, essas reproduções [...] às professoras do Estado, para que estas, tirando-as de suas paginas e emoldurando-as discretamente, as colloquem à parede de suas salas de aulas [...] nas escolas de Minas [sic] (*Revista do...*, 1926, p. 344).

Essa imagem da cachoeira simboliza a primeira missa rezada no Brasil em 26 de abril de 1500. Após a explicação do significado dessa cachoeira da capa, como se lê no trecho acima, o ideário católico contido na voz do próprio periódico fez um pedido direcionado especificamente à todas as professoras de Minas Gerais, que chama a atenção: ao serem homenageadas por meio do nº 16-17 (1926), produzido e dedicado

especialmente a elas, em contrapartida elas deveriam recortar essa gravura da cachoeira, depois emoldurá-la e por fim fixá-la na parede das suas salas de aula. Ou seja, reparou-se que a capa deste número e a sua última página escondiam esse simbolismo religioso, e essa mensagem especificamente direcionada à todas as professoras mineiras catequistas, ou não, para que elas se voltassem para o ensino religioso, porque:

Associar a formação da professora à da catequista é incitar essa ação conjunta nas salas de aula das escolas primárias do estado de Minas Gerais significava instituir, de forma legítima, uma cultura católica com o aval do próprio estado, tendo em vista que essas ações foram pensadas para os professores das escolas públicas e privadas. Significava, ainda, promover a formação de um perfil de professora que deveria ter a consciência integral dos seus deveres sociais e cristãos, mobilizando-se em prol do projeto de recristianização da nação (Orlando, 2014, p. 213).

Considerando isso, se as orientações prescritas na última página do nº 16-17 fossem acatadas pelas professoras mineiras “em um lugar da sociabilidade escolar como a sala de aula”, esse símbolo poderia lembrá-las dos hábitos construídos pela “sociabilidade religiosa: a missa, a frequência à Igreja [Católica]” (Coelho, 2021a, p. 97-98). Deste modo, acredita-se que essas prescrições emitidas pelo próprio periódico especificamente voltadas às professoras primárias poderiam auxiliar na perpetuação da associação da figura da professora à uma sacerdotisa no exercício do magistério escolar. E esse debate continuará sendo desenvolvido no capítulo seguinte, com as análises de outros artigos de sentido católico como esse, voltados para as docentes mineiras.

Por enquanto, para fechar as análises da capa do nº 16-17 (1926), importa reiterar que essa capa foi a única capa que reproduziu uma imagem de sentido católico nesse impresso oficial. Mas, apesar de essa ter sido a única, analisou-se por outro lado que, em geral, as capas com iconografias não eram também uma tradição editorial contínua na revista, e sim uma exceção, percebeu-se que a regra mais praticada na maioria das capas envolvia a exibição de sumários. E assim, contabilizou-se a ocorrência de 16 capas entre 1929 e 1939, que deram visibilidade em seus sumários a títulos de artigos pedagógicos claramente católicos, o que os tornou ainda mais chamativos aos leitores. Listar estes enunciados propalados abaixo é útil para demonstrar que a Pedagogia Católica conseguiu se introduzir num local de grande visibilidade como esse.

QUADRO 17 – Capas que exibiam enunciados católicos em seus sumários (1925-1940)

Capa	Título do artigo	Quem escreveu?
nº 29 (1929)	<i>A pedagogia de Jesus Cristo</i>	Mario Casasanta
nº 75 (1932)	<i>A vida de Jesus e o ensino do catecismo</i> (continuação)	Maria Luiza de Almeida Cunha
nº 76 (1932)	<i>A vida de Jesus e o ensino do catecismo</i> (conclusão)	Maria Luiza de Almeida Cunha
nº 77 (1932)	<i>Catecismo</i>	Marie Fargues
nº 77 (1932)	<i>Catecismo</i> (continuação e conclusão)	Marie Fargues
nº 94 (1933)	<i>O conceito cristão da educação</i>	Maria Luzia de Almeida Cunha
	<i>Deve a escola nova renegar a escola tradicional?</i>	Arcebispo de Diamantina Joaquim Silvério de Souza
nº 97 (1933)	<i>A disciplina que nos convém</i>	Guerino Casasanta
	<i>Jesus Christo na escola</i>	Manoel Casasanta
	<i>Colégio N. S. das Dôres</i>	Bispo Diocesano de Uberaba Frei Luiz Maria de Santana
nº 98-99-100	<i>Ensino moderno e Religião</i>	Cônego Raymundo de Almeida
nº 101 (1934)	<i>Decálogo do Professor</i> (Os dez mandamentos do bom professor)	Mario Rebêlo
nº 118 (1935)	<i>Oração à Pátria</i>	Revista do Ensino (MG)
nº 119 (1935)	<i>A influência da religião na educação da criança</i>	Maria Luzia de Almeida Cunha
nº 120-121 (1935)	<i>Allocução</i>	Monsenhor Arthur de Oliveira
	<i>O papel do clero na ruralização do ensino</i>	Maria Aracy Lessa
nº 128-133(1936)	<i>A Escola Nova Cristã</i>	Irmã Olga
nº 134-136 (1937)	<i>Aulas de religião</i>	M. Lourdes Borges de Souza Barros
nº 137-139 (1937)	<i>Anchieta educador</i>	Alaide Lisboa
nº 158-163 (1939)	<i>A Pedagogia moderna e a educação cristã</i>	Teobaldo Miranda Santos

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa

No quadro acima, os nomes de quem escreveu esses enunciados foram indicados para oferecer uma pequena amostra de quem eram alguns articulistas católicos. Mas, a discussão sobre a identidade dessas personalidades que escreveram os 120 artigos encontrados, separadas entre autoridades educacionais e autoridades eclesiásticas e professores(as), foi organizada no item seguinte.

Em termos gerais, em relação às 16 capas indicadas no quadro 17, observou-se nos 175 números (1925-1940) que a regra editorial da revista era a de destacar uma minoria de títulos de artigos nos sumários das capas. Só eram destacados os títulos de textos considerados como os mais importantes aos olhos dos editores. Por isso, é plausível

pensar que ocupar uma posição de destaque numa capa, não era para qualquer um. Ou seja, a presença de 20 títulos de artigos católicos colocados propositalmente nos sumários dessas capas, pode significar que eles detinham algum grau de privilégio na visão dos editores, afinal eles os selecionaram em detrimento de uma multidão de outros títulos, para serem propalados nesse lugar especial, a primeira vitrine da revista: as capas.

Esse quadro 17 foi elaborado para reiterar que a partir de 1929 as publicações católicas começaram a aumentar no interior do periódico, chegando a 10 textos (conforme já analisado no quadro 14). E esse aumento percebido afetou a materialidade desse impresso a partir desse ano em diante.

Notou-se que a partir do exemplar de nº 29, Mario Casasanta foi o articulista que começou a tratar de maneira mais recorrente sobre a Pedagogia Católica dentro no periódico, cujo sumário denuncia esse tipo de assunto. A impressão que se tem, é que Mario Casasanta assumiu a liderança no aumento dessas publicações e incentivou outras personalidades a escreverem sobre ele nos próximos números lançados, porque reconheceu-se que a partir de 1929 os artigos escritos sobre essa pedagogia aumentaram e dispararam após 1932.

Neste trabalho, importa ratificar que foi a partir de 1929 que os conteúdos católicos realmente foram ganhando mais espaço editorial dentro da revista, e encontraram o seu ápice em três anos consecutivos (1932-1933-1934). Esse triênio expressivo marcou a materialidade dela por meio da chegada do ensino do catecismo, em sintonia com a publicação de outros temas como educação e religião, escola moderna e ensino religioso, dentre outros títulos de textos (enunciados) do quadro 17.

Escreveu-se nestes parágrafos acima apenas uma prévia de como era o teor de alguns desses artigos católicos, para demonstrar que eles afetaram a construção de algumas capas e, por conseguinte, o interior desses números.

As capas a seguir merecem ser expostas porque elas inauguraram o mais importante marco material construído a partir de 1932, até 1934, traduzido como o apogeu dessas publicações com a chegada do ensino do catecismo, que se expandiu para o interior do nº 74, do nº 75 e do nº 76 (com 20 lições de catequese). Uma expansão como essa ainda não tinha sido vista até então.

O nº 74 (1932) é o exemplar que iniciou a publicação da 1ª até a 7ª lição do catecismo, que ocupou oito páginas seguidas. A capa dele não foi exibida abaixo porque ela não tem sumário, há apenas uma pequena imagem de um casal de crianças lendo juntas de cabeça baixa (no olhar dessa pesquisa essa ilustração não tem nenhuma relação com o

catolicismo). Mas, importa ressaltar que foi nessa edição, entre as páginas 14 e 20, que se iniciou a primeira parte do conteúdo denominado *A vida de Jesus e o ensino do catecismo*, que prometeu uma continuação dele nas edições seguintes. Esse título depois se mostrou indicado nos sumários das próximas capas expostas abaixo.

FIGURA 14. Capa do nº 75 (1932)

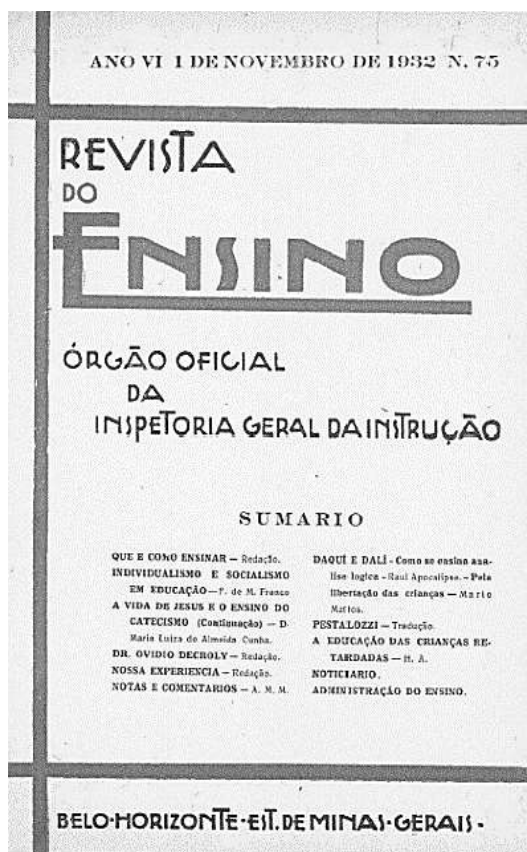
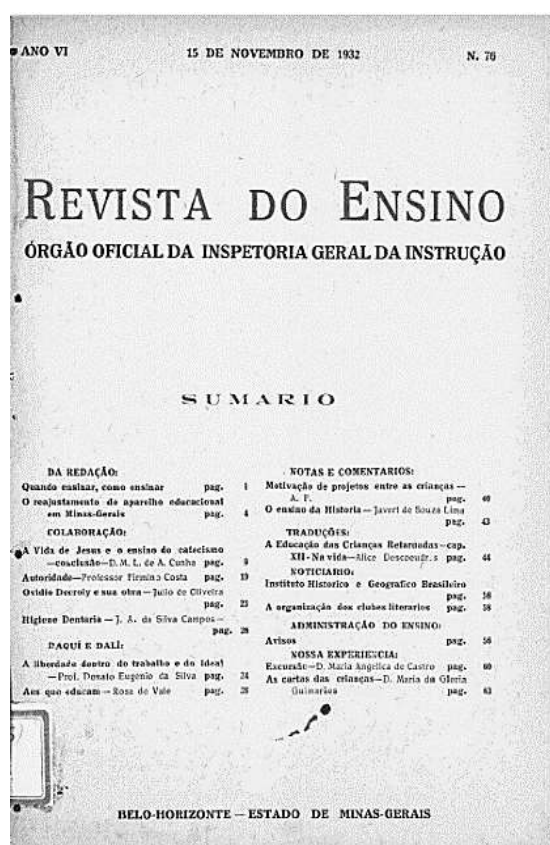


FIGURA 15. Capa do nº 76 (1932)



Fonte: Revista do Ensino (MG), v. 6, nº 75, 1932. Fonte: Revista do Ensino (MG), v. 6, nº 76, 1932.

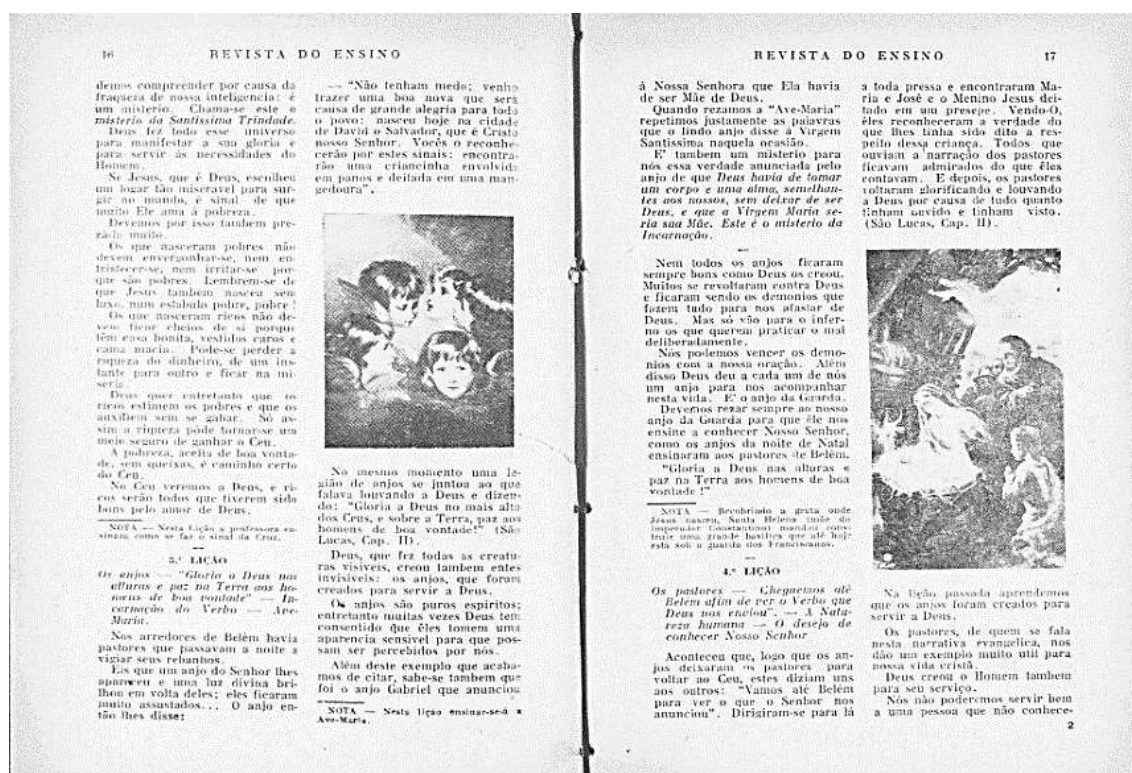
Concorda-se com Fraga (2013, p. 77) quando diz que: “As capas também se reportam ao conteúdo da revista, apresentando-o ao leitor, que assim se depara com um contato inicial do seu conteúdo pelo sumário”. Ou seja, ao se deparar com essas duas capas acima o(a) educador(a), potencial leitor(a) de tais exemplares, através do sumário já sabia que no interior do impresso encontraria narrativas pedagógicas que funcionavam como propostas didáticas de como poderiam dar aulas de religião.

Ambas as capas expostas acima exibem na primeira coluna do sumário, em terceira posição, o título *A vida de Jesus e o ensino do catecismo*, ali colocado para avisarem os leitores que as lições do catecismo iniciadas no interior do nº 74 iriam continuar nos dois números seguintes. No interior do nº 75 (1932, p. 9-14) foram veiculadas seis lições didáticas de catequese em sequência, indo da 8ª até a 13ª, ocupando

sete páginas escritas mescladas com ilustrações relativas ao nascimento do Jesus. E o interior do nº 76 (1932, p. 9-18) veiculou o encerramento das sete últimas lições, da 14ª até a 20ª lição, que consumiram dez páginas sequenciadas, intercalando texto com imagens sacras.

Tanto Coelho (2021a), quanto Biccás (2008), concordam que especialmente o nº 74, o nº 75 e o nº 76 marcaram a materialidade do periódico. E Biccás (2008, p. 110) até chega a se perguntar: “REVISTA OU CATECISMO?”. Porque nessas edições o projeto editorial havia sido modificado para assumir as feições de um manual de catequese, como se pode ter uma noção por meio das figuras abaixo.

FIGURA 16 - A 2ª e a 4ª Lição de catecismo no nº 74 (1932)



Fonte: Revista do Ensino (MG), v. 6, nº 74, 1932, p. 16-17.

Com Base em Santos e Egido (2018) e Fraga (2013), interpretou-se que essas imagens no interior dessas páginas acima poderiam atrair o olhar dos leitores apressados, criando um vínculo com eles. Esses símbolos aludem ao ensino religioso, e poderiam interessar aos educadores que se identificavam com a temática. Ao olhar as páginas acima, infere-se que a organização do texto em duas colunas e a inserção de imagens sacras do rosto de anjinhos e do nascimento de Jesus numa manjedoura (p. 16 e p. 17) serviram para facilitar os leitores apressados a correrem rapidamente os olhos no texto,

tornando-o mais fácil e rápido de ler. E a diminuição do espaçamento das entrelinhas e do tamanho da fonte diminuídos poderiam ter sido estratégias gráficas para a inserção de um conteúdo pedagógico longo em menos espaço, pois a proposta era associar a ele ilustrações e enfatizá-las, semelhante aos manuais de catequese. Supõe-se isso com base em Orlando (2008; 2014).

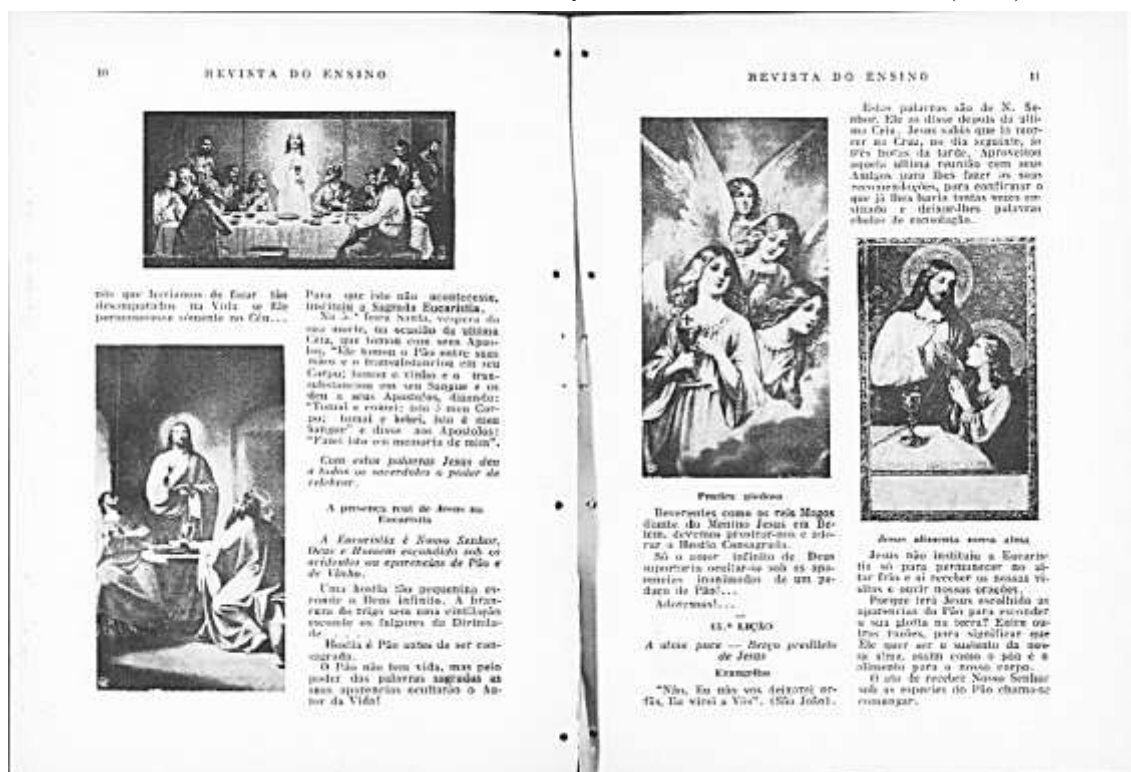
Segundo Fraga (2013, p. 78), “a maioria das imagens aparece como complemento dos textos publicados para ilustrar, de maneira informativa, os conteúdos enfocados”, desta maneira, quando os editores de uma revista expõem ilustrações e fotografias, eles “visam assegurar a clareza das informações difundidas e direcionar o entendimento daquilo que se pretende transmitir”.

[...] a imagem pode se constituir para o leitor em um lugar de memória que indica, por meio de uma representação, a história, o ensinamento ou constrói, como uma figura simbólica, o sentido que o texto deve ter ao ser lido (Fraga, 2013, p. 74).

De maneira semelhante, Chartier (2004) explica que quando uma imagem é posta dentro de um objeto impresso, essa imagem tem uma função: “permite fixar e cristalizar, em torno de uma representação única, aquilo que foi uma leitura entrecortada [...] Ela fornece, assim, a memória e a moral do texto” (Chartier, 2004, p. 276-277).

Neste sentido, as figuras 16 e 17 são duas amostras de como eram essas 20 lições de catecismo publicadas nessa revista oficial. Elas eram cheias de imagens, possivelmente para tentarem “fixar e cristalizar, em torno de uma representação única” o ideário católico na mente dos leitores dessas lições. Abaixo apresenta-se a outra figura.

FIGURA 17 - A 14ª e a 15ª lição de catecismo do número 76 (1932)



Fonte: Revista do Ensino (MG), v. 6, nº 76, 1932, p. 10-11.

Essa figura 17, que mostra a página 10 do nº 76, apresenta na segunda coluna o subtítulo “A presença real de Jesus na Eucaristia”. E esse é o principal assunto debatido nas lições publicadas. Orlando (2008), que estudou o pensamento do Padre Álvaro Negromonte,⁵⁰ assegura que ele era uma referência no ensino de catecismo para as Escolas Normais mineiras e nacionais. Ela explica que, na ótica desse padre, a eucaristia seria uma celebração religiosa sagrada para os católicos, onde eles acreditavam que a hóstia se transformaria literalmente no corpo de Jesus. A autora explicou esse ritual:

A Eucaristia [...] segundo Negromonte, produz efeitos na alma e no corpo. Quanto à alma, ela produz um aumento da graça, por conter em si o próprio Cristo, e estabelece uma união profunda entre Este e a pessoa que comunga, excitando, com isso, o fervor dos fiéis [...] Quanto ao corpo, a Eucaristia modera as paixões [...] que se opõem à caridade; agindo diretamente sobre o corpo, “a carne de Cristo diminui os sentimentos desordenados: ‘a nossa carne transformando-se na carne de Cristo vai tomando aos poucos as suas virtudes’” (Orlando, 2008, p. 232).

⁵⁰ Orlando (2008; 2014) explicam que o Padre Álvaro Negromonte se dizia a favor da união da tradição religiosa com a modernidade pretendida pelos intelectuais defensores da Escola Nova; conservar a tradição significava preservar os princípios, e “abraçar a modernidade”, significava readequar esses princípios convergindo-os na proposta da Escola Nova Cristã.

Neste sentido, é bem provável que a articulista Maria Luiza de Almeida Cunha, que escreveu essas 20 lições intituladas de *A vida de Jesus e o ensino do catecismo*, tenha se inspirado nos manuais de catequese escritos pelo Padre Álvaro Negromonte. Pois, segundo Orlando (2008; 2014), esse homem escreveu obras que se tornaram referência para o público das professoras catequistas, oferecendo formação docente para o ensino religioso. E ele também defendia que não só as professoras de catequese das paróquias deveriam ensinar essa formação religiosas às crianças, mas também todo o professorado das escolas públicas e confessionais.

Conforme a autora, esse padre escrevia que todas as professoras em geral e as normalistas deveriam se sentirem responsáveis por ensinarem tanto as matérias escolares, como também o catecismo: “Não obstante as recomendações às professoras formadas pelo Curso Normal, Negromonte reitera que a obrigação de ensinar o catecismo não se restringe a elas [...] Nesse caso, todas as pessoas têm o dever de ajudar no ensino do catecismo” (Orlando, 2008, p. 268).

Neste sentido, pode-se dizer que essas 20 lições catequéticas publicadas na *Revista do Ensino* (MG) funcionaram como propostas didáticas que serviram para inspirarem os/as docentes quanto à inserção da educação religiosa em sala de aula. Deste modo, reconheceu-se que o público das professoras primárias e normalistas, catequistas, ou não, estava sendo diretamente conclamado em Minas Gerais a refletir sobre esse assunto por meio desse impresso pedagógico oficial, que segundo Biccás (2008) chegava em todo o território mineiro.

Ou seja, até aqui na pesquisa demonstrou-se que o ideário católico conseguiu articular essa e outras publicações dentro desse suporte impresso oficial de grande circulação, a fim de sugestionar o público docente mineiro a aderir ao ensino do catecismo dentro do ambiente das escolas públicas.

As últimas capas⁵¹ exibidas a seguir colocaram em seus sumários enunciados católicos, elas foram inseridas aqui somente para demonstrar que esse viés religioso conseguiu aparecer até o penúltimo ano de produção, 1939.

FIGURA 18. Capa do nº 134-135

FIGURA 19. Capa do nº 158-163

⁵¹ O novo formato editorial definido para as capas criadas a partir de 1932 que fixou a aparição dos nomes das seções dentro dos sumários foi verificado claramente nas figuras 18 e 19. Nelas vê-se que o destaque conferido aos nomes das seções tornou-se ainda mais nítido, por causa do alinhamento centralizado. A capa do nº 134-135 (1937) exhibe os nomes das seções *Colaboração*, *Bibliografia* e *Transcrições*; e a capa do nº 158-163 (1939) exhibe as seções *Colaboração* e *Transcrições*.



Fonte: Revista do Ensino (MG), v.11, n.º134-135, 1937.



Fonte: Revista do Ensino (MG), v.13, n.º158-163, 1939.

No sumário do n.º 134-136 (1937), no final da primeira coluna, há o título *Aulas de religião*, e na capa do n.º 158-163 (1939), na segunda coluna, consta em penúltimo lugar o título *A pedagogia moderna e a educação cristã*.

Em resumo, considerando as capas do n.º 11 (1926) da *Oração da Mestra*, do n.º 16-17 (1926) a da cachoeira que aludia à primeira missa rezada no Brasil, indicadas anteriormente, juntamente com a tabela das 16 capas que continham títulos alusivos ao tema (o quadro 17), contabilizou-se ao todo que esse ideário religioso marcou a materialidade dos sumários de 19 capas no período (1926-1939). Apesar de serem bem poucas essas capas, reconheceu-se por outro lado, que esses enunciados apareceram com constância nessas vitrines desse impresso oficial.

Mas, é ainda mais significativo perceber que foi no interior dos exemplares editados entre (1925-1940) que a Pedagogia Católica demarcou a sua presença em cada um desses anos de produção, sem cessar.

Assim sendo, em síntese, é importante ressaltar que a maior parte da iconografia expressivamente católica se concentrou realmente não foi em capas, mas sim no interior de apenas 4 exemplares, são eles: o n.º 23 (1927, p. 515), o n.º 74 (1932, p. 14-20), o n.º 75

(1932, p. 9-14), e o nº 76 (1932, p. 9-18). As imagens publicadas nessas páginas serão examinadas mais detalhadamente no Capítulo 3 dessa pesquisa.

Considerando que são somente esses 4 números da *Revista do Ensino* (MG) que contém dentro deles ilustrações alusivas explicitamente ao catolicismo, é preciso reconhecer que são bem poucas as páginas que, de fato, apresentam esse recurso imagético que tornou esse impresso oficial, nesses casos, muito mais parecido com um manual de catecismo.

Percebendo isso, com base em Chartier (2004) chegou-se ao entendimento de que o catecismo ilustrado, (presente majoritariamente nessas 20 lições catequéticas - visíveis nas figuras 16 e 17), foi graficamente planejado para conter várias figuras, a fim de oferecer a materialização da simbologia cristã aos leitores desse impresso. Pois, o simbolismo é um recurso material que ajuda a reforçar e a cristalizar na mente as representações, e isso poderia ser muito útil para sedimentar estes símbolos religiosos no imaginário docente instigando-o à fé, à devoção, à apropriação cultural e à reflexão.

A seguir, apresenta-se o último tópico de reflexão escrito nesse capítulo.

2.9 A identidade dos articulistas

A fim de se diferenciar da dissertação de Coelho (2021a), que apontou a localização de todos os 120 artigos católicos encontrados no recorte apreciado, na presente tese de doutorado ressalta-se que uma nova releitura de todos esses textos foi estabelecida, e após isso, houve uma busca pela identidade das pessoas que os escreveram. Presumiu-se que a maioria dos articulistas poderia ser separada em três grupos: (1º) o grupo das autoridades eclesiásticas formado por pessoas inseridas em alguma posição da hierarquia da Igreja Católica (como Padre, Cônegos, Bispos, Arcebispo, e Monsenhor); (2º) o grupo das autoridades públicas ligadas à área da educação (Políticos de Minas Gerais; Secretários da Educação, Diretor(es) da Instrução Pública, e da Imprensa Oficial, Inspetor(es) da Instrução Pública; Inspetor(es) de Ensino, Assistentes Técnicos de Ensino; e Diretores de Grupo(s) Escolar(es), entre outros; e (3º) o grupo dos professores, composto basicamente por docentes do sexo feminino.

No desempenho do trabalho de identificação de quem eram todos os articulistas, de todos os quadros apresentados a seguir, levou-se em conta a indicação da própria revista, que na maioria dos casos indicava expressamente a identidade de quem publicou o texto, sobretudo, das pessoas que detinham alguma hierarquia na educação ou na

política (investidas nos cargos mais elevados da administração pública), ou da hierarquia eclesiástica, e isso facilitou em parte a elaboração de todos os quadros criados.

A partir dessa organização geral, abaixo expõe-se o quadro do 1º grupo.

QUADRO 18 – Autoridades eclesiásticas que publicaram no periódico (1925-140)

Articelistas	Quem eram?	Quantidade de artigos	Onde?	Período
D. Joaquim Silvério de Souza	Arcebispo de Diamantina-MG	2	nº 79, nº 94	1933
Octavio Chagas de Miranda	Bispo de Pouso Alegre - MG	2	nº 30	1929
Álvaro Negromonte	Padre	1	nº 80	1933
Frei Luiz Maria de Santana	Bispo Diocesano de Uberaba-MG	1	nº 97	1933
Raymundo de Almeida	Cônego de Curvelo - MG	1	nº 98-99-100	1934
Arthur de Oliveira	Monsenhor em Belo Horizonte - MG	1	nº 120-121	1935
Total		8		

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa.

Na análise documental desses conteúdos notou-se que, apesar de as autoridades eclesiásticas acima indicadas terem conseguido veicular apenas 8 artigos, por outro lado, observou-se que elas galgaram um privilégio. A elas foi concedido um volume considerável de páginas consecutivas para discursarem sobre a Pedagogia Católica.

Verificou-se que o Arcebispo de Diamantina Dom Joaquim Silvério de Souza foi o articulista do texto mais longo de todas as 120 publicações localizadas. O periódico cedeu para ele 19 páginas consecutivas no nº 94 (1933). Acredita-se que essa publicação tão longa tenha sido uma homenagem intencional feita pela revista à pessoa do Arcebispo Dom Joaquim, porque esse texto materializou nesse impresso um discurso proferido por ele dentro da Escola de Aperfeiçoamento, poucos dias antes do seu falecimento em 1933, e essa informação é explicitada no subtítulo desse artigo chamado “*Deve a Escola Nova renegar a escola tradicional?*”, publicado na seção *Noticiário*. Ou seja, depreendeu-se que a intencionalidade dos editores era a de homenagear a figura desse clérigo e também noticiar o ano do seu falecimento, demonstrando que esse acontecimento merecia ser avisado nesse impresso pedagógico oficial de grande circulação.

Além disso, a revista também já havia cedido outra generosa quantidade de páginas seguidas para o Arcebispo de Diamantina, que chegou a 11, dentro do nº 79

(1933), que veiculou outro discurso dele proferido no Grupo Escolar de Diamantina, onde foi honrado como paraninfo numa cerimônia de formandos dessa escola pública.

Uma outra característica marcante percebida em todos os discursos proferidos em cerimônias escolares, que merece ser destacada, é que quando o evento celebrativo se tratava de alguma formatura de normalistas, que estavam se diplomando numa escola pública, o convite para paraninfo que iria discursar era feito para uma autoridade eclesiástica. E quando a cerimônia das normalistas formandas acontecia numa escola ou colégio confessional, quem era convidado como paraninfo era alguma autoridade da educação. Essa é mais uma evidência da colaboração mútua mantida entre as autoridades eclesiásticas e as autoridades educacionais.

Prova disso são: esses 2 discursos, referidos acima, do Arcebispo de Diamantina proferidos em cerimônias de 2 escolas públicas em 1933: a Escola de Aperfeiçoamento e o Grupo Escolar de Diamantina; o discurso proferido pelo Padre Álvaro Negromonte como paraninfo na Escola Normal Oficial de Belo Horizonte, publicado no nº 80 (1933); e o discurso do Cônego de Curvelo Raymundo de Almeida proferido como paraninfo às formandas da Escola Normal do Orfanato Santo Antônio, publicado no nº 98-99-100 (1934).

Prova disso também são: o discurso proferido pelo Inspector Geral da Instrução Mario Casasanta, como paraninfo da turma de normalistas do 2º Grau, no Colégio Sagrado de Jesus, em 1928, e publicado na revista no nº 29 (1929); o discurso de Noraldino de Lima (enquanto era Diretor da Imprensa Oficial) proferido às diplomandas no Colégio Nossa Senhora das Dores de São João Del Rei, e publicado no nº 78 (1932); o discurso proferido pelo Inspetor Geral da Instrução Pública Guerino Casasanta convidado como paraninfo na cerimônia das formandas do Colégio Sagrado Coração da Capital, publicado no nº 97 (1933), e também como paraninfo no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ponte Nova, publicado no nº 78 (1932); e o discurso proferido pelo Assistente Técnico do Ensino Manuel Casasanta convidado como paraninfo na cerimônia das formandas do Colégio Santos Anjos, publicado no nº 97 (1933), entre outros.

Ou seja, estas publicações descritas acima demonstram que esses discursos emitidos por todas essas autoridades aqui mencionadas, eram discursos considerados como importantes, porque foram preferidos nos eventos presenciais ocorrido, e depois foram registrados nesse suporte material, o principal canal pedagógico da Imprensa Oficial mineira, para fazer chegar a todos os educadores mineiros todas essas concepções pedagógicas contidas nessas falas.

Abaixo segue quadro do 2º grupo de articulistas organizado em ordem decrescente para destacar aquelas que mais obtiveram publicações, e depois o critério da ordem cronológica.

QUADRO 19 - Autoridades educacionais que publicaram no periódico (1925-1940)

Articulistas	Quem foram?	Quantidade de artigos	Onde?	Período
Noraldino de Lima	Diretor da Imprensa Oficial e Secretário da Educação e Saúde Pública	10	nº 62-63-64, nº 78, nº 79, nº 97, nº 98-99-100, nº102, nº 109	1931-1934
Mario Casasanta	Inspetor Geral da Instrução Pública	7	nº 26, nº 29, nº 30, nº 33, nº 36, nº 78, nº 97	1928-1929; 1932-1933
Lúcio José dos Santos	Diretor da Instrução Pública	6	nº 1, nº 2, nº3, nº 18, nº 19, nº 122-123	1925-1926; 1936
Guerino Casasanta	Inspetor Geral da Instrução Pública	5	nº 27, nº 78, nº 89, nº 90-91, nº 97	1928; 1933
Maria Luiza de Almeida Cunha	Assistente Técnica do Ensino na Escola de Aperfeiçoamento em Belo Horizonte	5	nº 74, nº 75, nº 76, nº 94, nº 119	1932-1933; 1935
Presidente Antônio Carlos	Governante de Minas Gerais	2	nº 18	1926
Nair Starling	Assistente Técnica da Instrução Pública de Minas Gerais e professora	2	nº 109, nº 116-117	1934-1935
Abel Fagundes	Inspetor Técnico Regional	2	nº 148, nº 149-151	1938
Eliseu Laborne e Vale	Chefe do Departamento de Educação	2	nº 158-163 nº 170-171	1939-1940
Firmino Costa	Diretor do Grupo Escolar de Lavras-MG. Diretor Técnico do Curso de Aplicação	1	nº 28	1928
Romeu Venturelli	Diretor do Grupo Escolar de Christina - MG	1	nº 43	1928
Francisco Campos	Secretário do Interior na gestão Antônio Carlos e Ministro da Educação	1	nº 32	1929
Maurício Murgel	Interventor Federal em 1930, (durante o governo provisório) atuou em escolas urbanas e reunidas em Belo Horizonte - MG	1	nº 78	1932
José Alfredo Gomes	Prefeito da cidade de Brazópolis	1	nº 93	1933
Manuel Casasanta	Inspetor de Ensino e Técnico de Educação	1	nº 97	1933

Ignacia Ferreira Guimarães	Chefe de Programas e atividades Extraclasse do Departamento de Educação, DF-RJ	1	116-117	1933
Mario Rebêlo	Diretor do Grupo Escolar de Bambuí-MG	1	nº 101	1934
José Bonifácio Olinda de Andrade	Secretário da Educação e Saúde Pública	1	nº 120-121	1935
Oscar Arthur Guimarães	Assistente Técnico do Ensino	1	nº 45	1930
Aymore' Dutra	Assistente Técnico do Ensino	1	nº 46	1930
José Maria Paradas	Assistente Técnico do Ensino	1	nº 79	1933
Raul de Almeida Costa	Assistente Técnico do Ensino	1	nº 98-99-100	1934
Teobaldo Miranda Santos	Militante católico e Diretor do Departamento de Educação Técnica e Profissional, DF-RJ	1	nº 158-163	1939
Total		56		

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa.

Verificou-se que Noraldino de Lima foi a autoridade educacional que mais publicou discursos católicos nesse impresso pedagógico, totalizado 10 textos. Depois dele, em segunda posição vem o Mario Casasanta, que ajudou na elaboração da reforma Francisco Campos. Considerando o quadro anterior e esse quadro acima, reconheceu-se que o grupo das autoridades educacionais foi o que mais publicou artigos católicos no periódico. Isso é plausível, haja vista que os quatro primeiros colocados (Noraldino de Lima, Mario Casasanta, Lúcio José dos Santos e Guerino Casasanta) estavam em cargos ligados à Imprensa Oficial, e ditavam o que entraria, ou não, nas páginas desse suporte material pedagógico de formação docente bancado pelo Estado.

A quantidade total de publicações feitas por todo esse 2º grupo de articulistas investidos em cargos de gestão e inspeção da educação pública mineira chegou a 56. Um número bem superior à quantidade de textos publicados pelas figuras vinculadas à hierarquia católica, que chegou somente a 8. Esses dados são interessantes, e ajudam a perceber que os representantes do ideário católico mais dedicados à Igreja Católica não conseguiram publicar na revista tantos conteúdos, mas, por outro lado, se beneficiaram com o tamanho das publicações. E curiosamente quem disseminou a maior quantidade de artigos católicos foram os representantes da educação pública, que teoricamente deveriam primar pelos interesses da República que se pretendia laica.

Sendo assim, é preciso considerar a catolicidade mineira arraigada no seio dessa sociedade, que era uma característica histórica e cultural dessa população (Matos, 1990; Vidal; Faria Filho, 2005). Assim, a influência da religião sobre a população foi se perpetuando durante as primeiras décadas republicanas no campo da Imprensa Oficial mineira, no campo da educação e da política. Em outras palavras, pode-se dizer que as autoridades educacionais foram o laicato católico em Minas Gerais que utilizaram esse impresso pedagógico oficial para a divulgação desse ideário religioso no campo educacional. Sendo assim, compreendeu-se que foi graças às boas relações mantidas entre os representantes da Igreja Católica e os representantes do Estado (as autoridades da educação), que essa quantidade considerável de espaço editorial foi concedida dentro desse veículo oficial para a veiculação do ensino religioso.

Dito isto, também se considerou nesta pesquisa que, como os professores(as) primários, secundários⁵² e do jardim de infância não eram propriamente autoridades educacionais, optou-se por elaborar um quadro só deles. Pois, embora estes(as) docentes(as) fossem trabalhadores(as) da educação neste tempo, em muitos casos eles dificilmente chegavam a alcançar cargos de gestão, principalmente as mulheres (Louro, 2001; Almeida, 2014).

Analisou-se na pesquisa que todos os docentes que conseguiram publicar discursos católicos no periódico eram do sexo feminino. Por isso, no Capítulo 3 serão aprofundadas maiores reflexões sobre o papel da mulher, sobre a docência feminina e sobre as representações de docência como sacerdócio erigidas pelo ideário católico nesse impresso. Lá estão indicados alguns dos 36 conteúdos⁵³ pedagógicos endereçados especificamente às professoras primárias e às normalistas, para futuras análises. Já se adianta que, a maioria deles se trata de discursos de paraninfos feitos em cerimônias de formação de normalistas em colégios católicos, ou em Escolas Normais públicas e católicas, que foram proferidos por autoridades educacionais e por autoridades eclesiásticas

Percebeu-se que quando era uma autoridade educacional que discursava na *Revista do Ensino* (MG), geralmente a indicação do cargo que ela ocupava sempre era evidenciada. Porém, quando era algum docente que publicava, essa informação nem

⁵² Em muitos casos não foi possível estabelecer a distinção de quem era professor primário e quem era secundário, e nem em qual instituição de ensino determinado professor(a) atuava, apesar das buscas empreendidas pela biografia desses docentes.

⁵³ Organizou-se no anexo D a digitação de trechos desses 36 textos para expor o teor desses discursos.

sempre aparecia. Em alguns momentos era indicado se o articulista era docente, e em outros casos nada era dito. Isso denota que a profissão docente historicamente sempre teve menos prestígio social do que os outros cargos mais hierárquicos da educação.

A seguir exibe-se a lista do 3º grupo de articulistas, cuja característica que mais chamou a atenção é o fato dele ser formado apenas por professoras.

QUADRO 20 – Professoras que publicaram artigos católicos no periódico (1925-1940)

Articulistas	Quem foram?	Quantidade de artigos	Onde?	Período
Consuelo de Jesus Falci	Professora da classe do 4º ano, do Grupo Escolar Aurelio Pires de Gouvêa, e professora no Grupo escolar Aurélio Pires de Gouvêa, ambos em Diamantina-MG	3	nº 152-154 nº 164-169	1938-1939
Alice de Andrade Santiago	Professora	2	nº 104, nº 106	1934
Maria Suzel de Pádua	Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, de Ponte Nova - MG	2	nº 164-169	1939
Cornelia Goulart	Professora no Jardim de infância Mariano Procópio, em Juiz de Fora - MG	1	nº 44	1930
Leonilda Montandon	Professora efetiva no Grupo Escolar Delfim Moreira, em Araxá-MG, e a fundadora do Colégio Sagrado Coração de Jesus	1	nº 92	1933
Luzia de Oliveira Faria	Professora do Grupo Escolar de Araxá-MG	1	nº 102	1934
Alcina Lana	Professora	1	nº 104	1934
Zina Magalhães	Professora	1	nº 106	1934
Irene Lustosa ⁵⁴	Professora Técnica que fez uma experiência pedagógica com a classe do 3º ano do Grupo Escolar João Pessoa, Belo Horizonte - MG	1	nº 109	1934
Irmã Olga	Professora de Metodologia do Equiparato Normal de Araguari-MG	1	nº 128-133	1936
Ana Nunes Horta	Professora da Classe do 4º Ano A do Grupo Escolar de Mariana-MG	1	nº 152-154	1938
Rosa Malvini	Professora da Classe do 4º Ano A do Grupo de Mariana-MG	1	nº 152-154	1938

⁵⁴ A Irene Lustosa publicou um texto no nº 109 (1934), onde no corpo dele existem três redações/composições nas páginas 76 e 77 escritas por alunas do 3º ano do Grupo Escolar João Pessoa, e que foram contabilizados nesse estudo por conterem trechos nitidamente católicos, e essas alunas são: a Maria de Lourdes Paula, a Maria da Conceição Lopes e a Maria da Conceição Paiva, cuja identidades são desconhecidas até agora na presente pesquisa.

Zenite Feliz da Silva e Maria do Carmo Rogedo	Professoras do Grupo Escolar Flavio dos Santos, Renascença, em Belo Horizonte - MG	1	nº 164-169	1939
Total		17		

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa.

Contabilizou-se que as publicações feitas por professoras chegaram a 17. Desses textos, 2 foram mais proeminentes ao ocuparem mais espaço, já os demais são só pequenos trechos de sentido católico. Contudo, mesmo sendo pequenos trechos, neles se pôde notar muita devoção por parte dessas professoras e a da *Pedagogia de Jesus Cristo* na educação escolar, com menções honrosas ao nome de Deus etc. Os 2 conteúdos a destacar são: o da professora chamada Irma Olga que publicou no número 128-133 (1936, p. 64-76) um texto que ocupou o total de 13 páginas consecutivas de puro conteúdo católico, nele ela expõe a figura de Jesus Cristo como o maior exemplo de pedagogo a ser seguido, crido como sendo o chamado *Mestre dos mestres*, e aconselha as professoras a segui-lo em suas práticas pedagógicas escolares diárias, se fizessem isso, elas seria dignas de serem chamadas de mestras; e o outro texto é o da docente Alice de Andrade Santiago, veiculado no nº 106 (1934), um discurso que ocupou 5 páginas, no qual ela defende uma educação moral baseada nos princípios religiosos, em que pensa ser função da escola disciplinar e moralizar os alunos usando para tanto os pressupostos educacionais católicos.

Outra questão a ser considerada é que, além da Maria Luiza de Almeida Cunha, Assistente Técnica do Ensino, que publicou em 1932, aquelas 20 lições denominadas como *A Vida de Jesus e o ensino do Catecismo*, reconheceu-se a existência de mais outros três textos pedagógicos intitulados apenas como *Catecismo* no periódico: o primeiro foi escrito por Amellia de Rezende Martins, e os outros dois foram escritos por Marie Fargues, traduzidos e publicados na seção *Traduções* do nº 77 (1932), e do nº 78, (1932).

A Amellia de Rezende Martins, segundo Coelho (2021a), foi uma historiadora, escritora e militante católica brasileira envolvida com a imprensa periódica do Rio de Janeiro. Ela defendia o idealismo católico no âmbito político, cultural e social, cuja militância política se deu principalmente junto a associações nacionais como a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Associação Social Brasileira (ASB).

Já a Marie Fargues, de acordo com Orlando (2014) foi uma das principais referências da pedagogia catequista da França, e os livros dela, traduzidos do francês, compunham a lista de leitura obrigatória para todas catequistas de Minas Gerais. Os 2

textos dela foram traduzidos e publicados no periódico: no nº 77, o artigo chegou a ocupar 15 páginas consecutivas, e a continuação dele se deu no nº 78, que ocupou 12 páginas, o que representa um expressivo volume de páginas.

Observou-se também que esses 2 conteúdos dialogavam especialmente com as professoras das escolas públicas em geral e com as professoras catequistas, já que a Marie Fargues era uma referência internacional quando o assunto era catequese infantil. Estes textos no periódico possivelmente foram publicados com a intenção de cativar as professoras primárias, catequistas ou não, quanto aos modos de ensinar este tema às crianças, com prescrições de como ensinar e, sobretudo, expondo reflexões sobre a história da religião.

Ressalta-se que essas articulistas mencionadas não se encaixam em nenhum dos 3 grupos de articulistas analisados anteriormente, porque elas não eram nem autoridades da educação, nem autoridades eclesiásticas e nem professoras em Minas Gerais, e por isso foram classificadas aqui nesta pesquisa apenas como intelectuais.

Para fechar as análises da identidade de todos os articulistas, é importante reiterar que, infelizmente, o periódico não revelava isso explicitamente em todos os casos. Em alguns enunciados, só informava o nome do autor, e em outros casos nenhum nome⁵⁵ era indicado. Sendo assim, procurou-se na *internet* a biografia de cada um deles. Mesmo assim, não se obteve êxito na busca de todos os nomes. Por essa razão, criou-se um quadro só para expor os nomes dos articulistas desconhecidos até agora para a pesquisa.

QUADRO 21 - Articulistas católicos de identidade desconhecida (1925-1940)

Articulistas	Quantidade de artigos	Onde?	Ano
A. Fusinato e Arduino Bollivar	1	nº 4	1925
Alberto de Oliveira	1	nº 23	1927
Leticia Chaves Campos	1	nº 50-51-52	1930
A.M. M.	1	nº 75	1932
Pedro Vaz	1	nº 78	1932
Leticia Chaves Gomes	1	nº 82	1933
J. Madureira	1	nº 92	1933
João Rezende da Costa	1	nº 92	1933
João Batista Santiago	1	nº 102	1934
Honorio Armond	1	nº 104	1934
Waldemar Tavares Paes	1	nº 118	1935
Maria Aracy Lessa	1	nº 120-121	1935
Amelia da Matta Machado	1	nº 125-126-127	1936
Dulce Botelho Junqueira	1	nº 128-133	1936

⁵⁵ Há um total de 19 textos pedagógicos católicos sem autoria. Quando nenhum nome ou abreviação apareciam, a autoria desses textos foi atribuída à própria redação da revista.

Amelia da Matta Machado	1	nº 125-126-127	1936
M. Lourdes Borges de Souza Barros	1	nº 134-136	1937
Alaide Lisboa	1	nº 137-139	1937
Célica Silva de Pontet e Ema Laureu	1	nº 152-154	1938
Celso Kelly	1	nº 152-154	1938
Total	18		

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa

Após a análise de quem eram os articulistas dos 120 textos pedagógicos de sentido católico localizados na *Revista do Ensino MG* (1925-1940), finda-se a escrita desse capítulo sintetizando-se que os resultados mostraram que os representantes da educação pública foram as autoridades que mais publicaram produções de viés católico.

Em resumo, também verificou-se que, embora o ensino religioso tenha sido um assunto minoritário, ocupando menos de 5% do total de páginas produzidas nesse tempo, o ideário católico adquiriu visibilidade se introduzindo nesse impresso oficial de modo estratégico, dispondo a maioria dos seus textos na seção *Colaboração*, a mais pujante; além de ter logrado publicações longas que tinham de 5 até 19 páginas; soube aproveitar a receptividade concedida pela Imprensa Oficial no triênio (1932-1933-1934) para aumentar a quantidade das suas produções; exibiu-se em algumas vitrines do periódico (as capas), e em algumas edições transformou-o num verdadeiro manual de catequese. Por isso, percebeu-se que embora esse tema não tenha sido o mais propalado, apesar disso demonstrou-se que ele interferiu na construção da materialidade desse suporte e usou essa revista do Estado para propagar seus pressupostos educacionais evangelizadores.

CAPÍTULO 3

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE DOCÊNCIA FEMININA MANIFESTAS PELO IDEÁRIO CATÓLICO NA REVISTA DO ENSINO (MG) (1925-1940)

No capítulo anterior examinou-se que a temática do ensino religioso cristão católico era um assunto secundarizado no periódico, em termos de percentuais de páginas, das 11.281 (onze mil duzentas e oitenta e uma), apenas 504 (quinhentas e quatro) páginas continham o ideário católico nelas, somando somente 4,46% do total geral de páginas, ou seja, menos de 5% das publicações. Porém, esta temática recebeu uma série de destaques editoriais na *Revista do Ensino* (MG), considerando-se as estratégias católicas adotadas, que garantiram a publicação de textos educacionais de sentido religioso em espaços privilegiados, e que aumentaram a sua visibilidade. Desta maneira, demonstrou-se anteriormente como esse suporte material educacional oficial mineiro patrocinou com dinheiro público a veiculação do ideário católico⁵⁶.

Neste capítulo, o estudo se concentrará nas representações de docência feminina construídas pelo ideário católico na revista, examinando-se os conteúdos católicos que emitiam mensagens especificamente para as professoras primárias e normalistas.

Uma representação é uma ideia que é um consenso social sobre ela, sobre como as pessoas enxergam o mundo ao seu redor (Chartier, 1988; 1991; 2004; 2009) e Pesavento (2003; 2006). Neste sentido, defende-se que a idealização da docência sacerdotal sacrificada possuía uma ancoragem social, um imaginário convencionalmente aceito pela cultura mineira de tradição católica no contexto republicano estudado. Assim sendo, observou-se que esta representação social foi exposta e reforçada pelas publicações feitas nesse impresso oficial. Considerando isso, a escrita deste 3º Capítulo está organizada em 6 categorias analíticas:

- a) Representações de docência como sacerdócio;
- b) Representações de mulher-esposa-mãe;

⁵⁶ Tanto no Império como na Primeira República, a população de Minas Gerais era amplamente declarada católica, e também a população brasileira majoritariamente se declarava católica, deste modo, mesmo depois da República se declarar laica, em Minas Gerais, Estado e Igreja ainda andavam de mãos dadas e mantinham uma política de colaboração mútua. Como diz Coelho (2021a, p. 82-83): “esse contexto de tradição católica ofereceu um terreno promissor à ação da Igreja após a proclamação da República, sobretudo na educação escolar. Entre a colaboração mútua e as discordâncias nas relações entre governo e clero, o clima sempre foi de amistosidade e brandura, comunicação e diálogo, e troca de elogios, seja durante a República (1889-1930), seja na era Vargas (1930-1945). Em ambos os períodos, os liberais reformadores que ocuparam cargos importantes no governo eram em sua maioria, católicos. A conciliação do conservadorismo da religiosidade cristã com propostas educacionais modernas foi uma via de harmonização, e de alianças entre Estado e Igreja [católica]”.

- c) A feminização do magistério em Minas Gerais;
- d) Representações de: mulher-professora (em geral); mulher-professora-mãe; e mulher-professora-solteirona (com instinto maternal);
- e) A *Pedagogia de Jesus Cristo* na *Revista do Ensino* (MG);
- f) Representação de professora/normalista como sacerdotisas.

Neste sentido, no exame das principais mensagens publicadas direcionadas ao público docente em geral, e também ao público feminino, pretende-se demonstrar que a idealização da docência como um compromisso sacrificial no ambiente escolar ocorreu durante toda a primeira fase de circulação da revista (1925-1940). Ao longo desses anos, algumas ideias foram sendo reelaboradas na sua forma de escrita, mas, em geral, elas persistiram e percorreram todo esse recorte temporal.

3.1 Gênese da representação de professor sacerdotal e missionário

Conforme mencionado na introdução do presente texto, as origens dessa representação cultural e social remontam à Idade Média, que encontrou base nas teorias educacionais de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Essa afirmação é confirmada pelos estudos de Kreutz (1986), de Rodríguez (2008) e de Gomes (2020). Na Europa medieval, a visão de mundo cristão católico era a mais aceita na mentalidade daquela cultura devido à influência da Igreja Católica em colaboração com os Estados.

Agostinho (354 a 430) viveu no século IV, e é considerado um dos primeiros padres da história do cristianismo. Rodríguez (2008) conta que o filósofo escreveu, em 389 d.C., a famosa obra *De Magistro* onde defendeu a tese de que só Deus ensina. No seu viés, a figura do professor era interpretada como o auxiliador da aprendizagem interior do discípulo, tese chamada por ele de Teoria da Iluminação, onde o ser humano aprende quando é iluminado pela luz divina, necessitando da presença do Espírito Santo, o “Mestre interior” para lhe conduzir ao conhecimento. Na ótica do Agostinho, “o mestre devia assumir sua missão como um “apostolado”. Não se tratava de um mero trabalho ou ofício, mas de uma vocação pela verdade: o único e verdadeiro mestre é a Verdade, ou seja, Deus” (Rodríguez, 2008, p. 47). Com base nesse pesquisador viu-se que essa concepção sobre o papel do mestre escrita por Agostinho foi retomada séculos mais tarde por Tomás de Aquino (1225 a 1274) no século XIII, que partindo da obra do seu predecessor escreveu um trabalho com o mesmo título *De Magistro*.

Tomás de Aquino, na opinião de Gomes (2020), não contradizia propriamente ao Agostinho, mas defendia a função e a suma importância que o mestre detinha no processo do ensino, pois seria a didática dele que iria guiar o discípulo. Neste sentido, o filósofo Tomás de Aquino diferenciou-se do seu predecessor, pois a ênfase dada estava na relevância que a figura docente tinha para o aprendiz chegar ao conhecimento.

[...] conceito de conhecimento. Segundo Tomás de Aquino – que viveu muitos séculos depois de Agostinho – o conhecimento consiste no ato de o conhecido passar a existir no cognoscente: “*quia cognitio et secundum quod cognitum est in cognoscente*”. Agora bem, o consiste em o aluno receber ciência do mestre, por intermédio do mestre e é esta ciência que passa a existir no espírito do discípulo: “(...) na ciência do mestre está contido o que ele infunde na alma do discípulo (...)”. Portanto, pode-se definir o aprendizado como a participação do aluno na ciência do mestre [sic] (Campos, 2010, p. 2).

Neste sentido, de acordo com Gomes (2020), o filósofo Tomás de Aquino deixou seu legado à educação focado na ideia de autodisciplina, seus escritos depois puderam embasar a doutrinação da pedagogia jesuítica, a partir do século XVI. Nesta conjuntura medieval, o referido autor acrescenta que as escolas monásticas em mosteiros afastados privilegiavam a formação de monges, mas depois também passaram a educar a leigos das classes dominantes.

Conforme Kreutz, Kuiava e Nodari (2011), quando as escolas confessionais europeias chegaram a um estágio onde não davam mais conta de atenderem à crescente demanda pelo ensino nas paróquias, a saída encontrada era a utilização de auxiliares entre os leigos da sociedade. Contudo, para esses se tornarem professores, eles deveriam obedecer a certos pré-requisitos: realizarem uma profissão de fé e um juramento de fidelidade aos princípios da Igreja Católica. Desta maneira, o nome ‘professor’ foi concebido na mentalidade social desta época como: “aquele que professa fé e fidelidade aos princípios da instituição e se doa como sacerdote aos alunos, prevendo-se parca remuneração na existência terrestre, mas farta na eternidade” (Kreutz, Kuiava; Nodari, 2011, p. 92). Sendo assim, estes autores acrescentam que os mestres eram também chamados de professores paroquiais.

Isso é o que explica igualmente Kreutz (1986), um outro pesquisador que elucidou este mesmo contexto medieval europeu e que disse o seguinte:

[...] a origem histórica da concepção de magistério como vocação e sacerdócio remonta ao século XVI, quando se abriram escolas de ensino

básico para a camada popular. O motivo era religioso: instrumentalizar para a leitura da Escritura. As escolas eram de igrejas e conventos. Os professores, o respectivo clero. E quando este não deu mais conta da demanda, chamou colaboradores leigos, que deveriam fazer previamente uma profissão de fé e um juramento de fidelidade aos princípios da Igreja. Daí vem o termo professor, o que professa fé e fidelidade aos princípios da instituição e se doa sacerdotalmente aos alunos, com parca remuneração aqui, mas farta na eternidade (Kreutz, 1986, p. 13).

Considerando esses pressupostos educacionais preconizados por esses dois filósofos explicitados, reconheceu-se que as pessoas deste contexto começaram a construir em suas mentes essa ideia de professor literalmente padre, um missionário, alguém que acreditava ter um chamado para servir as pessoas e se sentia vocacionado para isso. Assim, essa figura era a de um indivíduo que aceitaria voluntariamente realizar a chamada ‘missão’ de ensinar-lhes a doutrina e também a lerem e escreverem, conforme explicam Altino Filho, et al. (2017). Ou seja, assemelhando-se a um missionário.

Lopes (2017) e Altino Filho et al. (2017) expõem que esse discurso foi ganhando legitimidade social e ajudou a construir um imaginário que concebia a tarefa de ensinar as primeiras letras às crianças como uma vocação sublime, um destino, e por ser um ato de nobreza exigiria profunda consagração, responsabilidade, dedicação e abnegação.

Kreutz (1986) e também Kreutz, Kuiava e Nodari (2011) explicam de semelhante modo que, com o passar do tempo, esta concepção de cristandade que alegava a primazia do espiritual sobre o mundo físico, desvinculou-se da sua origem histórica e foi se reafirmando por si mesma na sociedade de maneira metafísica, concebendo-se a mentalidade que acreditava ser o magistério, pela sua própria essência e/ou natureza uma vocação, uma missão social. Assim sendo, tais autores afirmam que com o passar dos séculos se estabeleceu paulatinamente um esquecimento social coletivo de que esta concepção havia nascido da visão de cristandade, porém, desde os seus primórdios ela carregava este significado.

Tal mentalidade social atravessou a Europa e chegou ao Brasil. Sobre essa chegada com o processo colonizador, cabe lembrar as elucidações de Schueler (2005) ao esclarecer que esse ideário do mestre sacerdotal nascido do discurso religioso, logo tomou conta da educação. Os padres jesuítas já ensinavam as primeiras letras associadas à doutrinação religiosa. E no período imperial, a autora assegura que os primeiros padres passaram a lecionar no ensino primário, sendo chamados de soldados de Cristo. E esse modelo de mestre-escola continuou pela Primeira República em diante, porque embora

na teoria ela se pretendesse laica, na prática esse chamamento já estava cristalizado na mente das pessoas.

E esse discurso forjava as mentes e os corações dos sujeitos envolvidos no seio da escola. Para Kreutz, Kuiava e Nodari (2011, p. 92), o “processo educativo tornava-se um processo ritualista graças ao qual o próprio messianismo, que assumia valor em si e também servia de veículo para a divulgação da doutrina cristã”. Por isso concorda-se que:

Na trajetória da profissão muitos modelos de formação foram adotados no Brasil, em princípio, havia o predomínio das ordens religiosas católicas na formação de sacerdotes que assumiram a educação mais ampla, deixando sua marca indelével nos processos constituintes da docência por séculos (Souza; Silva, 2021, p. 5).

Assim sendo, nesta tese analisou-se que mesmo depois de vários séculos após a Idade Média, esse imaginário não morreu, e estava circulando nas páginas da *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940), um impresso pedagógico republicano. No nº 78, na seção *Daqui e Dali*, foi possível reconhecer a explicação da origem do termo ‘professor’. E essa mensagem comunicava-se com todos os educadores independente de eles trabalharem em escola pública ou confessional, ou serem a favor de algum credo, porque essa revista oficial chegava a todos os estabelecimentos de ensino públicos de Minas Gerais, conforme Biccás (2008), e expressava o pensamento do corpo editorial que a produziu e aprovou essa publicação, onde se lê:

Ser professor é professar a religião do Dever [...] Assim como ao sacerdote não é lícito desvirtuar-se do seu caráter sagrado, ao transpor os umbrais do templo, após haver celebrado o ofício divino, também ao professor não é dado despojar-se dos seus atributos, apenas tange a sineta assinalando o encerramento das aulas [sic] (Vaz, 1932, p. 59, grifos meus).

Nessa perspectiva, o trabalho de ensinar era visto como uma “sagrada” missão pedagógica, de sentido espiritual, era uma tarefa inadiável a se cumprir, que, se levada a bom termo, valeria uma recompensa imperecível perante Deus e os homens (Kreutz, 1986; Lopes, 2017). Reconheceu-se, nesse sentido, que essa interpretação era reiterada constantemente, um outro exemplo é o trecho a seguir, extraído do nº 30 (1929): “[...] os professores aqueles que receberam de Deus a sagrada missão de melhorar as almas [...] guias cheios de responsabilidades” [sic] (*Revista do...*, 1929, p. 95). Outra mensagem desse tom é a da professora Alice de Andrade Santiago, no nº 106 (1934), onde escrevera 5 páginas com recomendações aos mestres e disse: “*A missão do educador é o*

aperfeiçoamento moral da humanidade. É a missão sublime do semeador [...] que diviniza o homem e que o aproxima de Deus [...]” (Santiago, 1934, p. 16).

Cabe neste sentido lembrar, conforme debatido no capítulo primeiro, que essa representação de docência também foi sinalizada em outras revistas educacionais imperiais e republicanas, oficiais ou não, de alguns estados brasileiros antes da circulação da *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940). Um exemplo pioneiro foi o da revista *A Instrução Pública* (RJ) (1872-1875), onde Schueler (2005) e Bastos (2009, p. 6) verificaram nas páginas dela que o magistério primário era visto como “um sacerdócio ao qual estão confiados os interesses da infância [...] Missão espinhosa, tarefa melindrosíssima [...] [de] elevado alcance”. E da *Revista do Ensino* (1886-1889) de Alcides Catão que dizia: o professor “*dr. Menezes Vieira [...] [chamado de] illustre sacerdote do ensino e sua digna esposa [...] [lecionavam] no Jardim de Infância [...]*” [sic] (Catão, 1889, p. 6), e também publicou: “*A escola é cathedral, igreja. Hóstia - a sciencia - O Mestre - Sacerdote*” [sic] (Delfino, 1889, p. 9).

Além dessas revistas citadas, a *Revista do Ensino* (RS) (1939-1942) foi outra que veiculou essas mesmas ideias, só que com um diferencial, que vale a pena destacar: o público alvo era o feminino. Bastos (1994) examinou que a figura da jovem *professorinha primária* era permeada por textos marcados por metáforas religiosas, para que ela suportasse os percalços da profissão, vista como sua missão era ensinar as crianças pequenas.

E como a fonte histórica primária deste trabalho é a *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940), examinou-se que ela, de semelhante modo à esta outra, parcialmente contemporânea à sua homônima, representava magistério da mesma maneira, só que envolta por uma atmosfera social e cultural mineira tradicionalmente católica (Matos, 1990), condição esta que favorecia ainda mais a reiteração desses estereótipos para a educação.

Nesse suporte material foram localizados ao todo 120 conteúdos pedagógicos de teor religioso. Uma amostra é o “Decálogo do professor” publicado no nº 78 (1934), exposto no início dessa edição, indicando como primeiro mandamento do mestre o dever de amar aos seus discípulos incondicionalmente, e o décimo o de tornar-se um religioso: “*I – Amarei a criança acima de tudo e mais do que a mim mesmo [...] X – Jamais serei um mercenário, e pontificarei na escola como um altar, - porque o magistério é um sacerdócio*” (Rebêlo, 1934, p. 2).

Neste sentido, demonstrou-se até aqui que em termos gerais esse chamamento de mestre sacerdotal era evocado na imprensa educacional brasileira e mineira para sensibilizar tanto os professores do gênero masculino quanto do feminino. E para empreender as análises das representações de docência feminina construídas pelos conteúdos católicos na *Revista do Ensino* (MG), que chegaram a divulgar a idealização da professora sacerdotisa, antes disso, esta pesquisa entende que é necessário debater primeiro quais eram as representações culturais sobre mulher dessa sociedade republicana, enquanto essa revista oficial circulava; e como eram os estereótipos femininos atribuídos ao papel social que ela deveria desempenhar. Logo depois, proceder-se-á com as análises da imagem social da professora em formação e em exercício, segundo o olhar dos articulistas indicados durante o capítulo anterior.

3.2 O papel social feminino no contexto republicano

A partir deste item demonstrar-se-á, por meio da leitura historiográfica, a análise documental de conteúdos pedagógicos localizados, uma amostra material de uma parte do pensamento social e cultural reproduzido neste tempo histórico. Serão aqui expostos discursos considerados mais expressivos para o entendimento de como a docência feminina era enxergada pelo olhar dos produtores do periódico, que eram homens majoritariamente e faziam questão de reafirmarem a supremacia do seu papel masculino sobre o papel feminino, na educação e em todos os demais campos sociais, e como a religião corroborou com o reforço desse pensamento.

Uma autora que estudou a figura feminina historicamente é a Beauvoir (1970), e embora a presente tese não tenha intenções de discutir a temática feminismo, trazer as considerações históricas que esta pesquisadora fez no livro *O segundo sexo: fatos e mitos* tem a utilidade de suscitar a reflexão de que a construção social sobre a feminilidade foi uma construção histórica e cultural. Este livro foi organizado em duas partes: Fatos e Mitos, e A Experiência Vivida. Na primeira parte, a autora expõe como a biologia, a psicanálise e o materialismo histórico contribuíram para a construção social da figura da mulher como sendo o “outro” oposta à figura do homem, envolta em uma áurea de mitos, que regravam a sua sexualidade e definiam que a maternidade e o casamento eram o seu destino. Na segunda parte Beauvoir (1970) continua a falar dessas mesmas questões, e de como a vida da mulher era produzida e inferiorizada na hierarquização social masculina, sendo conduzida por relações de poder e permeada por expectativas sociais do que ela

deveria fazer. Sua posição social nessa condição de ser “o outro” impedia que fosse visto um sujeito, alguém que age com autonomia e tem direitos e vontades próprias. E por último, vale enfatizar que, na visão da pesquisadora, a existência precede a essência, e que uma mulher não nasce mulher, mas se torna mulher através das suas escolhas e ações.

Ao longo dos séculos, nas mais diversas culturas nas sociedades ocidentais e orientais, para Almeida (2004; 2014), as religiões sempre foram decisivas nas definições de padrões comportamentais femininos. Por isso, concorda-se com a explicação citada abaixo porque ela sintetiza e clarifica uma compreensão geral de como é que a religião interpela e interpelou o entendimento do papel feminino nas culturas cristãs.

O modelo normativo de mulher, criado desde meados do século XIX, inspirado nos arquétipos do cristianismo, espelhava a cultura vigente instituindo formas de comportamento em que se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, *forjando uma representação simbólica de mulher* por meio de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade, na qual o perigo era principalmente representado pela sexualidade. Essa ideologia vai desqualificar a mulher do ponto de vista profissional, político e intelectual (Almeida, 2004, p. 68).

Acerca desse perigo representado pela sexualidade, Del Priori (1997) explica que a sexualidade feminina desde os tempos da colônia no Brasil deveria ser regrada, e em seu livro chamado *A mulher na História do Brasil: raízes históricas da mulher do machismo brasileiro, a mulher no imaginário social*, ela explica que a área sexual feminina foi adestrada dentro do âmbito conjugal pela religião, que ensinava fazer da família uma coluna irradiadora da moral cristã. O sexo só era permitido com a finalidade da procriação, nunca para a recreação do casal, muito menos da mulher. E para a criação do imaginário social que concebia a mulher perfeita para casar, que seria a progenitora dedicada aos filhos e ao esposo, submissa, quase invisibilizada pela presença masculina, a Igreja Católica teve que gastar séculos para formar “uma mentalidade de continência e castidade para mulheres, com certas noções como virgindade, casamento e monogamia eram situações de oportunidade e ocasião” (Del Priori, 1997, p. 16).

Del Priori (1997) elucida também que a figura bíblica da Eva era usada para repreender os comportamentos das mulheres que queriam viver uma vida de prazeres, tais mulheres eram vistas como imorais, prostitutas, deveriam ser excluídas. Santas seriam aquelas que se dessem ao matrimônio e vivessem uma sexualidade contida, ao inteiro dispor do marido para lhe dar uma prole. Por isso, haviam discursos severos que tentavam controlar a mulher casada. Para a autora, a figura da Eva no livro bíblico de Gêneses

tolhia a vida sexual das mulheres, pois a religião queria instruir e controlar essa área da vida feminina:

O discurso sobre o uso dos corpos femininos e seus prazeres, imposto de cima para baixo, sobretudo a partir do século XVII, expressa-se através de uma apologia que lisonjeia a mulher para melhor submetê-la. A Reforma Protestante e a Contra Reforma Católica, introduzindo mais austeridade nos costumes, dão o tom severo dos discursos, e a mulher torna-se alvo preferido dos pregadores que subiam ao púlpito para acusa-la de luxúria. Com origem no Gênesis o mito da mulher voluptuosa e perversa atravessa com momentos de exaltação os primeiros séculos do cristianismo até o século XVII período da fulminação eclesiástica contra o sexo (Del Priori, 1997, p. 16).

No Brasil, nas últimas décadas do período imperial e primeiras décadas do período republicano, o entendimento da sociedade deste tempo considerava que as mulheres nunca deveriam ultrapassar as fronteiras do lar⁵⁷, e os locais em público socialmente aceitos como adequados para elas frequentarem seriam: ou a Igreja Católica nas missas, ou locais que envolviam situações de obra de caridade (Almeida, 2014). Ou seja, as atividades sociais femininas não deveriam ser atividades assalariadas, deveriam ser voluntárias, e culturalmente o trabalho feminino só seria permissível se estivesse associado aos cuidados com o outro, feito por caridade, por submissão e por bondade.

Por meio de Lopes (2017), Louro (2001) e Almeida (2004; 2014), reconheceu-se que o entendimento cultural republicano que qualificava o papel feminino recorria à religião para encontrar metáforas e analogias para construir a representação da mulher-esposa-mãe, que deveria ser a de uma pessoa santa, bondosa, honrada e virtuosa, sem malícia e vista como digna de coabitar com os maridos e com eles criar filhos. Ou seja, nessa sociedade republicana “Deseja-se fechar a mulher na armadura da aparência [...] A este modelo de desordem sensual contrapõe-se a necessidade de recato que deve ser obedecida mesmo à força (Del Priori, 1997, p. 17).

Sob este mesmo raciocínio, Almeida (2004, p. 73) esclarece que as mulheres deveriam ser orientadas para “serem o esteio moral da família, as preservadoras da tradição e as perpetuadoras das regras religiosas. Nisso os colégios e internatos católicos foram imbatíveis”. Sobre essa formação em colégios, Louro (2001) expõe que a educação feminina oferecida às jovens de famílias mais abastadas dava-lhes a oportunidade de estudarem para se tornarem preferencialmente boas esposas e mães. Assim, o curso

⁵⁷ Apesar desse entendimento, já no final do séc. XIX o magistério se tornou um campo de atuação cuja maioria tornou-se composta por mulheres, que adentraram ao mercado de trabalho por meio da escola (grupos escolares) conforme Villela (2000).

normal seria o lugar preparatório onde elas aprenderiam as chamadas prendas domésticas, porque nesse tempo perdurava o ideal da ‘rainha do lar’.

Almeida (2014) expõe que as moças de famílias mais ricas, aos estudarem num curso normal, poderiam garantir que se tornassem moças mais refinadas, demonstrando as regras sociais de etiqueta, e se preparariam também para conduzir os empregados. Ou seja, elas seriam educadas para serem damas na sociedade e para contraírem o matrimônio, tornarem-se respeitáveis ‘mães de família’, cuja moral e reputação deveriam ser inquestionáveis.

Tudo isto porque, para a maior parte da sociedade brasileira na República, a educação feminina deveria estar firmada sobre “uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo”; e apesar das interpretações cristãs de diferentes segmentos religiosos dentro do cristianismo, “a referência para a sociedade brasileira daquela época, sem dúvida, era o catolicismo” (Louro, 2001, p. 447).

Compreendeu-se assim que a cosmovisão dessa sociedade estava firmada na visão de cristandade, quer protestante, quer católica, que considerava o casamento um sacramento. Acreditava-se que o laço matrimonial e a maternagem seriam a salvação da mulher, para evitar que ela se entregasse a práticas sociais e sexuais consideradas pecaminosas fora do casamento, uma vez que

[...] honesta era a esposa mãe de família; desonrada era a mulher transgressora que desse livre curso à sexualidade ou tivesse comportamentos em desacordo com a moral cristã. Para a missão materna as meninas deveriam ser preparadas desde a mais tenra idade, fosse nos colégios católicos, nas escolas protestantes, nos estabelecimentos de ensino não confessionais ou nas instituições públicas (Almeida, 2004, p. 67-68).

E no interior da *Revista do Ensino* (MG), no nº 93 (1933), o Prefeito da cidade de Brazópolis, José Alfredo Gomes, representou a figura das mulheres nesse impresso como seres maternais submissos ao homem. Na ótica do articulista, a mulher deveria desejar assumir o papel social de esposa e mãe, missão, encargo ou responsabilidade que supostamente teriam sido dadas por Deus para a sua vida terrena. Além disso, ele acreditava que a alma feminina tinha uma aptidão natural para esses papéis, e quando ela os aceitasse encontraria a sua própria felicidade para viver. Por isso, ele publicou um discurso que reclamava a

[...] recondução da mulher ao importante posto que Deus a criou, com a feição, a delicadeza e os predicados requeridos [...] reintegração da

mulher de corpo e alma nas funções que a natureza lhe destinou de esposa e mãe [...] A mulher foi dotada por Deus de determinadas faculdades físicas e psíquicas para o desempenho de determinadas funções materiais e morais. Seja qual for o seu esforço a sua atividade, a sua cultura, ela não se libertará jamais dessas faculdades que lhe conferiu o Criador. E é pondo-se em harmonia com estas faculdades que a mulher desempenhará a sua missão sublime e encontrará na terra a sua relativa felicidade [sic] (Gomes, 1933, p. 6-7; 20).

Neste fragmento de texto, e em outros, ficou claro que uma das representações femininas recorrentemente reproduzidas no interior da *Revista do Ensino* (MG) era a de mulher-esposa-mãe.

Além disso, no exame dos 120 conteúdos encontrados vinculados ao ensino religioso na primeira fase de análise dos 175 números desse suporte material no recorte (1925-1940), verificou-se algo peculiar: contabilizou-se que 36 deles (dentro desse montante total dos 120 textos) direcionavam especificamente suas mensagens para o público das professoras primárias e das normalistas, por isso, no próximo item se analisará sobre o trabalho docente feminino. Importa também destacar que esses 36 textos foram organizados no Anexo D deste trabalho, e serão esmiuçados durante os próximos tópicos de discussão que se seguem.

3.3 Conteúdos que forjavam identidades docentes femininas

Conforme elucidado até aqui, as mulheres desse tempo eram formadas nas Escolas Normais preferencialmente para se tornarem mães e esposas, mas através desse curso elas poderiam também se tornarem professoras se quisessem. Pensando nisto, neste subitem após discorrer sobre essa questão, as análises focalizarão 3 tipos de idealizações docentes diferentes: 1ª) representação geral de mulher-professora; 2ª) representação de mulher-professora-mãe; e 3ª) representação de mulher-professora-*solteirona* de instinto maternal.

Justifica-se essa organização da escrita deste item em torno dessas categorias analíticas, porque primeiro é preciso deixar claro que nem todas as professoras eram mães. Por isso, esta tese optou primeiro por investigar um panorama geral a respeito delas, para depois chegar nas análises da figura das mestras maternais, para só depois analisar a figura das mestras *solteironas*. Esses modelos de docência foram enxergados pelo olhar da pesquisadora, por meio da leitura documental da revista examinada, articulada ao referencial teórico mobilizado.

3.3.1 Representação geral de mulher-professora

Conforme Louro (2001), esta sociedade da Primeira República cria que a mulher não poderia ter um nível de formação intelectual superior ao dos homens, pois o lugar dela na hierarquia social era inferior ao deles. Desse jeito, segundo a autora, muitos teóricos defendiam que o público feminino deveria receber apenas pequenas doses de instrução, e caso tivesse tempo, poderia reservar um turno da sua jornada para o trabalho no magistério primário, meio expediente apenas fora do ambiente doméstico, mas desde que essa atividade não atrapalhasse a maternagem e o seu relacionamento com o marido e os cuidados com o lar.

Em relação ao processo formativo das normalistas, Assis (2022) aponta que os primeiros decretos de criação das Escolas Normais em Minas Gerais ocorreram em 1835. Estas instituições pretendiam formar profissionais capazes de reproduzir o conhecimento sistematizado, mas, sobretudo, serem capazes de preservar os valores morais da estrutura social vigente. As primeiras Escolas Normais eram voltadas unicamente ao público masculino, e a inserção das mulheres nesta formação começou por volta de 1870.

De acordo com Villela (2000), em alguns casos as aulas femininas e masculinas ocorriam em dias e horários alternados, em outros, o espaço da sala de aula era dividido por um muro que impossibilitava o convívio entre os diferentes sexos.

Louro (2001) assegura que, na maioria dos estados brasileiros, os cursos normais constituíam o ápice dos estudos que uma jovem poderia desejar alcançar, ou seja, era admissível culturalmente neste tempo que ela estudasse minimamente.

As escolas confessionais católicas, sobretudo, desejavam imprimir uma doutrinação na formação de normalistas e futuras educadoras primárias. De acordo com Coelho (2021a), em todo o Brasil a Igreja Católica pôde infundir e difundir o seu ideário na formação docente no início do período republicano. Essas escolas atendiam a formação das moças de famílias de alto poder aquisitivo, que bancavam essas instituições, sua sobrevivência e permanência. Elas se diferenciavam muito das Escolas Normais públicas, que em geral enfrentavam várias instabilidades na sua manutenção, abrindo e fechando suas portas, porque o Estado não investia o suficiente para assegurar a sua existência.

Conforme Coelho (2021a, p. 43), “as escolas do Estado eram “engolidas” pelas Escolas Normais das congregações religiosas, muito melhor equipadas e bem estruturadas para os padrões da época”. Além disso, a autora ainda elucida com base em Louro (2001) e Almeida (2004; 2014), que a primazia desses colégios confessionais contava com o

apoio das famílias elitistas, que repudiavam a escola mista e sentiam receio dos discursos liberais, laicos, que incentivavam a ruptura com a tradição religiosa. Como essas famílias mais abastadas queriam proteger suas filhas e as preparar para contraírem casamento, a educação religiosa as manteria a salvo, por meio da reprodução dos valores morais, disciplinantes e familiares embasados no cristianismo, com a opção docente facultativa.

E para analisar a representação geral de mulher-professora, antes é preciso falar do fenômeno social da feminização do magistério, porque o fato de as mulheres ter se tornado professoras, e depois ter aumentado em grande número a sua presença nesse campo, mostra exatamente a identidade social que esse trabalho foi assumindo historicamente.

Nos anos finais do século XIX e décadas iniciais do século XX no Brasil, conforme Almeida (2014), o magistério primário foi se tornando cada vez mais feminino devido ao incentivo à expansão da escolarização nacional em termos quantitativos. Assim, a contratação da mão de obra feminina acabou se tornando mais requerida devido a alguns motivos: o impedimento moral dos professores homens de educarem as meninas, e a coeducação dos sexos ser enxergada como moralmente perigosa. Além disso, é possível deduzir que com a crescente demanda por mestres então requerida, os proventos docentes foram rebaixados, para que um maior número pudesse ser contratado e os homens, como eram provedores do lar, não se contentariam com posições pouco remuneradas, já as mulheres sim, pois tinham muito a ganhar com isso: elas poderiam sair de casa, terem uma vida pública, e terem um salário.

Quando o poder público abriu a possibilidade de as mulheres poderem ensinar e com isso exercer uma profissão remunerada, produziu-se uma grande demanda pela profissão de professora. O discurso ideológico que acompanhou essa demanda construiu uma série de argumentações que alocavam às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada às ideias de domesticidade e maternidade. Essa ideologia teve o poder de reforçar os estereótipos e a segregação sexual, pois se entendia que cuidar de crianças e educar era missão feminina, por isso o magistério se revelava como seu lugar por excelência. Portanto, as relações patriarcais e econômicas que reestruturaram a sociedade em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX tiveram grande importância no processo de feminização da profissão (Almeida, 2014, p. 130).

Sobre as mudanças paulatinas na configuração docente masculina das escolas primárias de Minas Gerais, Assis (2022) traz um panorama republicano geral dizendo:

A feminização do magistério se consolidou num momento em que houve uma significativa diminuição no quantitativo de homens lecionando no ensino primário. Nota-se que alguns homens não abdicaram totalmente do exercício de uma profissão vinculada à educação. Apesar de muitos terem migrado para outros campos profissionais, outros foram realocados em cargos criados na escolarização primária com a ascensão republicana ao poder como é o caso dos diretores e inspetores escolares (Assis, 2022, p. 121).

Segundo Louro (2001), essa crescente introdução das jovens na docência, e a decrescente presença dos homens e rapazes, sinalizava que em breve as escolas só de meninos não teriam mais mestres do sexo masculino, predominando-se as professoras.

Em resumo, por meio dos autores até aqui citados, e por meio de Villela (2000), compreendeu-se que múltiplos fatores podem ser enumerados como contribuintes para esse crescente número de elementos femininos nas escolas, como: a) o fato de elas encontrar no ensino primário uma oportunidade de trabalho fora do lar, que era aceito pela sociedade; b) os homens preferirem os cargos melhor remunerados e de maior reputação; c) e o Estado interessar-se por esta crescente mão de obra barata no sistema escolar que precisava ser ampliado, como diz Almeida (2004, p. 81): “o grande número de mulheres lecionando nas classes do primário era visto com agrado pelos dirigentes do sistema escolar”.

E esta realidade foi estampada pela *Revista do Ensino* (MG) de nº 158-163, no discurso do Chefe do Departamento de Educação Eliseu Laborne e Vale, que confirma: “*Quasi a totalidade das classes primárias, em Minas é regida por elementos femininos [...] professoras de minha terra [...] sois mestras [...]*” [sic] (Vale, 1939, p. 6).

De maneira geral, na leitura documental dessa fonte histórica impressa, observou-se que as fotografias alusivas às equipes escolares publicadas pelo periódico mostram que o público feminino realmente era a maioria entre o professorado. Abaixo apresenta-se uma iconografia em que se pode notar esta evidência no corpo docente de um grupo escolar oficial.

FIGURA 20 - Corpo docente, diretor e inspetor no Grupo Escolar de Curvelo-MG



Fonte: Revista do Ensino (MG), v. 1, nº 6, 1925, p. 157.

Na foto acima, os homens no centro da imagem são o diretor e o inspetor educacional regional do grupo, respectivamente. E em geral, reparou-se que a presença dos homens professores tanto nas Escolas Normais como nos grupos escolares foi pouco vista nas páginas desse impresso oficial, tanto em fotos, quanto em reportagens, pois a divulgação da docência primária no olhar da revista era tipicamente feminina.

Na figura acima, as integrantes do Grupo Escolar de Curvelo-MG estavam acompanhadas por autoridades educacionais masculinas, agentes de fiscalização direta do trabalho pedagógico delas. Assim, nesta imagem percebeu-se a hierarquização escolar dos seus componentes, onde os senhores ocupavam os cargos de gestão.

Geralmente os cargos burocráticos da educação pública e da administração escolar como direção, inspeção, supervisão, secretaria da educação e assistência técnica de ensino eram majoritariamente masculinos e “aos homens não só eram reservados salários pelo seu trabalho, mas ainda seus salários eram mais elevados” (Coelho, 2021, p. 131).

Acerca do trabalho de inspeção educacional desempenhado costumeiramente por homens, Catani (2000) faz uma crítica aos relatórios de controle do trabalho pedagógico docente elaborados pelos inspetores, e afirma que eles teciam “representações que o Estado pretendia fazer circular entre os professores acerca do exercício ideal do magistério”; e esse trabalho fiscalizador era visto “pelos próprios professores, nesse

período, como aterrorizantes”, e expressavam “uma avaliação do trabalho dos inspetores mais negativa na opinião das mulheres, do que na dos homens” (Catani, 2000, p. 594).

Além dessa configuração masculina dominante nesse campo, as mulheres professoras, enquanto cidadãs, recebiam normas sociais de conduta docente presentes no periódico, que demonstram como o lugar delas era representado nesse tempo. Elas deveriam ser submissas aos homens na vida pública, na educação, na política ou em qualquer outro campo social, porque seu lugar na hierarquia humana era visto como inferior ao deles.

Del Priori (1997) explica que era masculino o poder de decisão e controle do destino dos acontecimentos em todos os campos sociais no Brasil desde os tempos coloniais, e em seu livro trata sobre os processos de resistências e de lutas das mulheres contra a opressão patriarcal que as impedia de participarem das decisões no campo da política e em outros campos sociais.

Sobre esse aspecto, conforme Souza (2001), em especial as professoras na República estavam incumbidas de prepararem os futuros cidadãos republicanos, disciplinando-os com valores cívicos e patrióticos. Mas, por outro lado, descobriu-se uma recomendação de que as mestras, em geral, deveriam ficar apartadas das questões político-partidárias. No nº 1, o Diretor de Instrução Pública Lúcio José dos Santos dirigiu um ofício a uma professora mineira de forma severa, repreendendo-a por ter se envolvido com a política local.

A uma professora do Estado foi dirigido o seguinte offício: Senhora professora [...] Tive [...] desprazer de constatar que tomaes parte nas luctas politicas desse florescente município, creando uma atmospheria de antipathias entre os elementos filiados ao partido contrario áquelle de que fazeis parte, animosidade essa que se reflecte desfavoravelmente sobre a escola, promovendo o decahimento de sua frequencia. A vida do professor primario é antes missão do que indústria [...] uma das suas mais necessarias qualidades o desinteresse por cousas extranhas ao mister [...] o vosso alheiamento da politica é medida que se impõe, si quiserdes com proveito a cadeira de que sois titular. [...] O professor [...] precisa colocar-se em plano elevado fora do alcance de apreciações injustas que magoam e abatem o espirito, e evitar disputas inglorias, que consomem tempo precioso e nenhum beneficio produzem [...] principalmente quando o cargo é exercido por uma senhora [...] Conto que meus conselhos serão bem recebidos e calarão em vosso espirito, pois estou firme no propósito de não tolerar a intromissão de professores públicos [...] desejamos, sinceramente o engrandecimento da Pátria [...] trabalho intenso, firme e persistente na disseminação da instrucção primária [...] [sic] (Santos, 1925, p. 21-22).

A partir deste discurso e em outros percebeu-se que o papel da mulher cidadã na vida pública, descrito no periódico, era inferior ao dos homens, porque eles é que deveriam ter o domínio social. Nesta visão, a educadora infantil tinha o dever de acatar a ordem das autoridades educacionais, em geral masculinas na época, aderindo à uma postura totalmente alheia à política. Esse articulista acima disse que se uma professora resolvesse se intrometer nesse território, tal atitude seria perda de tempo, porque esse lugar, em outras palavras, não era para ela.

Além desse, outro discurso que corrobora essa mesma visão de mundo, que procurava ditar como deveria ser a postura social e política das educadoras mineiras está no discurso do Firmino Costa, fundador e Diretor no Grupo Escolar de Lavras em Minas Gerais, que escreveu no nº 27 o seguinte: *“As professoras são de fato cidadãs, porque lhes impende o dever de formar cidadãos. Pouco importa que não exerçam o direito do voto, pois seus alunos irão substituí-las nas urnas”* (Costa, 1928, p. 5).

Nessas duas afirmações expostas acima, compreendeu-se que na ótica desses dois articulistas citados, a postura da professora devia ser a de cidadã patriótica, formadora e disciplinadora dos futuros cidadãos republicanos, servil e abnegada, mas que aceitasse ao mesmo tempo tornar-se completamente despolitizada, isso parece um paradoxo. Porém, pode ser entendido pela percepção de que o poder de decisão e controle do destino dos acontecimentos em todos os campos sociais no país, nesse tempo, pertencia aos homens.

E em relação à pessoa das normalistas, essa revista oficial estava cheia de falas de otimismo e encorajamento à docência, um exemplo é o discurso do Bispo Diocesano Frei Luiz Maria de Santana no nº 97, enquanto paraninfo na formatura de uma turma de formandas do Colégio Nossa Senhora das Dores: *“Jovens normalistas [...] a vitória vos pertence. Tendes a consagração do mérito do diploma oficial, que traz a chancela do governo [...] e se quereis um título [...] podeis guardar este: a pedagogia da felicidade”* (SANTANA, 1933, p. 34-35).

Abaixo expõe-se uma outra fotografia que denota como era a aparência física das estudantes normalistas, que aspiravam, em certa medida, um dia poderem lecionar.

FIGURA 21 – Alunas da Escola Normal Modelo em Belo Horizonte



Fonte: Revista do Ensino (MG), v. 1, nº 8, 1925, p. 211.

A figura acima é uma amostra de como era a aparência física dessas possíveis futuras educadoras que assistiam aulas na Escola Normal da capital mineira (Escola Modelo). Na descrição abaixo da foto mostra que elas eram do 1º e do 2º time de basquete da turma do 3º ano dessa escola. Elas tinham um corpo magro, esbelto e esportivo, pois praticavam aulas de Educação Física e basquete (conforme a descrição da foto). No periódico há várias imagens com alunas exercendo a prática de exercícios físicos (ginástica) em grupos escolares. É possível ver que o perfil apresentado é o de jovens brancas, bem vestidas (segundo a modelagem da época), de cabelos curtos, uniformizadas, portando blusas de mangas compridas, sem decotes, saias que cobriam os joelhos, sapatos escuros e sem salto. Eram esteticamente apresentáveis para os padrões sociais e morais deste tempo, que requeriam recato e pudor. Provavelmente este era o padrão estético feminino que agradava às autoridades educacionais, pois elas estavam figurando como modelos nesse impresso oficial. Supõe-se assim, que a futura *professorinha* deveria ser jovem e bela, um estereótipo escolar aceitável nos tempos republicanos. Sua figura era a representação da novidade, da jovialidade e da renovação da escola pública pretendida pelos ideais da Escola Nova. Esse era perfil docente feminino que o Estado reclamava como exemplar, seria aquele alinhado com os princípios escolanovistas.

Por meio da leitura de Bastos (1994; 2002b) e Catani (2013) reconheceu-se que nas primeiras décadas do século XX, na proporção em que o discurso científico passou a divulgar as novas teorias psicológicas e sociológicas da Escola Nova, as chamadas

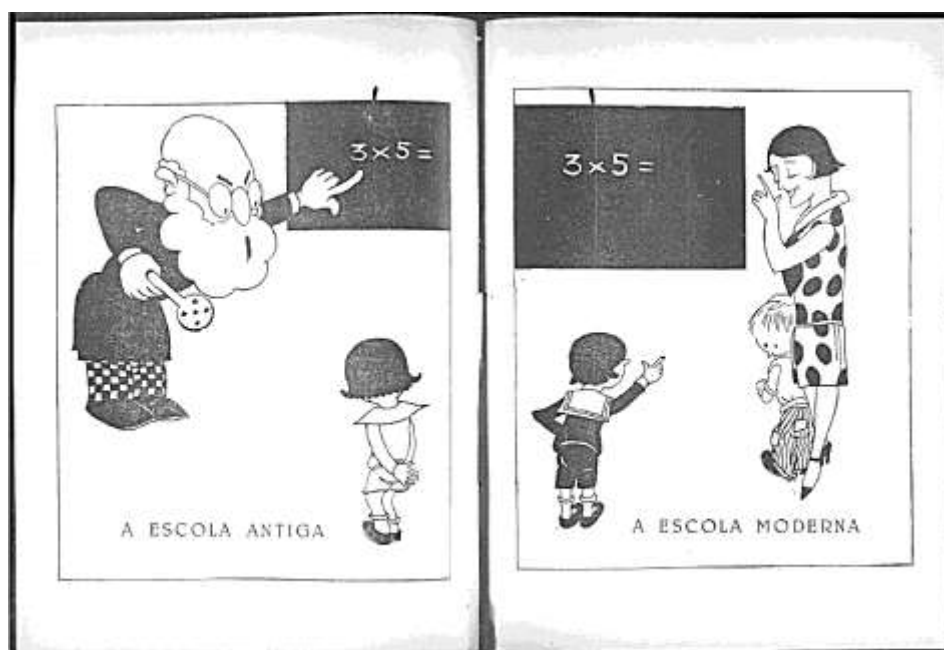
professorinhas normalistas, ou *educadoras escolares* precisavam seguir essas teorizações e renovar os seus métodos de ensino.

Para Sousa (2001, p. 43), “Nesse momento em que a educação [...]” seria a “redentora dos problemas nacionais, a Escola Nova apresentava-se como capacitada para oferecer instrução [...] baseada em conhecimentos científicos, “neutros” e modernos”. Assim, durante o governo do Antônio Carlos, a reforma educacional mineira de cunho escolanovista criou “[...] um currículo de caráter científico-experimental [...] que incluía no plano de estudos: “disciplinas como a anatomia e fisiologia humanas, higiene, pedagogia, história da educação, sociologia e, especialmente, psicologia” (Coelho, 2021a, p. 42).

Neste sentido, Assunção (2006, p. 12) afirma que, por outro lado, esse contexto revelava “o grande receio dos governantes na efetiva implementação [...] da Escola Ativa, [este] parece ter seu foco principal, nos(as) professores(as), que, pouco preparados(as), continuavam, de modo arraigado, com uma prática antiga”.

E a figura apresentada abaixo expõe exatamente essa dualidade entre a “Escola Antiga” e a “Escola Ativa”, sendo esta considerada oficialmente como a teoria educacional mais moderna daquele momento, e que precisava ser seguida. E esse perfil pedagógico docente, cujos métodos de ensino e práticas deveriam ser renovados, era defendido constantemente nos discursos das autoridades educacionais desse impresso oficial, e nas novidades da reforma mineira no movimento editorial informativo das leis e decretos a favor da Escola Nova.

FIGURA 22 – A Escola Antiga versus a Escola Moderna



Fonte: Revista do Ensino (MG), v. 3, nº 23, 1927, p. 520-521.

É preciso esclarecer que essa iconografia acima faz uma clara defesa aos princípios escolanovistas, e não defende em nenhum momento a Pedagogia Católica diretamente. No entanto, é preciso perceber que também ela não a critica. Interpreta-se que, na verdade, a crítica neste caso é feita aos métodos de ensino tradicionais, às ameaças, às punições físicas e ao excesso de autoritarismo docente legado pela herança histórica da educação tradicional brasileira. Ou seja, são as práticas de ensino impositoras de conhecimento, aos castigos, e a postura rígida e conservadora desse professor velho e de barba, que está segurando uma palmatória na mão, que estão sendo reprovadas na imagem intitulada de ‘Escola Antiga’ da página 520 (canto esquerdo da figura). Já do outro lado, na página 521, a imagem chamada de ‘Escola Moderna’ sugere uma aula onde há liberdade para os educandos falarem e não há punições, pelo contrário, o clima é de acolhimento, carinho, descontração e conversa. Outra questão é que essa professora era uma mulher jovem (nova), ou seja, há uma questão de gênero envolvida, fomentando-se uma imagem feminina da docência.

Olhando para esses dois perfis tão polarizados, cabe destacar o paradoxo visualizado por Assunção (2006), p. 12-13) ao observar que nessa revista oficial “o(a) professor(a) é ameaçado(a) por sua preguiça em se qualificar” e também “por sua rudeza no trato com as crianças”, ao mesmo tempo em que também é santificado como aquele(a) que tem “o poder de salvar as crianças e o país da barbárie [do analfabetismo]. Imagens

paradoxais, mas que se complementam e constituem o cerne das representações sobre o(a) professor(a)”. Um trecho a seguir do nº 42 repreende a preguiça docente:

Taes professores, ou por preguiça ou por ignorância, vivem satisfeitiíssimos com o que são, não procuram de modo algum aperfeiçoar-se, não procuram compreender os grandes princípios da educação e tentar a reforma de seus processos, não procuram aumentar a sua cultura, para colherem maiores fructos, firmarem um nome maior e subirem para um degrau superior” [sic] (Revista do..., 1930, p. 2).

Olhando-se a figura 22 é possível notar que na *Revista do Ensino* (MG) todo o professorado mineiro é admoestado por meio deste desenho acima, sendo este público, ao mesmo tempo, repreendido por conservar práticas autoritárias e punitivas, e elogiado quando adotava as práticas pedagógicas renovadoras recomendadas, que incluíam a adesão aos métodos de ensino preconizados e um tratamento mais afetuoso com as crianças, que deveriam se expressar mais e serem cativadas, havendo neste caso o estereótipo da maternagem.

E nas seções *Colaboração*, *A Voz da Prática* e *Nossos Concursos* examinou-se que sempre eram publicadas aulas reais já ministradas por professores que seguiam literalmente o passo a passo das recomendações didáticas preconizadas pelo viés escolanovista. Nas seções *Nossos Concursos* e *A Voz da Prática*, ambas do período (1929-1930), eram publicados os resultados dos concursos oficiais que premiavam professores, onde um desses prêmios era a publicação de seus escritos didáticos no periódico. Depois que essas seções foram extintas em 1930, a seção *Colaboração* (1932-1940) assumiu, em parte, essa tarefa de publicar trabalhos didáticos escritos por vários professores e professoras, autoridades educacionais e eclesiásticas, onde podem ser vistas lições, aulas inteiras e instruções didáticas minuciosas pautadas nesse viés renovador das práticas e dos métodos de ensino.

Em relação ao uso dos termos ‘Escola Moderna’ e ‘Escola Nova’ usados na figura 22, Souza (2001) acredita que existiram divergências e contradições dentro desse movimento pedagógico que não era homogêneo em suas interpretações. Para a autora, os reformadores não utilizavam muito a nomenclatura ‘Escola Nova’, porque preferiam chamar o movimento de ‘Escola Moderna’, ‘Escola Ativa’ ou ‘Escola Renovada’. Mas, este trabalho escolheu adotar todas essas expressões e também outras como ‘Pedagogia Moderna’, ‘Pedagogia Nova’, ‘Pedagogia Renovada’ e ‘Movimento Renovador’, para assinalar no todo as ideias, os valores e os pressupostos que pretendiam a renovação dos

métodos de ensino, foco na aprendizagem da criança e em modificar a cultura do professorado, concepções estas que foram preconizadas pelos reformadores liberais da educação, contrários aos postulados tradicionalistas e às práticas excessivamente autoritaristas.

Concorda-se assim com as explicações de Guimarães (2011a), que analisou esse mesmo impresso oficial mineiro e também reparou que nele há diversos conteúdos que faziam comparações entre um “velho passado” e um “tempo novo”, onde a chamada “velha escola” era enxergada pelo olhar dos escolanovistas como a “escola-calabouço”, enquanto a ‘Escola Ativa’ ou ‘Moderna’ pretendia que o protagonismo estivesse na criança. Esta precisava falar, expressar-se, perguntar, intuir, e deveria ser o centro do processo de ensino e aprendizagem, por isso, os métodos de ensino dos mestres precisavam ser modificados de acordo com essa ótica.

Na primeira cena da figura 22, no canto esquerdo, vê-se que o protagonista é um professor homem, velho, calvo, barbado, da testa franzida, rígido e que ameaça castigar a criança com a palmatória na mão, caso a resposta à arguição feita por ele fosse errada. Ou seja, ele aparenta impor o conhecimento a uma criança reprimida, com uma postura encurvada e, até coagida, que deveria memorizar o que o mestre dizia e não errar ao repetir. Do outro lado da imagem está ilustrado o oposto desse clima autoritário, era mudança no modo como os professores(as) deveriam tratar as crianças.

[...] o que se percebe é que, enquanto florescia a crítica à escola tradicional, permanecia e até mesmo aumentava a ideia de que a escola deveria cumprir sua grande tarefa educacional de equalização social. Os “novos” intelectuais continuaram elegendo a escola como a principal alternativa para resolver os problemas sociais, porém acreditavam que esse caminho se tornaria mais fácil se fossem feitas algumas inovações, mudando o que, na concepção deles, não havia dado certo: as práticas pedagógicas. Nesse sentido, o “escolanovismo” esteve na base da maioria das propostas de reformas de ensino e de novas iniciativas educacionais no Brasil (Guimarães, 2011a. p. 58).

Infere-se que a cena da imagem 22 do lado direito pretendia apontar para a modernização dos métodos de ensino, sendo retratada uma situação onde uma professora jovem de face sorridente e carinhosa, com seu braço direito e a sua mão “protege com uma amabilidade maternal uma criança aparentemente pobre, de calças remendadas e olhar triste que está sob seus cuidados”, acariciando a sua cabecinha e inserindo-a no aparente diálogo existente com o outro aluno vestido de marinheiro, de sapatos e meias que está “visivelmente descontraído e expansivo em sua postura corporal sobre o

conhecimento exposto no quadro” (Guimarães, 2011a. p. 58). Observou-se, além disso, que essa professora parece dialogar atentamente com este aluno valorizando o que ele diz, e argumenta de volta com mansidão e amistosidade. Ela veste um vestido branco de bolinhas escuras, que cobre apenas seus joelhos, ela não usa mangas, e usa um pequeno salto para elevar a sua postura, e os seus cabelos são curtos.

Tal aparência física e postura dessa professora do vestido de bolinhas fornece um ar de descontração, de jovialidade, feminino, sob um traje mais casual, mas sem perder a elegância ao reagir com gestos suaves e serenos, cuja figura aparenta acolher com afetividade as crianças que estão junto dela. Ou seja, vê-se nessa imagem a clara representação de uma jovem mulher-professora-mãe, esse perfil, na verdade, sugere que independentemente de ela ser mãe biológica ou não na vida pessoal, na vida profissional todas as docentes femininas precisavam desenvolver o instinto materno para lecionar no magistério primário, sendo esse também o perfil recomendado às professoras *solteironas* dentro das páginas dessa revista oficial.

Neste sentido, foi possível compreender com a leitura documental do periódico que o governo mineiro na realização da Reforma Francisco Campos ensinava fazer do ambiente escolar um lugar mais agradável, acolhedor, de disciplina é certo, mas sem torturas. Seguindo os princípios da ‘Escola Ativa’ ou ‘Moderna’, de acordo com Sousa (2001), as práticas de uma mestra renovada não deveriam girar mais em torno do autoritarismo, das punições e castigos físicos, prescritos outrora pela Pedagogia Tradicional. Em sala de aula ela deveria ser mais sorridente e menos severa, demonstrar afeto, apoio emocional e intelectual aos seus alunos, deveria escutá-los, encorajá-los a se expressarem, valorizando a intuição e o raciocínio dos aprendizes. A escola deveria ser um lugar desejável às crianças, a partir da condução das mestras que deveriam estimulá-las a falar. Por isso, essa *professorinha* era estereotipada como “mais sensível, carinhosa e emotiva” porque assim ela “ocuparia este lugar de “plasmar almas”, transformando o espaço escolar, antes rígido e desagradável, em lugar mais alegre, festivo e onde as crianças sentiriam prazer em estar” (Souza, 2001, p. 160).

Além disso, é preciso ainda esclarecer nesta tese, que no discurso republicano, a representação geral de mulher-professora naturalmente já enxergava essas educadoras como uma peça chave no processo de disciplinarização e civilização da sociedade, independentemente do discurso cristão católico. Contudo, também não se pode negar que o ideário católico se serviu desse contexto cultural propício para disseminar que a mulher-professora também precisava dos princípios moralizadores da religião para conseguir

colocar em prática essa educação renovadora preconizada pela Reforma Francisco Campos, essas propostas renovadoras que se tem discutido até aqui, que ensejam modernizar as práticas docentes, e as *professorinhas* se tornaram um público alvejado nesses discursos oficiais.

Mas, apesar de a Pedagogia Católica, a partir dos anos de 1935 em diante e década de 1940, ter se apropriado dos pressupostos educacionais da Escola Nova dando origem ao que foi chamado de ‘Escola Nova Cristã’ por muitos intelectuais e militantes, é importante esclarecer que inicialmente, durante as décadas de 1910, 1920 e 1930 aproximadamente no Brasil, havia uma divergência existente entre os defensores do ideário católico e os defensores do ideário escolanovista, em meio aos desdobramentos do movimento da restauração católica e os desdobramentos da expansão das ideias liberais, laicas e renovadoras da educação nesses anos (Carvalho, 1989). E é essa discordância pedagógica inicial e sua posterior coalizão que será explicada a partir dos próximos parágrafos que se seguem.

Cabe aqui lembrar que, com a implantação do regime republicano em 1889, a Igreja Católica no Brasil perdeu a sua primazia no campo educacional por ocasião da Constituição Federal de 1891, que extinguiu o ensino religioso das escolas públicas, e decretou a separação entre Igreja e Estado. Conforme Azzi (1977; 1994) e Matos (1990), apesar do distanciamento político do Estado, a Igreja Católica reagiu tentando unificar o episcopado brasileiro a fim de restaurar o seu poder de influência sobre o Estado e sobre a sociedade brasileira.

Neste contexto, segundo Saviani (2008), dentre as perdas de privilégios sofridas, a proibição do ensino religioso nas escolas oficiais foi algo que a Igreja Católica jamais aceitou, especialmente em Minas Gerais. Tal condição fez com que ela se mobilizasse com todas as suas forças para reaver a sua hegemonia sobre o campo educacional. Esse processo de mobilização é chamado por Araújo (1986) e Azzi (1977; 1979; 1994) de restauração católica. Por Saviani (2008) é chamado de resistência ativa. O autor expõe que essa resistência ativa católica se caracterizou como um movimento pacífico, com manifestações individuais, e a criação de organizações coletivas. Desta forma, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, essa instituição religiosa se mobilizou para executar uma intensa participação na sociedade, cujo processo de reconquista da sua influência pôde contar com o apoio do poder político e do poder eclesiástico para se desenvolver (Azzi, 1979; 1994).

Uma das estratégias mobilizadoras dos católicos para reafirmar sua influência sobre a mentalidade da sociedade brasileira foi a permanente participação em associações contando com a presença de muitos católicos, porém, nem todos militavam a favor dos princípios dogmáticos e doutrinários da religião. Um exemplo disso é o caso da Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 1924 por Heitor Lyra, que, “[...] pensou em uma entidade ampla, capaz de congregar todas as pessoas, de várias tendências, em torno da bandeira da educação” (Saviani, 2008, p. 177).

Conforme Carvalho (1989), na década de 1920 existia uma convergência em prol da “grande causa educacional”. E por causa dessa busca por consonância, o grupo dos católicos conservadores e o grupo dos liberais reformadores ainda se mantinham juntos na ABE em prol da educação. Ambos os grupos defendiam a educação integral, os valores cívico-patrióticos e o entusiasmo pela educação, este último por sua vez:

[...] acionava frequentemente o catolicismo como elemento constitutivo da “alma nacional” como tradição a ser preservada e mesmo cultivada. Os hábitos higiênicos com os quais se esperava conformar corpos saudáveis e operosos, eram muitas vezes definidos em termos de condutas compatíveis com a moral católica (Carvalho, 1989, p. 43-44).

Observando-se tais aspectos reconheceu-se que os católicos até simpatizavam com alguns princípios da Pedagogia Moderna, como a preconização de métodos pedagógicos centrados no aluno, defendidos como os mais eficientes em detrimento dos métodos tradicionais; atmosfera que acreditava nesses métodos inovadores como úteis para a realização do programa nacionalista elaborado em meio a campanha cívico-educacional desempenhada pela ABE (Carvalho, 1989; 1998).

E neste contexto de esforço conciliador, Saviani (2008) observa que a nível nacional, no começo de 1931, a discordância pedagógica entre o grupo dos católicos conservadores e o grupo dos liberais conservadores ainda não era tão acirrada, e lembra que até então, os dois grupos participavam lado a lado na ABE, assim como também expressa Carvalho (1998), que:

As diferenças existentes entre esses grupos não significaram total antagonismo e nem aplicaram a abolição de pontos consensuais. A situação era de união de forças, de fortalecimento da ABE e da campanha educacional. Programaticamente as divergências não eram evidenciadas, o que fazia com que fossem relativizadas (Carvalho, 1998, p. 213).

Nesta conjuntura notou-se que, de fato, as divergências entre católicos e escolanovistas se davam especificamente por causa da escola laica, pública e gratuita, e em torno da coeducação escolar. E foi precisamente no período entre 1931 a 1935 que o grupo dos católicos conservadores e o grupo dos Pioneiros da Educação demonstraram suas discordâncias em torno da temática da Escola Nova (Carvalho, 1989).

Mas antes desse período, a encíclica *Divini Illius Magistri* escrita pelo Papa Pio XI em dezembro de 1929, já tinha sido elaborada com a intenção de fazer com que o escolanovismo parasse de repercutir no seio dos educadores católicos, demonstrando os pontos de incongruência com os escolanovistas (Carvalho, 1989).

E como foi durante as conferências realizadas na ABE que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi publicado em 1932, isso foi algo que os católicos não concordaram. Esse documento, após ser propalado, causou diferentes críticas no seio da intelectualidade católica (Saviani, 2008). Assim, depois do lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação houve um grande reboiço que contou com “[...] a crescente oposição dos católicos a Anísio Teixeira como Diretor Geral da Instrução Pública no Rio de Janeiro e a proximidade da Constituinte [...] ingredientes que, combinados, acabam por determinar o êxodo do grupo católico” (Carvalho, 1998, p. 71).

Mas, embora os católicos tivessem se retirado da ABE, devido às discordâncias de muitos pontos contidos no Manifesto dos Pioneiros, as mobilizações para o desenvolvimento de ações para a recristianização da sociedade brasileira não pararam. Ações estas que já vinham se desenvolvendo no Brasil desde 1928, com a criação de diversas Associações de Professores Católicos (APCs), que foram se fortalecendo e mais tarde deram origem à Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE) em 1933.

Deste modo, os militantes católicos e leigos reunidos em instituições como a CCBE e em APCs, realizaram uma série de Congressos Católicos de Educação, criaram bibliotecas pedagógicas, além de desenvolverem cursos e conferências com o intuito de diminuir o fascínio exercido pela ‘Escola Nova’ sobre os professores (Carvalho, 1989).

E no caso de Minas Gerais, que sempre carregou um histórico de patente tradição católica, pode-se dizer, respaldando-se em Vidal e Faria Filho (2002; 2005), que a aplicação da ‘Escola Nova’ aqui recebeu uma roupagem um pouco diferente. Se a realidade mineira da Reforma Francisco Campos (1927) for comparada com a proposta escolanovista de Fernando de Azevedo que fez uma Reforma no Distrito Federal (Rio de Janeiro) em 1927, esta propunha a renovação pedagógica e dava total apoio à laicidade,

e a reforma educacional mineira simpatizava primariamente com os interesses religiosos na educação pública.

São vários os exemplos na *Revista do Ensino* (MG), e um deles é o fragmento abaixo, extraído do nº 79, escrito pelo José Maria Paradas (Assistente Técnico do Ensino) que fez a alusão ao ensino religioso em meio à reforma mineira de cunho escolanovista.

Ruiu o edifício da velha escola [...] Façamos surgir destas ruínas a brilhante, a esplendorosa Escola Nova [...] A cabeça idealizadora de Francisco Campos e o braço realizador de Mario Casasanta fizeram brilhar nesta bendita terra mineira – berço de todos os sentimentos liberais – o sol da escola da razão, da escola do trabalho, da escola realizadora, da escola da verdade [...] a reforma da mentalidade humana; dissei como Jesus: “Deixai vir a mim os pequeninos” (Paradas, 1933, p. 56-57,59).

Essa Reforma Francisco Campos, de cunho escolanovista, na opinião de Vidal e Faria Filho (2002; 2005) foi um caso à parte, se comparada com as reformas dos outros estados brasileiros, porque ela admitia tanto os pressupostos da Pedagogia Nova, quanto os pressupostos da Pedagogia Tradicional. Os reformadores mineiros desejavam promover um futuro inovador, sem, contudo, desvencilharem-se totalmente do passado educacional. A proposta era inovar dentro da tradição. Deste modo,

Nascia também uma nova educação, mas ela vinha, por assim dizer, de braços dados com a tradição católica, a qual, desde há muito tempo, vinha buscando formas discursivas e mecanismos pedagógicos de modernizar-se e de dialogar com as ciências e com os novos sujeitos sociais, cuidando, no entanto, para não ser confundida, por exemplo, com o escolanovismo. Reformar, aproximando e distanciando das perspectivas escolanovistas, era um desafio que os mineiros buscavam enfrentar (Vidal; Faria Filho, 2002, p. 33).

E desta maneira, o processo de recristianização da nação pretendido pelo movimento restaurador pôde florescer em Minas Gerais no contexto da execução da Reforma Francisco Campos. Porque conforme Vidal e Faria Filho (2002; 2005), a Pedagogia Nova pretendia neste caso, na verdade, prioritariamente a renovação das práticas pedagógicas e dos métodos de ensino, sem, contudo, abrir mão da tradição católica na educação. Pois, o Estado precisava da legitimidade social dos princípios disciplinadores e moralizantes da religião. E nesse cenário, as mulheres professoras, como já eram a maioria no magistério, seriam a principal mão de obra que deveria ser dirigida, doutrinação e orientada pelas autoridades educacionais masculinas, porque nas mãos delas estavam o encargo de educarem as futuras gerações do país.

Deste jeito, Minas Gerais vivenciou o nascimento de uma educação nova arraigada à tradição religiosa. Neste período, o Estado precisava dessa tradição para manter a ordem, a moral, a disciplina, o controle e a obediência na sociedade. E em paralelo, a Igreja Católica empenhada no movimento restaurador precisava do apoio do Estado para retomar sua influência no ensino público (Coelho; 2021b). Assim, o governante Antônio Carlos estabeleceu um pacto com essa instituição e restituiu o ensino religioso nas escolas públicas em horário escolar em 1929 (Souza, 2001).

Ressalta-se que aquelas 20 Lições de catecismo publicadas no ano de 1932, se deram numa conjuntura histórica de comemoração por parte do grupo católico, após o governo do Antônio Carlos ter autorizado a volta do ensino religioso nas escolas públicas do estado em 1929 (Biccas, 2008). No nº 74 (1932), o artigo intitulado de *A Vida de Jesus e o Ensino do Catecismo (com aprovação eclesiástica)*, a Assistente Técnica do Ensino Luiza de Almeida Cunha inicia a sua redação explicitando que:

O Governo Mineiro vindo ao encontro dos católicos com a permissão do ensino de catecismo em suas escolas, cria para os nossos catequistas responsabilidades novas e prementes [...] o executivo estadual cioso das regras da Pedagogia Ativa exige por todos os meios e modos a homogeneização do ensino em obediência à psicologia infantil vencendo os preconceitos de vários dos seus antecessores, o Presidente Antônio Carlos não poderia certamente estimar que nos furtássemos, nós católicos, às diretrizes com que em boa hora entendeu remodelar a Escola Mineira” (Cunha, 1932, p.13)

Em face deste contexto histórico favorável ao ensino religioso nas escolas públicas estaduais, para garantir a implementação deste ensino, a Igreja Católica se mobilizou e utilizou os seus próprios professores para assumirem estas aulas nas instituições públicas, pois “[...] seria impossível contratar pessoas que cobrissem as inúmeras salas de aulas existentes em todo o Estado” (Biccas, 2008, p. 193).

E em face desta conjuntura de boas relações entre Estado e Igreja essas alianças repercutiram nos números 74, 75 e 76 (1932) que receberam essas Lições de catecismo ilustrado. Ou seja, chama-se atenção para o fato de o governo de Minas Gerais, além de ter autorizado a volta do ensino religioso nas escolas oficiais, também ter cedido espaço editorial na própria Imprensa Pedagógica Oficial para veicular estes conteúdos que tornaram visualmente tais exemplares em verdadeiros manuais de catequese, como também concorda Biccas (2008).

Enquanto revista didática, que já funcionava como um manual didático do(a) professor(a) e instrumento de formação de todo o professorado mineiro, ela passou a

oferecer uma densa quantidade de material didático religioso adicional, que poderia servir para orientar as aulas de catequese, além de chamar a atenção dos demais leitores, que acessavam este impresso para a apropriação da temática da religião no seio da escola.

Elucidou-se até aqui que, no caso do estado mineiro, a discordância pedagógica dos católicos conservadores com os escolanovistas foi atenuada por causa das referidas conquistas políticas e editoriais. E até mesmo à nível nacional, no governo de Getúlio Vargas a Igreja Católica conseguiu estabelecer uma política de colaboração mútua com o Estado, e logrou êxito político no campo da instrução pública com Decreto 19.941, de 30 de abril de 1931 (que estabelecia o ensino religioso facultativo e fora de horário de aula nas escolas públicas primárias, secundárias e normalistas), e o artigo 153 da Constituição Federal de 1934, que previa essas mesmas especificações (Coelho, 2021a).

Getúlio Vargas acabou cooptando vários intelectuais para o seu governo, muitos eram defensores dos princípios da Pedagogia Renovada e outros eram favoráveis aos princípios moralizantes da doutrinação firmadas na religião, pois a “[...] Igreja Católica aferrava-se ao projeto de ampliar suas esferas de influência política através da criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica ingeridas por intelectuais leigos” (Miceli, 1979, p. 51).

Uma correlação importante percebida foi a compreensão de que o triênio (1932-1933-1934) são justamente os anos editoriais que mais disseminaram conteúdos pedagógicos vinculados ao ensino religioso na *Revista do Ensino* (MG) dentre todos anos de publicação. Como em 1932 foi o ano de publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, na *Revista do Ensino* (MG) é visível o aumento dos textos de teor religioso catequista, uma espécie de reafirmação do ideário católico para este ficasse vivo na mentalidade dos educadores(as) para que não fosse esquecido por eles(elas).

O período (1932-1934) coincide ainda com todas essas ações políticas mencionadas acima, no âmbito da educação pública. Neste tempo estava ocorrendo uma clara colaboração mútua entre Estado e Igreja Católica, tanto no Brasil (no governo de Getúlio Vargas de 1930 a 1945), quanto em Minas Gerais não só durante o governo Antônio Carlos (1926-1930), como também no governo do Olegário Maciel (1930-1933), no governo do Benedito Valadares (1934-1945), e nos governos mineiros constituídos antes de 1925, conforme detalha Coelho (2021a).

Contornada essa discordância pedagógica explicitada, Carvalho (1989) expõe que, embora alguns líderes católicos defendessem o combate sem descanso à Escola Nova, com o tempo permaneceu a tendência de a Pedagogia Católica modernizar-se, a

fim de não perder espaço na educação. Desta maneira, muitos intelectuais desse campo se apropriaram de alguns pressupostos da Pedagogia Renovada, mas excluíram de seus escritos todas as ideias contrárias aos preceitos cristãos, explicitados pela encíclica *Divini Illius Magistri* do Papa Pio XI, de 1929 (Carvalho, 1989).

E essa coalização se manifestou nas páginas da *Revista do Ensino* (MG) especificamente com o nome de ‘Escola Nova Cristã’. Segundo Carvalho (1989), Souto (2019) e Orlando (2008), este ideário foi a maneira encontrada por diferentes intelectuais católicos⁵⁸ de modernizarem o ensino do catecismo, ao apropriarem-se dos princípios que aludiam à renovação dos métodos de ensino e dos modos de ensinar propostos pelos Pioneiros da Educação Nova, sem, contudo, abrirem mão dos preceitos cristãos.

Conforme Carvalho (1989) e Orlando (2008; 2014), essa coalização pedagógica foi uma tentativa de modernização da catequese escolar, dado o avanço das ideias liberais, e a adesão republicana aos ideais da escola laica, pública, gratuita, mista e obrigatória, que contrariavam totalmente a mobilização católica no movimento restaurador para reconquistar a primazia do campo educacional por meio da imprensa e da política. Um exemplo é o trecho extraído do nº 97, escrito pelo Manuel Casasanta, Assistente Técnico.

O CONCEITO CRISTÃO DA NOVA ESCOLA. Respeitando a espontaneidade das crianças a Nova Escola obedece à letra dos Evangelhos [...] Elegendo-se Jesus-Christo como o seu único e verdadeiro ideal, está a exigir-vos a nova escola, esta nobilíssima tarefa: infundir as virtudes inestimáveis de simpatia, solidariedade e cooperação [...] tornando os homens mais polidos e a sociedade mais feliz [sic] (Casasanta, 1933, p. 48, 51).

Além do mais, embora nem todos os intelectuais católicos concordassem totalmente com essa conciliação de ideais pedagógicas, e um exemplo é o Alceu Amoroso Lima (pseudônimo de Tristão de Atayde), um crítico do documento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932 (Saviani, 2008); em geral, percebeu-se que permaneceu a tendência entre os outros intelectuais do laicato católico de agregarem os princípios renovadores aos escritos do ensino religioso para o âmbito escolar (Orlando, 2008).

⁵⁸ Souto (2019) confirma que alguns dos intelectuais católicos que conciliaram as propostas didáticas da Escola Nova com os princípios do catecismo católico são: Everardo Backeuser, padre Álvaro de Negromonte, monsenhor José Tibúrcio, Waleska Paixão, Evangelina Gonzaga, Julieta Magalhães Lopes e Carolina Nabuco, dentre outros.

Dentro desse empenho conciliador, é sabido que alguns dos signatários do próprio Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como: Mario Casasanta, Anísio Teixeira, e Lourenço Filho, eles mantiveram as suas trajetórias de vida marcadas pelo catolicismo, existindo, portanto, um diálogo real entre alguns dos Pioneiros da Educação e os defensores da pedagogia catequética (Souto, 2019).

Neste sentido, Vidal e Faria Filho (2002; 2005) elucidam que, na execução prática da Reforma Francisco Campos implementada pelos mestres em sala de aula, o ensino admitiria, ao mesmo tempo, tanto os pressupostos da Escola Ativa quanto os pressupostos da Pedagogia Católica.

Aliás, Mario Casasanta e mais uma lista de outros 18 articulistas⁵⁹ na *Revista do Ensino* (MG) foram contabilizados nessa pesquisa por publicarem especificamente sobre o assunto ‘Escola Nova Cristã’ e/ou ‘Escola Ativa Cristã’, durante o recorte (1925-1940).

A ‘Escola Nova Cristã’ foi um tema veiculado explicitamente. No nº 36 (1929) fala-se, por exemplo, em ‘catecismo da escola activa’ [sic]. E os trabalhos de Coelho (2020; 2021a; 2021b) apresentam um quadro (tabela) com o endereço do levantamento de 18 artigos desse tema veiculados pelo impresso. Mas, na atual pesquisa de doutorado em educação foi possível contar ao todo a quantidade de 21 deles sobre o assunto.

Um exemplo é o do nº 128-133 da professora de Metodologia Irmã Olga que disse: “*como professora cathólica, entusiasta da Escola Nova [...] nós católicos a interpretamos e praticamos [...]*” [sic] (Olga, 1932, p. 64-65). Outro exemplo é o do Guerino Casasanta no nº 78: “[...] *O ensino de Jesus foi quase sempre objetivo e atendia sempre aos princípios apregoadas pela escola ativa [...] É claro, pois que a escola ativa [...] sendo cristã, deve proporcionar a felicidade [...]*” (Casasanta, 1932, p. 23-25).

Ratificando que as mulheres-professoras no discurso republicano naturalmente já eram vistas como uma peça chave no processo de disciplinarização, civilização e progresso dessa sociedade, independentemente do discurso cristão católico, é preciso esclarecer que, no entanto, por outro lado, foi possível perceber que, em geral, a visão do periódico dava a entender que se as educadoras conseguissem aliar os princípios morais da religião em suas práticas de ensino, esses valores teoricamente dariam muito mais

⁵⁹ O levantamento feito contabilizou 19 articulistas que escrevem sobre a ‘Escola Nova Cristã’ na *Revista do Ensino* (MG) no recorte investigado, são eles: Mario Casasanta, Guerino Casasanta, Manuel Casasanta, Acerbispo Dom Joaquim Silverio de Souza, João Batista Santiago, Honório Armond Lombardo Radice, Dulce Botelho Junqueira, Irmã Olga, Abel Fagundes, Teobaldo Miranda Santos, Oscar Arthur Guimarães, Marie Fargues, Mauricio Murgel, José Maria Paradas, Leticia Chaves Gomes, J. Madureira e Leonilda Montandon.

legitimidade ao processo de disciplinarização e civilização dos seus alunos. E este perfil docente disciplinarizador e moralizador está claro nos dois fragmentos dispostos a seguir:

Não basta, está claro, o ensino [...] do catecismo [...] É pela educação moral que se forma a disciplina dos alunos [...] pois sem disciplina não se educa, não se instrue, como sem ordem não há progresso [...]” [sic] (Madureira, 1933, p. 6-7).

Senhoras normalistas. Sois católicas, ides ser professoras católicas. Em nome das nossas tradições de povo crente [...] para que se poupem ao Brasil novas e mais largas desgraças [...] Conduzi as crianças para Christo. Ele as espera e quer” [sic] (Negromonte, 1933, p. 10).

Neste sentido, para entender fragmentos como esses acima, em geral, concorda-se com Orlando (2014, p. 214), ao compreender que mensagens como estas explicitavam “uma representação de professora como agente responsável pela inculcação dos valores e hábitos católicos nos futuros cidadãos” republicanos que precisavam ser disciplinados e moralizados. Por isso, em discursos como esses, compreendeu-se claramente que o papel da mestra primária e o papel da catequista se misturavam, e que estes papéis eram propositalmente aproximados para garantirem a inculcação da catequese no processo de escolarização. Estudando os escritos do padre Álvaro Negromonte, ícone da pedagogia catequista, essa autora explicou essa perspicaz estratégia:

Associar a formação da professora à da catequista e incitar essa ação conjunta nas salas de aula das escolas primárias do estado de Minas Gerais significava instituir, de forma legítima, uma cultura católica com o aval do próprio Estado, tendo em vista que essas ações foram pensadas para os professores das escolas públicas e privadas [...] promover a formação de um perfil de professora que deveria ter a consciência integral dos seus deveres sociais e cristãos [...] em prol do projeto de recristianização da nação (Orlando, 2014, p. 213).

E neste outro conteúdo abaixo a conciliação pedagógica do ideal da ‘Escola Nova Cristã’ dirigida expressamente às educadoras mineiras pode ser claramente percebida:

A base, o alicerce profundo e inabalável da *verdadeira educação moral*, nós o encontramos hoje na Escola Nova – é o decálogo, são os Evangelhos. Não basta, está claro, o ensino decorado e ineficiente do catecismo [...] não é a disciplina tradicional do terror, do medo, da quietude, do silêncio, da imobilidade, do silêncio – é a disciplina que eleva, que dignifica, que forma cidadãos e não escravos [...] *a disciplina do amor do carinho, da bondade [...] ambiente de paz, alegria e felicidade e vida real para os educandos – é a disciplina da Escola Nova*” (Madureira, 1932, p. 6-7, grifos meus).

Neste fragmento é possível notar que o perfil de professora escolanovista pretendido pela reforma da educação mineira era o de uma mestra carinhosa e amável, mas ao mesmo tempo disciplinadora e moralizadora por meio do catecismo. Ou seja, textos como esse e tantos outros são, na verdade, uma forma de “Coação do Estado para implantar um modelo de professora, [que] além de bondosa e dedicada, [fosse] portadora de conhecimentos científicos, capaz de implementar a política educacional” (Assunção, 2006, p. 14). Mas, no caso da presente pesquisa, enxerga-se que também esse perfil feminino docente era sugestionado a se apropriar dos princípios morais da religião para cativar a obediência infantil.

Refletindo-se sobre as professoras e as normalistas em Minas Gerais, pode-se reler no fragmento anterior de J. Madureira (1932) (autor desconhecido), que os atributos considerados como femininos, indicados ao final da citação como: amor, carinho, bondade, alegria e felicidade, de acordo com Lopes (2017) e Louro (2001) eram qualidades que, culturalmente, deveriam emanar das mulheres professoras, porque naturalmente elas por serem do sexo feminino, aos olhos dessa sociedade republicana, receberam o dever social de apresentarem uma postura que demonstrasse tais pré-requisitos na atividade do ensino.

Deste modo, ficou claro que estas supostas qualidades ditas como femininas como bondade, carinho e amor pelos alunos eram bem mais importantes do que qualquer tipo de formação pedagógica para se poder lecionar com crianças, e em alguns contextos elas dispensavam até mesmo uma formação teórica oferecida nas Escolas Normais, porque:

A qualificação do(a) professor(a), dentro dos princípios científicos, além (ou antes!) de um grande amor pelas crianças e por sua missão, garantiria a formação dos(as) jovens para a construção de um país soberano. Era, portanto, necessária uma formação científica rigorosa, no entanto, o amor pelas crianças e a doação nesta ‘nobre’ missão eram sempre lembrados como pontos prioritários no desempenho da tarefa de educar (Assunção, 2006, p. 12).

Neste sentido, considerando a prática pedagógica das *professorinhas*, pôde-se perceber que o governo mineiro pretendia que nas escolas públicas elas realmente abrissem mão dos castigos físicos e das práticas autoritárias da pedagogia tradicional tão reprovadas pelos escolanovistas (conforme ficou claro na figura da professora do vestido de bolinhas). Todavia, por outro lado, considerando a forte tradição católica mineira, pôde-se analisar nos 120 textos educacionais de natureza religiosa examinados, que

socialmente também era esperado que os mestres e as mestras não abrissem mão dos princípios moralizantes e disciplinadores sugeridos pela religião. Porque nesses discursos notou-se que os articulistas criam que por intermédio do ensino religioso catequista os docentes poderiam incentivar as crianças a se tornarem mais obedientes, submissas, disciplinadas e moralizadas.

As normalistas e as professoras primárias nesse impresso educacional foram caricaturadas, representadas, definidas, repreendidas, louvadas, corrigidas, enaltecidas e execradas nos discursos dos responsáveis pela Imprensa Oficial e demais articulistas, que majoritariamente eram homens e que escreviam sobre o papel social delas. Desta forma:

Vale notar quem utiliza o poder para representar o outro e quem apenas é representado. Isso se torna particularmente importante, se pensarmos que, na maior parte das vezes, as mulheres e as mulheres professoras são definidas, e portanto, representadas, mais do que se definem. Homens-parlamentares, clérigos, pais, legisladores, médicos – auto arrogando-se a função de porta-vozes da sociedade, dizem sobre elas. Como consequência, elas também acabam, frequentemente, definindo-se e produzindo-se em consonância com tais representações (Louro, 2001, p. 465).

Considerando isso e toda a argumentação empreendida até aqui neste tópico acerca da 1ª representação geral de mulher-professora verificada no exame dos 175 números da revista oficial em apreço, analisou-se em síntese que: a) as mulheres se inseriram no magistério primário de maneira majoritária em Minas Gerais no período analisado; b) apesar disso, o papel feminino ainda era minorado em detrimento do papel masculino; c) os cargos femininos na educação eram menos remunerados que os cargos ocupados pelos homens, que preferiam exercerem posições de liderança e chefia devido à maior reputação social; d) elas deveriam apartarem-se das atividades sociais masculinas, como, por exemplo, a vida política; e) além disso, as professoras deveriam seguir oficialmente os princípios escolanovistas e serem disciplinarizadoras, porém gentis, amáveis e sorridentes, ensinando os princípios da ‘Escola Ativa’ e também os princípios moralizadores da ‘Escola Nova Cristã’, porque o alvo da docência deveria ser a dedicação plena à tarefa de educar o comportamento, a aprendizagem, a mente e as convicções de fé das crianças.

3.3.2 Representações de mulher-professora-mãe

Em relação à essa 2ª idealização de docência feminina observada nas páginas da *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940) pôde-se perceber que tal representação era constantemente reiterada em suas páginas, inclusive em textos que não possuíam nenhum viés religioso. E isso porque esse imaginário cultural já estava consolidado na mentalidade da sociedade republicana.

Retomando o que dizem Louro (2001) e Almeida (2004; 2014), é preciso reiterar que o curso normal era valorizado por muitas jovens de famílias de maior poder aquisitivo, porque também tal oportunidade de formação funcionaria como um curso “espera marido”. E as normalistas formadas poderiam ter a opção de se tornarem professoras, porque mesmo quando ainda solteiras ou casadas desejassem ter um trabalho remunerado fora de casa, esta ocupação era vista pela sociedade como a melhor ocupação que se encaixaria no caso delas, por causa da maternidade feminina, e a escola era vista como o local que mais seria parecido com o ambiente do lar onde vivem as crianças.

Segundo Assis (2021; 2022) e Catani (2000), nas primeiras décadas da República brasileira, o número de alunas matriculadas nas Escolas Normais começou a aumentar progressivamente com o passar do tempo, e a profissão docente se tornou uma alternativa a um casamento forçado e a trabalhos menos prestigiados. Ela se configurava como uma das poucas formas respeitadas nessa sociedade republicana conservadora, que proporcionava uma certa liberdade pessoal para as mulheres.

Em meio a esse cenário histórico-cultural, esta tese analisou que a representação da mulher-professora-mãe pôde ser identificada em muitos textos dirigidos a esse público.

Outra percepção republicana a respeito do papel social da mulher eram as chamadas qualidades ditas ‘femininas’. Lopes (2017) explica que, aquelas que quisessem conciliar seus afazeres pessoais e domésticos com a docência em meio expediente no ensino primário, deveriam preencher a alguns pré-requisitos para ingressar nele, demonstrar certas qualidades consideradas ‘femininas’ nesta sociedade patriarcal como: ternura, amor, abnegação, renúncia, altruísmo e responsabilidade. Porque para a docência, tais qualidades seriam priorizadas em detrimento do seu nível de formação, pois apresentar essas supostas virtudes femininas remetem à maternidade (Lopes, 2017).

E no periódico viu-se que está registrado exatamente isso. No nº 109 (1934) o Secretário da Educação Noraldino de Lima argumenta sobre essas supostas qualidades docentes femininas essenciais, e dentre todas, ele julga que o sentimento maternal seria a maior qualidade que uma mestra precisava ter:

[...] a melhor professora é aquela que possui mais acentuadamente o instinto maternal. Ser mãe é renúncia [...] Bendita é a missão da professora [...] trocando o que de empolgante e sedutor oferece a vida, pelas consolações íntimas e pelas esperanças inextinguíveis no reino que, como o Cordeiro de Deus [...] [sic] (Lima, 1934, p. 2).

Neste trecho acima observou-se inclusive que o articulista aciona o ideário católico para conferir ainda mais sensibilização e incentivo à aceitação desse paradigma de professora maternal, porque já se sabia que culturalmente essa sociedade mineira tipificava a tarefa de ensinar as crianças em casa e, agora nas escolas, como uma tarefa essencialmente feminina.

Outro exemplo da representação da mulher-professora-mãe está no caso da mensagem do João Massena, diretor da Escola Normal de Juiz de Fora, que disse:

[...] foi à mulher que a Providência confiou o grato e ao mesmo tempo penoso encargo de dirigir a infância. *A mulher, pelas limitações naturais de sua inteligência, pelo absoluto predomínio do seu coração sobre o seu cérebro, pelos sentimentos de maternidade que são inatos na sua divina organização, é a professora ideal para as tenras criancinhas [...]* [sic] (Massena, 1929, p. 4, grifos meus).

Um texto como esse na atualidade seria interpretado como machista e patriarcal, porém seria anacrônico demais interpretá-lo sob esse prisma inadequado. Pois, no entendimento cultural existente nesse tempo, o paradigma da mulher-professora-mãe era plenamente aceito no conjunto mais amplo da sociedade. No olhar desse articulista, as mulheres supostamente permitiam que o seu lado sentimental sobrepujasse totalmente sua capacidade intelectual. Contudo, pode-se observar que, na verdade, este enunciado tentava era despertar uma conformação e aceitação tácita delas se tornarem seres mais controláveis, mais submissos e, assim, fossem facilmente dominadas na hierarquia social deste tempo. Segundo Louro (2001), o papel social dos homens (provedores do lar) era mais elevado do que os papéis dela: alguém casada e progenitora de filhos, que quando muito poderiam aspirar dar aulas. Deste modo, viu-se que a estratégia desse discurso, citado acima, foi a tentativa de justificar a aptidão natural delas para ensinarem as tenras criancinhas por causa da sua capacidade biológica de terem filhos.

Por um lado, analisou-se que para atestar sua argumentação construída e tentar persuadir o público leitor, reparou-se que esse articulista recorreu ao ideário cristão católico, apelando para as crenças tradicionalmente cultivadas em Minas Gerais, elogiando, por um lado, as mulheres como seres humanos especiais e escolhidos por Deus

para serem mães, e que por conta dessa capacidade inerente ao sexo feminino, elas seriam as pessoas ideais para o encargo de ensinar as criancinhas pequenas.

Por outro lado, esse texto apesar de se propor a elogiá-las, ao mesmo tempo ele deprecia a figura feminina. “Pelo completo predomínio das emoções sobre o seu cérebro”, tal paradigma dito por este diretor de Escola Normal acabava representando a mulher como alguém menos inteligente, rebaixando o seu intelecto em relação ao intelecto masculino. Havia a oposição homem-razão *versus* mulher-emoção. E, ao expô-la como alguém somente capaz de ensinar às criancinhas pequenas do ensino primário, ele sugere que antes da necessidade de formação para dar aulas, o mais importante era apresentar um espírito maternal, ou seja, a preparação profissional não era algo indispensável, e sim o sentimento de amor pelas almas infantis.

Ou seja, reparou-se neste sentido, o mesmo paradoxo visualizado por Assunção (2006) sobre a maneira contraditória de representar os mestres, com discursos que os elogiavam e os depreciavam num mesmo texto. Deste modo, as mulheres eram, neste fragmento do periódico, encorajadas a darem aulas para o público infantil porque tinham qualidades que biologicamente supostamente as ajudariam, mas ao mesmo tempo, biologicamente, no dizer desse articulista eram menos intelectuais que os homens.

Na leitura documental dos 175 números desse impresso educacional depreendeu-se que a figura docente em alguns momentos é repreendida e dignificada ao mesmo tempo, criticada e esperançada como a salvadora das crianças. E em especial, a figura feminina ainda muito mais, porque esta era vista como o ser mais ideal para a tarefa de educar as mentes infantis, e assim, a postura da professora também era com frequência, do mesmo modo, elogiada e advertida, louvada e censurada ao mesmo tempo.

A segunda questão sugerida pelo tom depreciativo da figura docente feminina na fala do João Massena é que, na visão dele, a mulher era incapaz intelectualmente de estudar em cursos de formação mais aprofundada. Estes cursos eram entendidos socialmente como mais complexos, e eram ocupados majoritariamente pelos rapazes, como, por exemplo, os cursos superiores nas áreas das ciências exatas. Isso pode ser explicado por Almeida (2004) ao elucidar que seria por esta razão que as Escolas Normais (oferecidas em sua maioria nos colégios confessionais católicos e em poucas escolas públicas) formavam suas alunas preferencialmente para o matrimônio e a maternidade, e opcionalmente também a possibilidade de se tornarem professoras, e não incentivavam a busca pelo ensino superior para a busca de outras diferentes carreiras profissionais ocupadas por homens. No dizer de Louro (2001, p. 447), alguns teóricos nessa sociedade

republicana defendiam que as mulheres não poderiam “encher demasiadamente as suas mentes” de conhecimentos muito elaborados, isso seria “um excesso de instrução”, tal condição deveria ser negada às mulheres, porque elas deveriam ser “mais educadas”, mais formatadas, do que propriamente muito “instruídas”, ou seja, muito estudadas.

Pensando-se agora naquelas docentes que não podiam ser mães, porque eram estéreis, e naquelas que preferiam não se casarem forçosamente, e ficarem *solteironas*, nestes casos, a maternidade não iria acontecer.

“Muitas moças normalistas, interessadas no magistério por necessidade, e outras por desejarem ultrapassar os limites sociais, enfrentariam restrições, para que a sua profissão não entrasse em choque com as suas atribuições femininas” (Louro, 2001, p. 453). Neste contexto, a mentalidade social tanto de homens como de mulheres era a de que a ocupação de dar aulas no caso feminino era uma atividade transitória, que deveria ser sempre abandonada caso ela atrapalhasse a “verdadeira missão feminina de esposa e mãe. O trabalho fora seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós – as *solteironas* e viúvas” (Louro, 2001, p. 454).

E o que fica claro a partir da leitura documental do periódico oficial mineiro, é que mesmo se as professoras fossem *solteironas* elas deveriam se sentir como mães dos seus alunos. Aliás, essa escolha era vista como um tanto até melhor, porque nestes casos elas poderiam ter até mais tempo para se dedicarem completamente ao magistério. E essa dedicação plena e sacrificial às atividades de ensino era sempre incentivada nas mensagens dirigidas à todas as educadoras sem distinção.

3.3.3 Representação de mulher-professora-solteirona de instinto maternal

Tratando-se especificamente dessa 3ª idealização evocada nas páginas desse impresso oficial, um exemplo nítido dela está no texto denominado de *Dona Efigência* publicado no nº 46 (1930), escrito por Aymore’ Dutra, Assistente Técnico do Ensino. São 5 páginas para contar a entrevista feita por ele com essa docente de 62 anos, aposentada. Um trecho diz o seguinte:

Uma creatura [...] apegada impenitentemente ao passado. Saia preta de cóis, bendengó arqueando-se em canudo [...] uma rodilhazinha de tranças ruças [...] no alto da cabeça. E, como traços fortes do ridículo, sobre tudo isso, os oculos e o matinée [...] que lhes dá o aspecto ecclesiastico de um velho cura em procissão. Principalmente quando usam saias pretas [...] Os habitos de D. Ephigenia deviam ser terríveis:

criação de gatos ou de cachorrinhos; duzentas visitas diárias á igreja [...] é simples e sóbria em tudo. Vestido singelo pobre e limpo. Cabellos apartados ao meio e enrollados em “coque” sobre a nuca [...] [sic] (Dutra, 1930, p. 53,54).

Resumidamente, o conteúdo completo descreve a vida de uma senhora envelhecida que cria gatos e cachorros e até um papagaio, e que lecionou 40 anos no Estado de Minas como professora até pouco tempo, e mesmo aposentada, ainda dava aulas gratuitamente aos pobres. A aparência física dessa velha professora, de tranças, coque e saias pretas que lembram a roupa de um padre demonstram que ela era uma professora conservadora, religiosa e tradicionalista. Esse estereótipo feminino comum à época foi assinalado por Louro (2001, p. 466): “A antiga professora *solteirona* podia também ser representada como uma figura severa, de poucos sorrisos [...] roupas escuras, abotoadas e de mangas compridas, rosto fechado, cabelo em coque, costas retas, pés unidos [...]”.

Observou-se também que o Assistente Técnico Dutra ressaltou no artigo acima que essa senhora aposentada se satisfazia (em tom de hipérbole) realizando duzentas visitas à Igreja Católica, porque essa postura social era tida como adequada para uma senhora de idade avançada, e era comum entre as mulheres voluntárias nos serviços humanitários e sociais das paróquias.

Mas, apesar de ela ser tão religiosa, ele deixa escapar que nas profundezas do coração dela há: “*o odio, o despeito contra as outras mulheres que vinham cumprindo na vida o destino de mulher, illuminadas pela maternidade ou emballadas pelos hymnos matinaes do amor* [sic] (Dutra, 1930, p. 53). Ou seja, o articulista a via como uma pessoa infeliz porque nunca se casara, não se sentia amada por um marido, e nem pôde ter filhos. Contudo, analisa-se que esse aspecto foi propositalmente escrito na revista para reforçar a idealização social que apregoava ser o casamento e a maternagem a verdadeira felicidade para a vida feminina. Por isso, na visão do autor, esta mulher só conseguiu encontrar a felicidade no contato com seus alunos, porque assim, ela supostamente teria conseguido finalmente saciar a sua sede de amor e afeto, sendo o magistério, portanto, a sua realização pessoal:

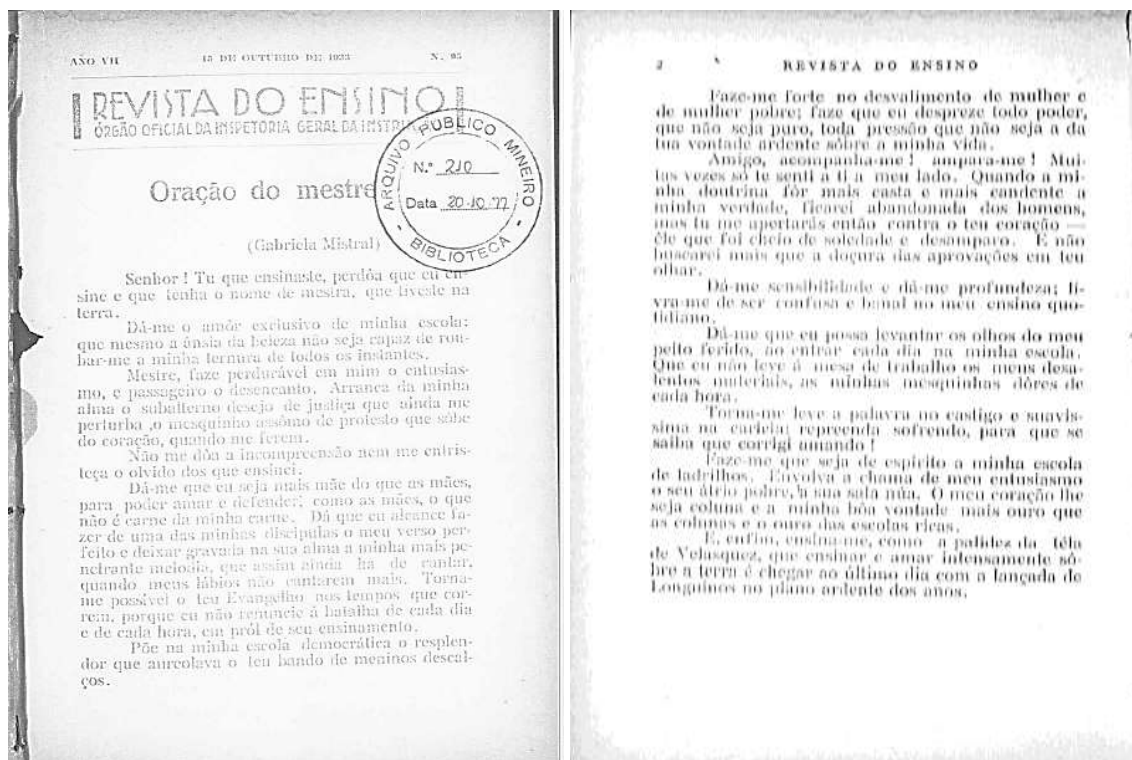
Dona Ephigênia [...] Sublimou a sêde innata do amor e de carinhos que o coração humano sente, amando as creanças, vivendo para ensinalas. Durante quarent’annos suas mãos bemfazejas acariciaram milhares de cabecinhas infantis. E d. Efigênia -, que que atravessou a vida solteirona e esteril, isolada entre collinas tristes - foi mãe muitas mil vezes [...] [sic] (Dutra, 1930, p. 54).

Em suma, Dona Ephigênia foi retratada por uma autoridade educacional masculina, que manifestou o pensamento do seu tempo, vendo-a como uma mestra *solteirona*, solitária e estéril, que só encontrou o sentido para a vida ao se dedicar plenamente ao magistério, amando as crianças. E esse foi um exemplo modelar de mulher-professora-solteirona de instinto maternal, renunciada, abnegada e sacrificada, que dedicou a sua vida inteira nesta sagrada missão pedagógica louvada nesse impresso.

Outra evidência desta percepção detectada nesta tese está nos textos da *Oração da Mestra* e no da *Oração do Mestre*. A Gabriela Mistral⁶⁰ publicou primeiramente a *Oração da Mestra* na capa do nº 11 (1926) anteriormente exposta na figura 12, cujo texto foi diagramado em duas colunas. Depois de sete anos esse mesmo texto foi republicado no começo do nº 95 (1933, p. 1-2) com o título de *Oração do Mestre*. Mas, percebeu-se que esse conteúdo é exatamente o mesmo, aconteceram apenas duas modificações gráficas nele: a primeira mudança foi na diagramação, cujo formato passou de duas para uma única coluna que fez com que ocupasse 2 páginas no nº 95, e a outra mudança ocorreu no título, que foi trocado para o masculino (*Oração do Mestre*), possivelmente com a intenção de mobilizar a todos os educadores em geral. E esta mesmíssima publicação está explicitada na imagem abaixo.

FIGURA 23. A *Oração do Mestre* página inicial FIGURA 24. A *Oração do Mestre* página final

⁶⁰ A Gabriela Mistral foi uma escritora da *Revista do Ensino* (MG) classificada por este trabalho como uma articulista intelectual. Ela foi uma poeta e educadora chilena, que em 1945, “[...] ganhou o primeiro Prêmio Nobel na América do Sul, [...] integrou o corpo diplomático do Chile [...] [como] Consulesa. E reivindicava não só a educação das meninas da área rural, bem como a instalação de bibliotecas nos recantos mais longínquos” (Büschel, 2016, p. 1). Segundo a autora, apesar da Gabriela Mistral não ser uma escritora católica propriamente, ela tinha uma avó muito católica que lhe solicitava que lesse a Bíblia Sagrada diariamente em seu quarto. Isso pode tê-la influenciado depois na escrita do texto publicado, denominado como *Oração da Mestra*, uma súplica de uma professora ideal abnegada, sacrificada e resignada.



Fonte: Revista do Ensino (MG), v.7, n° 95, 1930, p. 1.

Fonte: Revista do Ensino (MG), v.7, n° 95, 1930, p. 2.

Basicamente, o conteúdo desta oração é uma súplica feita por uma professora fictícia, que pede forças para seguir na carreira do magistério primário, como se lê abaixo:

Senhor! Tu que ensinaste, perdôa que eu ensine e que tenha o nome de mestra, que tivestes na terra. Dá-me o amor exclusivo da minha escola: que mesmo a ansia da beleza não seja capaz de roubar a minha ternura de todos os instantes.

Mestre, faze perdurável em mim o entusiasmo e passageiro o desencanto. Arranca da minh'alma o subalterno desejo de justiça que ainda me perturba, o mesquinho assomo de protesto que sobe do coração quando me ferem. Não me doa a incompreensão, nem me entristeça o olvido dos que ensinei. Dá-me que eu seja mais mãe do que as mães, para poder amar e defender, como as mães, o que não é carne da minha carne.

Dá que eu alcance fazer uma das minhas discípulas o meu verso perfeito e deixar gravada na sua alma a minha mais penetrante melodia, que assim ainda há de cantar quando os meus lábios não cantarem mais. torna possível o teu Evangelho nos tempos que ocorrem, para que eu não renuncie á batalha de cada dia e de cada hora, em prol de seu ensinamento. Põe na minha escola democrática o resplendor que auréola leva o teu bando de meninos descalços.

Faze-me forte no desvalimento de mulher, e de mulher pobre; faze que eu despreze todo poder que não seja puro, toda pressão que não seja a da tua vontade ardente sobre a minha vida. Amigo, acompanha-me. Ampara-me! muitas vezes só te terei a Ti ao meu lado. Quando a minha doutrina for mais casta, e mais queimante a minha verdade, ficarei abandonada dos homens, mas Tu me apertarás então

contra o teu coração - elle que foi cheio de soledade e desamparo. E não buscarei mais que a doçura das aprovações em teu eu olhar.

Dá-me sensibilidade e dá-me profundez; livra-me de ser confusa e banal no meu ensino cotidiano. Dá-me que eu possa levantar os olhos do meu peito ferido, ao entrar cada dia na minha escola ponto que eu não leve á mesa de trabalho os meus pequenos desalentos materiais, as minhas mesquinhas dores de cada dia. Torna-me leve a palavra no castigo suavissima na carícia: reprehenda soffrendo, para que se saiba que corrigir amando!

Faze-me que seja de espírito a minha escola de ladrilhos. Envolve a chamma do meu entusiasmo o seu apoio pobre, a sua sala nua ponto o meu coração esteja columna e a minha boa vontade, mais ouro que as comlunas e o ouro das escolas ricas. E, enfim, ensina-me [...] que ensinar e amar intensamente sobre a terra, é em chegar ao último dia com a lançada de Longuinos no flanco ardente do amor [sic] (Mistral, 1926, p. 33; Mistral, 1933, p. 1-2).

Lendo-se o texto apresentado acima notou-se que ele conclamava a todas as professoras mineiras, sobretudo as professoras primárias e de certa forma tentava também alcançar as normalistas que quisessem se tornar mestras.

Na sexta linha dele consta: “*Arranca da minh’alma o subalterno desejo de justiça que ainda me perturba, o mesquinho assomo de protesto que sobe do coração quando me ferem*” [sic]. É possível intuir nas entrelinhas que este fragmento sugere, na verdade, que as educadoras precisavam se apartar das questões político-partidárias, assim como o texto do Diretor de Instrução Pública Lúcio José Santos no nº 1 (1925, p. 22), que dirigiu um ofício a uma professora mineira de forma severa, repreendendo-a por ter se envolvido com a política local. Este entendimento social de que as mulheres não deveriam protestar, não deveriam reclamar de nada que fosse injusto, e nem mesmo realizarem manifestações, ou reivindicações de algum benefício em algum campo social era um pensamento cultural que, como pôde ser visto nesta publicação acima, estava presente na escrita de algumas mulheres que concordavam e reproduziam esse pensamento. E tal concepção era agradável e aceita pelos produtores da Imprensa Oficial do Estado, que precisam alimentar esse imaginário no âmbito da docência feminina para que elas desistissem de se posicionarem e de lutarem por melhores condições sociais de trabalho, e protestarem por terem uma presença participativa nos campos da política e da gestão da educação. Ou seja, compreendeu-se que esta foi uma clara tentativa de manutenção do *status quo* da configuração hierárquica masculina no campo educacional, cuja hierarquia social também estava engendradora nos demais campos sociais republicano desse tempo, mas, neste caso foi reiterada na revista possivelmente com a intencionalidade de estimular e reforçar uma passividade feminina docente.

Outra questão é a seguinte, no final do segundo parágrafo, lá na sexta e sétima linha consta o seguinte pedido: *“Dá-me que eu seja mais mãe do que as mães, para poder amar e defender, como as mães, o que não é carne da minha carne”*. Neste texto da *Oração da Mestra* e/ou da *Oração do Mestre* escrito pela Mistral (1926; 1930) percebe-se que está exposta a representação de mulher-professora-solteirona de instinto maternal semelhantemente ao caso da professora Dona Ephigênia retratado por Dutra (1930). Reconheceu-se assim, a clara presença da doutrinação católica na educação, que se utilizou para tanto esse impresso oficial de grande alcance em Minas Gerais, para tentar inculcar nos professores e, sobretudo, nas professoras e normalistas os seus princípios pedagógicos catequéticos, admoestando-as quanto à essa crença religiosa.

Estes textos mencionados as persuadiam a se tornarem e se manterem católicas, tentando inclusive interferir nas escolhas da vida pessoal e social dessas educadoras. Essa doutrinação pedagógica e religiosa demonstra o interesse da Igreja em orientar a educação pública, reiterando sua perspectiva acerca do magistério, porque neste contexto, a Igreja estava empenhada no movimento da restauração católica, e entendia que precisava para reconquistar a sua influência sobre a educação em Minas Gerais.

Além disso, este conteúdo evoca uma abnegação exacerbada, ao ponto dessa professora ideal acreditar que o magistério exigia a recusa pelo casamento, em troca da dedicação plena à missão docente. Ao dedicar-se com grande empenho, ela poderia ficar desprezada pelos homens, e, por fim, decidiu se tornar uma professora solteira para dedicar-se integralmente a esta profissão encarada como missão vocação e destino, afirmando: *“[...] ficarei abandonada dos homens, mas Tu me apertarás então contra o teu coração - elle que foi cheio de soledade e desamparo. E não buscarei mais que a doçura das aprovações em teu eu olhar”* [sic] (Mistral, 1926, p. 33). E, como ela está disposta a se sacrificar, sob este ideal pedagógico, ela dá a entender que encontrou em Jesus Cristo seu eterno companheiro e marido que a recompensará por estas dificuldades até aqui mencionadas.

Percebendo isso, concorda-se plenamente com o que sintetiza Louro (2001):

Essa representação de professora solteirona é, então, muito adequada para fabricar e justificar a completa entrega das mulheres à atividade docente, serve para reforçar o caráter de doação e para desprofissionalizar a atividade. A boa professora estaria muito pouco preocupada com seu salário, já que toda a sua energia seria colocada na formação de seus alunos e alunas. Esses constituiriam sua família; a escola seria o seu lar e, como se sabe, as tarefas do lar são feitas gratuitamente, apenas por amor. De certa forma essa mulher deixa de

viver sua própria vida e vive através de seus alunos e alunas; ela esquece de si (Louro, 2001, p. 466, grifos meus).

Adiante, continuar-se-á com o exame dos discursos educacionais religiosos endereçados especificamente ao público docente feminino, quer seja ele atuante ou em formação. Além das representações de mulher-professora-mãe, e de mulher professora solteirona com instinto maternal que foram tratadas até aqui, pode-se adiantar que as mensagens analisadas a partir do próximo tópico, além desses estereótipos, também ensinavam produzir a representação da professora sacerdotisa, sob a intencionalidade de tentarem controlar o comportamento social e moral dessas educadoras, suas convicções de fé e, sobretudo, as suas práticas de ensino.

3.4 Conteúdos pedagógicos que forjaram modelos normativos para a docência

No tópico anterior já se havia debatido que a idealização de mulher-professora-mãe e de mulher-professora-solteirona já estavam consolidados na sociedade republicana independentemente de o ideário religioso católico interpelar a docência. Contudo, servindo-se dessa mentalidade social e cultural mineira entregue à religiosidade consolidada nesse tempo, observou-se que aos poucos, os discursos educacionais religiosos acrescentariam à essas mesmas representações, um novo modelo normativo personificaria bem esse sentido maternal da docência: o arquétipo da Virgem Maria.

O catolicismo, *ao impor às mulheres a imagem da Virgem e Mãe*, arquétipos iniludivelmente dicotômicos; o protestantismo, com seus ideais ascéticos e puritanos derivados da doutrina calvinista; o islamismo, infringindo ao sexo feminino [...] humilhações e cerceamento de liberdade individual. Mesmo as religiões mais primitivas de origem afro ou hindu têm contribuído para imposições de origem cultural e religiosa que, ao longo dos séculos, colocaram as mulheres na crônica do martirólogo da humanidade. (Almeida, 2004 p. 68, grifos meus).

Para Giorgio (1991), a representação da mulher como santa-esposa-mãe foi construída segundo a modelização cristã católica no século XIX, por meio da propagação dos manuais de catequese. Neste tempo, a Igreja pretendia reconstruir “uma genealogia vigorosa sustentada pelas virtudes morais da mulher” (Giorgio, 1991, p.199). Para a autora, essas supostas virtudes ensinavam uma homogeneização do comportamento feminino exaltando modelos de mulheres consideradas santas, em países catequizados, em cujo século imperava a palavra masculina.

Borges (2011), que examinou a revista católica *Flor do Lácio* produzida pelo Colégio Imaculada Conceição, na cidade de Montes Claros/MG entre os anos (1943-1944) e (1956-1957), nesse impresso estudou algumas representações sociais de professora primária e de santa-esposa-mãe. A autora alega que no século XIX, diante da necessidade de instituir normas para o catolicismo brasileiro, essa instituição religiosa buscou centralizar seus ensinamentos nos sacramentos, e a figura feminina foi vista como uma peça chave. Desta maneira, “a imagem da mulher que na filosofia judaico-cristã, base da doutrina católica, era considerada maldita, perigosa e pecadora. No século XIX se transformaria numa figura amável, dócil, benevolente [...]” (Borges, 2011, p. 66).

De acordo com Del Priori (1997), Louro (2001), Almeida (2004) e Borges (2011), a moralização por meio da doutrinação religiosa apontava para os exemplos opostos de Eva e Maria: a Eva era acreditada como a pecadora, a de índole duvidosa, e a Maria um exemplo normativo de virtudes, e de boa índole, misericordiosa. “A escolha entre esses dois modelos representava, na verdade, uma não-escolha, pois se esperava que as meninas e jovens construíssem suas vidas pela imagem de pureza da Virgem” (Louro, 2001, p. 447). “Por carregar a nódoa do pecado original, a mulher deveria ser vigiada, mesmo que isso significasse tolher sua liberdade, abafar sua individualidade e privá-la do livre arbítrio” (Almeida, 2004, p. 68).

Considerando o que dizem todas essas autoras sobre as figuras da Eva e Maria, é possível deduzir que a mentalidade moralizante destes tempos acreditava que quando as moças se casassem, elas deveriam estar puras e castas no início do matrimônio, e que depois dele mantivessem essa mesma fidelidade que supostamente Maria demonstrou para com o seu marido.

Por outro lado, cabe refletir que o arquétipo da Virgem Maria, no olhar da presente pesquisa, é um tanto quanto paradoxal, pois, se por um lado nas Escrituras Sagradas e nos ensinamentos do catecismo católico veiculados nessa revista oficial, viu-se que ela era descrita como a mãe de Jesus, mas, por outro lado também ela é acreditada como uma mulher virgem. E isso humanamente é impossível. E justamente por causa disso, essa figura simbólica se torna tão curiosa, intrigante e atrativa para o imaginário humano, que era/é desafiado a abrir mão da racionalidade humana para crer num determinado dogma da religião.

Borges (2011) explica que esse é o chamado dogma da “Imaculada Conceição de Maria, mãe de Deus” produzido pelo catolicismo, criado pelo Papa Pio IX, que escreveu a Epístola Apostólica *Innefalibis Dei*, em 1854, e oficializou tal dogma pretendendo

atestar que Maria ao conceber Jesus, chamado de Filho de Deus, estaria isenta do pecado original por ser virgem. Na visão da autora, por outro lado, esse documento canônico atestava a obsessão dessa instituição religiosa pela pureza virginal, e também fazia um contraste com a figura recusada da Eva:

Conforme o livreto lançado pelos Irmãos Maristas no ano 1923 intitulado *A Devoção à Santíssima Virgem Maria* [...] Maria foi preservada da mancha original “porque fora escolhida para ser mãe de Deus”. Assim, a Imaculada Conceição foi compreendida como verdade da Igreja Católica se concretizando, na medida em que ela compreendeu e atestou que Maria não foi manchada pelo pecado original como os “degradados filhos de Eva” (Borges, 2011, p. 67).

Considerando isso, os manuais de catequese, revistas e livros de educação religiosa do século XX, se utilizavam de uma linguagem mística para qualificar o papel feminino, representando a imagem da professora como uma pessoa sacrificada, sofrida, abnegada, e “mulher santa, feita à imagem de Maria, [aludindo] à pureza de corpo e espírito, enquanto a mulher desviante, transgressora, principalmente a prostituída, seria ligada à maldade, à perfídia, ao pecado e à decadência [...] levando os homens à corrupção [...]” (Almeida, 2004, p. 68).

Em síntese, analisando os estudos de Villela (2000) e Catani (2000), Almeida (2004; 2014), Louro (2001), Borges (2011) e Orlando (2008; 2014), foi possível perceber que o catolicismo no Brasil tinha o propósito de orientar qual o padrão social que as mulheres educadoras deveriam tentar imitar. E se elas não conseguissem, as próprias pessoas nessa sociedade fariam questão de reprová-las, desprezá-las, como é o caso das prostitutas, das mães solteiras, ou das adúlteras. Ou seja, todos seriam os fiscais desse padrão exemplar de mulher pudica, recatada e disposta a servir. E no caso das professoras aconteceria o mesmo, somando-se a isso ainda o peso da responsabilidade de educarem filhos que nem eram seus. Por isso, a moral e a reputação delas deveriam ser impecáveis. Caso contrário, elas seriam excluídas do exercício do magistério.

No exame documental geral das páginas cedidas ao ensino do catecismo na *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940) interpretou-se que esse suporte material veiculou a materialização da representação de mulher-professora-mãe, independentemente de a associarem ao símbolo mariano explicitamente. Mas, essa associação poderia ser estabelecida diretamente ou indiretamente pelos seus leitores.

Assim, verificou-se que a estratégia doutrinante da representação da mulher-professora-mãe foi usada por muitos articulistas que queriam conclamar todas as

professoras dentro das escolas públicas ou privadas, sendo elas professoras catequistas ou não, instando-as a amarem os seus alunos de tal forma, que se sentissem as suas próprias mães, conforme já se demonstrou no texto da *Oração da Mestra/Oração do Mestre*. Um(a) leitor(a) que cresse no símbolo mariano refletiria sobre essa oração, e poderia acrescentar a ela esse modelo normativo de mulher sacrificada. E também em outras mensagens como essa abaixo, do Noraldino de Lima no nº 98-99-100. Nela, recomenda-se que a mestra demonstrasse um amor sem preço e incondicional para com seus alunos, cujo magistério primário foi representado como um trabalho santo, gratuito, vocacionado e louvável:

[...] No lar a irradiação do amor acontece se faz através de um coração de mãe, na escola opera-se através de um coração de mestra [...] no conceito evangélico, Deus é amor [...] A mãe ama pela necessidade de amar [...] ao sangue do seu sangue [...] A mestra não: ama de graça, sem a ligação da matéria [...] O seu amor não tem cálculos [...] é sem preço – grito sublime da natureza [...] Eis porque a cátedra de uma professora [...] tem a santidade que iguala todas as vocações para o bem, a consistência dos granitos que não quebram e a fulguração dos sóis que não se apagam (Lima, 1934, p. 38-39).

Em textos como esse, as professoras recebiam o imperativo de amarem os seus aprendizes profundamente. Esta é mais uma das representações docentes criadas pelo ideário católico para admoestar as professoras a se sacrificarem, tais textos tentavam persuadir os sentimentos delas, usando recursos literários persuasivos como o instinto maternal, já que a maternagem ainda era uma aspiração social de muitas mulheres nesse tempo. E as leitoras dessa publicação talvez poderiam associar a esse imperativo o simbolismo mariano de mulher mãe sacrificada.

Além disso, nas mensagens analisadas, até mesmo a capacidade biológica feminina para a maternagem era cooptada para um outro sentido analisado, o significado de presente divino, uma dádiva miraculosa, não sendo algo possível de ser feito apenas pelo próprio ser humano. Reconheceu-se ainda que tais textos, em geral, até mesmo chegavam a incrementar a esse sentido a ideia de que essa capacidade gestacional também era, ao mesmo tempo, um ato milagroso operado pela Igreja Católica.

E é exatamente isso o que disse o Arcebispo de Diamantina Dom Joaquim Silverio de Souza no nº 79 do periódico, num de seus discursos dedicado às formandas do Grupo Escolar de Diamantina. Ele argumentou que a maternidade feminina seria concedida espiritualmente às formandas e futuras professoras, por intermédio dessa instituição religiosa, do mesmo modo como havia acontecido, supostamente, com a Virgem Maria:

“*Para os alunos que vos confiam sois mãis, participais da maternidade da Igreja e dela recebeis fecundidade virginal*” [sic]. (Souza, 1933, p. 29). Num fragmento como esse fica evidente aquilo que Borges (2011) chamou de obsessão pela pureza virginal defendida por essa instituição religiosa. Deste modo, viu-se que essa autoridade eclesiástica pretendia nesta mensagem que as educadoras acreditassem nesse dogma da religião, e se deixassem ser sugestionadas a se apropriarem do arquétipo mariano na docência.

Na visão dos fiéis dessa denominação religiosa, esse símbolo mariano representava a aceitação social de que a maternidade era algo sublime, a maior das felicidades, mas que ao mesmo tempo ela estava permeada por sofrimentos, renúncias e sacrifícios, e esse tipo de sentido foi encaixado nos conteúdos dirigidos à docência.

Deste modo, é possível entender o que disse o Secretário da Educação no nº 109, ao alegar que: “*A mulher teve na Igreja a sua redenção [dos seus pecados] [...] Assim Senhoras diplomandas [...] vosso esforço, inteligência e vocação tem perspectivas admiráveis [...]*” [sic]. (Lima, 1934, p. 5, 8). Na visão do Noraldino de Lima, a mulher professora, ao ser redimida e santificada através da adesão à essa denominação religiosa, poderia ser tornar uma pessoa digna e usar a sua vida para servir à sociedade, e se fosse professora deveria manter o pudor e o recato ao demonstrar uma reputação sem escândalos nessa atividade que deveria ser encarada como uma vocação sacrificial.

A primeira menção à Virgem Maria, embora não trate de nenhuma nuance docente claramente, foi feita no nº 4 (1925, p. 96). Trata-se de um texto em forma de versos, escrito por A. Fusinato e Arduino Bollivar (autores desconhecidos) intitulado de *Ave Maria (poesia)*, em louvor a esse símbolo sacro, cujo eu-lírico feminino da poesia suplica por auxílio e providência diante de intenso sofrimento humano.

Já em termos de iconografia propriamente dita, a análise documental da *Revista do Ensino* (MG) identificou que a figura ilustrada da Virgem Maria foi retratada explicitamente só em 2 momentos nesse periódico oficial: nas páginas 13 e 18, do nº 76 (1932). O tom da mensagem do Arcebispo de Diamantina numa outra publicação um ano mais tarde parece explicar em parte o sentido dessa iconografia: “[...] *As excelências que no menino se vêem têm seu ideal completo em dois seres perfeitos: Jesus e Maria*” [sic] (Souza, 1933, p. 27). Ou seja, abaixo é possível perceber a recomendação desses dois modelos normativos sugeridos à docência.

Essas duas ilustrações foram extraídas das Lições de Catecismo publicadas no nº 76: uma na 16ª Lição e a outra na 20ª Lição, dos artigos intitulados como *A vida de Jesus*

e o ensino do catecismo, serviram para divulgar toda uma iconografia religiosa, que incentivavam a apropriação desses elementos simbólicos na educação.

FIGURA 25. Jesus e Maria num santuário



Fonte: Revista do Ensino (MG), v. 6, nº 76, 1932, p.13.

FIGURA 26. O Menino Jesus e a Virgem Maria



Fonte: Revista do Ensino (MG), v. 6, nº 76, 1932, p.18

Na primeira ilustração há os arquétipos simbólicos da Maria e do Menino Jesus, este é conduzido gentilmente por ela ao altar de um santuário, e os anjos no alto estão festejando esse acontecimento solene. Essa figura, por exemplo, poderia sugerir sobre a frequência com que se deveria levar às crianças à missa, propondo aos educadores que essa prática se tornasse um hábito, instigando-os assim, a ensinarem os fundamentos da catequese em sala de aula e, talvez até lembrarem os pais e responsáveis, por intermédio das crianças, sobre a necessidade de elas comparecerem, por exemplo, nas atividades de catequese e nas missas, tal simbologia aludia à sociabilidade religiosa.

A segunda figura mostra outra ilustração alusiva a esses dois personagens bíblicos que são reverenciados pelos anjos com feições infantis que estão ao redor deles. E quando

esse impresso oficial recorria à essa simbologia mariana, acredita-se que os editores estavam sugerindo e apoiando as representações de mulher-professora-mãe e mulher-professora-solteirona maternal que fossem santificadas e responsáveis pela infância, sugerindo possivelmente que elas cultivarem uma religiosidade e vivessem uma fé e uma devoção sacrificial em seu trabalho no magistério. Abaixo dessa segunda figura, observou-se nesse impresso oficial uma oração que explicitava: “*Ave Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco, bendita sois vós entre as mulheres, e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus. Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós pecadores, agora e na hora de nossa morte. Amem*” [sic] (Cunha, 1932, p. 13). Esta oração da *Ave Maria* (ou reza) é sucedida pela chamada *Oração do Pai Nosso* publicada nessa mesma página e na seguinte.

Estes são exemplos de como esse periódico oficial se tornou um verdadeiro manual de catecismo entre os anos (1932-1934), e, sobretudo, os exemplares de nº 74, nº 75 e nº 76, em 1932, se tornaram cheios de ilustrações, histórias bíblicas, orações, explicações doutrinárias e de dogmas ao veicular essas 20 Lições didáticas e catequéticas para o professorado.

Interpretou-se assim, nessa pesquisa, que a ótica de alguns articulistas católicos desse impresso oficial, como é o caso da Assistente Técnica do Ensino Luiza de Almeida Cunha, que escreveu essas Lições em 1932, dava a entender que a imagem simbólica da Virgem Maria foi discretamente eleita como uma figura exemplar adequada para a finalidade de modelo normativo de docência feminina “[...] através do símbolo mariano se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina”, porque essa figura remeteria automaticamente ao “recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, e a ação educadora dos filhos e filhas” (Louro, 2001, p. 447), claro que, na mentalidade daqueles que acreditavam nesse símbolo.

Devido à cultura da religiosidade mineira que impunha essa personagem bíblica feminina como um modelo normativo de mãe divinal do Filho de Deus, esse símbolo provavelmente poderia ser capaz de conferir um maior sentido e senso de propósito para a profissão docente em Minas Gerais, devido à sua forte tradição religiosa histórica.

No entanto, a primeira figura de modelo normativo mais supracitada de todas, tanto nessas 20 Lições, quanto na maioria dos 120 conteúdos pedagógicos, localizados no periódico, era a figura do Mestre Jesus Cristo, que será examinada posteriormente.

É necessário deixar claro que, na *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940), os discursos pedagógicos dirigidos especificamente às professoras e às normalistas estavam firmados na *Pedagogia de Jesus Cristo*, e em nenhum momento eles citavam explicitamente o arquétipo da Virgem Maria como um modelo a ser seguido pelas educadoras. Mas, ao mesmo tempo essas duas imagens simbólicas exibidas acima nas figuras 25 e 26, veiculadas na 16ª e na 20ª Lição de catecismo, e também aquele trecho que versa sobre a reza da *Ave Maria* fazem pensar que é plausível pressupor que, nas entrelinhas, estas mensagens recomendassem de maneira indireta que as educadoras também deveriam seguir o exemplo maternal de amor do símbolo da Virgem Maria que havia amado o seu Filho Jesus. E em outros momentos o periódico veiculou por meio de outros articulistas a ideia de que as professoras deveriam amar os seus alunos como que se fossem mães deles. Ou seja, ao analisar os textos educacionais dessa revista oficial viu-se que eles não dizem explicitamente em nenhum de seus discursos a ordenança de amor materno ligada ao símbolo mariano. Contudo, faz sentido pensar nessa possibilidade. Pelo menos é o que essa pesquisa deduz, já que os católicos adotavam/adotam esse modelo normativo, e o têm como um exemplo materno simbólico sacro.

E no caso das professoras e normalistas, catequistas ou não, conclamadas no periódico, analisou-se que os discursos educacionais de viés catequizador as persuadiam constantemente a se disporem ao acatamento desse modelo, submetendo-se aos princípios morais e religiosos dessa crença cultural tradicional mineira, mesmo em tempos republicanos que pretendiam, pelo menos no discurso, a laicização escolar. Ou seja, examinou-se que os discursos desta revista oficial tentaram persuadir as educadoras e as normalistas a imitarem indiretamente em sala de aula o exemplo da Virgem Maria: incitando-as a se tornarem mães abnegadas, compreensivas, pacientes, amorosas e totalmente sacrificadas, que auxiliavam seus alunos como se fossem sangue do sangue, forjando-lhes um comportamento manso e obediente.

No próximo tópico se continuará com a execução das análises das recomendações e prescrições fundamentadas no catecismo que preconizavam majoritariamente o modelo normativo cristão especificamente para a docência feminina.

3.4.1 A pedagogia de Jesus Cristo pelo olhar da Revista do Ensino (MG)

É preciso ratificar nessa pesquisa, que os conteúdos pedagógicos desse impresso oficial não associavam explicitamente a figura da Virgem Maria à figura da professora

primária em nenhum dos 120 textos localizados. Talvez porque no catecismo católico e na Bíblia Sagrada não existam informações claras que atestem que ela pudesse ter sido especificamente uma professora de crianças ou não. Deste modo, nas publicações do periódico, os articulistas contabilizados encontraram um outro arquétipo, um outro modelo docente normativo que supostamente seria mais próximo da realidade das educadoras do ensino primário, catequistas ou não: o do chamado Mestre Jesus Cristo. Justamente porque existia um imaginário social na tradição religiosa mineira que admirava e adorava a sua figura enquanto mestre (um rabino judeu em seu tempo habilitado para ensinar), e que ensinava sua mensagem de amor e abnegação aos pequeninos e aos adultos. Isso é o que dizem as Sagradas Escrituras onde existem narrativas que afirmam que este mestre ensinava tanto às crianças quanto aos demais espectadores adultos as suas parábolas.

Tal idealismo poderia ser útil para dissuadir as professoras primárias e as normalistas a se doarem com todo o seu afinho e dedicação na educação infantil daqueles que passariam por suas mãos tanto nas escolas confessionais, quanto nas escolas públicas.

Refletiu-se que a *Pedagogia de Jesus Cristo* se despontou como um tema central nas 120 publicações encontradas, presente direta e indiretamente nelas. Por isso, ela se constitui numa categoria de análise relevante a ser focalizada no exame dos artigos escritos exclusivamente para o público das professoras primárias e das normalistas. Coelho (2021c) fez o levantamento do total de artigos que abordavam exclusivamente sobre essa expressão, e eles chegaram a 41 textos veiculados do nº 29 (1929) até o nº 158-163 (1939).

Reparou-se que essa representação docente divinal foi a mais designada pelos articulistas mencionados para construírem representações de docência como sacerdócio. Os conteúdos educacionais analisados persuadiam claramente as mestras a ensinarem as crianças pequenas imitando esse modelo normativo docente.

Examinou-se que essa pedagogia, de acordo com o olhar do periódico, estruturou-se basicamente em *seis princípios*. Estes já foram tratados na dissertação de Coelho (2021a), e um pouco diferentemente desta, nesta tese eles serão discriminados, e na sequência se demonstrará a maneira como eles se comunicavam diretamente com o público das normalistas e das professoras.

O *primeiro princípio* é a máxima de *Cristo como Mestre dos mestres*. Essa ideia é bem recorrente nos textos apreciados, ou seja, é unânime essa interpretação entre as

autoridades educacionais e as autoridades eclesiásticas. Assim sendo, um exemplo é o que discursou o padre Álvaro Negromonte no nº 80:

O Homem Deus, Jesus Cristo [...] o fim próprio, direto e imediato da educação cristã é fazer dos homens imitadores de *Jesus Christo*. *É formar o christão perfeito pela semelhança com o seu Divino Mestre*. É formar a Christo nos homens [...] *E ele o Mestre, o Educador, o Pedagogo, que, criança, já ensinava a doutores, vos guie os passos* [sic] (Negromonte, 1933, p. 7, 10, grifos meus).

No fragmento abaixo Mario Casasanta, Inspetor Geral da Instrução Pública, no nº 78 comunica-se diretamente com o público docente feminino e diz abertamente:

[...] *Sois alunas de Jesus Christo, o Mestre dos mestres*, cuja prégação maravilhosa é uma incomparável lição de perfeição. Batei-vos para realiza-lo e daí a êle todas as energias de vosso corpo, e de vosso espírito, certas de que, assim agindo haveis de iluminar a consciência dos homens e de consolar as agruras dos homens, sobre a casca dolorida e dolorosa de terra [sic] (Casasanta, 1932, p. 19, grifos meus).

O Reverendo e Cônego Raymundo de Almeida Curvelo no nº 98-99-100 fez um discurso às normalistas, enquanto paraninfo das diplomandas da Escola Normal Orfanato Santo Antonio em Curvelo, e ressaltou claramente esse primeiro princípio abaixo:

Nobres diplomandas, muitas vezes já ouvistes dizer que a carreira escolhida por vós é um apostolado de suma importância para os destinos do homem e da sociedade. Este apostolado tem os fundamentos nos mais profundos segredos espirituais. *O Filho de Deus* veio à terra para ensinar [...] Eu quero bem mostra-vos, nobres diplomandas, a dignidade da missão a que ides dedicar as vossas forças morais e energias físicas, *missão que tem razão de ser exemplo e mandato no Verbo Divino, o Mestre Modelo* [...] *Sois professoras, ou melhor Mestras* [...] *seguidoras ou continuadoras do Mestre* [...] [sic] (Curvelo, 1934, p. 42, grifos meus).

De igual forma, na edição 102, a professora do Grupo Escolar de Araxá Luzia de Oliveira Faria (1934, p. 64) afirmou: “*Jesus, o Mestre dos Mestres ensinava aos seus discípulos neste recinto [...] A vida do grande do Mestre transcorreu em pleno contacto com a natureza*”. Já no nº 106, a professora Alice de Andrade Santiago (1934, p. 16) argumentou: “*O Divino Mestre viveu entre os homens para lhes ensinar o caminho da vida eterna*”. E uma outra professora a “irmã Olga”, da Escola Normal de Araguari, discursou o seguinte:

E, para que apellar para auctoridade humana, se temos a do Divino Mestre, o *Pedagogo por excellência* visto ser o *pedagogo universal*?

[...] *O Mestre* sabia perfeitamente gravar a sua doutrina na mente dos discípulos, falando-lhes aos olhos. Elle chama atenção sobre os pássaros do céos, sobre os lírios dos campos aponta os como objecto do desvelo da Providencia Divina [sic] (Olga, 1936, p. 76, grifos meus).

Reconheceu-se deste modo, que esse arquétipo (modelo normativo) erigido nas páginas da *Revista do Ensino* (MG) que difundia a Pedagogia da Jesus Cristo, e o considerava *Mestre dos Mestres* foi manifesto nesses e em muitos outros conteúdos de teor religioso no periódico, tantos em artigos, como em iconografias, que serão resumidas a seguir. Abaixo, com exceção da figura 24 (publicada em 1927), as demais iconografias pertencem àquelas 20 Lições do Catecismo dos exemplares de nº 74, 75 e 76 de 1932.

FIGURA 27 – Imagem alusiva aos ensinamentos de Jesus aos pequeninos



Fonte: Revista do Ensino (MG), nº 23, 1927, p. 515.

O *segundo princípio* é o *amor às crianças*. Os textos localizados no periódico recomendavam que os educadores precisavam amar incondicionalmente as crianças. Na figura 27, a alusão à imagem de Cristo dá a entender que esse professor ensinava os seus alunos com amor, carinho e ternura, pois as suas mãos estão repousando nos ombros daqueles que estão à sua direita e à sua esquerda. E os rostos infantis e juvenis dessa iconografia do desenho aparentam que eles estão com a atenção plena nos olhos daquele que lhes ensina, outros até curvaram suas fronteiras em sinal de devoção e respeito ao que ele está dizendo. Essa ilustração acima foi retirada do nº 23, e ela exemplifica o princípio do amor às crianças. Trata-se de um poema chamado de *Lição de Pátria*, escrito por

Alberto de Oliveira (autor desconhecido), que sugere implicitamente que os professores amassem as crianças, instruía-os a amar a natureza como criação de Deus, e amarem a pátria e a Igreja Católica. Como se lê: “*CHAMAI, como Jesus outr’ora, os pequeninos. [...] O rio, o campo, a igreja, os primeiros amores. E às vezes uma cruz [...] Ensinai-lhes o amor da Pátria [...] Levantemos o Brasil!*” [sic] (OLIVEIRA, 1927, p. 515). Esse segundo princípio foi ressaltado também pelo Mario Casasanta no nº 29:

[...] uma encantadora virtude de Jesus Christo e que deve ser a principal virtude que deveis cultivar: o *amor aos pequeninos* [...] “Deixae vir a mim os pequeninos e não os estorveis, porque deles é o Reino de Deus”. E chamando-os a si impôs-lhes as mãos, numa bênção, e abraçou-os com ternura” [sic] (Casasanta, 1929, p. 80–85, grifo nosso).

Assim como disse Mario Cassasanta no final desse trecho, expõe-se uma iconografia a seguir, onde há a repetição dessa mesma ideia: a de que o arquétipo docente de Jesus Cristo teria imposto as mãos sobre as crianças e as abençoado, as teria olhado e se aproximado com gestos de ternura, como se vê a seguir:

FIGURA 28. Jesus ouvindo e ensinando as crianças FIGURA 29. Jesus abençoa os pequeninos



Fonte: Revista do Ensino (MG), v. 6, nº 76, 1932, p.12



Fonte: Revista do Ensino (MG), v. 6, nº 76, 1932, p.12

Em relação à escolha da exposição das figuras 27, 28 e 29 é importante acrescentar que elas foram inseridas aqui porque:

[...] o uso das ilustrações e fotografias, entendidas como elementos gráficos dispersos nos textos, tem por propósito o fornecimento de chaves decifradoras que indicam ao leitor a compreensão do texto, assim como intentam a cristalização da memória do que foi lido e, conseqüentemente, à uma determinada produção de significados a partir da leitura (Fraga, 2013, p. 78).

Ou seja, a publicação dessas ilustrações nesse periódico oficial mineiro poderia fornecer “chaves decifradoras”, como a diz a autora, para a compreensão dos textos que são sucedidos por elas, ensejando produzir significados moralizantes, persuasivos e doutrinantes, intentando cooptar a atenção das educadoras para a apropriação desses símbolos religiosos, ainda que de maneira inconsciente. Pois, as imagens impressas chamativas marcam mais a memória de um leitor do que os textos lidos apressadamente.

A figura 28 foi extraída da 15ª Lição de Catecismo, publicada nas páginas 11 a 12 do nº 76, pela Assistente Técnica do Ensino Maria Luiza de Almeida Cunha, que anunciou abaixo dessa ilustração um texto que versava sobre um decreto papal:

“Pio X decreta a comunhão precoce”. Jesus, que tanto acariciou as crianças quando esteve na terra, instituiu a Eucaristia para morar no coração puro das crianças de hoje. Tanto é assim que seu representante na terra, o Papa Pio X, deu ordem para que as criancinhas possam comungar frequentemente (Cunha, 1932, p. 11).

A figura 29 foi extraída da 20ª Lição do catecismo, na página 17 do nº 76, abaixo dessa iconografia há a seguinte afirmação: “*O! Criancinhas, ofereçam com toda sinceridade o coração a Deus para que Ele, a fonte única do Puro Amor faça no coração de vós a sua moradia. Alma pura! Berço predileto de Jesus...*” [sic] (Cunha, 1932, p. 17). Dois anos mais tarde, a professora Zina Magalhães no nº 106, (1934, p. 29), de modo semelhante disse: “*O próprio Jesus nos deu o exemplo do amor aos pequeninos quando disse: ‘Deixae vir a mim as criancinhas’*” [sic].

Analizou-se em todos esses fragmentos e em outros, que essa expressão “Deixai vir a mim os pequeninos/criancinhas”, proferida por Jesus em textos bíblicos e referida pelo Papa Pio XI na encíclica *Divini Illius Magistri*, foi repetida nessa revista oficial mineira por onze vezes, sem considerar aqueles textos que aludiam indiretamente a essa expressão. Observou-se assim, que o princípio do amor às criancinhas era uma recomendação a todos os docentes mineiros, cuja pedagogia chamava, não sem motivo, os alunos de discípulos, porque estes deveriam seguir os seus mestres e mestras.

O *terceiro princípio é a submissão*. Nas figuras 24, 25 e 26 acima é possível reparar que as crianças que integram toda essa iconografia são obedientes, atentas, sensíveis à voz do Mestre e disciplinadas, ou seja, elas representam os corações infantis submissos. Tais características infantis podem ser localizadas na *Pedagogia da Obediência* escrita por Lúcio José dos Santos, no nº 19 da revista: “*Não há norma tão eficaz para fazer com que a criança compreenda bem as restrições, que lhe são*

impostas. A autoridade que sobre ella se exerce, e a obediência que se lhe exige, como o ensino de religião [...]” [sic] (Santos, 1926, p. 403-404).

O quarto princípio é o da *educação pelo exemplo*. Dentre todos os textos encontrados, o do Guerino Casasanta traduz claramente a intenção de fazer com que os mestres e mestras passassem a sentirem-se como o exemplo moral ideal dos seus aprendizes: “*O professor [...] pelo exemplo, pela palavra e pela ação – deve compenetrar-se na sua altíssima missão, e ser em qualquer momento, um modelo de virtudes comuns afinal são a coroa da vida [...] O pequeno devia tomar o grande por modelo*” (Casasanta, 1933, p. 28–33).

Lopes (2017) explica que nesse contexto havia o consenso social que qualificava a figura feminina como a pessoa mais apta para o magistério primário. E ela precisava apresentar um conjunto de virtudes recomendadas pelo cristianismo como: devoção, humildade, mansidão, doçura, generosidade, paciência, prudência, discrição, dedicação, vigilância e firmeza. Pré-requisitos como esses deveriam existir numa mulher professora para que ela pudesse ser chamada de “boa mestra” pela sociedade (Lopes, 2017).

E no periódico, no nº 32, tais virtudes femininas associadas ao ideário católico foram propaladas como indispensáveis à docência na fala do Guerino Casasanta, Inspetor Geral da Instrução Pública, que afirmou:

A nossa missão: [...] nós os professores somos o exemplo vivo das crianças [...] modelos de virtudes, de equilíbrio, e de honestidade [...] é necessário sempre volver os olhos para Deus pedindo-lhe a paciência, a bondade, a brandura, a simplicidade [...] (Casasanta, 1933, p. 38).

Viu-se assim que essa perspectiva educacional diretiva às professoras primárias e normalistas recém-formadas, circundava os textos pedagógicos do periódico com prescrições para o fazer docente dessas profissionais, inclusive emitiam instruções para a vida moral e social que elas deveriam ou não ter, ser e fazer.

O quinto princípio refere-se à *educação moral por meio da socialização e ensino de virtudes morais*. Essa recomendação deriva do princípio anterior. No nº 81 está escrito que “*A educação moral do individuo não se faz por palavras, se não por obras. Nem todos que os que dizem Senhor, Senhor! vão para o reino dos céus diz a Sagrada Escritura*” [sic] (Revista do..., 1933, p. 40). Resumindo-se a sequência de textos fundamentados na Bíblia, é possível afirmar que essa concepção modificou o sentido do vocábulo ‘comunhão’ entre os fiéis modificando-o para o sentido de ‘socialização’, na tentativa de o “inscrever, no campo semântico da expressão ‘ensino escolar’, o sentido de

interação escolar discente que deveria ser permeado pelo ensino de religião” (Coelho, 2021a, p. 108-109).

O sexto e último *princípio* se refere à *ideia de ensino religioso dogmatizado pela Bíblia e pelos documentos produzidos pela Igreja Católica*. Em Coelho (2021a, p. 109-110) há um quadro, que é uma lista descritiva dos conteúdos que recomendavam os preceitos da *Pedagogia de Jesus Cristo* e que estavam fundamentados na Bíblia, na encíclica *Divini Illius Magistri* do Papa Pio XI, na carta pastoral do Arcebispo Dom Joaquim Silvério, e nos manuais do catecismo católico.

Considerando estes *seis princípios* pedagógicos honestamente bem difíceis de seguir, porque exigiam um alto nível de comprometimento moral, renúncia e entrega sacrificial à essa mentalidade que ensinava doutrinar a postura docente, foi possível localizar algumas outras mensagens que dissuadiam as professoras em exercício (no nº 26) e as normalistas em formação (no nº 109) expostas, respectivamente, a seguir, a não desanimarem do ensino escolar, e a não verem esses sofrimentos, que deveriam passar necessariamente, apenas como um suplício, mas sim como uma atividade verdadeiramente cheia de alegria e risadas, e ainda como um bom combate da carreira da fé evangélica:

Não leveis a vossa tarefa como uma cruz a carregar. A tarefa de ensinar está longe de ser Calvário, quando ensinava Jesus, escolhia o caminho de flores, as águas mais bonançosas e mais risonhas [...] Não leveis a vossa tarefa como uma cruz pesada” [sic] (Casasanta, 1928, p. 83).

Assim Senhoras diplomandas [...] vosso esforço, inteligência e vocação têm perspectivas admiráveis [...] A imitação de Christo. Senhoras diplomandas [...] Deus esteja convosco [...] Deus e a instrução! Que formosa divisa para o escudo de um combatente [...] como apóstolo das gentes combatei o bom combate, conservae a vossa fé” [sic] (Lima, 1934, p. 8-9, 22).

Deste modo, examinou-se até aqui nestes artigos que esse periódico oficial publicou diversas mensagens direcionadas aos professores/professoras para que eles seguissem o modelo normativo de Jesus Cristo, constantemente chamado de Mestre, Pedagogo ideal e o melhor exemplo supremo de professor que já houve na humanidade, obviamente, segundo a ótica dos articulistas católicos localizados.

Em suma, esses conteúdos explicitavam que se as professoras mineiras passassem a se inspirarem na figura desse Mestre, encarando a sua profissão docente com mansidão, amor, abnegação e renúncia pessoal, elas seriam dignas de serem chamadas de mestras,

estariam à altura dessa tarefa, e aptas a ensinarem com amor e bondade. Além disso, supostamente receberiam teóricas recompensas imateriais nessa vida terrena, e também na eternidade.

A *Oração da Mestre/Oração do Mestre*, por exemplo, trata-se de um clamor dirigido a esta figura divinal, mesmo que o seu nome não tenha sido explicitado, pois essa súplica é dirigida a quem ela chama de Mestre. Assim, intui-se que o eu lírico feminino desta oração esteja se dirigindo a ele. Este artigo da Gabriela Mistral publicado em 1926, e republicado em 1933, idealizava a docência feminina como um verdadeiro sacerdócio, missão, vocação, destino e lugar da mulher.

No olhar desta pesquisa, esta oração se vinculava ao arquétipo da *Pedagogia de Jesus Cristo*, porque todos os articulistas católicos o consideravam como o *Mestre dos Mestres*, e o pedagogo supremo em quem os professores deveriam se inspirar. Analisou-se que esta visão de professora como mestra, que deveria acreditar nos ensinamentos de Jesus foi reiterada ao longo dos demais discursos católicos endereçados às professoras mineiras de modo geral. Este e os demais discursos tentavam admoestar as professoras a se sentirem como mestras, e a se inspirarem em Jesus para conseguirem amar as crianças em sua sala de aula, serem abnegadas e dedicadas, encarando seu trabalho pedagógico como uma missão terrena cheia de renúncias pessoais.

Em síntese, reconheceu-se que boa parte dos conteúdos educacionais na *Revista do Ensino* (MG) se centralizaram no arquétipo de Jesus Cristo, o principal modelo normativo docente supremo, e não na figura da Virgem Maria, apesar desta naturalmente aludir a este outro simbolismo. Entendeu-se assim, que a representação de magistério como sacerdócio era uma consequência desses princípios dessa supracitada pedagogia que foi publicizada pela Imprensa Oficial mineira, e essa representação era uma ideia social muito forte no contexto estudado, uma representação social ancorada no mundo concreto (Chartier, 1991; 1998). Tais representações estavam inscritas nos artigos que versavam sobre a *Pedagogia de Jesus Cristo*, como também direta e indiretamente nos 120 conteúdos educacionais localizados neste estudo. E no próximo item, se discorrerá um pouco mais sobre como estes textos retratavam a docência feminina.

3.5 O chamamento de professora sacerdotisa no periódico

Examinou-se que essa revista oficial por diversas vezes chamou os professores, em geral, de sacerdotes do ensino, e as professoras de sacerdotisas nos conteúdos localizados que aludiam ao ensino religioso.

Neste sentido, é possível considerar que chegou-se uma demonstração importante desta tese, pois aqui neste item de discussão é o momento de demonstrar que as professoras, sobretudo as do ensino primário e até mesmo as normalistas, receberam esse chamamento social. E isto confirma a tese de estudo aqui erigida, que intencionou demonstrar que essa idealização de mestre sacerdotal nasceu lá na Idade Média com padres que se tornaram professores, onde alguns leigos que foram conclamados a auxiliar nas paróquias tinham como pré-requisito a obrigação de ‘professar a fé na Igreja católica’. Depois, no Brasil, essa representação ancorada no mundo social veio com os jesuítas e depois seguiu com os primeiros padres professores no Império, que davam aulas de primeiras letras. Esse chamamento em questão também foi localizado na imprensa pedagógica de algumas revistas pioneiras do Império e depois na República, e foi localizada finalmente no referido impresso pedagógico da Imprensa Oficial mineira.

A seguir estão recortados e transcritos alguns exemplos dos artigos que construíram essa representação de mestra sacerdotisa. No nº 104, Honório Armond (autor desconhecido) afirmou que:

A professora, qual sacerdotisa, deverá purificar-se cada dia, mas para se dar às almas inocentes insuflando-lhes a sua própria alma [...] Jesus o Mestre dos Mestres, deu com toda a sua vida, a lição do exemplo, a mais sublime das lições na terra!” [sic] (Armond, 1934, p. 42; 48).

E no nº 26, o discurso do Mario Casasanta anunciou explicitamente:

Senhoras professoras [...] Encarae a vossa escola com aquele espirito superior com que se deve encarar as coisas sagradas [...] esforçai-vos por conservar dentro de vós como *um fogo sagrado, de que sois sacerdotisas*, as santas esperanças [...] Não leveis a vossa tarefa como uma cruz a carregar [sic] (Casasanta, 1928, p. 80-83).

Um outro exemplo está no nº 90-91, onde Guerrino Casasanta Inspetor Geral da Instrução Pública, disse que o Curso de Aperfeiçoamento para Religiosas era um sinal da vitalidade da reforma do ensino, e afirmou que a professora e o professor no magistério deveriam ser sacerdotes cheios do espírito sacrificial, mas também de alegria e disposição assim como a Igreja Católica teria supostamente feito em relação à educação mineira, segundo a sua visão dele.

De modo semelhante também escreveu o Eliseu Laborne e Vale, Chefe do Departamento da Educação, no nº 158-163 para as educadoras:

[...] Assim como ao sacerdote não é lícito desvirtuar-se do seu caráter sagrado, ao transpor os umbrais do templo [...] *Sras. Professoras, há na vossa missão um quid de divino que muito custa a afeiçoar á argila de que somos todos plasmados. A vida do professor deve ser uma consagração de todos os instantes à causa do aperfeiçoamento moral, da elevação mental dos pequenos seres humanos que os lares confiam à escola para que esta lhes guie os passos incertos no terreno das primeiras realizações* [sic] (Vaz 1932, p. 59;62).

Percebendo-se esse mesmo teor em mensagens de outros impressos pedagógicos, viu-se que os pesquisadores Souza e Silva (2021) estudaram as representações de docência inscritas no *Jornal O Repórter* (1950-1953) de Uberlândia-MG, e chegaram ao entendimento de que essas mesmas representações de professor(a) na imprensa periódica do seu tempo eram dadas a partir de dois polos distintos. Por um lado, esses trabalhadores da educação eram enxergados como figuras de prestígio e exaltadas, contudo, sutilmente por outro lado, também deveriam se sacrificarem. Ou seja, após os elogios à sua postura, eram faladas “as dificuldades e fragilidades do trabalho docente em função da má formação e condições de trabalho, representação que se consolidava à medida em que a profissão docente se avolumava no cenário urbano” (Souza; Silva, 2021, p. 14).

E essa estratégia de convencimento foi usada pelo Arcebispo D. Joaquim Silverio de Souza no discurso feito no Grupo Escolar de Diamantina para as formandas e as professoras ali presentes na cerimônia, e depois publicado no periódico no nº 79. Ensinar no magistério primário era ao mesmo tempo uma cruz, um fardo e uma tarefa gloriosa:

[...] incançáveis professoras, heroicas operárias do futuro da sociedade, cumpre esta alta missão. Vosso ministério é muito semelhante ao nosso sacerdote, dir-vos-ei como Pio XI: “Sois participantes do nosso divino magistério. Ide ensinai, disse Jesus aos seus apóstolos”. Que é que fazeis vós? Ensinais. Esta vossa ocupação, *esta vossa Cruz*, nem sempre leve, mas sempre gloriosa, porque a família, a sociedade civil e a religiosa estão em vossas mãos [...] [sic] (Souza, 1933, p. 29).

Nesta ambiência do estudo da imprensa pedagógica republicana, com esse entendimento da figura do professor missionário, Souza (2000) estudou sobre a imprensa periódica de Franca (SP), e nela reconheceu a construção dos estereótipos de mestres e discípulos, para as figuras docente e discente, respectivamente. E conseguiu perceber que “a representação do professor mantinha-se associada à imagem do sacerdote disposto ao sacrifício (“carregar sua cruz”), tudo em nome de sua importante missão, embora não

tivesse nenhuma condição material para realizá-la”; ou seja, o autor compreendeu que a imprensa, enquanto um suporte impresso, serviu para divulgar a cristalização da figura do educador no imaginário das pessoas com a “imagem do missionário [...] cuja função principal seria a renovação do mundo, a correção de suas mazelas (Souza, 2000, p. 152).

E uma outra prova material desse tipo de representação docente sacerdotal puramente feminina está no nº 98-99-100, onde o Assistente técnico Raul de Almeida Costa ao discursar na Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes, disse o seguinte às normalistas ali formandas:

Pontificando no lar e na escola, sob a unção sagrada do devotamento e da fê, realizareis a tarefa divina de modelar e retemperar indivíduos, cuja integralidade da formação garanta o equilíbrio harmônico e o bem estar relativo da coletividade [...] *sras. normalistas* [...] celebramos convosco, neste momento culminante de espiritualidade, os louros que colheis, fato auspicioso, que merece perduradouro registro nos anais do magistério mineiro [sic] (Costa, 1933, p. 35).

Nesse sentido, é possível perceber a semelhança desse fragmento da *Revista do Ensino* (MG) acima com aquilo que explicam Souza e Silva (2021). De maneira praticamente similar ao que disse Costa (1933) na citação acima, este outro suporte material chamado *Jornal O Repórter* mostrava que o professor deveria se sacrificar, mas ao mesmo tempo era visto como um herói evangelista, porque sua figura era a do condutor das futuras gerações. Assim, ele merecia ser exaltado e celebrado pelos percalços que conseguia superar: “[...] percebemos que sua representação [...] é predominante sobre a imagem do herói ou missionário capaz de tudo realizar pelo bem de seus alunos, mesmo com todas as dificuldades apresentadas em boa parte das notícias” (Souza; Silva, 2021, p. 14).

Por meio dessa seleção de citações até aqui estampadas e extraídas da *Revista do Ensino* (MG) demonstrou-se que estes conteúdos legitimavam a idealização da figura da professora primária e a da normalista como as sacerdotisas da educação, e reforçavam a ideia do magistério como um sacerdócio pessoal terreno, uma missão social puramente sacrificial.

Percebeu-se assim nestes textos aqui citados, que essas mensagens serviram para legitimar que as mulheres poderiam ganhar menos que homens, e que o seu lugar social de trabalho delas deveria ser o magistério primário. Por outro lado, observou-se que esta visão sacrificial do trabalho pedagógico feminino, paradoxalmente também é concebida pelos articulistas como tarefa a ser feita com entusiasmo. Elas eram convidadas

paradoxalmente a sofrerem com entusiasmo, alegria e disposição as dificuldades desta ocupação, vista como a cruz que deveriam carregar, com fé, resignação e um sentimento de otimismo.

Na *Oração da Mestra/Oração do Mestre*, por exemplo, a professora descrita pede forças ao Mestre Jesus para poder conseguir se dedicar ao magistério, ela se contenta em ser uma mulher solteirona, e chega até a pedir que consiga ser mais mãe do que todas as outras mães, fazendo o sacrifício de amar e defender aos seus alunos que nem são seus filhos (os que não são carne de sua carne). Também pede forças para aceitar com bom ânimo os sacrifícios de sua carreira, que incluíam condições de trabalho e de infraestrutura desconfortáveis, e baixa remuneração. Neste sentido, é bem importante expor o que explicam Souza e Silva (2021) sobre estes sacrifícios ou martírios diante dessas condições de trabalho.

[...] [um] aspecto que se pode observar em torno da imagem da docência é a ideia de que seria uma atividade ligada à missão e ao sacrifício pessoal, associada aos outros níveis de ensino como o primário [...] a imagem da professora primária, que eram “obrigadas” a estagiarem em zonas distantes das cidades, acabariam por se apegar ao seu martírio pessoal, em nome do “relevante papel na educação das crianças” (Souza; Silva, 2021, p. 8).

Deste modo, analisou-se que o Estado também poderia beneficiar-se de discursos educacionais católicos publicados nessa revista mineira, porque a Imprensa Oficial que aprovava tais conteúdos baseados nesse arquétipo docente divinal. Estes textos legitimavam os baixos salários pagos às professoras, e legitimavam o magistério como o lugar da mulher. Desta maneira, o Estado poderia continuar se desresponsabilizando de aumentar os salários delas, pois os conteúdos católicos ajudavam a construir no imaginário social leitor da revista, que a professora receberia, supostamente, lá na eternidade, recompensas tidas como mais sublimes do que o dinheiro, as recompensas espirituais de Jesus Cristo no porvir, segundo esse ideário, conforme se verá nos quatro fragmentos dispostos a seguir.

Na qualidade de Ministro da Educação Francisco Campos teve um discurso seu publicado na *Revista do Ensino* (MG) de nº 32, proferido na solene inauguração da Escola de Aperfeiçoamento em Belo Horizonte - MG, aos professores e professoras presentes, defendendo a ideia de magistério como uma missão recompensadora cheia de sacrifícios: “[...] senhoras professoras [...] nos seus propósitos de devotamento e sacrifício [...] depositárias da confiança mineira [...] que Minas Geraes sinta que os seus sacrifícios

frutificam em verdadeira e autentica riqueza espiritual” [sic] (Campos, 1932, p. 25-30)

No discurso de Noraldino de Lima como paraninfo às formandas do Colégio “N. S. das Dores” de São João Del Rei registrado no nº 78 (1932) ele disse o seguinte:

Quem quer que se bata por um ideal tem a cruz de Christo no seu escudo [...] Sejam, pois, idealistas senhoras diplomandas [...] ideal a um tempo humano e divino, erguida para o azul, ponto de ligação perene entre o anseio do homem na terra e a benção de Deus no céu [sic] (Lima, 1932, p. 8).

Já no nº 79 este mesmo articulista voltou a reiterar às professoras a sua “sagrada missão pedagógica”, cheia de renúncias, vista como muito bela porque seria celestial:

E vós Senhoras professoras diplomandas [...] sob o orvalho de Deus [...] tereis alegria no exercício do trabalho sem preço e da renuncia sem nome [...] vosso apostolado [...] *que sendo do mundo é também do céu*: está em vossas mãos muita sombra para os cansados, muito pão para os famintos. *Que consoladora e bela é a vossa missão!!!* [sic] (Lima, 1933, p. 13).

E no nº 164-16 o artigo das professoras Zenite Feliz da Silva e Maria do Carmo Rogedo, do Grupo Escolar Flavio dos Santos de Belo Horizonte, fala da expectativa de recompensa às professoras a ser dada pelo Mestre Jesus Cristo caso as professoras se dedicassem com entusiasmo no magistério: “[...] *professora* [...] *O menino Jesús há de olhar sorridente para os trabalhos, que a sra. realiza aqui neste grupo e há de permitir que a sua vida seja sempre de semear benefícios*” [sic] (Silva; Rogedo, 1939, p. 141).

Diante dessas mensagens importa aqui realizar algumas reflexões críticas sobre elas. Segundo Kreutz (1986), o Estado é o patrocinador da instrução pública, só que ele mesmo generaliza a ideia do magistério como uma vocação/sacerdócio. Mas essa ótica não é sem motivo, porque o poder público que não tem intenções reais de investir maciçamente na Educação Básica para contemplar toda a população, por isso é totalmente conveniente que na sociedade prevaleça esse tipo de concepção. “Sendo o magistério um sacerdócio e uma vocação, então é para doar-se é sacrificar-se mesmo, com pouca remuneração, sem reclamar nem fazer greve”; ou seja, a própria união dessa categoria profissional é automaticamente desmontada se ela acreditar nessa ideia: “Afinal, quanto pior o salário e a situação de trabalho, mais oportunidade real se tem para exercer bem a vocação!” (Kreutz, 1986, p. 13).

E focalizando esse sentimento vocacional, no nº 98-99-10, o Noraldino de Lima legitimou que esse campo requeria mesmo das professoras essa concepção “[...] *a cátedra de uma professora [...] tem a santidade que iguala todas as vocações para o bem, a consistência dos granitos que não quebram e a fulguração dos sóis que não se apagam*” [sic] (Lima, 1934, p. 38-39). Pensando nisso, uma crítica reflexiva plenamente pertinente, e que não pode deixar de ser exposta está fixada a seguir. Pois, é necessário entender que essa herança histórica realmente atrapalhou (e ainda atrapalha) muito os professores do passado (e os dos dias atuais) a se juntarem e se articularem politicamente para fazerem greves, movimentos e manifestações a favor de reivindicarem melhores condições de trabalho e de remuneração na carreira.

Entendo que é importante saber-se dessas raízes históricas, de sua implicação e força ainda no momento atual, pois, dificultam um movimento mais forte e organizado de reivindicações da categoria profissional. Parece difícil conjugar a concepção de magistério/vocação com a de um batalhador consciente por melhores condições e salários e por maior autonomia da categoria profissional. O caminho inicial desse movimento deverá, certamente, passar também pela conscientização da própria concepção de magistério, suas raízes histórico-culturais e implicações políticas (Kreutz, 1986. p. 16).

Este supracitado arquétipo pedagógico cristão-católico também instigava a crença de que no porvir as professoras seriam bem recompensadas por terem se sacrificado como mestras nessa suposta “missão” terrena agradava ao Estado, atividade desqualificada como profissão e mais vista como uma vocação, ao ganharem pouco e se doarem muito. Assim sendo, é importantíssimo perceber como o Estado se serviu dessa representação docente sacrificial missionária para manipular os mestres e as mestras, e até a sociedade, se desresponsabilizando de remunerar mais e melhor essa carreira profissional. Se a sociedade acatasse essa representação, e foi o que ocorreu, o Estado conseguiria desmontar e descredibilizar qualquer tentativa de reivindicação docente, inclusive no imaginário da população e dos próprios professores. Daí torna-se importante alertar que:

[...] essa visão de magistério ainda se encontra largamente difundida em nossa sociedade, em parte, também entre os próprios professores. Isso dificulta um movimento mais forte e coerente de organização e pressão política da categoria e favorece a manipulação, a omissão e o autoritarismo do poder público na questão do ensino e do magistério” Pode-se assim observar que, na verdade, “oposição frontal a uma sociedade democrática, à organização política e ao reconhecimento dos direitos da categoria profissional” (Kreutz, 1986. p. 13)

Ou seja, demonstrou-se até aqui a maneira como essa concepção de magistério sacrificial atrapalhou, e ainda atrapalha a participação e o engajamento dos professores em se organizarem em termos de categoria profissional e lutarem por aumentos salariais e melhorias no exercício desse campo de trabalho. Além disso, esse ideal também atrapalhou e ainda atrapalha as ações a favor dessa categoria, porque acaba por produzir inclusive uma resistência por parte da sociedade em relação a qualquer movimentação reivindicatória dos docentes, porque lhes cobra, quer de maneira consciente ou inconsciente, que eles apresentem uma postura vocacional, de doação, e se sacrifiquem mesmo. Aliás, há quem pense ainda hoje que se uma mulher entrar para a docência ela já deve entrar sabendo que irá receber uma remuneração inferior à que é dada em outras diferentes profissões. E essa produção da docência é histórica, é política e é cultural.

Os resultados dessa pesquisa demonstraram, em termos gerais, que dos articulistas que escreveram mensagens de sentido religioso às professoras e às normalistas, indicadas lá no Anexo D da pesquisa, a maioria era composta por autoridades educacionais⁶¹ que totalizaram 8, em detrimento das autoridades eclesiais⁶² que foram 4. Ou seja, a maioria das publicações era oriunda dos próprios representantes dos interesses do Estado, diretores escolares, secretários da educação, inspetores e assistentes técnicos do ensino, e dirigentes da Imprensa Oficial, que escreveram discursos para doutrinar esse público majoritário entre o professorado mineiro, que foi admoestado e dirigido. Por isso, os apelos moralizantes do ensino da religião foram utilizados para tentar tocar-lhes corações e mentes.

Os resultados também demonstraram que o ideário católico se serviu das páginas da *Revista do Ensino* (MG) como um canal de comunicação altamente eficiente, que chegava a todo território mineiro, como assegura Biccás (2008), para a divulgação das suas ideias e prescrições direcionadas às professoras e às normalistas, construindo para esse público representações de como ele deveria ser e estar no mundo. Foram publicados conteúdos que instruíam estas educadoras a se inspirarem no arquétipo docente da figura

⁶¹ A grande maioria dos articulistas que escreveram ao público feminino, disposta em ordem cronológica no Anexo D, era composta por autoridades educacionais que totalizaram 8 representantes respectivamente: o Mario Casasanta, o Firmino Costa, o Francisco Campos, o Aymore' Dutra, o Noraldino de Lima, o Guerrino Casasanta, o Raul de Almeida Costa, o Manuel Casasanta, o Mario Rebêlo, e o Eliseu Laborne e Vale.

⁶² As autoridades eclesiais foram 4: o Dom Joaquim Silverio de Souza Arcebispo de Diamantina, o Padre Álvaro Negromonte, o Bispo Diocesano, o Cônego Raymundo de Almeida Curvelo. Já as professoras foram somente 2: a Alice de Andrade Santiago e a Irmã Olga. E sem categoria podem ser listados o prefeito de Brazópolis José Alfredo Gomes, um político, a intelectual Gabriela Mistral, o Honorio Armond um escritor desconhecido, e o Grupo Escolar "Flavio dos Santos" em nome da sua equipe pedagógica.

de Jesus Cristo, visto por muitos como o modelo normativo ideal de mestre e pedagogo. A partir deste modelo, elas eram chamadas de mestras, e eram incentivadas a se sentirem como sacerdotisas, contentando-se com a baixa remuneração nesta carreira, pois a ênfase destas publicações estava na abnegação e no amor pelas crianças para o desempenho da “sagrada” missão pedagógica.

Considerou-se que os interesses entre Estado e Igreja Católica foram conciliados na representação da imagem docente feminina como um verdadeiro sacerdócio, pois a Igreja ensinava restaurar o seu rebanho, e as professoras seriam as porta-vozes da disseminação desse ideário religioso na educação. E ao estado, interessava contratar uma mão de obra barata para o ensino público oficial.

Diante das análises empreendidas nesse 3º capítulo, examinou-se que esses discursos oficiais do periódico tentaram “naturalizar” a condição histórica das mulheres na educação serem menos remuneradas que os homens, e a aceitarem o magistério primário como profissão que paga pouco, cuja tarefa deve ser feita considerando o seu instinto maternal. Por estes motivos, tais conteúdos pedagógicos incentivavam os leitores do periódico a introjetarem o entendimento social de que o magistério primário seria o local mais apropriado para o trabalho feminino, e que era certo o Estado pagar pouco mesmo, afinal a escola era um espaço parecido com o lar, cheio de filhos, que deveria envolver esforço e resignação.

Considerando isto, acredita-se que esta revista oficial veiculava tais conteúdos pedagógicos cristãos para que a mulher professora primária e/ou normalista fosse mansa, submissa, controlável e abnegada, e sugeria um sacrifício integral nessa profissão, a tal ponto de elas terem de se conformar, e aceitarem receber menos remuneração que os homens. Deste modo, esse suporte material impresso contribuiu para propalar a ideia, defendida pela religião, de que o magistério primário deveria ser visto como a missão terrena da professora, feita por amor, como se fosse um sacerdócio.

Deste jeito, toda essa conjuntura histórica acabou corroborando com a desvalorização salarial da profissão docente ao longo dos anos republicanos analisados, e também pelos anos posteriores com maiores desdobramentos, condição histórica esta, que reverbera até hoje nas carreiras da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 1, locais de trabalho docente ainda hoje majoritariamente femininos, que se comparados aos demais cargos no campo da educação como um todo, continuam sendo sempre os menos remunerados na educação brasileira. Pois, ao Estado interessa ter à disposição uma mão de obra docente barata no processo de oferta da educação pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de doutoramento teve como propósito central analisar as representações de docência veiculadas pela *Revista do Ensino* (MG) no período (1925-1940) construídas pelo ideário católico. Para tal, a pesquisa defendeu a tese de que a representação social de professor como sacerdote possui origens históricas medievais no catolicismo, e sobreviveu ao tempo, materializando-se nesse veículo oficial onde o ideário católico evocou modelos docentes sacrificiais para o magistério primário.

Ao longo do estudo, demonstrou-se que os defensores da Pedagogia Católica encontraram na imprensa periódica educacional, em particular nas revistas impressas, um suporte físico adequado para materializar e fazer circular entre os educadores, sobretudo professores, professoras e normalistas, as suas concepções e pressupostos sobre o desempenho do magistério, sugerindo modelos docentes sacrificiais para a profissão.

Neste sentido, foi possível o alcance do objetivo central perseguido no texto de analisar as representações de docência construídas pelo ideário católico neste periódico oficial mineiro. Os objetivos secundários propostos foram também alcançados, onde ao longo do corpo do texto foram investigadas as primeiras revistas de educação e ensino que surgiram no mundo ocidental, no Brasil e em Minas Gerais; também se averiguou o surgimento da revista oficial mineira em análise, expondo suas principais características sobre a materialidade desse suporte físico (artefato cultural); além de se oferecer um panorama geral da materialidade dos conteúdos católicos por esta pesquisa encontrados.

Assim, ao longo dos capítulos escritos neste estudo, demonstrou-se, do ponto de vista da pesquisa, que tanto a tese defendida quanto os objetivos propostos foram alcançados. A investigação documental aprofundada das fontes e a articulação com o referencial teórico permitiram traçar uma elucidação detalhada da inserção e da influência do ideário católico na formação e modelagem da identidade docente, especialmente a feminina, no contexto mineiro da Primeira República.

No 1º capítulo denominado “A invenção das revistas de educação e ensino: das estrangeiras até a *Revista do Ensino* (MG)” evidenciou-se que as primeiras revistas educacionais criadas, a tese defendida foi trabalhada durante as elucidações feitas, onde demonstrou-se que tanto as primeiras revistas educacionais estrangeiras, as brasileiras, as mineiras surgiram como instrumentos privilegiados para composição a compreensão do campo docente em seu tempo, e para a orientação das suas práticas, servindo como manuais para instrumentalização, informação e formação da docência. Historicizou-se o

nascimento do periodismo científico no século XVII na Europa, que com o Iluminismo, assumiu uma função educativa, onde as primeiras revistas pedagógicas, que apareceram na França no século XVIII, estavam diretamente ligadas à necessidade de formação de professores. No Brasil, explicou-se que a história da imprensa pedagógica foi inspirada nos modelos europeus, e ela expandiu-se a partir da segunda metade do século XIX, visando suprir a carência de materiais didáticos e aprimorar a formação de professores, que muitas vezes exerciam o magistério sem qualificação específica. E foi nesse contexto que se observou a emergência da representação da docência como sacerdócio e missão, em revistas de educação e ensino impressas, enraizada no ideário católico e difundida em periódicos pioneiros descobertos, que foram *A Instrução Pública (RJ)* (1872-1875) e a *Revista do Ensino de Alcides Catão* (1886-1889), e anos mais tarde a *Revista do Ensino e(RS)* (1939-1942). Já em Minas Gerais, a forte tradição católica da sociedade e as alianças de colaboração mútua entre Estado e Igreja Católica foram decisivas para a permeabilidade desse ideário religioso na imprensa oficial, onde a *Revista do Ensino (MG)*, criada em 1892 e reativada em 1925, tornou-se um veículo oficial de grande alcance, utilizado para disseminar diretrizes pedagógicas e, concomitantemente, os preceitos católicos para orientação social, moral e didática da docência evidenciadas no último capítulo.

No 2º capítulo, “Características da materialidade da *Revista do Ensino (MG)* (1925-1940)” detalhou-se como esse suporte material interagia com seu conteúdo. A pesquisa demonstrou que esse impresso pedagógico financiado pelo Estado, teve sua periodicidade e circulação amplamente garantidas, sendo distribuído gratuitamente a instituições de ensino e funcionários públicos, além de oferecer assinaturas pagas para complementar sua receita. A análise da periodicidade revelou uma constância na produção de todos os anos entre 1925 e 1940, apesar das edições agrupadas publicadas para otimização dos custos. Quanto ao ideário católico, contabilizou-se e refletiu-se que embora tenha representado uma minoria em termos de páginas (apenas 4,46% do total das 11.281 páginas), seus textos eram frequentemente extensos, sendo o triênio de (1932-1933-1934) os anos que marcaram o ápice da sua disseminação, ressaltando-se também que eles ocuparam um espaço editorial privilegiado. A materialidade dos enunciados católicos se manifestou de forma estratégica: primeiramente com a *Oração da Mestra* apareceu na capa do nº 11 (1926), depois no nº 16-17 (1926), que utilizou uma ilustração de uma cachoeira aparentemente neutra que, ao ser explicada em seu interior, revelava um forte apelo religioso direcionado às professoras, incentivando-as a expor símbolos

católicos (transformarem a capa dessa edição num quadro emoldurado) dentro de suas salas de aula. Além disso, foram localizadas 16 capas que exibiram títulos de artigos católicos em seus sumários, destacando sua importância. Outro destaque foram os números (74, 75 e 76) de 1932, que se transformaram em verdadeiros manuais de catequese ilustrados, evidenciando a permeabilidade do ideário católico na revista oficial. E, por último, a identificação de quem eram os articulistas revelou que as autoridades educacionais ligadas à Imprensa Oficial e à Secretaria de Educação (cuja maioria era composta de homens católicos) foram comprovadamente os principais responsáveis pela publicação desses conteúdos. Ou seja, o total de 56 artigos deles somaram um número bem superior aos 8 artigos das autoridades eclesiásticas que também publicaram nesse impresso, e isso reforça a evidenciada aliança entre Estado-Igreja em Minas Gerais na educação e na imprensa no período estudado.

Finalmente, no 3º capítulo intitulado de “As representações sobre docência feminina manifestas pelo ideário católico na *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940)” refletiu-se sobre a origem medieval do chamamento de professor sacerdotal e missionário, evidenciado que o vocábulo professor nasceu com a ideia daquele que professa a fé na religião católica para exercer o ensino das primeiras letras, ideal este que sobreviveu aos séculos e foi reiterado nas páginas dessa fonte histórica. Neste capítulo, também se aprofundou a análise do processo de feminização do magistério em Minas Gerais e as elucidações sobre como as identidades docentes femininas foram sendo forjadas pelo ideário católico nesse impresso oficial. Por outro lado, também havia um movimento das mulheres que desejavam ocupar o mercado de trabalho e a educação primária foi, para muitas, a porta de entrada no espaço público, por meio da profissionalização da docência.

As categorias analíticas propostas neste 3º capítulo foram todas averiguadas. A título de síntese compreensiva dos primeiros itens de discussão desse capítulo vale a pena reiterar que no caso da representação geral de mulher-professora analisou-se que: a) as mulheres se tornaram a maioria no magistério primário; b) mas, o seu papel ainda era inferior ao papel masculino; c) elas ganhavam menos que os homens nos cargos da educação pública, que ocupavam aqueles ligados à liderança e chefia dos trabalhadores escolares; d) elas deveriam apartarem-se das questões político-partidárias; e) e deveriam seguir os princípios escolanovistas, disciplinarem seus alunos, porém com gentileza, amabilidade e sorrisos, ensinando os princípios da ‘Escola Ativa’ e os princípios moralizadores da ‘Escola Nova Cristã’ porque, o que se esperava socialmente das mestras

era que se dedicassem inteiramente à tarefa de educar o comportamento, a aprendizagem, a mente e as convicções de fé das crianças.

A representação de mulher-professora-mãe foi constantemente reiterada, sendo o instinto maternal apontado como a principal qualidade para a docência infantil, ainda que isso desvalorizasse o intelecto feminino e a formação profissional para essa atuação. A figura da mulher-professora-solteirona de instinto maternal, abnegada e dedicada exclusivamente à missão pedagógica, também foi exaltada, como no exemplo da *Dona Ephigênia* e no da *Oração da Mestra*, que reforçavam o caráter sacrificial da profissão. A *Pedagogia de Jesus Cristo* foi apresentada como o modelo normativo docente, o pedagogo supremo, o Mestre dos mestres, impulsionou a ideia do magistério como um apostolado de amor e renúncia, com foco na formação moral e religiosa das crianças. E por último, o chamamento direto das professoras como as “sacerdotisas do ensino” materializa a tese central, evidenciando como o Estado se beneficiou desse discurso para justificar os baixos salários e a desvalorização da profissão, ao passo que as “recompensas espirituais” eram prometidas em detrimento das recompensas materiais.

Em suma, a pesquisa demonstrou que a *Revista do Ensino* (MG) no recorte apreciado tornou-se um suporte material propício para a construção de algumas representações de docência, onde o ideário católico evocou modelos docentes sacrificiais para o magistério, e foi possível perceber nestes 120 conteúdos localizados: a naturalização da feminização do magistério e a naturalização da desvalorização salarial, pelo reforço da ideia de que a docência primária deveria ser uma “sagrada missão pedagógica feminina” de sacrifício, amor e renúncias, cujas representações docentes históricas possuem implicações que reverberam até hoje nas carreiras da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que continuam sendo as carreiras docentes menos remuneradas devido à essas construções históricas que fazem com que as profissionais desses âmbitos não consigam, em muitos contextos, se levantarem em manifestações e greves em prol de melhores salários, porque a própria sociedade, o Estado, e até muitas delas acreditam ainda nessas representações de docência aqui discutidas nesta pesquisa, e que continuam sobrevivendo no imaginário social destes sujeitos.

Além disso, é preciso destacar que a partir dos dados e fontes históricas compilados em todos os Anexos deste trabalho, abrem-se diversas novas possibilidades de pesquisas científicas futuras. Além dos dados da Introdução que oferecem o estado da arte sobre as pesquisas que já trabalharam com *Revista do Ensino* (MG), com o

levantamento de teses, dissertações, e depois o Anexo A, que exhibe o levantamento de livros, capítulos de livros e artigos sobre essa fonte histórica, tais trabalhos podem subsidiar novos estudos historiográficos que analisem outras tendências e lacunas da pesquisa sobre esse mesmo periódico ao longo do tempo, identificando quais aspectos foram mais explorados e quais ainda permanecem pouco investigados. Uma análise aprofundada da recepção acadêmica dessa revista, por exemplo, poderia revelar a evolução das abordagens teóricas e metodológicas no campo da História da Educação.

Tendo em vista que a temática estudada, e as novas possibilidades de análise dessa revista educacional no período aqui delimitado, é preciso dizer que a presente pesquisa não se esgota na tessitura aqui desenvolvida, entende-se que este estudo pode ser ampliado, pois admite novas perspectivas históricas diferentes ou semelhantes à que foi analisada. Haja vista que a imprensa pedagógica enquanto fonte histórica, pode suscitar novas oportunidades de construção de conhecimentos na área da História da Educação, com novas e diferentes pesquisas científicas.

Os Anexos B, C e D, que listam as primeiras revistas educacionais que surgiram em outras regiões do Brasil e trazem o levantamento detalhado do endereço dos 120 conteúdos católicos encontrados em todos os 175 números do periódico, e depois, dentro desses 120 textos, a discriminação dos 36 conteúdos direcionados para as professoras/normalistas, são vistos como um terreno fértil para futuros estudos, e até estudos comparativos. Seria de grande valia uma tese ou dissertação que comparasse as representações de docência e a influência do ideário católico, entre a *Revista do Ensino* (MG) e outros periódicos de outros estados brasileiros com diferentes contextos políticos e religiosos, como as revistas do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste ou do Sul [Anexo B]. Além disso, uma análise qualitativa aprofundada dos 120 textos católicos [Anexo C] e dos 36 textos endereçados às professoras [Anexo D] poderia investigar as retóricas específicas, as estratégias de persuasão e as intersecções entre os discursos pedagógicos seculares e religiosos, bem como a evolução dessas representações ao longo do período analisado, ou aprofundar o estudo das identidades de articulistas menos conhecidos [Anexos C e D].

Por último, o Anexo E, que aborda sobre a segunda fase da *Revista do Ensino* (MG), o recorte histórico (1946-1971) com 66 números produzidos, representa, de fato, um vasto campo inexplorado para futuras teses e dissertações. Considerando a existência de pouquíssimas pesquisas que se aventuraram nesse recorte histórico é importante investigar outros objetos de estudo relativos ao campo da educação. Até mesmo cabe

investigar a descontinuidade da influência católica nesse período especificamente, pós-Estado Novo e pós-Segunda Guerra Mundial, as mudanças na laicidade da revista, as novas representações de docência que emergiram e investigar inclusive como a materialidade do impresso se adaptou a esses novos contextos, especialmente considerando a descontinuidade paulatina da publicação. Essas novas pesquisas contribuirão significativamente para a compreensão da complexa relação entre educação, imprensa, religião, gênero e Estado na História e Historiografia Educacional do Brasil.

Outras questões podem também surgir, considerando-se que as revistas impressas voltadas ao universo educacional estavam em voga na primeira metade do século XX. Assim, intui-se que as ações no campo da educação e da imprensa, por porte dos defensores do ideário católico, podem ter sido bem sucedidas em outros estados brasileiros de tradição católica, como São Paulo.

Tal possibilidade de averiguação pode igualmente ser vislumbrada em diferentes estados brasileiros, que de maneira similar produziram impressos pedagógicos oficiais com esse mesmo nome, como Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Amazonas, Alagoas, Paraíba, e Rio Grande do Sul. Tais revistas em ordem cronológica nos estados de ocorrência foram, respectivamente: *Revista do Ensino* do Rio de Janeiro (DF) criada em 1883; a *Revista do Ensino* (BA) (1892-1893); *Revista do Ensino* (MG) criada em 1892, e efetivamente produzida de 1925 a 1971; *Revista de Ensino* (SP) (1902-1918); *Revista do Ensino* (PA) (1911-1919); *Revista do Ensino* (AM) (1920-1920); *Revista do Ensino* (AL) (1927-1931); *Revista do Ensino* (PB) (1932-1942); e *Revista do Ensino* (RS) (1939-1992). Os ciclos de vida dessa revista gaúcha se deram nos recortes (1939-1942), (1951-1978) e (1989-1992). Além disso, a *Revista de Educação* (SP) (1930-1945) pode ser mais uma a ser investigada. Identifica-se, portanto, nestas fontes novas possibilidades de pesquisas, para investigar se o ideário católico conseguiu, ou não, algum espaço de publicação dentro da imprensa oficial desses estados.

Pode-se questionar: será que na imprensa periódica pedagógica destes estados brasileiros a presença de publicações católicas conseguiu se efetivar? Será que esta presença foi tão marcante quanto foi na imprensa educacional mineira? Será que as articulações políticas dos católicos com os responsáveis pela imprensa oficial e as autoridades educacionais destes estados foram profícuas? Nesses casos, cabe indagar como teriam sido as relações entre os defensores dos dogmas católicos e os governos constituídos nestes contextos. Contudo, tais possibilidades de pesquisas científicas ficam para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ABREU JÚNIOR, Laerthe de Moraes; GUIMARÃES, Paula Cristina David. O discurso moral sobre a educação da infância pobre presente na Revista do Ensino (MG) (1925 - 1930), *Cadernos de Pesquisa em Educação*, v. 17, n. 33, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/4682/3644>>. Acesso em: 14 junº 2022.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In. SAVIANI, Demerval, et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In. SAVIANI, Demerval, et al. *O legado educacional do século XIX*. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2014.

ALTINO FILHO, Humberto Vinício; ALVES, Lídia Maria Nazaré; ARRUDA, Gislaine de Cássia Romualdo; LOPES, Kennedy Santos. Magistério: ofício ou sacerdócio? *Olhares & Trilhas*, v. 19, n. 1, jan./jun., 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/OT2016aXIXn1.97-107>>. Acesso em: 03 out. 2025

ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista A Escola (1920-1921). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

ASSIS, Thaís Reis de. *Monumentos ao/do saber, tempos de ensinar, escolarização e magistério: a institucionalização dos grupos escolares mineiros nas páginas da Revista do Ensino*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

ASSIS, Thaís Reis de. A monumentalização do magistério e a institucionalização da escola pública primária mineira: um estudo sobre a revista do ensino (1925-1930). In: BRESSANIN, César Evangelista Fernandes; BALDINO, José Maria; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de (Orgs.). *Educação, História, Memória e Cultura em Debate: volume I: História da educação e suas abordagens*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

ASSIS, Thaís Reis de. *Monumentos ao/do saber, tempos de ensinar, escolarização e magistério: a institucionalização dos grupos escolares mineiros nas páginas da Revista do Ensino*. 2019. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

ASSIS, Thaís Reis de. Mulher, mãe ... E professora: a feminização do magistério nas páginas da Revista do Ensino. *Revista Multidisciplinar Humanidades e Tecnologias*, v. 35, ago./out., 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.6476397>>. Acesso em: 03 out. 2025

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. O discurso veiculado pelos editoriais da Revista do Ensino (MG) (1925-1970): modelando professoras. *Linguagem, Educação e Sociedade*, ano 11, v. 14, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO Mineiro. *Inventário do fundo Secretaria de Estado de Educação*. Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro, 2024. Disponível em: <http://www.siaArquivoPublicoMineiro.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=270>. Acesso em: 17 maio 2024.

AZZI, Riolando. *A neocristandade: um projeto restaurador*. História do pensamento católico. v. 5. São Paulo: Paulus, 1994.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920–1930. *Síntese Revista de Filosofia*, v. 4, n. 10, 1977. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2398>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

AZZI, Riolando. O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930–1940). *Síntese Revista de Filosofia*, v. 6, n. 17, 1979. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2291>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BASTOS, Maria Helena Camara. A imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos. O exemplo da França. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, abr. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100013>>. Acesso em: 03 out. 2025.

BASTOS, Maria Helena Camara. A imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002c.

BASTOS, Maria Helena Camara. A Instrução Pública (1872-1875/1887-1888): permuta de luzes e ideias - os editoriais de Alambary Luz. *Anais... XXV Simpósio Nacional de História*, ANPUH: Fortaleza, 2009.

BASTOS, Maria Helena Camara. Apêndice - A imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1944. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002a.

BASTOS, Maria Helena Camara. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002b.

BASTOS, Maria Helena Camara. Ferdinand Buisson: pistas, vestígios e sinais de suas ideias pedagógicas (1870-1900). *História da Educação*, ASPHE/ FaE/ UFPel, n. 8, 2000.

BASTOS, Maria Helena Camara. Professorinhas da nacionalização: a representação do professor rio-grandense na Revista de Ensino (1939-1942). *Em Aberto*, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BICCAS, Maurilane de Souza. Da revista à leitura: a formação dos professores e a conformação do campo pedagógico em Minas Gerais. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

BICCAS, Maurilane de Souza. “Nossos Concursos” e “a Voz da Prática”: a Revista do Ensino como estratégias de formação de professores em Minas Gerais (1925–1930). *Cadernos de História da Educação*, n. 4, jan./dez. 2005.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino (1925-1940)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2001.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino (MG) (1925–1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BICCAS, Maurilane de Souza. Impresso pedagógico como objeto e fonte para a história da educação em Minas Gerais: Revista do Ensino (1925-1940). In: MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida. (Orgs.). *História da Educação: ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BORGES, Kátia Franciele Corrêa. *Santa, esposa-mãe e professora: revista Flor do Lácio e educação de mulheres no Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros/MG (1943 – 1957)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, 2011.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. Modernização, democracia e caráter nacional da educação em Minas Gerais, pela análise da Revista do Ensino. 1925 a 1929. *Educação e Filosofia*, v. 16, n. 31, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v16n31a2002-684>. Acesso em: 03 out. 2025.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. *A ideologia do caráter nacional da educação em Minas: Revista do Ensino (1925–1929)*. 1993. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.

BORGES, Vera Lúcia. As medidas de reformas acerca da instrução pública primária em MG: 1892 a 1898. Coleção Navegando pela História da Educação Brasileira, *HISTEDBR*, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/as-medidas-de-reformas-acerca-da-instrucao-publica-primaria-em-mg-1892-a-1898>. Acesso em: 25 jul. 2023

BOTO, Carlota. Sociedade portuguesa em revista: o método da escola e a escola como Método no século XIX. *Revista Teias*, v. 1, n. 1, 2000. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23828/16809>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL, Bruno. Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto. *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital*. 2014. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/annaes-da-escola-de-minas-de-ouro-preto/>>. Acesso em: 07. mar. 2024.

BRASIL. *Conheça a história da educação brasileira*. Ministério da Educação e Cultura. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1827. Disponível em: <<https://bit.ly/32M8Ys9>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. *Lei nº 185 de 14 de janeiro de 1936*. Institue as comissões de salário mínimo. Câmara dos Deputados, 1936. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. *Lei nº 2670, de 20 de setembro de 1875*. Fixa a despesa e orça a receita do Imperio para o exercicio de 1876-1877, e dá outras providencias. Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-2670-20-outubro-1875-589144-publicacaooriginal-116850-pl.html>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 6397, de 30 de novembro de 1875*. Approva os estatutos da Associação Forense da Beneficencia. Senado Federal. Atividade Legislativa. 1875. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/568676/publicacao/15630631>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRITTO, Flávia Aparecida. *As representações sobre a aritmética e seu ensino veiculadas na Revista do Ensino (MG) (1925-1940)*. 2020. 605f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

BRITTO, Flávia Aparecida; GOMES, Maria Laura Magalhães. A presença da matemática na Revista do Ensino (MG) (1927 e 1928). *ENAPHEM Encontro nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática*, n. 3, 2016.

BRITTO, Flávia Aparecida; GOMES, Maria Laura Magalhães. História da educação Matemática na Revista do Ensino (MG) (1925-1971). *Zetetiké Revista de Educação Matemática*, v. 27, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/zet.v27i0.8653725>>. Acesso em: 03 out. 2025.

BRITTO, Flávia Aparecida; GOMES, Maria Laura Magalhães. Memórias de aulas de Aritmética na Revista do Ensino (MG) (1933-1940). *Revista de História da Educação Matemática*, v. 7, 2021.

BÜSCHEL, Inês. Gabriela Mistral Prêmio Nobel de Literatura (1945). *Blog da Inês Büschel*, mar. 2016. Disponível em:
<<https://blogdaines.wordpress.com/2016/03/23/gabriela-mistral-premio-nobel-de-literatura-1945/>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CAMPOS, Sávio Laet de Barros. A educação em Agostinho. *Filosofante.org*, 2010. Disponível em:
<<https://www.filosofante.org/filosofante/?mostra=noticia&ver=1&id=164&le=F04&lab=el=Cultura%20e%20Educa%E7%E3o%20Tomasiana>>. Acesso em 15 dez. 2024.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, EDUSP, 2ª ed. 1988.

CAPUTO, Débora Rodrigues. *O saber desenho no ensino primário a partir das revistas do ensino de Minas Gerais (1925 a 1932): sua concepção e as profissionalidades*. 2021. 143 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

CASPARD, Pierre; CASPARD, Pénélope. Imprensa Pedagógica e formação de professores primários (1815-1939). In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. O projeto modernizador à mineira: reformas administrativas e a formação de professores (Minas Gerais, 1906-1930). *Revista Hist. Educ. (Online)*, Porto Alegre, v. 20, n. 49, maio/ago. 2016.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola Nova e o impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão da escolanovismo do Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). *Modos de ler Formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia (1931–1935). *Cadernos ANPED*, n. 1, Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 1989.

CARVALHO, Rosana Areal de; MACHADO, Raphael Ribeiro. A história da educação na imprensa. *Pensar a Educação em Revista*, Belo Horizonte, ano 8, v. 8, n. 1, jan./abr. 2022.

CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 10, n. 20, jul./dez., 1996.

CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica pedagógica e a história dos estudos educacionais no Brasil. In: DÍAZ, José María Hernández. *Prensa Pedagógica y Patrimonio Histórico Educativo: contribuciones desde la Europa Mediterránea e Iberoamericana*. Ediciones Universidad de Salamanca: Salamanca, 2013.

CATANI, Denice Barbara. Estudos de História da profissão docente. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara. *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CECON, Kleber. Sobre a origem das academias científicas. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 14, n. 1, jan./jun., 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.53727/rbhc.v14i1.467>>. Acesso em: 03 out. 2025.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 16, 1995.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (dir.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 5, 1991. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>>. Acesso em: 03 out. 2025.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CHARTIER, Roger. Textos impressos e leituras. In: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

COELHO, Monalisa Lopes dos Santos. A imprensa pedagógica como fonte de pesquisa: o ensino profissional na Revista do Ensino (MG) (1925-1930). *Brazilian Journal Development*, v. 6, n. 11, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv6n11-203>>. Acesso em: 03 out. 2025.

COELHO, Monalisa Lopes dos Santos. *Presença do ideário católico na Revista do Ensino (1925-1940)*. 2021. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2021a.

COELHO, Monalisa Lopes dos Santos. Incidência do ideário católico sobre a Revista do Ensino (MG) (1925-1940). *Verum Revista de Iniciação Científica*, v.1, n. 2, 2021b. Disponível em: <<https://doi.org/10.56579/verum.v1i2.227>>. Acesso em: 03 out. 2025.

COELHO, Monalisa Lopes dos Santos. Medida do ideário católico na revista do ensino de Minas Gerais (1925-1940). In: BRESSANIN, César Evangelista Fernandes; BALDINO, José Maria; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de (Orgs.). *Educação, História, Memória e Cultura em Debate*: volume I: história da educação e suas abordagens. Porto Alegre: Editora Fi, 2021c.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

DESSAUW, Guy. Pedagogia: periódicos. *Le temps des instituteurs*. 2020. Disponível em: <<http://www.le-temps-des-instituteurs.fr/ped-periodique.html>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

DIAS, Angélica Mara de Lima. *Linguagens lúdicas como estratégia metodológica para a geografia escolar na Revista do Ensino (MG) (1925-1935)*. 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, 2013.

FARIA, Miguel Fabiano. *A educação física na Revista do Ensino*: produção de uma disciplina escolar em Minas Gerais (1925–1940). 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. 2009.

FARIA FILHO, Luciano. Ensino da escrita e escolarização dos corpos: uma perspectiva histórica. In: FARIA FILHO, Luciano (org.). *Modos de ler/formas de escrever*: estudos de História da Leitura e da Escrita no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Lacif. *Impressos e História da Educação*: usos e destinos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. Educação, ciência e progresso: a Revista Pedagógica e o “problema social” do Brasil no final do século XIX. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 1, n. 1, 2006.

FERREIRA, António Gomes; MOTA, Luís; VILHENA, Carla Cardoso. Discursos sobre a emergência da educação da infância formal em Portugal (1880-1950). *Revista História da Educação (Online)*, v. 23, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-3459/85647>>. Acesso em: 03 out. 2025.

FRAGA, Andréa Silva de. O estudo e sua materialidade: revista das alunas-mestras da escola complementar/normal de Porto Alegre/RS (1922-1931). *Hist. Educ. (Online)*, v. 17, n. 40, maio/ago., 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2236-34592013000200005>>. Acesso em: 03 out. 2025.

FREITAS, Maria Helena de Almeida. *Origens do periodismo científico no Brasil*. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005.

GIORGIO, Michela. O modelo Católico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente: O Século XIX*. Trad. COELHO, Maria Helena da Cruz; et. al. São Paulo/Brasil: EBRADIL. v. 4, 1991.

GOMES, Manoel Messias. filosofia teológica de Tomás de Aquino e sua importância para o processo educativo. *Revista Educação Pública*, v. 20, n. 3, jan. 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/3/a-filosofia-teologica-de-tomas-de-aquino-e-sua-importancia-para-o-processo-educativo>>. Acesso em 20 mar. 2025

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Discursos, saberes e poder: estudo de escritas de professores e especialistas nas revistas educacionais portuguesas (1880-1900). *Revista Portuguesa de Educação*, 2008, n. 21, v. 2, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.21814/rpe.13927>>. Acesso em: 03 out. 2025.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. O discurso médico sobre a educação da infância pobre veiculado pela Revista do Ensino (MG) (1925-1930). *Cadernos de História da Educação*, v. 10, n. 2, 2011b.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. “Tudo presta a quem tudo precisa”: os discursos sobre a escolarização da infância pobre presentes na “Revista do Ensino” de Minas Gerais (1925-1930). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 13, n. 3, set./dez, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/rbhe.2014.005>>. Acesso em: 03 out. 2025.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. “*Tudo presta a quem tudo precisa*”: discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela Revista do Ensino (MG) (1925-1930). 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011a.

GONDRA, José Gonçalves. Revistas pedagógicas e governo dos professores no Brasil e nos Estados Unidos da América (1855-1881). In: NERY, Ana Clara Bortoleto; GONDRA, José Gonçalves (Orgs.) *Imprensa pedagógica na Iberoamérica: local, nacional e transnacional*. São Paulo: Alameda, 2018.

GONDRA, José Gonçalves; UEKANE, Marina Natsume. Em nome de uma formação científica: um estudo sobre a Escola Normal da Corte. *Educação*, v. 20, n. 2, 2005.

JINZENJ, Mônica Yumi. O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 3, nº 1, p. 150-166, jan./jun. 2012.

KAMPMANN, Ursula. Acta Eruditorum - 1716. *Money Museum*. Tradução de Annika Backe, 2023. Disponível em: <<https://www.moneymuseum.com/en/archive/acta-eruditorum-547?slbox=true>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

KREUTZ, Lúcio. Magistério: vocação ou profissão? *Educação em Revista*, Belo Horizonte n. 3, jun., 1986.

KREUTZ, Lucio; KUIAVA, Evaldo Antônio; NODARI, Paulo César. Representação do magistério sob o movimento da restauração católica e seu reflexo nas escolas da imigração alemã no RS. *Revista História Unisinos*, v. 15, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.4013/htu.2011.151.10>>. Acesso em: 03 out. 2025.

LOPES, Eliane Maria Teixeira. *Da sagrada missão pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In. PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. textos). *História das mulheres no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MARTINS, Ana Luisa. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: USP/Fapesp, 2008.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *Livraria Mineira: catálogo da notável e preciosa biblioteca mineiriana do Instituto Cultural Amilcar Martins*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/sergioluz/docs/livraria_mineira>. Acesso em 01 dez. 2022.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1990.

MENDES, Evaldo Jorge. A educação como chave do progresso e os desafios para a sua consolidação na província do Espírito Santo (1834-1873). *Revista Ágora*, n. 18, 2013.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. DIFEL Difusão Editorial: São Paulo-Rio de Janeiro, 1979.

MICHEL JÚNIOR, Robert Rene; *Os saberes profissionais para o ensino de geometria e desenho presentes na Revista do Ensino (MG) na década de 1920*. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) — Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.

MICHEL JÚNIOR, Robert Rene; COSTA, David Antônio. A sistematização de saberes para ensinar aritmética na Revista do Ensino (MG) (1928-1930). *REAMEC*, v. 9, n. 3, set./dez., 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.26571/reamec.v9i3.13036>>. Acesso em: 03 out. 2025.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6655, de 18 de agosto de 1924. Aprova o regulamento do ensino primário. Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1924.

MINAS GERAIS. *Decreto n. 8.162, de 20 de janeiro de 1928*. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.

MINAS GERAIS. *Decreto n. 9.653 de 30 de agosto de 1930*, que aprovou o regulamento da Escola do Aperfeiçoamento. Collecções das leis e decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1930.

MINAS GERAIS. *Lei n.º 41, de 03 agosto de 1892*. Da nova organização á instrução publica do Estado de Minas. Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1892.

MONARCHA, Carlos. Revistas de educação e ensino: São Paulo (1892-1944). Apoio CNPq-FAPESP. *Silo.tips*. 2018. Disponível em: <<https://silo.tips/download/revistas-de-educacao-e-ensino-sao-paulo-apoio-cnpq-fapesp>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

MONARCHA, Carlos. Revistas de educação e ensino – São Paulo (1892-1944). In: *Anais...* III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

NASCIMENTO, Geciane Soares do. *A educação em cena: a Revista de Educação como circulação de representações sobre saberes educacionais no Espírito Santo (1934-1937)*. 2014. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) — Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

NÓVOA, António; BANDEIRA, Filomena; PAULO, João Carlos; TEIXEIRA, Vera. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. A biblioteca da catequista: vestígios da circulação Internacional de modelos pedagógicos nas leituras prescritas para as professoras católicas. *Revista HISTEDBR On-line*, n. 58, set., 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rho.v14i58.8640389>>. Acesso em: 03 out. 2025.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. *Por uma civilização cristã: a coleção Monsenhor Álvaro Negromonte e a pedagogia do catecismo (1937-1965)*. 2008. 313 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2008.

PASCHE, Aline de Moraes Limeira; TEIXEIRA, Giselle Baptista; SOUZA, Maria Zélia Maia de. Aspectos da escolarização nos papéis impressos de O Ensino Particular (1883). In: NERY, Ana Clara Bortoleto; GONDRA, José Gonçalves (Orgs.) *Imprensa pedagógica na Iberoamérica: local, nacional e transnacional*. São Paulo: Alameda, 2018.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. Fundação Carlos Chagas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 104, 1998.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A luta dos católicos pela escola em Minas Gerais nos anos 30. *Educação em Revista*, Faculdade de Educação UFMG, n. 17, jun. 1993.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Triste retrato: a educação mineira no Estado Novo parte II. *Yumpu*. Ago, 2000. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/18646362/-triste-retrato-a-educacao-mineira-no-estado-novo->>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PEREIRA, Denise Perdigão. O ensino de arte na Escola Nova em Minas Gerais na perspectiva da Revista do Ensino entre os anos de 1927 e 1933. *Cadernos de História da Educação*, v.17, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/che-v17n2-2018-9>>. Acesso em: 03 out. 2025.

PEREIRA, Maria Paula. A escola portuguesa ao serviço do estado novo: as lições de história de Portugal do Boletim do ensino primário oficial e o projeto ideológico do salazarismo. *Da Investigação às práticas*, n. 4, 2014.

PESAVENTO, Sandra. Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. *Revista História da Educação*, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

PESAVENTO, Sandra. Jatahy. Cultura e Representações, uma trajetória. *Anos 90*, v. 13, n. 23/24, p.45-58, jan./dez. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1983-201X.6395>>. Acesso em: 03 out. 2025.

RAFAEL, Gina Gudes; SANTOS, Manuela (orgs. e coords.). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. v. 2, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

REIS, Tacimara Cristina dos. *Saberes geométricos na Revista do Ensino (MG) nas décadas de 1940 e 1950*. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da Silva; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. Formação docente em Minas Gerais: a ética docente nos preceitos da Revista de Ensino no cenário de 1925–1940. *Educação & Fronteiras*, v. 12, n. esp. 1, 2022.

RODRIGUES, Adriele Cristine Domingos. *Saberes geométricos na Revista do Ensino (MG) nas décadas de 1940 e 1950*. 2018. 66 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929–1930). *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 37, n. 2, abr./jun., 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v37i2.22666>>. Acesso em: 03 out. 2025.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Reformas educacionais e proletarização do trabalho docente. *Maringá*, v. 30, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v30i1.5099>>. Acesso em: 03 out. 2025.

SANTOS, Eli Ribeiro dos. *A educação da anormalidade na Revista do Ensino em Minas Gerais (1925-1940)*. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2019.

SANTOS, Rosa Ortiz de; EGIDO, Luis Torrego. La prensa pedagógica en la reconstrucción del pasado educativo: el caso de la revista Escuelas de España (1929-1936). *Hist. Educ. (Online)*, v. 22, n. 56, set./dez., 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-3459/78399>>. Acesso em: 03 out. 2025.

SCHUELER, Alessandra Frota de. Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 3, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300004>>. Acesso em: 03 out. 2025.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Alexandra Lima da. A educação como missão: um professor de primeiras letras nas páginas da revista A Escola. In: DÍAZ, José María Hernández. *Prensa Pedagógica y Patrimonio Histórico Educativo: contribuciones desde la Europa Mediterránea e Iberoamericana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013.

SILVA, Nicolly Peçanha do Nascimento. *Saberes geométricos na Revista do Ensino (MG) no período de 1925 a 1932*. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

SILVA, Rodrigo Fialho. O tom e o traço: apontamentos historiográficos sobre a imprensa no Brasil e em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. *Escritas*, v. 7 n. 1, 2015.

SILVEIRA, Fernanda Romanezi da. *Um estudo das capas da revista Nova Escola: (1986-2004)*. 144 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SOUSA, Cyntia pereira de. A educação pelas leituras: registros de uma revista escolar (1930/1960). In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

SOUSA, Cyntia Pereira de; CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 37, 1994. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i37p177-183>>. Acesso em: 03 out. 2025.

SOUZA, Rita de Cássia de. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925–1930)*. 2001. 355 f. Dissertação (Mestrado em História Social e Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de. *A educação escolar frente aos imperativos da modernização (Franca: 1961-1971)*. 2000. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 2000.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de; SILVA, José Lito Salustriana. Professores, Mestres e Educadores: a Docência aos Olhos do Jornal O Repórter (Uberlândia-MG: 1950-1970). *History of Education in Latin America*, v. 4, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.21680/2596-0113.2021v4n0ID23974>>. Acesso em: 03 out. 2025.

SOUTO, Adilour Nery. *Entre o prescrito, o lido e o possível: novas ideias pedagógicas disseminadas pelos impressos educacionais e suas formas de apropriação no fazer do Grupo Escolar de Ibiá-MG, 1932 a 1946*. 2019. 200 f. (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

VAGO, Tarcísio Mauro. Educação física na Revista do Ensino (MG) (1925-1935): organizar o ensino, formar o professorado. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 6, n. 1, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, jan./jun., 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100003>>. Acesso em: 03 out. 2025.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. In: *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Atlas histórico do Brasil: Afonso Penna. FGV CPDOC, 2016. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/afonso-penna>>. Acesso em 20 set. 2023.

WARDE, Mirian Jorge. Revistas de educação e ensino na historiografia da educação brasileira (1988 a 2021). In: WARDE, Mirian Jorge; OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de. *História da Educação: sujeitos, objetos e práticas*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2021.

WIRTH, J. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889- 1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FONTES

ARMOND, Honorio. O sentido da renovação. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 104, p. 48, jul. 1934.

CASANTA, Manuel. Jesus-Christo na escola. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 97, p. 48, 51, dez. 1933.

CASASANTA, Mario. A caminho do ideal. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 6, n. 78, p. 19, dez. 1932.

CASASANTA, Mario. Discurso do dr. Mario Casasanta. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 26, p. 80-83, out. 1928.

CASASANTA, Mario. A Pedagogia de Jesus Christo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 29, p. 80-85, jan. 1929.

CASASANTA, Guerino. A disciplina que nos convém. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 97, p. 28-33, dez. 1933

CASASANTA, Guerino. A Escola Ativa e a Escola Cristã. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 6, n. 78, p. 23-25, dez. 1932.

CASASANTA, Guerino. Noticiário: Semana de Educação em S. João Del-Rei. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 89, p. 38, jun. 1933.

CAMPOS, Francisco. Dois discursos memoráveis. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 32, p. 27, abr. 1929.

CATÃO, Alcides. *Revista do Ensino*, Ouro Preto, n. 1, Anno 1, p. 6, 9, set., 1889.

COSTA, Firmino. A Professora. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 27, p. 5, nov., 1928.

COSTA, Raul de Almeida. Trecho: discurso pronunciado na Escola Normal “N. Senhora de Lourdes”. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 98-99-100, p. 35, jan./mar. 1934.

CUNHA, Maria Luiza de Almeida. A vida de Jesus e o ensino do Catecismo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 6, n. 74, p. 13-20, out. 1932.

CUNHA, Maria Luiza de Almeida. A vida de Jesus e o ensino do Catecismo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 6, n. 75, p. 9-14, nov. 1932.

CUNHA, Maria Luiza de Almeida. A vida de Jesus e o ensino do Catecismo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 6, n. 76, p. 9-18, nov. 1932.

CURVELO, Raymundo de Almeida. Ensino Moderno e Religião. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 98-99-100, p. 42, jan./mar. 1934.

DELFINO, José. In: CATÃO, Alcides. *Revista do Ensino*, Ouro Preto, n. 1, Anno 1, p. 9, set., 1889.

DUTRA, Aymore'. Dona Ephigenia. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 5, n. 46, p. 52-56, jun. 1930.

FARIA, Luzia de Oliveira. A excursão na escola primária. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 106, p. 64, set. 1934.

GOMES, Leticia Chaves. Colaboração: disciplina escolar. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 82, p. 4-7, fev. 1933.

LIMA, Noraldino de. O ano de 1934 e a educação em Minas Geraes. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 109, p. 2-5, 8, dez. 1934.

LIMA, Noraldino de. O momento educacional em Minas. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 6, n. 78, p. 13, dez. 1932.

LIMA, Noraldino de. O momento educacional em Minas. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 79, p. 8, 13, jan. 1933.

LIMA, Noraldino de. Um hino à professora: do livro "O momento pedagógico". *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 98-99-100, p. 1, 38, 39, jan./mar. 1934.

MADUREIRA, J. Colaboração: palestrando com professores *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 92, p. 6-7, jul. 1933.

MAGALHÃES, Zina. Disciplina na liberdade. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 106, p. 29, set. 1934.

MASSENA, João. A nova orientação do Ensino Normal. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 29, p. 4, jan. 1929.

MISTRAL, Gabriela. Oração da Mestra. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n. 11, p. 33, fev. 1926.

MISTRAL, Gabriela. Oração do Mestre. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 95, p. 1-2, out. 1933.

NEGROMONTE, Álvaro. O momento educacional em Minas. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 80, p. 7, 9-10, jan. 1933.

OLIVEIRA, Alberto de. Lição de Pátria. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 3, n. 23, p. 515, out. 1927.

OLGA, Irmã. Escola Nova Christã. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 10, n. 128-133, p. 64-65, 76, jul./dez. 1936.

PARADAS, José Maria. *Daqui e dali*: a Escola Nova. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 79, p. 56-57, 59, jan. 1933.

REBÊLO, Mario. Decálogo do professor. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 101, p. 3, abr. 1934.

REVISTA DO Ensino. A Directoria da Instrucção. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1, mar. 1925.

REVISTA DO Ensino. A Escola Antiga, Escola Moderna. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 3, n. 23, p. 520-521, out., 1927.

REVISTA DO Ensino. A Revista do Ensino nas Escolas e nos Grupos. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 1, n. 7, p. 206-207, set., 1925.

REVISTA DO Ensino. Capa do n. 1. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, mar., 1925.

REVISTA DO Ensino. Capa do n. 10. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n. 10, jan., 1926.

REVISTA DO Ensino. Capa do n. 11. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n. 11, fev., 1926.

REVISTA DO Ensino. Capa do n. 12. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n. 12, mar., 1926.

REVISTA DO Ensino. Capa do n. 14. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n. 14, maio, 1926.

REVISTA DO Ensino. Capa do n. 16-17. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n. 16-17, jul./ago., 1926.

REVISTA DO Ensino. Capa do n. 19. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n. 19, dez., 1926.

REVISTA DO Ensino. Capa do n. 26. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 3, n. 26, out., 1928.

REVISTA DO Ensino. Capa do n. 98-99-100. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 98-99-100, jan.-mar., 1934.

REVISTA DO Ensino. Capa do n. 174-175. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 13, n. 174-175, maio-jun., 1940.

REVISTA DO Ensino. Capa do n. 134-135. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 11, n. 134-135, jan.-mar., 1937.

REVISTA DO Ensino. Capa do n. 158-163. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 13, nº158-163, jan.-jun., 1939.

REVISTA DO Ensino. Capa do nº 179. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 14, n. 179, maio, 1946.

REVISTA DO Ensino. Capa do nº 184. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 14, n. 184, jan.-mar., 1947.

REVISTA DO Ensino. Capa do nº 209. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 29, n. 209, jun., 1961.

REVISTA DO Ensino. Capa do nº 219. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 33, n. 219, dez., 1964.

REVISTA DO Ensino. I e II teams de basket-baal - Alumnas do III anno da Escola Normal Modelo. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 1, n. 8, out., p. 211, 1925.

REVISTA DO Ensino. Grupo Escolar de Curvello: director e corpo docente tendo á esquerda o inspector regional da circumscripção sr. Theodoro. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 1, n. 6, p. 157, ago., 1925.

REVISTA DO Ensino. Escola Normal de Juiz de Fora. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 4, n. 30, p. 95, fev. 1929.

REVISTA DO Ensino. Nossa Revista. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 98-99-100, p. 1, 2, jan.-mar., 1934.

REVISTA DO Ensino. Revista do Ensino. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n. 16-17, p. 344, jul./ago. 1926.

REVISTA DO Ensino. “Revista do Ensino”. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 14, n. 176, p. 3-4, jan.-fev., 1946.

REVISTA DO Ensino. Satisfação de agua parada. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 5, n. 42, p. 2, fev., 1930.

REVISTA DO Ensino. Sem título. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n. 16-17, p. 344, jul./ago., 1926.

REVISTA DO Ensino. Socializar a Escola. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 81, p. 40, jul. 1933.

SANTANA, Luiz Maria de. Colegio “Nº S. das Dores”: o discurso do exmo. Bispo Diocesano, que paraninfou a nova turma de normalistas, Bispo de Uberaba. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 97, p. 34-35, dez. 1933.

SANTIAGO, Alice de Andrade. A educação moral e a função da escola. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 8, n. 106, p. 16, set. 1934.

SANTOS, Lúcio José dos. Directoria da Instrucção. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 21-22, mar. 1925.

SANTOS, Lúcio José dos. Pedagogia da Obediência. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 2, n. 19, p. 403-404, dez. 1926.

SILVA, Zenite Feliz da; ROGEDO, Maria do Carmo. Grupo Escolar “Flavio dos Santos (Renascença), Capital. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 13, n. 164-169, p. 141, jul./dez 1939.

SILVEIRA, Victor. *Minas Geraes em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

SOUZA, Joaquim Silverio. Discurso de paraninfo aos diplomandos do Grupo Escolar de Diamantina. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 7, n. 79, p. 27, 29, 30, jan. 1933.

VALE, Eliseu Laborne e. Um toque de alvorada. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 13, n. 158-163, p. 6-7. jan./jun. 1939.

VAZ, Pedro. Daqui e Dali: Ser professor. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, v. 6, n. 78, p. 58, 59-62, dez. 1932.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Imprensa em Minas Gerais 1807-1897*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, p. 89, 1898.

ANEXO A

QUADRO 22 - Livros, capítulos e artigos sobre a Revista do Ensino (MG) (1925-1971)

Título do livro	Autor / Ano / Instituição	Editora	
O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino (MG) (1925–1940)	Biccas (2008) (USP)	Argvmentvm	
Monumentos ao/do saber, tempos de ensinar, escolarização e magistério: a institucionalização dos grupos escolares mineiros nas páginas da Revista do Ensino	Assis (2020) (UFF)	Pedro e João Editores	
Título do capítulo de livro	Autor / Ano / Instituição / Nome da editora	Nome do livro / editora	
Medida do ideário católico na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)	Coelho (2021) (UFU)	<i>Educação, História, Memória e Cultura em Debate</i> / editora FI	
A monumentalização do magistério e a institucionalização da escola pública primária mineira: um estudo sobre a Revista do Ensino (1925-1930).	Assis (2021) (UFU)	<i>Educação, História, Memória e Cultura em Debate</i> / editora FI	
Impresso pedagógico como objeto e fonte para a história da educação em Minas Gerais: Revista do Ensino (1925-1940)	Biccas (2006) (USP)	<i>História da Educação: ensino e pesquisa</i> / editora Autêntica	
Da revista à leitura: a formação dos professores e a conformação do campo pedagógico em Minas Gerais	Biccas (2002) (USP) / editoras: Autores Associados e EDUFU	<i>Novos temas em história da educação brasileira</i>	
Título do artigo em revista	Autor / Ano / Instituição	Nome da revista	Qualis da revista
Formação docente em Minas Gerais A ética docente nos preceitos da Revista de Ensino no cenário de 1925–1940	Ribeiro, Silva e Almeida (2022)	<i>Educação & Fronteiras</i>	A4
Incidência do ideário católico sobre a <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1925-1940)	Coelho (2021b) (UFU)	<i>Verum Revista de Iniciação Científica</i>	-
Memórias de aulas de Aritmética na <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1933-1940)	Britto e Gomes (2021) (UFMG)	<i>Revista de História da Educação Matemática</i>	B2
A sistematização de saberes para ensinar Aritmética na <i>Revista do Ensino</i> de Minas Gerais (1928-1930)	Michel Júnior e Costa (2021) (UFSC)	<i>Revista REAMEC</i>	A3
A imprensa pedagógica como fonte de pesquisa: o ensino profissional na <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1925 – 1930)	Coelho (2020) (UFU)	<i>Brazilian Journal of Development</i>	B2
História da educação Matemática na <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1925 – 1971)	Britto e Gomes (2019) (UFMG)	<i>Zetetiqué Revista de Educação Matemática</i>	A2
O ensino de arte na Escola Nova em Minas Gerais na perspectiva da <i>Revista do Ensino</i> entre os anos de 1927 e 1933	Pereira (2018) (Universidade do Porto e IFMG)	<i>Cadernos de História da Educação</i> (2018)	A2

A presença da matemática na <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1927 e 1928)	Britto e Gomes (2016) (UFMG)	<i>ENAPHEM</i>	I
Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da <i>Revista do Ensino</i> (1929 – 1930)	Rodrigues e Bicas (2015) (UEM)	<i>Acta Scientiarum Education</i>	A2
“Tudo presta a quem tudo precisa”: os discursos sobre a escolarização da infância pobre presentes na “ <i>Revista do Ensino</i> ” de Minas Gerais (1925–1930)	Guimarães (2013) (UFSJ)	<i>Revista Brasileira de História da Educação</i>	A1
O discurso médico sobre a educação da infância pobre veiculado pela <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1925 – 1930)	Guimarães (2011b) (UFSJ)	<i>Cadernos de História da Educação</i>	A2
O discurso moral sobre a educação da infância pobre presente na <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1925 – 1930)	Abreu Júnior e Guimarães (2011) (UFSJ)	<i>Cadernos de Pesquisa em Educação</i>	B2
Educação física na <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1925–1935) organizar o ensino, formar o professorado	Vago (2006) (UFMG)	<i>Revista Brasileira de História da Educação</i>	A1
O discurso veiculado pelos editoriais da <i>Revista do Ensino (MG)</i> (1925 – 1970): modelando professoras	Assunção (2006) (UFMG)	<i>Revista LES Linguagens, Educação e Sociedade</i>	A3
“A Voz” e “a Voz da Prática”: a <i>Revista do Ensino</i> como estratégias de formação de professores em Minas Gerais (1925 – 1930)	Bicas (2005) (USP)	<i>Cadernos de História da Educação</i>	A2
Modernização, democracia e caráter nacional da educação em Minas Gerais, pela análise da <i>Revista do Ensino</i> . 1925 a 1929	Borges (2002) (UFU)	<i>Educação e Filosofia</i>	A2

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa.

É possível perceber que além das teses e dissertações produzidas, a *Revista do Ensino* continuou suscitando novas pesquisas acadêmicas que foram as expostas no quadro acima. Na maioria desses livros e capítulos de livros, os autores escolheram boas editoras, publicando também seus artigos em revistas de alto *qualis* para divulgarem seus estudos. Percebeu-se que os artigos foram majoritariamente publicados em periódicos científicos de Qualis Capes A, com uma revista A4, seis A2; duas A1; duas A3; e três B2. Isso demonstra que os autores escolheram periódicos bem qualificados quando estavam no ensino superior, com a maioria vinculada às universidades federais, já que dos 15 artigos em revista listados, 13 autores estavam vinculados às instituições federais quando houve a publicação.

ANEXO B

QUADRO 23 - Primeiras revistas educacionais criadas na Região Norte

Nome	Ciclo de vida	Cidade/Estado	Outras informações
<i>Revista de Educação e Ensino</i>	1891-1895	Belém/PA	Revista pedagógica. Diretor: Octávio Pires, e Redator: Barroso Rebello
<i>Escola: Revista Oficial do Ensino</i>	1900-1935	Belém/PA	Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado do Pará
<i>A Escola: revista oficial do ensino</i>	1902-?	Estado do Pará	Financiada pelo estado
<i>Ensino Primário</i>	1910-?	Estado do Pará	(sem informações)
<i>Revista do Ensino (PA)</i>	1911-1919	Belém/PA	Produzida por um desembargador com apoio do governo estadual
<i>O Ensino</i>	1919-?	Estado do Pará	Revista pedagógica
<i>Revista do Ensino (AM)</i>	1920-1920	Manaus/AM	Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado do Amazonas

Fonte: (BASTOS, 2002a; WARDE, 2021; CATANI, 1996)

QUADRO 24 - Primeiras revistas educacionais da Região Nordeste do Brasil

Nome	Ciclo de vida	Cidade/Estado	Outras informações
<i>Revista da Instrução Pública</i>	1854-1861 1870-1873	Estado da Bahia	Instrução Pública do Estado da Bahia. Era editada por Sacramento Blake, o então diretor da Instrução Pública da Bahia. Periódico oficial destinado exclusivamente ao desenvolvimento da instrução popular, publicação quinzenal, cujo custeio vinha da assinatura de professores.
<i>A Escola: Revista Científica, Litteraria e Noticiosa</i>	1880-1880	Estado da Bahia	Propriedade do Grêmio Normalístico. Tinha como redator-gerente: Ezequiel Britto, os demais redatores eram Anísio Vianna, Leopoldo Reis e Argollo Castro. Revista quinzenal, com assuntos relativos à instrução pública do estado
<i>Revista do Ensino Primário</i>	1892-1893	Salvador/BA	Três professores
<i>Revista de Educação</i>	1927-1928	Caetité/BA	Orgam da Escola Normal de Caetité-Bahia
<i>Revista do Ensino (PB)</i>	1932-1942	João Pessoa/PB	Diretoria do Ensino Primário o Estado da Paraíba
<i>O Grêmio dos Professores Primários</i>	(não informado)	Recife/PE	Publicação quinzenal
<i>A Escola</i>	1883-1892	Maceió/AL	Sob a Direcção da Sociedade Recreio Cientifico no Collegio Bom Jesus. Possui 4 exemplares que circularam de abril de 1883 a 1892
<i>Revista do Ensino (AL)</i>	1927-1931	Maceió/AL	Orgam Oficial da Directoria Geral da Instrucção Publica de Alagoas
<i>A Primavera</i>	1879-?	Estância/SE	Periódico literário, instrutivo e chistoso (engraçado, jocoso). Publicava em dias indeterminados. Era propriedade e redação de José Leão dos Santos Filho
<i>Ensino Primário</i>	1910-1910	Estado da Paraíba	Circulou de janeiro a dezembro de 1910

<i>Revista Pedagógica</i>	1917-1919	Estado do Ceará	Circulou de março de 1917 a maio de 1919
<i>Revista Pedagogium</i>	1921-1927	Natal/RN	Associação dos Professores do Estado do Rio Grande do Norte
<i>Educação Nova</i>	1932-?	Fortaleza/CE	Diretoria de Instrução Pública do Estado do Ceará

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa, e outros derivados de Warde (2021) e Bastos (2002b)

QUADRO 25 - Primeiras revistas educacionais da Região do Centro-Oeste

Nome	Ciclo de vida	Cidade/Estado	Outras informações
<i>Revista Mato Grosso</i>	1907-1915	Cuyabá/MT	Escolas Profissionais Salesianas. Revista de ciências, letras, artes e variedades, periodicidade mensal. Circulou de janeiro de 1907 a fevereiro de 1915
<i>Revista de Educação</i>	1937-1962	Goiânia-GO	Órgão da Diretoria Geral do Interior. Imprensa Oficial de Goiás. Diretor: Vasco do Reis Gonçalves, e o redator era Professor Gentil Augusto Lino.

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa e de Warde (2021).

QUADRO 26 - Primeiras revistas e outros periódicos educacionais da Região Sul do Brasil

Nome	Ciclo de vida	Cidade/Estado	Outras informações
<i>O Guaíba</i>	1856-1857	Porto Alegre/RS	Periódico literário, instrutivo e educativo. Tipografia Brasileira-Alemã. Sob a direção de Carlos Jansen e João V. de Abreu e Silva. Periódico literário, instrutivo e educativo
<i>Eco do Estudante</i>	1957-1983	Três de Maio/RS	Escola Normal Rural Getúlio Vargas
<i>Aurora Literária</i>	1875-1876	Porto Alegre/RS	Órgão da Sociedade Fraternidade Escolástica, Grêmio dos alunos de Fernando Gomes
<i>A Escola</i>	1876-?	Porto Alegre/RS	Instituto Brasileiro. Dirigida por professores, e redigida por alunos do Instituto Brasileiro, sob a responsabilidade de Apolinário Porto Alegre
<i>Revista Mensal da Instrução Pública: da Província do Rio Grande do Sul.</i>	1876-1877	Porto Alegre/RS	Em colaboração com o Jornal do Commercio.
<i>Revista Mensal da Sociedade Culto às Letras</i>	1880-1881	Porto Alegre/RS	Órgão da Sociedade Científica e Literária Culto às Letras, dos alunos da Escola Militar
<i>A Luz</i>	1883-?	Porto Alegre/RS	Ginásio São Pedro. Publicação científico-literária dos alunos do Ginásio São Pedro
<i>A Lira</i>	1885-?	Porto Alegre/RS	Instituto Normal de Porto Alegre. Periódico produzido pelos alunos do Instituto Normal.
<i>O Pampeiro</i>	1886-?	Porto Alegre/RS	Club Acadêmico dos alunos da Escola Militar. Revista mensal
<i>O Sete de Setembro</i>	1887-?	Porto Alegre/RS	Órgão oficial do Grêmio Literário Fagundes Varela. Produzida pelos alunos do Ginásio São Pedro
<i>Revista União Acadêmica</i>	1889-1892	Porto Alegre/RS	Periódico dos alunos da Escola Militar.

<i>O Phanal</i>	1893-?	Porto Alegre/RS	Escola Brasileira. Redigido por alunos da Escola Brasileira.
<i>A Escola</i>	1896-?	Porto Alegre/RS	Periódico dos cadetes da Escola Militar
<i>Revista Sul-Riograndense</i>	1898-?	Porto Alegre/RS	Periódico científico e literário
<i>Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul</i>	1901-1939	Estado do Rio Grande do Sul	Associação dos Professores Evangélicos
<i>A Escola</i>	1902-?	Estado do Paraná	Publicação do Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná
<i>Escola</i>	1906-1921	Curitiba/PR	Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná
<i>Revista de Ensino Primário</i>	1922-1922	Florianópolis/SC	Directoria Geral da Instrução Publica do Estado de Santa Catharina. Fundada em 1922 para comemorar o primeiro centenário da independência nacional
<i>O Estudo</i>	1922-1931	Porto Alegre/RS	Produzida pelas alunas do Grêmio de Estudantes da Escola Complementar/Normal de Porto Alegre/RS.
<i>O Estudo</i>	1930-1931	Porto Alegre/RS	Instituto de Educação de Porto Alegre. Era produzida pelos alunos do Instituto de Educação de Porto Alegre e circulou de agosto de 1930 a setembro de 1931
<i>Revista do Ensino (RS)</i>	1939-1942 1951-1978 1989-1992	Porto Alegre/RS	Órgão de divulgação sob o patrocínio da Secretaria de Educação e Saúde do Rio Grande do Sul (SESP/RS)
<i>Estudos</i>	1940-1977	Porto Alegre/RS	Órgão da Associação de Professores Católicos do Rio Grande do Sul.
<i>FEUPA</i>	1945-1946	Porto Alegre/RS	Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre.
<i>Voz da Serra (A)</i>	1946-1950	Cerro Azul (Largo)/RS	Alunos da Escola Normal Rural La Salle

Fonte: Sistematização de dados da pesquisa, e outros de Warde (2021), Bastos (2002b), e Fraga (2013).

ANEXO C

QUADRO 27 - Levantamento geral dos 120 textos católicos na *Revista do Ensino* (1925–1940)

Ano	nº	Articulista	Título do conteúdo	Endereço das páginas (quantas ocupavam)	Nome da Seção
1925	nº 1	Lúcio José dos Santos	<i>O individualismo e a auctoridade em educação.</i> Por Lucio José dos Santos (Trechos de uma conferência realizada em S. Paulo, em 1918)	p. 2-4 (3 páginas com alguns trechos católicos)	-
1925	nº 2	Lúcio José dos Santos	<i>O individualismo e a auctoridade em educação.</i> Por Lucio José dos Santos (continuação)	p. 36-37 (2 páginas com alguns trechos católicos)	Pedagogia
1925	nº 3	Lúcio José dos Santos	<i>O individualismo e a auctoridade em educação.</i> (continuação)	p. 49-51 (3 páginas com alguns trechos católicos)	-
1925	nº 4	A. Fusinato, e Arduino Bollivar	<i>Ave Maria (poesia)</i>	p. 96 (1 página de puro conteúdo católico)	-
1925	nº 8	Amellia de Rezende Martins	<i>Crucifixo</i>	p. 219-224 (6 páginas de puro conteúdo católico)	-
1926	nº 11	Gabriela Mistral	<i>Oração da Mestra</i>	p. 33 (1 página de conteúdo católico)	-
1926	nº 16-17	Revista do Ensino	D. Bosco	p. 249-250 (2 páginas com alguns trechos católicos)	<i>Os grandes nomes da Pedagogia</i>
1926	nº 16-17	Revista do Ensino	Sem título	p. 344 (trecho católico)	-
1926	nº 18	Revista do Ensino	<i>João Batista de La Salle (1651-1719)</i>	p. 345-346 (2 páginas de puro conteúdo católico)	<i>Os grandes nomes da Pedagogia</i>
1926	nº 18	Presidente Antônio Carlos	<i>Palavras do Presidente Antônio Carlos no banquete de Barbacena</i>	p. 346 (trecho católico)	-
1926	nº 18	Lúcio José dos Santos	<i>Disciplina e Liberdade</i>	p. 351 (trecho católico)	-
1926	nº 18	Presidente Antônio Carlos	<i>Palavras do Presidente Antônio Carlos no banquete de Barbacena</i>	p. 359 (trecho católico)	-
1926	nº 19	Lúcio José dos Santos	<i>Pedagogia da Obediência</i>	p. 403-404 (2 páginas de puro	-

				conteúdo católico)	
1927	nº 23	Alberto de Oliveira	<i>Lição da Pátria</i>	p. 515 (1 página de puro conteúdo católico)	-
1928	nº 26	Mario Casasanta	<i>Discurso do dr. Mario Casasanta</i>	p. 80-83 (3 páginas com alguns trechos católicos)	-
1928	nº 27	Guerino Casasanta	<i>O menino</i>	p. 11 (trecho católico)	-
1928	nº 28	Firmino Costa	<i>As professoras</i>	p. 9-11 (trechos católicos)	-
1929	nº 29	Mario Casasanta	<i>A Pedagogia de Jesus Christo</i> (Discurso proferido pelo sr. dr. Mario Casasanta, inspector geral da instrucção, como paranympho, da turma de normalistas do 2º Grau, no Collegio Sagrado de Jesus, em dezembro de 1928)	p. 80-85 (5 páginas de puro conteúdo católico)	-
1929	nº 30	Bispo de Pouso Alegre Octavio Chagas de Miranda	<i>A palavra de um Bispo</i>	p. 87 (1 página de puro conteúdo católico)	<i>Daqui e Dali</i>
1929	nº 30	Mario Casasanta	<i>Apello ao episcopado</i>	p. 87 (1 página de puro conteúdo católico)	<i>Daqui e Dali</i>
1929	nº 30	Bispo de Pouso Alegre Octavio Chagas de Miranda	<i>A palavra de um Bispo</i>	p. 88-90 (3 páginas de puro conteúdo católico)	<i>Daqui e Dali</i>
1929	nº 30	Revista do Ensino	<i>Escola Normal de Juiz de Fora</i>	p. 95 (trecho católico)	<i>Daqui e Dali</i>
1929	nº 30	Revista do Ensino	<i>Horário. Número de aulas por semana, de cada matéria</i>	p. 101-102 (trecho indicando quantas aulas de ensino religioso no 1º, 2º e 3º ano)	<i>Actos Officiaes</i>
1929	nº 32	Francisco Campos	<i>Dois discursos memoraveis</i>	p. 25-30 (6 páginas com alguns trechos católicos)	-
1929	nº 33	Mario Casasanta	<i>Para o trabalho</i>	p. 30 (trecho católico)	-
1929	nº 36	Mario Casasanta	<i>Christianismo – Renascença Seculo XVI</i>	p.75	-

				(trecho católico)	
1929	nº 36	Revista do Ensino	<i>A aula da escola activa</i>	p. 83 (trecho católico)	-
1930	nº 43	Romeu Venturelli	<i>Religião</i>	p. 54 (1 página só de conteúdo católico)	<i>A Voz da Pratica</i>
1930	nº 44	Cornelia Goulart	<i>Religião</i>	p. 100 (1 página só de conteúdo católico)	<i>A Voz da Pratica</i>
1930	nº 45	Oscar Arthur Guimarães	<i>Escola Nova</i> (Palavras pronunciadas na Escola Normal de Juiz de Fora)	p. 70-71 (2 páginas de puro conteúdo católico)	<i>A Voz da Pratica</i>
1930	nº 46	Aymore' Dutra	<i>Dona Ephigenia</i>	p. 52-56 (texto sobre uma professora aposentada que é católica)	-
1930	nº 50-51-52	Leticia Chaves Campos	<i>Primeira Missa</i>	p. 48-59 (12 páginas de puro conteúdo católico)	-
1931	nº 62-63-64	Noraldino de Lima	<i>No Collegio da Imaculada Conceição de Itapecerica</i> O discurso de paraninfo, proferido pelo dr. Noraldino de Lima, secretario da Educação e Saude Publica	p. 1-10 (contém 1 trecho católico)	-
1931	nº 62-63-64	Revista do Ensino	<i>A educação elementar deve ficar a cargo dos estados, dos municípios e da iniciativa privada, sob a regulamentação e fiscalização daqueles, aos quais devem ser conferidos poderes para determinar o modo de participação dos municípios e dos cidadãos na obra da educação popular.</i>	p. 16 (trecho católico)	-
1932	nº 65-66-67	Revista do Ensino	<i>A primeira missa</i>	p. 134-136 (3 páginas de puro conteúdo católico)	-
1932	nº 65-66-67	Revista do Ensino	<i>A segunda missa</i>	p. 141-145 (5 páginas de puro conteúdo católico)	-
1932	nº 74	D. Maria Luiza de Almeida Cunha	<i>A vida de Jesus e o ensino do catecismo:</i> com aprovação eclesiástica.	p. 13-20 (8 páginas de puro conteúdo católico)	-
1932	nº 75	D. Maria Luiza de	<i>A vida de Jesus e o ensino do catecismo:</i> com aprovação eclesiástica (continuação)	p. 9-14 (7 páginas de puro	-

		Almeida Cunha		conteúdo católico)	
1932	nº 75	A.M. M.	Notas e comentários: motivar e corrigir	p. 18 (trecho católico)	-
1932	nº 76	D. Maria Luiza de Almeida Cunha	<i>A vida de Jesus e o ensino do catecismo:</i> com aprovação eclesiástica (conclusão)	p. 9-18 (10 páginas de puro conteúdo católico)	-
1932	nº 77	Marie Fargues	<i>Catecismo</i>	p. 68-82 (15 páginas de puro conteúdo católico)	<i>Traduções</i>
1932	nº 78	Noraldino de Lima	<i>O momento educacional em Minas:</i> Discurso de paraninfo às diplomandas do Colégio “Nº S. das Dores” de São João D’el-Rei”	p. 8 (trecho católico)	<i>Colaboração</i>
1932	nº 78	Mario Casasanta	<i>A caminho do ideal.</i>	p. 18-19 (2 páginas só de conteúdo católico)	<i>Colaboração</i>
1932	nº 78	Guerino Casasanta	<i>A Escola Ativa e a Escola Cristã</i> Discurso de paraninfo às diplomandas do Colégio “Nº S. Auxiliadora”, de Ponte Nova	p. 19-25 (7 páginas de puro conteúdo católico)	<i>Colaboração</i>
1932	nº 78	Mauricio Murgel	<i>Discurso de paraninfo às diplomandas do Colégio “Sagrado Coração de Jesus”, da Capital</i>	p. 25-31 (contém 1 trecho católico)	<i>Colaboração</i>
1932	nº 78	Marie Fargues	<i>CATECISMO</i> (conclusão)	p. 40-52 (12 páginas de puro conteúdo católico)	<i>Traduções</i>
1932	nº 78	Pedro Vaz	<i>Ser professor</i>	p. 58-62 (texto implicitamente católico)	<i>Daqui e Dali</i>
1933	nº 79	Noraldino de Lima	<i>O momento educacional em Minas</i>	p. 6-12 (13 páginas que contém muitos trechos católicos)	<i>Da Redação</i>
1933	nº 79	D. Joaquim Silverio de Souza Arcebispo de Diamantina	<i>Discurso de paraninfo aos diplomandos do Grupo Escolar de Diamantina.</i>	p. 20-30 (11 páginas de puro conteúdo católico)	-
1933	nº 79	José Maria Paradas	<i>A Escola Nova</i> Conferência realizada no Grupo Escolar “Dr. W Braz”, de Baependi-MG	p. 54-59 (trecho católico)	<i>Daqui e dali</i>
1933	nº 80	Padre Álvaro Negromonte	<i>O momento educacional em Minas.</i> Discurso às diplomandas da Escola Normal Oficial de Belo-Horizonte	p. 3-10 (8 páginas de puro conteúdo católico)	-

1933	nº 81	Revista do Ensino	<i>Educação Moral na Escola</i>	p. 40 (trecho católico)	Noticiário
1933	nº 81	Revista do Ensino	<i>A Parábola dos Dez Talentos</i>	p. 41 (página católica)	Noticiário
1933	nº 81	Revista do Ensino	<i>Socializar a Escola</i>	p. 42 (trecho católico)	Noticiário
1933	nº 82	Leticia Chaves Gomes	Disciplina escolar	p. 4-7 (4 páginas contendo trechos católicos)	Colaboração
1933	nº 89	Guerino Casasanta	Semana de Educação em S. João Del-Rei	p. 36-39 (4 páginas contendo trechos católicos)	Noticiário
1933	nº 90-91	Guerino Casasanta	<i>O Curso de Aperfeiçoamento para Religiosas</i> : Falando A TRIBUNA o professor Guerino Casasanta Inspetor Geral da Instrução Pública, diz que o curso para religiosas é um sinal da vitalidade da reforma do ensino	p. 29-38 (12 páginas de puro conteúdo católico)	Notas e Comentários
1933	nº 92	J. Madureira	Palestrando com professores	p. 5-7 (Dessas 3 páginas só as 2 últimas têm conteúdo católico)	Colaboração
1933	nº 92	Leonilda Montandon	<i>Educação moral nas escolas</i>	p. 26-29 (4 páginas com trechos católicos)	Colaboração
1933	nº 92	João Rezende da Costa	<i>Confrontando e concluindo</i>	p. 47 (trecho católico)	Colaboração
1933	nº 93	José Alfredo Gomes	<i>A Escola Domestica de Brazopolis</i> . (Conferencia pronunciada na Escola Domestica de Brazopolis por ocasião das reuniões dos assistentes tecnicos do ensino)	p. 5-21 (17 páginas que contém alguns trechos católicos)	Colaboração
1933	nº 94	Maria Luiza de Almeida da Cunha	<i>O conceito cristão da educação</i> (Traduzido da Femme Belge. nº3 maio-junho 1933)	p. 41-46 (6 páginas de puro conteúdo católico)	Colaboração
1933	nº 94	Dom Joaquim Silverio de Souza	<i>NOTICIARIO: deve a Escola Nova renegar a escola tradicional?</i> Conferencia de Dom Joaquim Silverio de Souza, Arcebispo de Diamantina, na Escola de Aperfeiçoamento, poucos dias antes do seu falecimento	p. 49-67 (19 páginas de puro conteúdo católico)	Noticiário
1933	nº 95	Gabriela Mistral	<i>Oração do Mestre</i>	p. 1-2 (2 páginas de puro conteúdo católico)	Redação
1933	nº 97	Noraldino de Lima	<i>A colação de grau da turma de 1933 do Colégio Imaculada Conceição</i> : o	p. 8-12 (5 páginas contendo muitos	Colaboração

			discurso pronunciado pelo do dr. Noraldino de Lima como paraninfo	trechos católicos)	
1933	nº 97	Noraldino de Lima	<i>Colação de grau das alunas da Escola Normal Oficial, de Formiga</i> (Discurso do dr. Noraldino de Lima)	p. 13-18 (6 páginas contendo alguns trechos católicos)	Colaboração
1933	nº 97	Noraldino de Lima	<i>Colação de grau na Escola Normal de S. Gonçalo do Sapucaí: o discurso do dr. Noraldino de Lima</i>	p. 27 (trecho católico)	Colaboração
1933	nº 97	Guerino Casasanta	<i>A disciplina que nos convém</i> (Discurso do paraninfo pronunciado no Colégio Sagrado Coração, da Capital, em 10/12/33)	p. 28-33 (7 páginas só de conteúdo católico)	Colaboração
1933	nº 97	Bispo Diocesano Frei Luiz Maria de Santana	<i>Colegio “Nº S. das Dores”</i> O discurso do exmo. bispo diocesano, que paraninfo a nova turma de normalistas Bispo de Uberaba	p. 34-46 (13 páginas de puro conteúdo católico)	Colaboração
1933	nº 97	Manuel Casasanta	<i>Jesus-Christo na escola</i> Discurso do paraninfo, como representante do sr. Guerino Casasanta, Inspetor Geral da Instrução, às diplomandas do Colégio “Santos Anjos”, de Varginha	p. 47-51 (5 páginas de puro conteúdo católico)	Colaboração
1934	nº 98-99-100	Raul de Almeida Costa	<i>Trecho de discurso.</i> Discurso pronunciado na Escola Normal Nº Senhora de Lourdes, em 1933, pelo Assistente técnico Raul de Almeida Costa, paraninfo.	p. 34-35 (2 páginas de conteúdo católico)	Colaboração
1934	nº 98-99-100	Noraldino de Lima	<i>Um hino à professora: do livro O momento pedagógico.</i> do dr. Noraldino de Lima, extraímos este trecho, delicado tributo do carinho e do entusiasmo do Secretário da Educação pelas educadoras mineiras.	p. 38-39 (2 páginas com muitos trechos católicos)	Colaboração
1934	nº 98-99-100	Cônego Raymundo de Almeida Curvelo	<i>Ensino moderno e Religião</i> Discurso pronunciado pelo Rvdm. Cônego Raymundo de Almeida Curvelo em Curvelo, na qualidade de paraninfo das diplomandas da Escola Normal Orfanato Santo Antonio	p. 40-46 (7 páginas de puro conteúdo católico)	Colaboração
1934	nº 101	Mario Rebêlo	<i>Decálogo do professor</i>	p. 2 (trecho católico)	Colaboração
1934	nº 102	Noraldino de Lima	<i>Um livro para os mestres</i>	p. 2-10 (trecho católico)	Redação
1934	nº 102	João Batista Santiago	<i>A divulgação dos ideais da escola renovada</i>	p. 11-13 (3 páginas contendo alguns trechos católicos)	Colaboração
1934	nº 102	Luzia de Oliveira Faria	<i>A excursão na escola primária</i>	p. 64 (trecho católico)	Colaboração
1934	nº 104	Alice de Andrade Santiago	<i>A personalidade em formação e a responsabilidade do educador</i>	p. 16 (trecho católico)	Colaboração

1934	nº 104	Honorio Armond	<i>O sentido da renovação</i>	p. 42-48 (7 páginas de conteúdo católico)	Colaboração
1934	nº 104	Alcina Lana	<i>Um projeto interessante</i>	p. 115 (trecho católico)	Colaboração
1934	nº 105	Lombardo Radice	<i>Adolpho Ferrière e a Escola Ativa</i>	p. 42-47 (6 páginas que defendem a Escola Nova contendo alguns trechos católicos)	Traduções
1934	nº 106	Alice de Andrade Santiago	<i>A educação moral e a função da escola</i>	p. 12-16 (5 páginas com muitos trechos católicos)	Colaboração
1934	nº 106	Zina Magalhães	<i>Disciplina na liberdade</i>	p. 29 (trecho católico)	Colaboração
1934	nº 109	Noraldino de Lima	<i>O ano de 1934 e a educação em Minas Geraes</i>	p. 1-40 (de 40 páginas, 4 páginas com muitos trechos católicos)	Redação
1934	nº 109	Nair Starling	<i>Estudo em torno das emoções</i>	p. 57 (trecho católico)	Colaboração
1934	nº 109	Irene Lustosa	<i>Influencias das leituras sobre as composições das creanças</i> Experiencia realizada numa classe de 3º anno do Grupo Escolar “João Pessoa”, da Capital	p. 75 (trecho católico)	Colaboração
1934	nº 109	Maria de Lourdes Paula	<i>A primavera</i>	p. 76 (trecho católico)	Colaboração
1934	nº 109	Maria da Conceição Lopes	<i>A primavera</i>	p. 76 (trecho católico)	Colaboração
1934	nº 109	Maria da Conceição Paiva	<i>A primavera</i>	p. 77 (trecho católico)	Colaboração
1934	nº 110	Gabriela Monteiro de Carvalho	<i>A philosophia da educação phisica</i>	p. 69-71 (3 páginas contendo trechos católicos)	Colaboração
1935	nº 116-117	Nair Starling	<i>Estudo em torno das emoções</i>	p. 51 (trecho católico)	Colaboração
1935	nº 116-117	Ignacia Ferreira Guimarães	<i>Introdução ao Programma de Educação e Saúde</i>	p. 137-138 (trecho católico)	Transcrições
1935	nº 118	Waldemar Tavares Paes	<i>Semana da Pátria</i>	p. 201-203 (3 páginas de conteúdo católico)	Colaboração

1935	nº 119	Maria Luzia de Almeida Cunha	<i>A Influência da religião na educação da criança</i>	p. 5-19 (15 páginas de puro conteúdo católico)	Colaboração
1935	nº 120- 121	Dr. J. Bonnifacio Olinda de Andrade	<i>O ensino normal</i> Por dr. J. Bonnifacio Olinda de Andrade (Discurso promnunciado na solenidade da collação de grau das displomandas de 1935 pela Escola Normal de Juiz de Fora)	p. 113-119) (7 páginas contendo alguns trechos católicos)	Colaboração
1935	nº 120- 121	Monsenhor Arthur de Oliveira	<i>Allocução pronunciado pelo Revdmo. Monsenhor Arthur de Oliveira reitor do Gymnasio Mineiro de Bello Horizonte, após a missa campal celebrada no Parque Municipal de Bello Horizonte, e que constituiu o primeiro acto da Semana da Educação Rural</i>	p. 127-133 (8 páginas de puro conteúdo católico)	Colaboração
1935	nº 120- 121	Maria Aracy Lessa	<i>O papel do clero na ruralização do ensino</i>	p. 230-237 (8 páginas de puro conteúdo católico)	Colaboração
1936	nº 122- 123	Lucio José dos Santos	<i>Theoria da Educação segundo Santo Thomaz de Aquino</i>	p. 5-17 (13 páginas que contém muitos trechos católicos)	Colaboração
1936	nº 125- 126- 127	Amelia da Matta Machado	<i>Notas sobre Alberto Torres (Adaptação)</i>	p. 9-23 (13 páginas que contém muitos trechos católicos)	Colaboração
1936	nº 128- 133	Dulce Botelho Junqueira	<i>Uma interpretação da Escola Nova</i>	p. 45-47 (3 páginas que contém muitos trechos católicos)	Colaboração
1936	nº 128- 133	Irmã Olga	<i>Escola Nova Christã (palestra realizada no grupo escolar de Araguary)</i>	p. 64-76 (13 páginas de puro conteúdo católico)	Colaboração
1937	nº 134- 136	M. Lourdes Borges de Souza Barros	<i>Aulas de religião</i>	p. 64-65 (2 páginas de puro conteúdo católico)	Colaboração
1937	nº 137- 139	Alaide Lisboa	<i>Anchieta educador</i>	p. 7-23 (17 páginas de puro conteúdo católico)	Colaboração
1937	nº 140- 142	Revista do Ensino	<i>Monografia de uma classe escolar de Belo Horizonte (Boletim Nº 9)</i>	p. 158 (trecho católico)	Noticiário
1938	nº 148	Abel Fagundes	<i>Acêrca de Livros... Quadros iluminados: edição da Companhia Melhoramentos</i>	p. 114-115 (trechos católicos)	Colaboração

1938	nº 149- 151	Viriato Fonseca	<i>Traçando um destino</i>	p. 189 (trecho a favor da religião)	Colaboração
1938	nº 149- 151	Abel Fagundes	<i>Acêrca de Livros...</i>	p. 195-200 (11 páginas de puro conteúdo católico)	Colaboração
1938	nº 152- 154	Ana Nunes Horta	<i>Plano de excursão</i> : Professora Ana Nunes Horta (Classe do 4º Ano A, do Grupo Escolar de Mariana)	p. 7 (trecho católico)	Colaboração
1938	nº 152- 154	Rosa Malvini	<i>Plano de excursão</i> Professora Rosa Malvini (Classe do 4º Ano A, do Grupo de Mariana)	p. 10 (trecho católico)	Colaboração
1938	nº 152- 154	Consuelo de Jesus Falci	<i>Plantio do Trigo</i> (Projeto executado pela classe do 4º ano, do grupo escolar “Aurelio Pires”, de Gouvêa [...] Diamantina, iniciado em março de 1937 e finalizado em março de 1938) (p. 15) <i>Nosso trabalho, nosso trigo, nossa hóstia, nosso Deus</i> (p. 20-27)	p. 15 (trecho católico) p. 20-27 (8 páginas de puro conteúdo católico)	Colaboração
1938	nº 152- 154	Célica Silva de Pontet e Ema Lareu	<i>Programas Escolares</i> Diretrizes para a formação do caráter da criança	p. 67 (trecho católico)	Colaboração
1938	nº 152- 154	Celso Kelly	<i>A educação e a ordem</i> Conferência pronunciada pelo Dr. Celso Kelly, na Associação Brasileira de Educação. Respeito a religião	p. 111-112 (trecho católico)	Transcrições
1938	nº 155- 157	Revista do Ensino	<i>Em nossas escolas</i> (Da Inspeção Técnica do Departamento de Educação)	p. 246 (trecho católico)	Colaboração
1939	nº 158- 163	Eliseu Laborne e Vale	<i>Um toque de alvorada</i> Alocução proferida ao microfone da Rádio Inconfidência, ao ensejo da reabertura da hora educativa, na P.R.I. 3).	p. 3-7 (5 páginas com trechos implicitame nte católicos)	Colaboração
1939	nº 158- 163	Teobaldo Miranda Santos	<i>A pedagogia moderna e a educação cristã</i>	p. 94-108 (15 páginas de puro conteúdo católico)	Transcrições
1939	nº 164- 169	Zenite Feliz da Silva e Maria do Carmo Rogedo	<i>Grupo Escolar Flavio dos Santos (Renascença), Capital</i>	p. 141 (trecho católico)	Colaboração
1939	nº 164- 169	Maria Suzel de Pádua	<i>Escola Normal “N. S. Auxiliadora”, de Ponte Nova</i>	p. 153 (trecho católico)	Colaboração
1939	nº 164- 169	Maria Suzel de Pádua	<i>Instituto Pestalozzi, da Capital</i>	p. 186 (trecho católico)	Colaboração
1939	nº 164- 169	Consuelo de Jesus Falci	<i>Grupo escolar “Aurélio Pires” de Gouvêa, município de Diamantina</i>	p. 190-192 (3 páginas contendo alguns trechos católicos)	Colaboração

1940	nº 170- 172	Eliseu Laborne e Vale	<i>O Jubileu do “Mestre Chico”</i>	p. 47-50 (4 páginas contendo alguns trechos católicos)	<i>Homenagem</i>
-------------	-------------------	-----------------------------	------------------------------------	---	------------------

ANEXO D

QUADRO 28 - Levantamento dos trechos católicos endereçados às professoras, e às normalistas na *Revista do Ensino* (1925-1940)

Ano	nº	Articulista	Título / fragmento / página
1926	nº 11	Gabriela Mistral	<i>Oração da Mestra</i> (texto citado no corpo do capítulo 3)
1928	nº 26	Mario Casasanta	<i>Discurso do dr. Mario Casasanta</i> “Senhoras professoras [...] Encarae a vossa escola com aquele espirito superior com que se deve encarar as coisas sagradas [...] esforçai-vos por conservar dentro de vós como um fogo sagrado, de que sois sacerdotisas, as santas esperanças [...] Não leveis a vossa tarefa como uma cruz a carregar. A tarefa de ensinar está longe de ser Calvário, quando ensinava Jesus, escolhia o caminho de flores, as águas mais bonançosas e mais risonhas [...] Não leveis a vossa tarefa como uma cruz pesada [sic] (p. 80-83)
1928	nº 28	Firmino Costa	<i>As professoras</i> “Vossas almas, ó professoras, tem que ser irmãs das almas das creanças [...]” [sic] (p. 9)
1929	nº 29	Mario Casasanta	<i>A Pedagogia de Jesus Christo</i> (Discurso proferido pelo sr. dr. Mario Casasanta, inspetor geral da instrução, como paranympho, da turma de normalistas do 2º Grau, no Collegio Sagrado de Jesus, em dezembro de 1928) Este conteúdo coloca Jesus como modelo de <i>Mestre dos Mestres</i> , modelo de pedagogo que se sacrificou e carregou a sua cruz, por isso, a professora tem que se sacrificar, ser abnegada, levar sua cruz, e amar as crianças, inspirando-se neste modelo de educador recomendado às professoras e professores mineiros.
1929	nº 30	Revista do Ensino	<i>Escola Normal de Juiz de Fora</i> “[...] os professores aquelles que receberam de Deus a sagrada missão de melhorar as almas, esses julgam-se guias e paes, paes cheios de affecto, guias cheios de responsabilidades” [sic] (p. 95)
1929	nº 32	Francisco Campos	<i>Dois discursos memoráveis</i> Discurso do Francisco Campos na solene inauguração da Escola de Aperfeiçoamento em Belo Horizonte - MG, aos professores e professoras presentes, defende no texto a ideia de magistério como missão devotamento e sacrificio. “[...] senhoras professoras [...] nos seus propósitos de devotamento e sacrificio [...] depositárias da confiança mineira [...] que Minas Geraes sinta que os seus sacrificios fructificam em verdadeira e authentica riqueza espiritual” [sic] (p. 25-30)
1929	nº 33	Mario Casasanta	<i>Para o trabalho</i> O magistério é visto pelo autor como sinônimo de missão, e também de atividade espiritual. “[...] a humilde professora rural [...] mantendo viva a sua atividade espiritual, representa uma dessas magníficas figuras humanas [...] olhando só para o bem que fazem [...] a grandeza de nossa terra” (p. 30)
1930	nº 46	Aymore Dutra	<i>Dona Efigênia</i> Este texto descreve a vida de uma senhora envelhecida que cria gatos e cachorros, que lecionou 40 anos no Estados de Minas até pouco tempo, e de graça dava aulas aos pobres. Ela é solteirona, solitária e estéril, mas, se dedicou muito ao magistério e ama as crianças, e agora enquanto professora aposentada faz duzentas visitas à Igreja Católica. Este é um exemplo de uma professora solteirona que foi totalmente

			abnegada, e doou-se para a carreira do magistério, e dedicou a sua vida nesta missão.
1931	nº 62-63-64	Noraldino de Lima	<i>No Collegio da Imaculada Conceição de Itapecerica</i> O discurso de paraninfo, proferido pelo dr. Noraldino de Lima, secretário da Educação e Saúde Pública” (p.1) “[...] senhoras diplomadas [...] entusiasmo pela escola nova [...] Que Deus vos acompanhe!” [sic] (p. 10)
1932	nº 75	A.M. M.	<i>Notas e comentários: motivar e corrigir</i> Neste texto o destaque está no amor e no esforço de cada dia que a professora deve ter: “Quando Deus creava o mundo, contemplava, ao fim de cada dia, a sua obra e via “que tudo era muito bom”. Não estaria aqui um exemplo para a professora, que procuraria levar o aluno a uma satisfação completa, diante do trabalho de cada dia, porque o realizou com amor e com esforço de que foi capaz para fazer uma obra tão perfeita quanto lhe era possível?” [sic] (p. 18)
1932	nº 78	Noraldino de Lima	<i>O momento educacional em Minas</i> <i>Discurso de paraninfo às diplomandas do Colégio “N. S. das Dores” de São João D’el-Rei”</i> “Quem quer que se bata por um ideal tem a cruz de Christo no seu escudo [...] Sejam, pois, idealistas senhoras diplomandas [...] ideal a um tempo humano e divino, erguida para o azul, ponto de ligação perene entre o anseio do homem na terra e a benção de Deus no céu” [sic] (p. 8)
1932	nº 78	Mario Casasanta	<i>A caminho do ideal</i> “O bom professor, e sobretudo o professor católico obediente à mais alta lei da vida cristã, que é a do aperfeiçoamento continuo [...] É o que vos quero dizer, boas amiguinhas, neste ato bom de nossa vida: aprendamos a boa doutrina pratiquemo-la com energia e perseverança [...]”[sic] (p. 18) “[...] Sois alunas de Jesus Christo, o mestre dos mestres, cuja pregação maravilhosa é uma incomparável lição de perfeição. Batei-vos para realiza-lo e daí a êle todas as energias de vosso corpo, e de vosso espírito, certas de que, assim agindo haveis de iluminar a consciência dos homens e de consolar as agruras dos homens, sobre a casca dolorida e dolorosa de terra” [sic] (p. 19)
1932	nº 78	Pedro Vaz	<i>Ser professor</i> Este texto encara o magistério como missão. “Ser professor é professar a religião do Dever [...] Assim como ao sacerdote não é licito desvirtuar-se do seu caráter sagrado, ao transpor os umbrais do templo, após haver celebrado o ofício divino, também ao professor não é dado despojar-se dos seus atributos, apenas tange a sineta assinalando o encerramento das aulas” [sic] (p. 59) “Sras. Professoras, há na vossa missão um quid de divino que muito custa a afeiçoar á argila de que somos todos plasmados. A vida do professor deve ser uma consagração de todos os instantes á causa do aperfeiçoamento moral, da elevação mental dos pequenos seres humanos que os lares confiam á escola para que esta lhes guie os passos incertos no terreno das primeiras realizações [...] Trabalhe o professor com o cerebro, com a inteligência, porem, acima de tudo, com o coração” [sic] (p. 62)
1933	nº 79	Noraldino de Lima	<i>O momento educacional em Minas</i> “E vós Senhoras professoras diplomandas [...] me inscrevi no vosso escudo de combate como a cruz das hostes de Constantino, o conhecido lema: “Não esmorecer, para não desmerecer [...] Se assim fizerdes, tereis alegria no exercício do trabalho sem preço e da renuncia sem nome [...] campo magnético do amor – do amor, cópia e resumo da divindade [sic] (p. 11). “[...] sob o orvalho de Deus [...] vosso apostolado [...] que sendo do mundo é também do céu: está em vossas

			mãos muita sombra para os cansados, muito pão para os famintos. Que consoladora e bela é a vossa missão!!” (p. 13)
1933	nº 79	D. Joaquim Silverio de Souza Arcebispo de Diamantina	<p><i>Discurso de paraninfo aos diplomandos do Grupo Escolar de Diamantina.</i></p> <p>“A vós também, incançáveis professoras, heroicas operarias do futuro da sociedade, cumpre esta alta missão. Vosso ministério é muito semelhante ao nosso sacerdote, dir-vos-ei como Pio XI: “Sois participantes do nosso divino magistério. Ide ensinai, disse Jesus aos seus apóstolos”. Que é que fazeis vós? Ensinai. Esta vossa ocupação, esta vossa Cruz, nem sempre leve, mas sempre gloriosa, porque a família, a sociedade civil e a religiosa estão em vossas mãos [...] Para os alunos que vos confiam sois mãis, participais da maternidade da Igreja e dela recebeis fecundidade virginal”. (p. 29) “Mas de Deus, digo-vos eu, recebestes as prendas de espirito e de coração para a excelsa missão de educadoras. [...] Abençõe nosso bom Deus vossos passos! [sic] (p. 30).</p>
1933	nº 80	Padre Álvaro Negromonte	<p><i>O momento educacional em Minas</i></p> <p>Discurso às diplomandas da Escola Normal Oficial de Belo-Horizonte”</p> <p>“Senhoras normalistas. Sois católicas, ides ser professoras católicas. Em nome das nossas tradições de povo crente, para a salvação das criancinhas das escolas, para que se poupem ao Brasil novas e mais largas desgraças, salvai a pedagogia brasileira. Conduzi as crianças para Christo. Ele as espera e quer. E ainda hoje as convida com os mesmos acentos de ternura com que chamava as criancinhas louras da Judéa. Deixai-as ir. Levai-as. Para a salvação vossa, que cumpris o dever. Para salvação delas, que trilharão os caminhos do céu. E Ele, o Mestre, [...] vos guie os passos e fecunde os esforços para que realizeis com fruto a ardua e sublime missão de educadoras” [sic] (p. 10)</p>
1933	nº 89	Guerrino Casasanta	<p><i>Semana de Educação em S. João Del-Rei</i></p> <p>“A NOSSA MISSÃO [...] nós os professores somos o exemplo vivo das crianças [...] modelos de virtudes, de equilíbrio, e de honestidade [...] QUE DEUS NOS AJUDE [...] é necessário sempre volver os olhos para Deus pedindo-lhe a paciência, a bondade, a brandura, a simplicidade [...]” (p. 38).</p>
1933	nº 90-91	Guerrino Casasanta	<p><i>O Curso de Aperfeiçoamento para Religiosas.</i></p> <p>“Falando A TRIBUNA o professor Guerino Casasanta Inspetor Geral da Instrução Pública, diz que o curso para religiosas é um sinal da vitalidade da reforma do ensino” p. 29-38</p> <p>Neste texto é dito que a professora e o professor no magistério devem ser sacerdotes, cheios do espírito de sacrifício, assim como a Igreja tem feito em relação à educação, na visão deste autor.</p>
1933	nº 93	José Alfredo Gomes	<p><i>A Escola Domestica de Brazopolis.</i></p> <p>(Conferencia pronunciada [...] por ocasião das reuniões dos Assistentes Tecnicos do Ensino)” (p. 5-21)</p> <p>O autor defende neste texto que as mulheres que são mães, ou professoras, elas devem ser boas educadoras, dotadas de qualidades femininas como pudor, recato, mansidão, fé, sacrifício, abnegação, etc...</p> <p>A missão da mulher dada por Deus está em ser mãe ou esposo ou então se doar no magistério na visão do autor.</p> <p>“[...] recondução da mulher ao importante posto que Deus a criou, com a feição, a delicadeza e os predicados requeridos [...] Os novos apóstolos do humanitário apostolado lutam pela reintegração da mulher de corpo e alma nas funções que a natureza lhe destinou de esposa e mãe [...]” [sic] (p. 6-7)</p> <p>“A mulher foi dotada por Deus de determinadas faculdades físicas e psíquicas para o desempenho de determinadas funções materiais e morais. Seja qual for o seu esforço a sua atividade, a sua cultura, ela não se libertará jamais dessas faculdades que lhe conferiu o Criador. E</p>

			é pondo-se em harmonia com estas faculdades que a mulher desempenhará a sua missão sublime e encontrará na terra a relativa felicidade” (p. 20)
1933	nº 95	Gabriela Mistral	<i>Oração do Mestre</i> (p. 1-2)
1933	nº 97	Noraldino de Lima	<i>A colação de grau da turma de 1933 do Colégio Imaculada Conceição o discurso pronunciado pelo dr. Noraldino de Lima como paraninfo</i> “Eis, senhoras diplomandas [...] em lugar de pai e de mãe está todo aquele ou aquela que toma sobre si a nobre missão de educar [...] Deus está convosco” [sic] (p. 12)
1933	nº 97	Noraldino de Lima	<i>Colação de grau das alunas da Escola Normal Oficial, de Formiga</i> “O trabalho é sem termo, o dever é penoso, mas o triunfo é positivo, porque, se não for conferido pela justiça dos homens, sê-lo-á pela de Deus” [sic] (p. 13) “Domine, ad quem ibimus? Senhor a quem iremos? E eu te direi, professora de amanhã: vai para o trabalho, vai para o dever, e assim sendo, irá para o melhor dos destinos da terra [...] cumprindo a mais doce das missões, porque impessoal é assim divina” (p. 16).
1933	nº 97	Guerino Casasanta	“A disciplina que nos convém (Discurso do paraninfo pronunciado no Colégio Sagrado Coração, da Capital, em 10/12/33)” “[...] o professor [...] pelo exemplo, pela palavra e pela ação – deve compenetrar-se na sua altíssima missão, e ser em qualquer momento, um modelo de virtudes comuns a final são a coroa da vida [...]”.
1933	nº 97	Bispo Diocesano	<i>Colegio “Nº S. das Dores. O discurso do exmo. bispo diocesano, que paraninfo a nova turma de normalistas</i> “Jovens normalistas [...] a vitória vos pertence”. Tendes a consagração do mérito do diploma oficial, que traz a chancela do governo [...] e se quereis um título [...] podeis guardar este: a pedagogia da felicidade. (p. 34-35) “Sim, existe felicidade, porque nós a desejamos, porque Deus nos criou para ela. [...] Quer dizer que está em Deus, do qual no qual nos deriva todos os bens interiores e exteriores” (p. 36-37).
1933	nº 97	Manuel Casasanta	<i>Jesus-Christo na escola</i> Discurso do paraninfo, como representante do sr. Guerino Casasanta, Inspetor Geral da Instrução, às diplomandas do Colégio “Santos Anjos”, de Varginha” “A missão de educar veste-se assim do perfume da santidade, porque Jesus-Christo foi a mais empolgante figura de educador [...] “JESUS-CHRISTO IDEAL DA ESCOLA [...]”[sic] (p. 51)
1934	nº 98-99-100	Raul de Almeida Costa	<i>Discurso pronunciado na escola Norma N. Senhora de Lourdes, em 1933, pelo Assistente técnico Raul de Almeida Costa, paraninfo</i> (p. 34-35) “Pontificando no lar e na escola, sob a unção sagrada do devotamento e da fé, realizareis a tarefa divina de modelar e retemperar indivíduos, cuja integralidade da formação garanta o equilíbrio harmônico e o bem estar relativo da coletividade [...] sras normalistas [...] celebramos convosco, neste momento culminante de espiritualidade, os louros que colheis, fato auspicioso, que merece perduradouro registro nos anais do magistério mineiro” [sic].
1934	nº 98-99-100	Noraldino de Lima	“Um hino à professora: do livro “O momento pedagógico” do dr. Noraldino de Lima, extraímos este trecho, delicado tributo do carinho e do entusiasmo do Secretário da Educação pelas educadoras mineiras”. (p. 38-39) “[...] No lar a irradiação do amor acontece se faz através de um coração de mãe, na escola opera-se através de um coração de mestra [...] no conceito evangélico, Deus é amor [...] A mãe ama pela necessidade de amar [...] ao sangue do seu sangue [...] A mestra não: ama de graça, sem a ligação da matéria [...] O seu amor não tem cálculos [...] é sem preço – grito sublime da natureza [...] Eis porque a cátedra de uma

			professora [...] tem a santidade que iguala todas as vocações para o bem, a consistência dos granitos que não quebram e a fulguração dos sóis que não se apagam” [sic].
1934	nº 98-99-100	Cônego Raymundo de Almeida Curvelo	<i>Ensino moderno e religião</i> <i>Discurso pronunciado pelo Rvdmo. Cônego Raymundo de Almeida Curvelo em Curvelo, na qualidade de paraninfo das diplomandas da Escola Normal Orfanato Santo Antonio</i> “Origem do apostolado [...] Nobres diplomandas, muitas vezes já ouvistes dizer que a carreira escolhida por vós é um apostolado de suma importância para os destinos do homem e da sociedade. Este apostolado tem os fundamentos nos mais profundos segredos espirituais. O Filho de Deus veio à terra para ensinar [...] Eu quero bem mostra-vos, nobres diplomandas, a dignidade da missão a que ides dedicar as vossas forças morais e energias físicas, missão que tem razão de ser exemplo e mandato no Verbo Divino, o Mestre Modelo [...] Sois professoras, ou melhor Mestras [...] seguidoras ou continuadoras do Mestre [...] [sic]” (p. 42)
1934	nº 101	Mario Rebêlo	<i>Decálogo do professor</i> “I – Amarei a criança acima de tudo e mais do que a mim mesma [...] X – Jamais serei um mercenário, e pontificarei na escola como um altar, - porque o magistério é um sacerdócio.”
1934	nº 104	Honorio Armond	<i>O sentido da renovação</i> (p. 42-48) “[...] O sacerdote purifica-se para receber o Deus da perfeição. A professora, qual sacerdotisa, deverá purificar-se cada dia, mas para se dar às almas inocentes insuflando-lhes a sua própria alma [...] Jesus o Mestre dos Mestres, deu com toda a sua vida, a lição do exemplo, a mais sublime das lições na terra! [sic].
1934	nº 106	Alice de Andrade Santiago	<i>A educação moral e a função da escola</i> “[...] A missão do educador é o aperfeiçoamento moral da humanidade. É a missão sublime do semeador lançando nas almas as sementes do bem, da perfeição moral, que diviniza o homem e que o aproxima de Deus – a suprema concentração do bem e da verdade” (p. 16)
1934	nº 109	Noraldino de Lima	<i>O ano de 1934 e a educação em Minas Geraes</i> “[...] a melhor professora é aquela que possui mais acentuadamente o instinto maternal. Ser mãe é renúncia [...] Bendita é a missão da professora [...] trocando o que de empolgante e sedutor oferece a vida, pelas consolações íntimas e pelas esperanças inextinguíveis no reino que, como o Cordeiro de Deus, não é deste mundo [...] [sic] (p. 2) “A mulher teve na Igreja a sua redenção [...]” (p. 5). “Assim Senhoras diplomandas [...] vosso esforço, inteligência e vocação tem perspectivas admiráveis [...]” [sic] (p. 8) “A imitação de Cristo” Senhoras diplomandas [sic] (p. 9) “Deus esteja convosco [...] Deus e a instrução! Que formosa divisa para o escudo de um combatente [...] como apóstolo das gentes combati o bom combate, conserve a vossa fé” [sic] (p. 22)
1936	nº 128-133	Irmã Olga	<i>Escola Nova Christã</i> (p. 64-76) <i>(palestra realizada no grupo escolar de Araguary)</i> “[...] os professores católicos [...] têm de estar, devem estar, a altura de sua missão [...]” [sic] (p. 74)
1939	nº 158-163	Eliseu Laborne e Vale	<i>Um toque de alvorada</i> “Quasi a totalidade das classes primárias, em Minas é regida por elementos femininos [...] professoras de minha terra [...] sois mestras [...] lecionais com a inteligência e com o coração [...] Quando penetrais nesse recinto sagrado, e para comunicar aos vossos alunos saber, entusiasmos e civismo [...] a partir do vosso coração, é para distribuir carinho [...] [sic] (p. 6). “Em Minas, louvado seja Deus, os tesouros de ternura e bondade que o coração de uma educadora encerra [...] os bons sentimentos de uma professora são os mesmos elementos de glória das demais [...] ao zelo de professora, junta o amor enternecido que as

			mães reservam para os filhos [...] os grandes benefícios da vossa missão começam na terra para acabar no céu”. (p. 7)
1939	nº 164- 169	<i>Grupo Escolar “Flavio dos Santos”</i>	<i>(Renascença), Capital</i> “[...] professora [...] O menino Jesús há de olhar sorridente para os trabalhos, que a sra. realiza aqui neste grupo e há de permitir que a sua vida seja sempre de semear benefícios” [sic] (p. 141).

v. 36	Ano XXXVI	1967						nº 228-229						
v. 37	Ano XXXVII	1968	nº 230		nº 231				nº 232-233					
v. 38-39	Ano XXXVIII - XXXIX	1968												nº 234-235
		1969	nº 234-235											
v. 39	Ano XXXIX	1969						nº 236-237						
v. 40	Ano XL	1970				nº 238								
v. 41	Ano XLI	1971	nº 239											

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora.

A partir de 1946 até 1971 houve uma mudança drástica no corpo editorial da *Revista do Ensino* (MG), que se tornou mais laica e pouquíssimo dada ao ensino religioso e ao catecismo, em comparação com a primeira fase (1925-1940). Foi por esse motivo que decidiu-se conjuntamente com o orientador desprezar o estudo da segunda fase de produção do periódico(1946-1971)⁶³, embora a leitura documental desse período também tenha sido feita.

No quadro acima sobre a segunda fase do periódico é possível observar que as irregularidades na periodicidade foram ainda maiores do que as irregularidades observadas durante a primeira fase quando eram lançados números mensalmente, bimestralmente e/ou trimestralmente.

Recapitulando, ela foi interrompida do bimestre maio-junho de 1940 com o número 174-175, por conta da 2ª Grande Guerra Mundial. Após isso, durante 5 anos e meio (1940-1946), as publicações cessaram por completo.

Ela só foi reativada pela segunda vez em sua história, em janeiro de 1946, com o nº 176, que inaugura a segunda fase da revista. Nele é explicado o motivo da interrupção que durou 5 anos e meio ao todo, entre os anos de 1940 e 1945, os motivos eram: a falta do papel de imprensa no mercado mundial, depois que essa guerra terminou, como se lê abaixo. Essa explicação dos editores abaixo tenta tranquilizar os leitores do periódico apresentando a possibilidade de continuidade na produção e circulação pelos anos subsequentes, e, convida os professores a voltarem a enviar textos para a nova redação:

Por um período de tempo bem longo e bem de lamentar-se, “Revista do Ensino” deixou de circular e de levar ao professorado a sua palavra de orientação e estímulo. Ainda perduram, até certo ponto, os motivos que obstaram à publicação da revista do professor mineiro, e que são as consequências da Guerra, encarecendo a mão-de-obra e privando-nos da importação de papel de imprensa. A falta de papel, - obstáculo mais sério à possibilidade de uma publicação com periodismo bem ritmado, está desaparecendo, com o restabelecimento de intercâmbio comercial do Brasil com os Países principais produtores de papel, como o Canadá e a Finlândia. “Revista do “Ensino” volta, assim, às mãos do professorado, mãos de onde virá para estas páginas o melhor fator de brilho e de vida, de êxito e de eficiência. Das mãos do professor virar para as páginas de “Revista do “Ensino” a melhor expressão de nossa experiência - na exposição do que temos feito, do que vamos experimentando e do que pretendemos realizar nesse nobre e vital setor

⁶³ Em contato por e-mail com o Arquivo Público Mineiro, a maioria dos 66 números digitalizados da segunda fase foi enviada, com exceção do nº 178 (1946), do nº 230 (1968), e do nº 239 (1971), porque esses três exemplares estão desaparecidos.

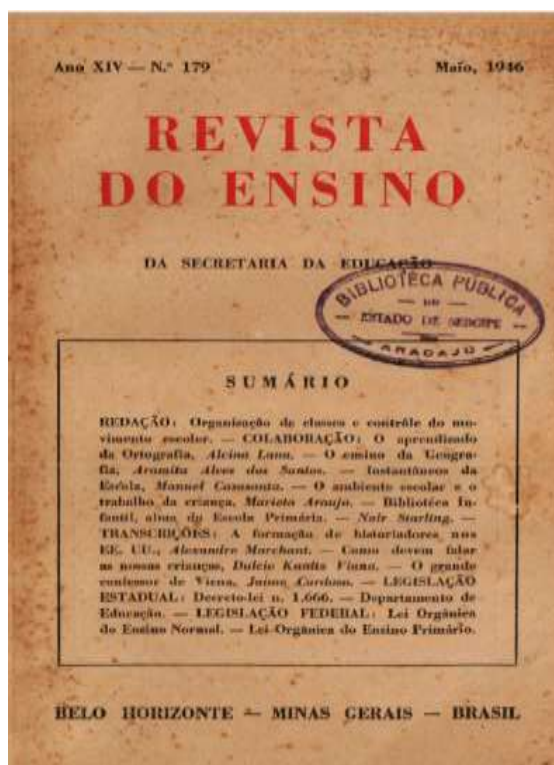
da economia brasileira - que é o nosso aparelhamento de educação (Revista do ..., 1946, p. 3).

Cabe lembrar que a revista foi criada em 1892, lançou 3 números em 1893, mas foi interrompida ainda nesse ano. Em 1925 ela foi reativada e iniciou a sua efetiva produção a partir desse ano, que persistiu continuamente até 1940, ocorrendo, nesse período, a sua primeira fase de produção. No segundo semestre desse último ano ela foi desativada pela segunda vez na sua história por causa da 2ª Grande Guerra Mundial. Deste modo, a segunda fase de produção do periódico só foi retomada em 1946. A partir daí, aconteceram novas e sucessivas interrupções. Reativada em 1946, ela foi rapidamente desativada no trimestre outubro-novembro-dezembro de 1952. Ou seja, só produziu por mais sete anos seguidos, e teve que experimentar uma terceira interrupção editorial que se estendeu por três anos consecutivos (1953-1955). Depois ela foi reativada e voltou a funcionar por mais três anos (1956-1958). Logo após isso, ela sofreu a sua última interrupção (1959-1960), sendo reativada em 1961.

No ano de 1961, foram produzidos só 2 números: o nº 209 (em junho), e o nº 210 (em dezembro). Em 1962, saiu apenas 1 exemplar, o nº 211 (Em 1963, 1964 e 1965 como se pode reparar no quadro acima houve o total de 2 exemplares produzidos em cada um desses anos. Em 1966 foram 2 números lançados, e no final deste ano – de dezembro de 1966 a março de 1967 saiu o nº 226-227, quadrimestral, por isso ele teve a célula circulada de preto, depois dele saiu outro exemplar (o nº 228-229) no semestre julho-novembro. Em 1968, saíram 3 exemplares (nº 230, nº 231, e o nº 232-233), no fim desse ano e começo do próximo (de dezembro de 1968 a maio de 1969), o nº 234-235 teve a célula circulada de preto, por constituir-se como outra edição que foi lançada de um ano para outro, envolvendo 6 meses seguidos. No restante de 1969, representando os sete meses de junho a dezembro, saiu apenas o nº 236-237. Em 1970, só foi lançado um único exemplar, o nº 238 em março de 1971. O último exemplar foi o nº 239, que representa o semestre janeiro-junho, que marcou a extinção da revista durante o governo de Rondon Pacheco.

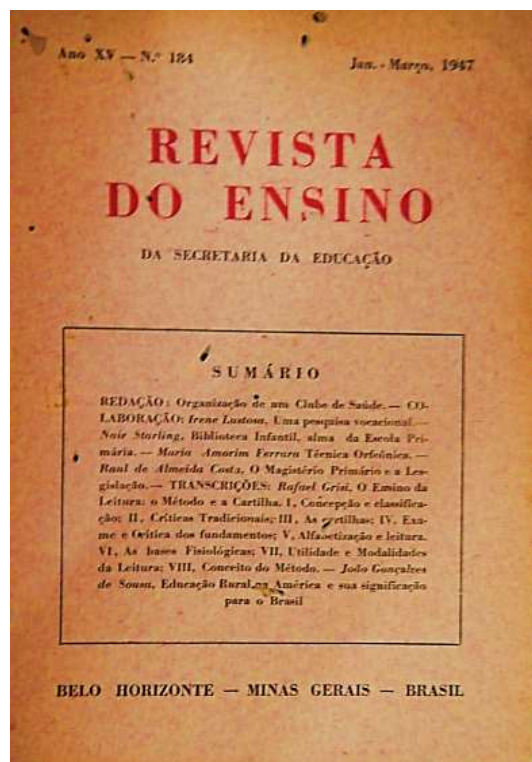
Em relação ao aspecto geral das capas das edições do período (1946-1970), destaca-se que o Arquivo Público Mineiro forneceu a digitalização de apenas 3 exemplares com capas coloridas. Nestes números, observou-se que somente as capas são coloridas, pois no interior deles as páginas foram impressas em preto e branco. A seguir, expõe-se essas capas coloridas.

FIGURA 30 – Capa do nº 179 (1946)



Fonte: *Revista do Ensino*, v. 14, nº 179, 1946.

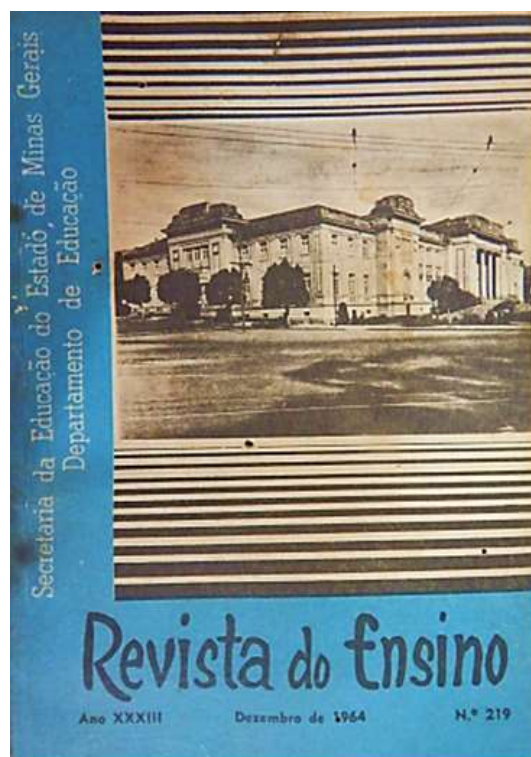
FIGURA 31 – Capa do nº 184 (1947)



Fonte: *Revista do Ensino*, v. 14, nº 184, 1947

Observando-se as capas acima percebeu-se que embora elas estejam alaranjadas por causa do desgaste do tempo, mesmo assim ainda é possível se ter uma ideia de como eram esses exemplares originais. Verificou-se que o *layout* das capas de 1946 até 1960 é idêntico ao das capas expostas acima. No nº 179, e no nº 184 pode-se ver que o título do periódico foi destacado em letras maiúsculas na cor vermelha para enfatizá-lo e torná-lo atraente, em seguida aparece a indicação de que a revista era produzida pela Secretaria de Educação. Depois segue o sumário contornado por quatro linhas ao seu redor formando um quadrado para emoldurá-lo, e a indicação bem sucinta de apenas alguns títulos dos artigos que seriam tratados. O terceiro exemplar com capa colorida fornecido pelo Arquivo Público Mineiro segue abaixo.

FIGURA 32 – Capa do nº 219 (1964)

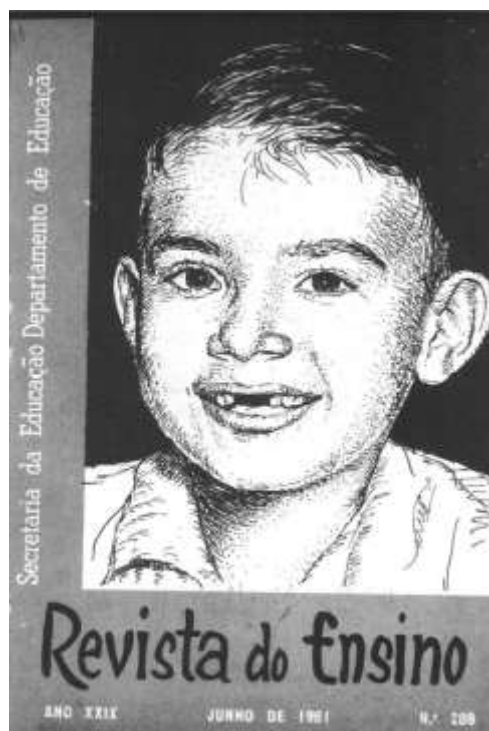


Fonte: *Revista do Ensino*, v. 33, nº 219, 1964.

Na capa do nº 219 (1964) pode-se perceber que o destaque ao título do periódico continuou sendo dado em letras de tamanho maior que as demais palavras, colocado embaixo da fotografia da fachada do Instituto de Educação de Minas Gerais para chamar a atenção dos leitores. Este *layout* é totalmente diferente das outras capas produzidas até então. O sumário desapareceu para dar lugar a essa fotografia. A cor azul prevalece na capa e conduz o olhar do leitor a observar o contraste entre a indicação do nome do periódico colocado na horizontal, e a indicação do nome do órgão que efetuava a produção, colocado no canto esquerdo e na vertical. Outra mudança importante é que embora a produção continuasse sob responsabilidade da Secretaria de Educação, o Departamento da Educação também era corresponsável por ela, já a que partir de 1961 o governo de Minas Gerais criou um Departamento de Educação que estava vinculado à Secretaria de Educação. O nº 219 (1964), é fruto dessa nova orientação iniciada em 1961, com o nº 209.

A partir daqui se exibirá só mais uma capa (em preto e branco) que representa, em parte, como eram as capas com ilustrações impressas na segunda fase, já que a inserção de ilustrações nas capas foi algo marcante dessa fase, a partir do nº 209.

FIGURA 33 – Capa do nº 209 (1961)



Fonte: *Revista do Ensino*, v. 29, nº 209, 1961.

A partir do nº 209 houve a extinção dos sumários das capas que deram lugar a diferentes ilustrações. Observou-se que essa tendência editorial se consolidou do nº 209 (1961) até o nº 238 (1970)⁶⁴, com a veiculação de fotos de crianças pequenas, e/ou fotos de meninas adolescentes para estamparem as novas capas. Interpreta-se que essa característica conferiu ao periódico uma aparência mais descontraída e atraente para os novos exemplares, um ar mais educacional, alegre, sonhador e pueril com tantas crianças e moças adolescentes sorridentes estampando as capas.

Ao todo são 21 exemplares entre o número 209 (1961) e o número 238 (1970), que além das fotos de crianças e de moças adolescentes, apresentam em especial 4 capas⁶⁵ que trazem o desenho do rosto de autoridades educacionais e políticas da época, além de fotografias de prédios escolares públicos. Deste modo, observou-se que o recurso da iconografia se tornou um recurso fixo nas capas dos últimos anos da revista, onde os

⁶⁴ Como não se teve acesso ao nº 239 (1971), não se sabe se essa capa tem ou não alguma imagem.

⁶⁵ Estas 4 capas com rosto de autoridades políticas e prédios públicos da época são: do nº 213 (1962) cuja capa expõe a face do então Secretário da Educação José de Faria Tavares; do nº 214 (1962) cuja capa veicula o rosto do então governador do estado José de Magalhães Pinto na metade da página, e logo abaixo a ilustração do Colégio Estadual de Minas Gerais; do nº 219 (1964) cuja capa traz a fotografia da fachada do Instituto de Educação de Minas Gerais; e o nº 217 (1964) cuja capa expõe a fotografia do Palácio da Liberdade, sede do governo em Belo Horizonte.

sumários foram extintos para dar lugar a desenhos, pinturas e fotos. Ao que parece, cada uma dessas imagens se encarregaria de dar uma ideia ou pista para o leitor sobre os assuntos a serem tratados no interior de cada edição.

Na segunda fase foram lançados, ao todo, 66 números, mas os exemplares (edições impressas palpáveis materialmente falando) chegaram a 55, dada a união de vários números agrupados juntos num mesmo exemplar, para o racionamento de gastos.

Em relação à qualidade gráfica dos exemplares digitalizados pelo Arquivo Público Mineiro, pode-se dizer que a qualidade das digitalizações⁶⁶ feitas é aceitável, porém alguns encontrem-se incompletos (com páginas faltando) como: o nº 184 (janeiro/março de 1947) que possui apenas a capa, a contra capa e as seis primeiras páginas, depois a digitalização acaba; e o nº 219 (dezembro de 1964) que possui apenas a capa, uma introdução e algumas páginas incompletas⁶⁷.

Observou-se em termos gerais, que ao longo de todo o recorte (1946-1970), aconteceram muito mais oscilações na periodicidade geral dessa fase, do que na primeira, onde algumas edições chegavam a esperar cinco, seis, sete meses ou até um ano para serem lançadas. Com a produção de poucas edições que eram bimestrais, trimestrais, quadrimestrais, semestrais, e outras que chegaram a representar de sete meses a um ano.

Outra característica dessa fase é que as edições optaram pela contagem da numeração das páginas em sequência, de um exemplar para o outro. Essa mesma estratégia foi empregada na primeira fase por diversas vezes, para que os fascículos pudessem ser colecionados de maneira sequenciada. Outra característica geral dessa fase é a indicação nas capas de que a responsabilidade pela produção era da Secretaria de Educação e do Departamento de Educação de Minas Gerais.

⁶⁶ Os números 184 e 219 são exceções ao trabalho de digitalização desenvolvido pelo Arquivo Público Mineiro, porque são fotos tiradas por pessoas amadoras, não são digitalizações profissionais. Elas foram agrupadas no formato “.pdf”, com intervalos de páginas suprimidos, imagens tremidas, cortadas, ou com delimitações que extrapolam à iconografia da revista, principalmente o número 219. Estes números destoam completamente dos demais exemplares digitalizados pelo Arquivo Público Mineiro, que se encontram amplamente padronizados, possuem uma coloração cinza ou preta e branca, com imagens em excelentes resoluções, produzidas de maneira profissional, alinhadas e enquadradas de maneira satisfatória, com a iconografia bem visível, além de os textos serem todos legíveis, não existirem páginas suprimidas, sendo também notório que todos os números físicos foram digitalizados do começo ao fim.

⁶⁷ O arquivo do nº 219 (1964) apresenta a digitalização só das páginas 5 e 6, depois da 40 até a 42, em seguida ele recomeça da página 54 até a 60, depois da 67 até a 76, e página da 86 até a 106. Ou seja, essa digitalização está bastante irregular.